



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PPGL)
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO - LINGUAGEM: IDENTIDADE E PRÁTICAS
SOCIAIS

GLÊYSE SANTOS SANTANA

FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS E POSIÇÕES-SUJEITO NO DISCURSO ACERCA
DO GRUPO CAIPIRA EM SERGIPE NO SÉCULO XIX (1885-1890)

Cidade Universitária Prof. Dr. José Aloísio de Campos

São Cristóvão, (SE)

Julho de 2022

GLÊYSE SANTOS SANTANA

**FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS E POSIÇÕES-SUJEITO NO DISCURSO ACERCA
DO GRUPO CAIPIRA EM SERGIPE NO SÉCULO XIX (1885-1890)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras na área de concentração, Linguagem: identidade e práticas sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Leônia Garcia
Costa Carvalho

Cidade Universitária Prof. Dr. José Aloísio de Campos

São Cristóvão, (SE)

Julho de 2022

GLÊYSE SANTOS SANTANA

**FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS E POSIÇÕES-SUJEITO NO DISCURSO ACERCA
DO GRUPO CAIPIRA EM SERGIPE NO SÉCULO XIX (1885-1890)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras na área de concentração, Linguagem: identidade e práticas sociais.

BANCA EXAMINADORA

Isabel Cristina Michelan de Azevedo
Membro Interno

Wilton James Bernardo dos Santos
Membro Interno

Helson Flávio da Silva Sobrinho
Membro Externo

Jocelaine Oliveira dos Santos
Membro Externo

Maria Leônia Garcia Costa Carvalho
Orientadora

Cidade Universitária Prof. Dr. José Aloísio de Campos

São Cristóvão, (SE)

Julho de 2022

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, reverencio ao imponderável, independentemente do que ele configure além do “significado da palavra”. Acredito que ele ronda a todos nós e, por vezes, nos surpreende de forma positiva. Rendo-lhe respeito! Na sequência, agradeço à espiritualidade, uma vez que considero que essa está em cada um de nós e que, sendo assim, devemos aprender maneiras de fortalecê-la.

Agora tratarei, sobretudo, situações e pessoas que possibilitaram a concretude desse momento. Vocês foram uma rede para além de mim, sem a qual não seria possível eu ser o que sou e nem eu realizar tudo o que foi proposto aqui.

Aos meus anônimos ancestrais, minha base material e etérica, sem a qual não existiria o ser e o não ser. Já em relação àqueles que pude ver e sentir, agradeço aos meus avós, Alexandre, Maura, João e Marieta (in memoriam) e aos meus pais, Maria Célia e José Fernandes (in memoriam), vocês foram e são a força-motriz que empunhou garra e coração para que eu conseguisse ultrapassar o muro da ignorância e da impossibilidade... Gratidão!

Ainda, a todos aqueles que compõem a minha família, lugar de ensinamentos e de aprendizados, muitas vezes nem tão serenos e nem tão agradáveis, mas, com certeza, com caráter pedagógico em todas as situações. Imagino que Freud deva explicar isso!

Ao padre Felismino da Costa Fontes que decidiu não relegar ao movimento dos Caipiras o silêncio do esquecimento e que insurgiu em meu caminho sem aviso prévio, instaurando uma ânsia que nunca acabava. Em virtude da curiosidade propiciada, empreendi viagens para conhecer o guardião de sua memória epistolar e adentrei em arquivos pelo Brasil - espero ter conseguido transmitir todo o conhecimento adquirido e correspondido à confiança depositada em mim.

A todos os responsáveis pela produção desta tese. Primeiramente, à minha educada e simpática orientadora, Prof.^a Dra. Maria Leônia Garcia Costa Carvalho, embora nunca tenhamos cruzado caminho, você me recebeu de peito aberto. Quanto a temática escolhida, acredito que a história de Felismino a seduziu. Além da minha orientadora, não posso esquecer de mencionar os colegas professores do Departamento de Ciência da Informação (DCI/UFS), Valéria Bari, Sérgio Elias, Martha Cabral, Telma de Carvalho, Edilberto Santiago, Fernando Bittencourt, Niliane Cunha, Janaína Fialho, Alessandra Araújo, obrigada pelo apoio que me foi dado, espero um dia poder retribuir.

Devo agradecer, ainda, ao frei Ulisses Bandeira, professor, restaurador e guardião do patrimônio dos Capuchinhos em Salvador, pela acolhida, pelos documentos, pelas indicações, pelos brindes e, principalmente, pela nova amizade. Juntamente a ele, à Abdilene Santos, ex-aluna, pesquisadora, a qual foi uma colaboradora essencial para a localização da documentação abordada na presente tese. Muito obrigada pelo empenho.

Reconheço o empenho dos professores do PPGL/UFS, Antônio Ponciano Bezerra, Fábio Elias Verdiani Tfouni e Márcia Regina Curado Pereira Mariano, para que eu vislumbrasse o mundo das letras, foi um enorme prazer conhecê-los. Em especial, agradeço aos professores Isabel Cristina Michelan de Azevedo e Wilton James Bernardo dos Santos que, além de docentes da pós-graduação, contribuíram com o andamento desta tese, dando um norte para ela.

Aos professores Helson Flávio da Silva Sobrinho e Jocelaine Oliveira dos Santos pela gentileza e apoio, pelos materiais sugeridos, mas principalmente, por aceitaram o convite para comporem essa banca.

Agradeço à Franciney Oliveira pela correção do texto em prazos tão exíguos, mas, sobretudo, pela amabilidade no trato e pela fundamental ajuda. Muito obrigada! À Cristina Chies Bianco, a qual me auxiliou nas dificuldades. Até as próximas vezes! Por fim, à Isabel Cristina Pereira Alves pela prestimosa normalização de meus trabalhos desde o início de minha caminhada acadêmica. Essas regras, definitivamente, me enlouquecem!

A todos que suportaram minhas loucuras, dores, angústias e medos e, mesmo assim, estiveram colados em mim durante esses quatro anos (quase que em dedicação exclusiva). Sou mais que grata a vocês (poderia praticamente ficar de joelho) por vocês terem me auxiliado nos momentos de perda e de doença, sempre buscando me animar e dar forças para que eu continuasse. Vocês fizeram com que eu acreditasse, mesmo, nas muitas vezes, em que estive desacreditada. Em especial à Paloma Vieira de Melo Naziazeno por todos os ensinamentos bons e ruins (eles me transformaram com certeza), à Rosane Guedes da Silva (amiga e terapeuta, embora isso nem possa) pelo apoio fraterno e profissional, apesar de seguirmos brigando, ao Júlio César Rocha da Silva, mais que vizinho, meu amigo, crítico, apoiador, professor de ginástica, etc., à D. Fátima Brito (agora com o título de “Mentorona”) pelo cuidado, pelas preocupações constantes, pelas broncas severas e pelo alívio das dores.

Finalmente, agradeço à mim e ao milagre da vida por ter resistido a todos os acontecimentos desses últimos dois anos, mesmo que, muitas vezes, estivesse sem estrutura física e mental. Preciso dizer que essa tese foi desenvolvida na marra!

Venho da guerra e vou para casa.
Venho da guerra e vou para a guerra.
se há guerra na guerra,
há guerra na casa.
A casa da guerra
é a guerra da casa.
Venho da guerra e vou para guerra;
venho da guerra e vou para casa.

(SILVA, 2007, p. 253).

RESUMO

A Freguesia de São Paulo da Mata, a qual estava localizada no agreste da Província de Sergipe, foi o epicentro do movimento sociorreligioso os Caipiras, assim como eram intitulados nos periódicos e nos documentos eclesiásticos em meados do século XIX. Durante os cinco anos de existência do movimento, o grupo constituído, em sua maioria, por trabalhadores rurais, donas de casa e artistas (artesãos), mas que também contava, em suas hostes, com alguns homens letrados e até com alguns chefes políticos da região, foi liderado pelo pároco Felismino Fontes (1848-1919). Levando em consideração a época e o espaço territorial, o número de adeptos foi numericamente representativo, uma vez que se estima, quantitativamente, um total aproximado de mais de dois mil membros entre os residentes de vilas, freguesias e povoados da região dos atuais municípios de Frei Paulo, Lagarto, Carira, Alagadiço, Itabaiana, Simão Dias, indo até os limites do território baiano, isto é, nas proximidades de Serra Negra. Em decorrência de suas crenças, práticas e do apoio incondicional dado ao padre Felismino, os Caipiras sofreram sanções como prisões, espancamentos e perseguições por parte do estado e dos mandatários da região. Já em relação ao líder, após a suspensão de sua ordem, esse foi exilado e internado no Asilo São João de Deus, em 1891, por ordem do Arcebispo da Cúria Metropolitana da Bahia, naquele momento representado pelo Monsenhor Santos Pereira. Diante do exposto, a tese desenvolvida no campo das Ciências da Linguagem, mais especificamente sob o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) materialista, teve as formações imaginárias e as posições-sujeito presentes no discurso produzido sobre os Caipiras, no período temporal de 1890 a 1903, como objeto de estudo. Sendo assim, por meio de diferentes materialidades significantes, ou seja, através das epístolas produzidas pelo líder Caipira, das notícias descritas em periódicos e dos documentos religiosos obtidos, o *corpus* da presente pesquisa foi selecionado com a finalidade de responder às seguintes questões: Quem foram os Caipiras? O que a análise das epístolas felisminianas podem revelar acerca do arcabouço “teológico” do grupo? Quais as posições-sujeito assumidas pelos locutores em relação ao movimento? Quais as formações imaginárias que os sujeitos constroem de si, de seus seguidores e de seus opositores? E, em contrapartida, de que maneira os Caipiras foram representados pelos seus adversários nos documentos eclesiásticos e nos periódicos da época? Quais aspectos referentes à formação sócio-histórica-ideológica brasileira podem estar diretamente relacionados ao combate ao grupo Caipira? Para responder tais questões, construiu-se um dispositivo analítico baseado na metodologia de batimento descritivo-interpretativo da AD, a qual é constituída por sequências discursivas dos diferentes domínios a serem analisados, ou ainda, SDE (sequência discursiva epistolar), SDC (sequência discursiva católica) e SDP (sequências dos periódicos) como foram denominadas. Na etapa seguinte, a interpretação da materialidade discursiva foi realizada por intermédio da mobilização de categorias da teoria discursiva da AD e de estudos históricos e sociológicos. Por fim, concluiu-se que as diferentes formações discursivas e as posições-sujeito vinculadas aos Caipiras, estão diretamente relacionadas a idealização de um catolicismo autônomo com o propósito de promover a releitura das doutrinas proféticas litúrgicas e, dos debates do campo religioso brasileiro e das lutas políticas que marcaram o agreste e o sertão sergipanos no final do século XIX.

Palavras-chave: caipiras; análise do discurso; discurso religioso.

ABSTRACT

The Parish of São Paulo da Mata, which was located in the countryside of the Province of Sergipe, was the epicenter of the socio-religious movement, the Caipiras, as they were called in periodicals and ecclesiastical documents in the mid-19th century. During the five years of the movement's existence, the group consisting mostly of rural workers, housewives and artists (artisans), but which also included, in its ranks, some literate men and even some political leaders of the region, was led by the parish priest Felismino Fontes (1848-1919). Considering the time and the territorial space, the number of adherents was numerically representative, since it is estimated, quantitatively, an approximate total of more than two thousand members among the residents of towns, parishes and villages in the region of the current municipalities of Frei Paulo, Lagarto, Carira, Alagadiço, Itabaiana, Simão Dias, going to the limits of the Bahian territory, that is, in the vicinity of Serra Negra. As a result of their beliefs, practices and the unconditional support given to Father Felismino, the Caipiras suffered sanctions such as arrests, beatings and persecution by the state and the leaders of the region. As for the leader, after the suspension of his order, he was exiled and interned in the São João de Deus Asylum, in 1891, by order of the Archbishop of the Metropolitan Curia of Bahia. Given the above, the thesis developed in the field of Language Sciences, more specifically under the theoretical-methodological framework of materialist Discourse Analysis (AD), had the imaginary formations and subject-positions present in the discourse produced about the Caipiras, in the period temporal from 1890 to 1903, as an object of study. Therefore, through different significant materialities, that is, through the epistles produced by the Caipira leader, the news described in periodicals and the religious documents obtained, the corpus of the present research was selected with the purpose of answering the following questions: Who were the Caipiras? What can the analysis of the Felisminian epistles reveal about the “theological” framework of the group? What are the subject-positions assumed by the speakers in relation to the movement? What are the imaginary formations that subjects build of themselves, their followers and their opponents? And, on the other hand, how were the Caipiras represented by their opponents in ecclesiastical documents and periodicals of the time? What aspects of the Brazilian socio-historical-ideological formation can be directly related to the fight against the Caipira group? To answer these questions, an analytical device was constructed based on the descriptive-interpretative beat methodology of AD, which consists of discursive sequences from the different domains to be analyzed, or even, SDE (epistolary discursive sequence), SDC (discourse sequence catholic) and SDP (sequences of periodicals) as they were called. In the next step, the interpretation of discursive materiality was carried out through the mobilization of categories from the discursive theory of AD and from historical and sociological studies. Finally, it was concluded that the different discursive formations and the subject-positions linked to the Caipiras are directly related to the idealization of an autonomous Catholicism with the purpose of promoting the reinterpretation of liturgical and prophetic doctrines, of the debates in the Brazilian religious field and of the political struggles that marked Sergipe's *agreste* and *sertão* at the end of the 19th century.

Keywords: caipiras; speech analysis; religious speech.

RESUMEN

La Parroquia de San Pablo de la Mata, que estaba ubicada en el interior de la Provincia de Sergipe, fue el epicentro del movimiento sociorreligioso, las Caipiras, como eran llamadas en periódicos y documentos eclesiásticos de mediados del siglo XIX. Durante los cinco años de existencia del movimiento, el grupo integrado mayoritariamente por trabajadores rurales, amas de casa y artistas (artesanos), pero que también incluía en sus filas a algunos alfabetizados e incluso a algunos líderes políticos de la región, estuvo liderado por la parroquia sacerdote Felismino Fontes (1848-1919). Teniendo en cuenta el tiempo y el espacio territorial, el número de adherentes resultó numéricamente representativo, pues se estima, cuantitativamente, un total aproximado de más de dos mil afiliados entre los vecinos de villas, parroquias y caseríos de la región de los actuales condados de Frei Paulo, Lagarto, Carira, Alagadiço, Itabaiana, Simão Dias, yendo hasta los límites del territorio bahiano, o sea, en las inmediaciones de Sierra Negra. Como resultado de sus creencias, prácticas y el apoyo incondicional al Sacerdote Felismino, los Caipiras sufrieron sanciones como arrestos, golpizas y persecución por parte del Estado y los líderes de la región. En cuanto al líder, después de la suspensión de su orden, fue exiliado e internado en el Asilo San Juan de Díos, en 1891, por orden del Arzobispo de la Curia Metropolitana de Bahía. Dado lo anterior, la tesis desarrollada en el campo de las Ciencias del Lenguaje, más específicamente bajo el marco teórico-metodológico del Análisis del Discurso (AD) materialista, tuvo las formaciones imaginarias y posiciones-sujeto presentes en el discurso producido sobre los Caipiras, en el periodo temporal de 1890 a 1903, como objeto de estudio. Por tanto, a través de diferentes materialidades significativas, es decir, por medio de las epístolas producidas por el líder caipira, las noticias descritas en los periódicos y los documentos religiosos obtenidos, se seleccionó el corpus de la presente investigación con el propósito de responder a las siguientes preguntas: ¿Quiénes eran los campesinos sureños? ¿Qué puede revelar el análisis de las epístolas felisminianas sobre el marco “teológico” del grupo? ¿Cuáles son las posiciones de sujeto asumidas por los hablantes en relación con el movimiento? ¿Cuáles son las formaciones imaginarias que los sujetos construyen sobre sí mismos, sus seguidores y sus oponentes? ¿Y, por otro lado, cómo fueron representados los Caipiras por sus oponentes en los documentos eclesiásticos y periódicos de la época? ¿Qué aspectos de la formación sociohistórico-ideológica brasileña pueden estar directamente relacionados con la lucha contra el grupo Caipira? Para responder a estas interrogantes se construyó un dispositivo analítico basado en la metodología beat descriptiva-interpretativa de AD, que consta de secuencias discursivas de los diferentes dominios a analizar, o incluso, SDE (secuencia discursiva epistolar), SDC (secuencia discursiva católica) y SDP (secuencias de publicaciones periódicas), como se las llamaba. En el siguiente paso, la interpretación de la materialidad discursiva se llevó a cabo por medio de la movilización de categorías de la teoría discursiva del DA y de los estudios históricos y sociológicos. Finalmente, se concluyó que las diferentes formaciones discursivas y las posiciones de sujeto vinculadas a los Caipiras están directamente relacionadas con la idealización de un catolicismo autónomo con el fin de promover la reinterpretación de las doctrinas litúrgicas y proféticas, de los debates en el ámbito religioso brasileño, campo y de las luchas políticas que marcaron el agreste y sertón de Sergipe al final del siglo XIX.

Palabras clave: caipiras; análisis del habla; discurso religioso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Padre Casa Nova	52
Figura 2 –	A Herança do Vigário	63
Figura 3 –	Carta de 25 de julho de 1890	71
Figura 4 –	Carta de 20 de fevereiro de 1892	76
Figura 5 –	Carta de 20 de fevereiro de 1892	78
Figura 6 –	Carta de 25 de julho de 1890	88
Figura 7–	Carta de 15 de Novembro de 1891	93
Figura 8 –	Carta de 1892	96
Figura 9 –	Carta de abril de 1892	98
Figura 10 –	Carta enviada do Asilo São João de Deus, 1892	99
Figura 11 –	Carta de 20 de fevereiro de 1892	101
Figura 12 –	Carta de 20 de fevereiro de 1892	102
Figura 13 –	A Pedidos	119
Figura 14 –	Resultado das Eleições do Colégio de Itabaiana, 1877	127
Figura 15 –	Subsídio do Governo	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Formações Imaginárias do Sujeito	33
Quadro 2 –	Referente	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD-69	– Análise Automática do Discurso
AAD-75	– Análise Automática do Discurso 1975
AD	– Análise do Discurso
AHNSP	– Arquivo Histórico Nossa Senhora da Piedade
APEBa	– Arquivo Público da Bahia
CAV	– Colégio Antônio Vieira
CECH	– Centro de Educação e Ciências Humanas
CONARQ	– Conselho Nacional de Arquivos
DEE	– Departamento de Economia
ETFE	– Escola Técnica Federal de Sergipe
LEV	– Laboratório Eugênio Veiga
SD	– Sequência Discursiva
UCSAL	– Universidade Católica do Salvador
UFS	– Universidade Federal de Sergipe
CP	– Condições de Produção
SD	– Sequência Discursiva
FD	– Formação Discursiva
FI	– Formação Ideológica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Metas e determinações	19
2	SOB OS POSTULADOS DA TEORIA MATERIALISTA DO DISCURSO	24
2.1	AD, seu objeto e suas bases constitutivas: breves notas	24
2.2	Recursos interpretativos mobilizados	32
2.3	Parâmetros de funcionamento das tipologias discursivas	38
3	PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	41
3.1	Na trilha do imponderável	41
3.2	Trâmites metodológicos iniciais	44
3.3	Dispositivo de análise	47
4	OS CAIPIRAS	51
4.1	São Paulo da Mata	51
4.2	A cosmogonia caipira	54
4.3	O líder caipira: notas biográficas	58
5	NAS EPÍSTOLAS CAIPIRAS: O MUNDO DO BEM E DO MAL	64
5.1	Materialidade das Epístolas Felisminianas: fonte, tipos, forma e conteúdo	64
5.2	Formações imaginárias e posições-sujeito nas Epístolas Felisminianas ..	68
5.2.1	No século XIX, lugar de padre é na Igreja?	68
5.2.2	O sujeito profeta – IA(A)1	71
5.2.3	O padre perseguido – IA(A)2	87
5.3	Imagem que o sujeito faz dos aliados e opositores	95
5.3.1	Servos combatentes - IA(B)1	96
5.3.2	Os aliados do Anticristo – IA(B)2	99
6	QUEM CASTIGA NEM É DEUS!	106
6.1	Os documentos eclesiásticos	106
6.2	Estado e Igreja: um complexo jogo de poder no território brasileiro	107
6.3	O sujeito institucional	115
6.4	De veículo em veículo a “hydra” passeia	124

6.5	Uma feira de contendas	126
6.6	Conservadores e liberais no Brasil e em Sergipe	
7	COSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	143
	ANEXO A – MONSENHOR JOÃO BATISTA DE CARVALHO DALTRO (1828 -1910)	156
	ANEXO B – TERRITÓRIO DE ITABAIANA EM 1878	157
	ANEXO C – ASILO SÃO JOÃO DE DEUS	158
	ANEXO D – DOM MANOEL JOAQUIM DA SILVEIRA	159
	ANEXO E – MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO E ALMAS DE ITABAIANA	160
	ANEXO F – IGREJA MATRIZ DE SÃO PAULO (FREI PAULO)	161
	ANEXO G – JORNAL A REFORMA: ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL (SE) – 1888 (PARTE 1)	162
	ANEXO H – JORNAL A REFORMA: ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL (SE) – 1888 (PARTE 2)	163
	ANEXO I – DOM ROMUALDO ANTÔNIO DE SEIXAS	164
	ANEXO J – CARTA DE 20 DE JULHO DE 1890	165
	ANEXO K – DOM ANTÔNIO DE MACEDO COSTA (1830 - 1891)	166
	ANEXO L – CARTA DE 20 DE FEVEREIRO DE 1892	167
	ANEXO M – CARTA DE 15 DE NOVEMBRO DE 1891	168
	ANEXO N – CÓPIA DO RELATÓRIO DA SANTA MISSÃO ITABAIANA - FREI VENÂNCIO CARRARA	169
	ANEXO O – JORNAL CIDADE DO SALVADOR (BA) – 1897	170
	ANEXO P – ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1891	171
	ANEXO Q – DOM LINO DEODATO RODRIGUES DE CARVALHO (1826-1894)	172
	ANEXO R – JORNAL O APOSTOLO: PERIODICO RELIGIOSO, MORAL E DOUTRINARIO, CONSAGRADO AOS INTERESSES DA RELIGIÃO E DA SOCIEDADE (RJ), 1875	173
	ANEXO S – JORNAL DO ARACAJU (SE), 1877	174
	ANEXO T – JORNAL DO ARACAJU (SE), 1878	175

1 INTRODUÇÃO

Em fins do século XIX (1885), na Freguesia de São Paulo da Mata (atual município de Frei Paulo, SE), no sertão da Província sergipana, populares sob o comando do padre itabaianense Felismino da Costa Fontes, corporificaram um fenômeno sociorreligioso que foi alcunhado - tanto em periódicos, quanto nos documentos da ordem capuchinha da Bahia - de “Os Caipiras”. Diante daquilo que professavam em termos de religião e das supostas ações empreendidas, o grupo contrapôs-se à hierarquia religiosa local (submetida aos ditames da Arquidiocese baiana) representada pelo Vigário Geral de Sergipe, o Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro (1828-1910) (**ANEXO A**) e a proprietários de terra da localidade, destacadamente ao capitão João Tavares da Mota, principal opositor do padre Felismino Fontes.

Após diversos enfrentamentos ideológicos – segundo o relato em fontes epistolares e notícias veiculadas em alguns noticiosos (mais bem especificadas nos Cap. 5 e 6), os Caipiras foram efetivamente atacados. Notícias acerca do grupo e sobre seu líder foram difundidas via imprensa, tanto em nível local, quanto regional, chegando mesmo a receber uma nota em periódico da capital do país. Como consequência desses fatos, ações coercitivas por parte do poder religioso e político foram impostas. O líder recebeu paulatinamente diversas punições hierárquicas, e no ano de 1891, prisões e exílio foram a tônica do fenômeno após seus cinco anos de existência.

Era de se esperar que com as ações impostas pela Igreja e pelo poder público, os Caipiras fossem desmobilizados e caíssem no esquecimento, contudo resistiram por meio de algumas estratégias. Diante da coerção exercida pelos aparelhos de estado, polícia e Igreja, mantiveram-se professando seu credo e sendo regularmente informados sobre o destino e ideário do seu líder, bem como exortados pelos seus ensinamentos, mesmo durante seu afastamento definitivo da Freguesia de São Paulo. Para além dessas ações, de acordo com notícia divulgada no periódico União Federal, em 22 de fevereiro de 1899 (Cap.6), os Caipiras boicotaram por muitos anos o empenho da Igreja na busca por fortalecer o culto católico e envolver os fiéis nas atividades da paróquia freipaulistana: contrapuseram-se aos indicados para a paróquia de São Paulo - demandando grande rotatividade no púlpito após a saída de Felismino Fontes-, boicotaram as festividades de cunho religioso e as Santas Missões promovidas na região.

É preciso destacar, que há pouco mais de uma década, havia quem ainda difundisse os ensinamentos do Padre Felismino na região mais central do estado sergipano, a exemplo do carense Jerônimo de Joantina (popular muito conhecido entre os moradores de Carira e já

falecido), ou mesmo tenha trazido a público referências, a exemplo do médico sanitarista, político e professor universitário, Antônio Samarone (natural de Itabaiana) que rememora em um seu artigo, as frequentes falas de sua progenitora com relação ao que o padre Felismino afirmava: “[...] o fim do mundo está próximo e dessa vez será pelo fogo [...]” (SANTANA, 2020). Tal assertiva sustentada pelo fio da memória, já seria o suficiente para certificar que as ideias defendidas pelos Caipiras poderiam ter causado diversos incômodos à hierarquia católica em um momento decisivo da história da Igreja no Brasil, que para além de uma reforma estrutural, encontrava-se em contenda com o Estado imperial.

Contudo, para além da escatologia (teoria acerca do fim dos tempos que se desdobra em dois outros aspectos seus constituintes, a saber: milenarismo e messianismo) sugerida no artigo do professor Samarone, outros ideários “desconcertantes” compunham a cosmogonia do grupo Caipira, a exemplo de novas regras relativas ao sacramento do batismo, presença sobrenatural na esfera do poder católico constituído, dentre outros.

Ao refletir a respeito do grupo Caipira, é inevitável em um primeiro momento, não remeter aos estudos dos movimentos sociorreligiosos de vertente católica, pois tais grupamentos constituem-se uma tradição no Brasil dos séculos XIX e XX, e vêm mobilizando, há décadas, dizeres e fazeres de sociólogos, antropólogos e historiadores, fomentando uma produção acadêmica significativa. Diante da impossibilidade de listá-los e tendo consciência da imensa incompletude das referências aqui destacadas, citamos como trabalhos intransponíveis no que se refere à compreensão desse fenômeno religioso, as pesquisas dos professores Maria Isaura Pereira de Queiroz (2003), que tomou a dianteira publicando em meados do século XX, a obra *Messianismo no Brasil e no Mundo*, estudo comparativo de movimentos religiosos e tipologias messiânicas primitivas, da civilização do medievo ocidental e, por fim, do fenômeno escatológico (milenarismo e messianismo) em diversas temporalidades e localidades do território brasileiro; Douglas Teixeira Monteiro, voltando-se a temas sempre afeitos à religião, estudou nas obras: *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado* (1974) e *Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado* (1976), respectivamente, a cosmogonia dos referidos movimentos sociorreligiosos e uma comparação de seus principais preceitos; Ralph Della Cava, que no livro *Milagre em Joazeiro* (1976) adentrou o movimento religioso cearense e tornou-se um premiado biógrafo do padre Cícero Romão Batista (1844-1934); e, mais recentemente, Vicente Dobroruka que, ao lançar *História e Milenarismo* (2004), deu vulto aos processos visionários relativos aos apocalipses judaicos, adentrando prédicas de obras referenciais da mencionada temática, a exemplo da propaganda

antigrega nos escritos judaicos do segundo templo, e mesmo nos escritos de Antônio Conselheiro, observando nesses últimos, que em contraponto ao que já se apresentara anteriormente sobre Canudos, não se encontrara presença nem mesmo de leves traços da temática milenarista. O que suscita que cada um dos movimentos sociorreligiosos, apesar das expressas similaridades, é singular.

Impõe-se ainda outro aspecto, o fato de as religiões e religiosidades ganharem cada vez mais espaço nas sociedades e nos estudos acadêmicos, apesar de o pensamento científico ter apostado no desencantamento¹ religioso, ou seja, em um maior desenvolvimento da racionalidade do homem moderno perante o mundo após a consolidação capitalista do processo industrial, as novas relações de trabalho que conseqüentemente foram se impondo e a diminuição da influência do religioso sobre as sociedades a partir do século XIX. Ao contrário do esperado, nem a religião perdeu sua força no cotidiano, nem se apartou do interesse de estudiosos em diversos campos do conhecimento.

Dessa forma, desde as primeiras incursões intelectivas sobre a temática religiosa o interesse no tocante às festas devocionais; cultos das mais diversas vertentes religiosas; personagens, crenças, dogmas, ritos, mitos; novos estudos acerca de movimentos de grande expressão nacional como Canudos, Contestado, Juazeiro; mídia e religião (nos segmentos católico e sobretudo, neopentecostal) e uma série de outros objetos propostos, em geral atrelados à imaginação do pesquisador e às questões de pesquisa, ampliou-se e estruturou-se como campo significativo nas humanidades.

Assim sendo, esta tradição de estudos do fenômeno religioso consolidou-se também no interior da linguística e muitos trabalhos voltaram-se aos textos de cunho religioso, institucional ou de manifestação espontânea que conquistaram terreno, uma vez que a religião enquanto sistema simbólico estabelece uma determinada ordem interpretativa sobre o mundo (BOURDIEU, 2007). E a Análise do Discurso (AD), enquanto tributária do campo linguístico, não foi exceção, mesmo que historicamente a AD – como militância – tenha se voltado ao discurso político, sobretudo de esquerda ou a textos historicamente determinados, deixando de lado os discursos do cotidiano e outros tipos de discurso orais ou escritos ligados ou não às

¹ Termo “desencantamento do mundo” foi introduzido pelo sociólogo Max Weber em seus estudos acerca da racionalidade na obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. Através desse termo ele designa um processo histórico, ocorrido na civilização ocidental. Tal processo implica na desmagificação da realidade que ocorre de duas formas. Através do desencantamento religioso a magia vai sendo eliminada no interior das religiões e vai sendo substituída por uma prática religiosa fundada na ética. Weber afirma que através do desencantamento religioso o mundo deixa de ser concebido como permeado por forças ocultas que podem ser manipuladas magicamente para ser controlado apenas através da ciência e da tecnologia (PIERUCCI, 2004).

instituições (MAZIÈRE, 2007), em poucos anos de produção, os trabalhos acadêmicos ampliaram seu escopo em direção a outras materialidades e tipologias discursivas, a exemplo de análises no domínio religioso.

Nessa seara de trabalhos do domínio religioso sob a luz da AD, destaca-se aqui, em primeiro lugar, o estudo discursivo político em relação a esfera religiosa, a obra de Jean-Jacques Courtine (2014), *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Nela, o teórico mobiliza enquanto *corpus*, discursos do Partido Comunista da França relativos aos cristãos durante um período temporal de quarenta anos (1936-1976) e propõe novos caminhos teórico-metodológicos para suas análises. Não obstante, o peso do trabalho de Courtine, buscou-se destacar trabalhos mais próximos do recorte temático dessa pesquisa, a exemplo dos artigos publicados sob a organização da professora Eni Orlandi, na obra *Palavra, Fé, Poder*, cuja abordagem discursiva religiosa e profética foi lastreada em bases interdisciplinares. Destaca-se na mencionada publicação os artigos *O discurso profético: ressacralização do espaço social*, elaborado por Selma Castro (1987, p. 30), que unindo AD a “[...] uma visão antropológica [...]”, discutiu a historicidade da fé e o espaço sagrado, pensando essas dimensões no interior do discurso apocalíptico bíblico do Antigo Testamento, tomando como exemplos o profeta Jeremias e o patriarca hebreu Abraão. Também se destaca Raquel Setzer (1987), com a obra *Os homens estão criando um mundo que Deus não quer: contradição e conflito no discurso religioso*, que, assentada na relação entre história e processo languageiro, pesquisou o discurso religioso da população cabocla ribeirinha de Tauaporanga no Pará e defendeu que a prédica religiosa é uma forma social privilegiada de apropriação da linguagem que traz à tona a ilusão do sujeito como origem do dizer. Por fim, destaca-se Manoel Corrêa (1987), com o artigo “O nome de Jeová é proteção”: uma análise do seu discurso, em que relaciona elementos linguísticos de composição e organização do texto com as condições de produção do discurso, destacando nesse processo as noções de emissor, receptor e assunto a partir de um estudo da revista *A Sentinela*, produzida pela vertente cristã reformista, milenarista e não trinitária intitulada *Testemunhas de Jeová*.

Cabe reforçar ainda, que nenhuma manifestação religiosa seja ela institucional ou leiga, pode se materializar sem a intermediação da linguagem, pois linguagem é estrutura, é condição de possibilidade do dizer. Nesse sentido afirma Orlandi (1987, p. 8) “[...] a discursividade é característica das religiões e, em geral, regula o pensamento e as práticas dos fiéis [...]”. E como pelo viés da AD, toda prática remete a um sujeito (enunciador interpelado pela ideologia e inconsciente) e a uma determinada formação social, buscar apreender a discursividade religiosa

permite ao analista para além da compreensão dos efeitos de sentidos, posições e representações, alcançar a expressão das ações desses sujeitos. Afirma-se assim, a relação intrínseca que se estabelece entre os sujeitos, a linguagem e a sociedade, levando-se em conta que a ideologia é fundamental para a compreensão desses sujeitos, quanto da estrutura sustentada no discurso.

Em AD refere-se discurso como “efeito de sentidos” (PÊCHEUX, 2014b, p. 81) produzido(s) pela prática linguageira cotidiana dos sujeitos (locutor/interlocutor). Assim, Pêcheux destaca tanto a intrínseca relação entre discurso e sujeito, quanto a relação entre sujeitos. Isso porque todo sujeito é social e historicamente constituído - socializado no interior de uma determinada formação social, em uma determinada família, religião, classe social, cidade, escolas etc. – e qualquer produção discursiva decorrente do seu enunciar é atravessada de forma incontornável pela ideologia e pelo inconsciente.

Dessa forma, considerando essa inter-relação entre as dimensões linguísticas e sócio-históricas, ao se realizar uma análise discursiva, deve-se ter em mente, que o exterior constitui qualquer dizer, ou seja, é preciso que se considere as condições de produção do discurso. Isso significa, como será explicitado posteriormente (Cap.2), considerar os contextos enunciativos amplo e imediato, o sujeito, as formações imaginárias e a memória (PÊCHEUX; FUCHS; 2014; ORLANDI, 2020a). E mais, compreender que os sentidos produzidos nas enunciações dos sujeitos ideológicos se relacionam diretamente com às lutas de classe que se desenrolam nos bastidores das instâncias dos aparelhos ideológicos de estado (AIE) (ALTHUSSER, 1999) e que podem produzir/reproduzir ou transformar sentidos, assumindo determinados dizeres.

Visando auxiliar na apreensão desses dizeres a partir da mobilização de categorias analíticas é que se impõe a recorrente questão da metodologia em AD, visto que não há um molde do qual se possa apropriar. Não obstante essa dificuldade, e como tentativa de contorná-la, é preciso, inicialmente, pautar-se em uma série de princípios e categorias próprios ao paradigma analítico discursivo em jogo. Via de regra considera-se que a língua não é um sistema de informação, ou seja, uma ferramenta que propicia um único sentido que o sujeito quer e consegue claramente expressar ou absorver; admite-se que qualquer nível de compreensão impõe a necessidade de se partir de um enunciado e deslocar-se no sentido daquilo que pode vir a ser enunciável, isto é, todo e qualquer enunciado de pesquisa necessita ser tratado para adquirir o *status* de *corpus*, ou seja, dispositivo analisável e que permite apreender os efeitos de sentido entre locutores; ter em mente que ao falar, todo e qualquer sujeito posiciona-se em um determinado espaço sócio-histórico e está integrado em alguma rede significativa,

embora se considere como fonte objetiva de seu dizer; assumir que o enunciado e sua estrutura linguística são indissociáveis de suas condições de produção (MAZIÈRE, 2007; ORLANDI, 2020a; PÊCHEUX, 2014b). Isto posto, na sequência, demarca-se o escopo dessa tese.

1.1 Metas e determinações

Após os apontamentos iniciais, faz-se necessário apresentar a sistematização desta tese. Ela inscreve-se na linha de pesquisa Linguagem: Identidade e Práticas Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), vincula-se à análise discursiva de base materialista (AD) e tem como objeto às formações imaginárias e posições-sujeito assumidas pelos enunciadorees acerca do grupo sociorreligioso sergipano, os Caipiras. Ao tomar posição pela AD, acredita-se que a partir do *corpus* construído é possível dar a conhecer: as crenças e práticas Caipiras; as formações imaginárias, a forma e posição-sujeito assumidas pelos enunciadorees; os aspectos relativos ao campo religioso católico na disputa pelos bens de salvação em fins do século XIX e as bases do movimento reformista clerical encabeçado pelo episcopado brasileiro.

Nesse entendimento, buscar-se-á destacar “[...] o como se fala [...]” (ORLANDI, 2020b, p. 60), compreendendo que ao realizar tal gesto de interpretação, tem-se a possibilidade de aclarar as formações discursivas, imaginárias e as posições assumidas pelos sujeitos mediante a leitura de textualidades significantes documentais manuscritas (epístolas caipiras, manuscrito capuchinhos sobre a Santa Missão na Freguesia de São Paulo/SE) e impressas (documentos eclesiásticos diocesanos e capuchinhos e notícias e artigos em periódicos) que remontam ao século XIX e que enquanto suportes de materialidades discursivas permitem a observação do funcionamento linguístico, e dos dizeres, posições e bases ideológicas. Ou seja, esta pesquisa assume que é a força do ideológico, enquanto materialização do imaginário, o aspecto que intermedeia os sujeitos com suas condições sociais de existência (ALTHUSSER, 1999).

Assim, diante daquilo que vem sendo exposto e defendendo a existência de uma tensão entre a materialidade significativa e a base sócio-histórica-ideológica em uma determinada formação social, levantaram-se as seguintes questões norteadoras:

- a) Quem foram os Caipiras? O que o exame das epístolas felisminianas podem revelar acerca do arcabouço “teológico” do grupo Caipiras?

- b) Que aspectos relativos à formação sócio-histórica-ideológica brasileira podem estar diretamente relacionados ao combate do grupo Caipira?
- c) Quais as posições-sujeito assumidas pelos locutores acerca do grupo Caipira? E ainda, quais as formações imaginárias que os sujeitos Caipiras constroem de si, de seus seguidores e de seus opositores? E, em contrapartida, como os Caipira foram representados pelos seus opositores nos documentos eclesiásticos e periódicos de época?

Dessa maneira, pretende-se nessa tese, investigar as posições e as formações imaginárias postas em jogo pelos sujeitos em relação a si mesmos, aos sectários e aos adversários. Com tal gesto, busca-se apreender o efeito ideológico que constitui esses sujeitos na inter-relação com suas formações imaginárias. De forma específica, buscar-se-á:

- a) apresentar com base nos documentos prospectados uma breve narrativa histórica acerca do grupo Caipira, seu líder e o epicentro do fenômeno;
- b) circunscrever com base nas epístolas felisminianas os principais posicionamentos “teológicos” que nortearam as crenças e práticas Caipiras;
- c) evidenciar, a partir dos periódicos e documentos eclesiásticos, as motivações das autoridades hierárquicas e do Sr. João Tavares da Mota, proprietário de terra da região agreste em combater o grupo Caipira, bem como destacar as condições sócio-históricas-políticas brasileiras e sergipanas (naquilo que for diretamente pertinente ao tema), incluindo, sobretudo, as principais características do campo religioso católico brasileiro à época;
- d) investigar no processo discursivo, as posições assumidas pelos sujeitos em seus discursos e a correlação entre tais posições e suas formações imaginárias tendo como base para tal análise, os discursos construídos acerca dos Caipiras.

Uma vez que as questões de pesquisa foram expostas, determina-se agora a importância de desenvolver este estudo. Justifica-se este trabalho, visto que, como dito, trará à tona, um fenômeno religioso, social e político - o grupo Caipira - que marcou o sertão/agreste sergipano em fins do século XIX e “foi apagado de sua história”. Digo apagado, pois em nenhuma obra significativa acerca da história de Sergipe e/ou de seus conflitos, tal movimento havia sido contemplado - o que somente veio a acontecer mais recentemente com os trabalhos desta

pesquisadora que desenvolveu uma monografia (2007) sobre as principais temáticas enfocadas nos textos felisminianos, expondo nesse processo, as principais linhas do pensamento Caipira, e o trabalho do professor carirense João Hélio de Almeida (2007a), que pesquisou acerca da trajetória do padre Felismino Fontes. Ambas as pesquisas foram fruto de suas participações na especialização em Ciência da Religião/UFS.

À pesquisa importa ainda analisar o fenômeno Caipira à luz da AD, entendendo que tal gesto possibilita pelo viés da linguagem, apreender os embates religiosos e políticos que marcaram as relações entre a instituição católica e a sociedade brasileira, sob a ótica da problematização do ideológico na língua e na história. Ou seja, o estudo dos Caipiras se faz relevante pela sua relação com os embates discursivos oriundos da peculiaridade do espaço religioso brasileiro no último quarto do século XIX, marcado pela crise Estado/Igreja e pela reestruturação do credo católico oficial brasileiro. Porquanto, em meados do século XIX, o Papa Pio IX e o episcopado romano iniciaram um movimento de restauração interna de costumes e práticas católicas, denominado Romanização ou Ultramontanismo. Essa doutrina defendia a autoridade absoluta do papa, extensiva a todo orbe católico, rechaçando qualquer interferência do poder temporal. Desse momento em diante, tomou corpo um processo reformista no campo católico que refletiu em terras brasileiras, dando início a um movimento episcopal de largas proporções que implementou no território brasileiro transformações nas práticas clericais e leigas (Cap. 6). Como resultado desse gesto, entende-se ser possível suscitar questões concernentes à história da Igreja no Brasil dos oitocentos, à sociedade sergipana, ao grupo Caipira e seus preceitos religiosos, o que possibilitará apreendê-los a partir de um macro olhar com relação à cultura religiosa brasileira, suas heranças e contradições heterodoxas inerentes à própria história do catolicismo.

Partindo-se do princípio que cada movimento religioso, por mais similar que pareça à primeira vista, possui suas singularidades, esta pesquisa, ao aprofundar o olhar acerca das práticas languageiras dos grupos envolvidos no conflito, será capaz de contribuir para expor as razões pelas quais foram mobilizados o estado e as hierarquias eclesiásticas no sentido de desbaratar o grupo Caipira, e suscitar o porquê de seu “apagamento” da memória historiográfica do estado de Sergipe, possibilitando assim demarcar o que lhe é próprio. Destarte, o diferencial nessa abordagem é buscar a observação de tais questões a partir dos discursos produzidos pelos sujeitos com relação aos Caipiras, tendo como premissa as materialidades escritas produzidas pelo líder do grupo, pela instituição católica e pelos veículos noticiosos há época.

Uma vez expostas as razões para desenvolver esta pesquisa, cabe destacar agora, uma questão fundamental. Informa-se que nos capítulos referentes aos Caipiras (Cap. 5) e aos adversários ao movimento (Cap. 6), serão explicitados – para além do que será descrito no resumo que encerra essa seção – o funcionamento dos sujeitos e suas “subjetivações” imaginárias, buscando-se perceber suas posições-sujeito e o lugar que atribuem a si, ao outro e aos referentes discursivos.

Cabe encerrar, destacando o título e o resumo dos sete capítulos que constituem o corpo do trabalho, a saber: no primeiro, **Introdução**, apresenta-se o objeto, um panorama acerca do tema, da filiação teórica, da indicação metodológica, as questões norteadoras, os objetivos (geral e específicos), a justificativa e a composição estrutural dos capítulos que comporão o trabalho; o segundo **Sob os Postulados da Teoria Materialista do Discurso**, visa apresentar ao leitor a base teórica constitutiva da AD materialista a partir da qual se vai empreender a análise do objeto. Nesse sentido, destacam-se: a) às bases epistemológicas constitutivas da AD; b) as categorias mobilizadas no exame do *corpus* discursivo acerca dos Caipiras: condições de produção do discurso, ideologia, sujeito, formações discursivas, forma-sujeito, posição-sujeito, formações imaginárias e memória discursiva; c) e por fim, as tipologias discursivas, com destaque para o discurso religioso. O terceiro, **Procedimentos Operacionais e Constituição do Corpus**, explicita as bases metodológicas que sustentam esta pesquisa e que estão assim sistematizadas: 1) as motivações pessoais da pesquisadora; 2) os trâmites metodológicos de cunho geral, voltados ao tratamento preliminar do material empírico documental: epístolas, notícias impressas e documentos eclesiásticos; 3) as ações referentes à construção do dispositivo analítico em AD, evidenciando o princípio de seleção das sequências discursivas que compõem o *corpus*. Já no quarto, **Os Caipiras**, apresenta-se uma breve narrativa acerca dos Caipira, considerando as especificidades do contexto espaço-temporal no qual se desenvolveu o referido grupo. O quinto, **Nas Epístolas Caipiras: o mundo do bem e do mal**, o foco recai sobre as sequências discursivas selecionadas nas cartas produzidas pelo líder Caipira, nas condições sócio-histórica-ideológicas que possibilitaram tais crenças, normas e princípios defendidos no interior da referida grei, visando com isso evidenciar a doutrina por eles defendida. O sexto capítulo, **Quem Castiga nem é Deus!** inicia-se com a análise da sequência relativa à “perseguição” denunciada nos escritos felisminianos. Ademais, o olhar será voltado para as sequências retiradas dos artigos e notícias veiculadas em periódicos - de abrangência local e nacional-, bem como nos documentos eclesiásticos produzidos pela ordem capuchinha e diocesana. Enfatiza-se nesse momento, a figura dos supostos adversários do

movimento Caipira. Busca-se com isso compreender por que o ideário e ações do grupo representaram uma ameaça ao estar das coisas deflagrando um conflito discursivo entre grupos ideológicos antagônicos, que culminou em mobilização de forças policiais com o objetivo de desmobilizar o grupo Caipira e controlar os fiéis. Por fim, as **Considerações Finais** serão dedicadas à revisão de pontos relevantes do trabalho e à apresentação de um efeito de conclusão.

2 SOB OS POSTULADOS DA TEORIA MATERIALISTA DO DISCURSO

Partindo do princípio de que a apresentação sistemática das bases constitutivas do arcabouço teórico que sustenta as análises de um trabalho científico, além de formalmente necessária, propicia ao leitor maior entendimento desse constructo, têm-se como propósito neste capítulo: a) evidenciar o objeto e o núcleo epistêmico constitutivo da AD; b) explicitar conceitos e categorias que serão mobilizadas para análise do *corpus*: condições de produção do discurso, ideologia, sujeito, forma-sujeito, formações discursivas, posição-sujeito, formações imaginárias, memória discursiva/interdiscurso; c) destacar o *modus operandi* do discurso religioso enquanto tipologia² discursiva autoritária, considerando sua importância para compreensão das propriedades e funcionamento discursivo do objeto.

2.1 AD, seu objeto e suas bases constitutivas: breves notas

É hoje lugar comum apontar a teoria saussuriana compilada no *Curso de Linguística Geral* (CLG) como o discurso fundador da linguística moderna, pois suas ideias provocaram deslocamentos na episteme dos estudos linguageiros, sobretudo, na noção de língua que deixou de ser mobilizada enquanto instrumento que propiciava descrever o meio e exprimir sentido (ou seja, a língua enquanto função) passando a ser compreendida como possuidora de um funcionamento (PÊCHEUX, 2014b). Porém, esse posicionamento pelo objeto língua, rendeu-lhe diversas críticas nas mais diversas vertentes de estudos linguísticos.

Segundo Piovezani e Silveira (2017, p.1.072), Saussure aglutinou as imagens “[...] do “pai fundador”, que amorosamente possibilitou a concepção da disciplina, e a do “pai censor”, que odiosamente interditou seu pleno desenvolvimento [...]”. Não obstante as críticas, diversas vertentes de perspectiva estruturalista³ “abraçaram” em maior ou menor intensidade, o pensamento saussuriano. E sob o prisma, o discurso constituiu-se um conglomerado de palavras ou sentenças possíveis, decorrentes da estrutura invariável da língua, as quais eram decodificadas e reproduzidas conscientemente pelo sujeito. E analisar o discurso – para se chegar aquilo que foi dito ou que se queria dizer –, estava condicionado a analisar a língua por

² Ver subseção 2.3

³ O termo estruturalismo foi aplicado, conforme as pessoas e os momentos, a escolas linguísticas bastante diferentes. “Essa palavra é utilizada muitas vezes para designar uma dentre elas; outras vezes, para designar várias delas e, noutras, ainda, para designar a totalidade delas. Tem em comum certo número de concepções e de métodos que implicam a definição de estrutura em linguística (DUBOIS *et al.*, 1978, p. 248).

ela mesma (MUSSALIN, 2012). Poder-se-ia sugerir, entretanto, que o fato de Saussure não ter se interessado/podido aprofundar os estudos acerca da fala, do contexto, da história e do social, voltando-se exclusivamente aos estudos da língua como sistema imanente (minimizando a relação língua-mundo) com ênfase nas regras e coerções foi fundamental para abrir caminho aos estudos do discurso.

Na década de 1960, a vigente perspectiva dos estudos linguageiros começa a desestabilizar-se a partir de novas propostas teóricas. Reformula-se a preocupação com o funcionamento da linguagem, introduzem-se componentes pragmáticos e a dimensão social começa a fazer parte do estudo da língua com o objetivo de combater a perspectiva estruturalista que vigorava (MELO, 2009). Esse limiar dá lugar ao surgimento de diferentes práticas sob o rótulo de análise de discurso, sendo a AD uma delas.

Já tendo incursionado na crítica epistêmica e psicologia social, o filósofo Michel Pêcheux e colaboradores multidisciplinares, tendo como ponto nuclear o Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS), apresentam uma nova perspectiva para o campo das ciências humanas; um dispositivo informatizado de análise a respeito da linguagem, a Análise Automática do Discurso (AAD-69)⁴, com o objetivo de criticar o corte saussuriano (língua/fala), problematizar os estudos semânticos (produção de sentidos) e propor a língua como condição material da existência do discurso (objeto de base materialista). Sobre esses aspectos residiam o incômodo e a motivação de trabalho do círculo pecheuxiano: buscar compreender a língua para além de ferramenta de comunicação estruturada (arranjo de signos interligados para constituição de níveis linguísticos⁵), privilegiar a leitura enquanto interpretação de texto⁶ e posicionar-se politicamente⁷ ao considerar o aspecto ideológico no estudo da linguagem. Para tanto, Pêcheux desconsidera o modelo comunicativo de Jakobson⁸,

⁴ Primeira fase nos estudos discursivos de Michel Pêcheux, também denominada de maquinaria discursiva, recorrendo a um conjunto de procedimentos informatizados para análise do discurso.

⁵ Geralmente o estudo descritivo da linguagem é dividido em vários níveis linguísticos. Aqueles tradicionalmente tidos como os principais são: o nível fonético-fonológico, o nível morfológico, o nível sintático. Esses três níveis constituem a gramática de uma língua. A esses níveis deve-se acrescentar o léxico, ou seja, o conjunto das palavras que compõem uma língua e que são usadas respeitando as regras da gramática. O estudo dos significados das palavras e das frases (ou dos enunciados) é objeto da semântica e da pragmática, dependendo se o foco está no estudo do significado puramente linguístico ou da língua inserida em seu uso concreto (MUSSALIN, 2012).

⁶ Pêcheux explicitou questões relativas ao texto, que a teoria saussuriana ao voltar-se ao estudo da língua não pode responder: “o que quer dizer esse texto? Que significações contém este texto? Em que o sentido deste texto difere daquele outro texto?” (PÊCHEUX, 2014b, p.59).

⁷ Em seus primórdios a AD – fundamentada na militância – voltou-se exclusivamente ao discurso político, sobretudo, de esquerda ou a textos historicamente determinados como uma possibilidade nova de apreensão do dizer. Posteriormente, ampliou seu escopo para as mais diversas manifestações discursivas cotidianas orais ou escritas, produzidas ou não, por instituições as mais diversas (PÊCHEUX, 2014b; MAZIÈRE, 2007).

⁸ “[...] O modelo comunicacional desenvolvido pela teoria do linguista russo Roman Jakobson tem por base que qualquer ato de comunicação possui seis elementos (emissor ou remetente – aquele de quem parte a mensagem;

aglutina saberes díspares, propõe um novo objeto e descarta a noção de sujeito subjetivo. Sobre essas questões aponta Paul Henry (2014, p.25),

[...] Pêcheux recusa completamente essa noção de linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação de significações que existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem, isto é, “informações”. Essa concepção de linguagem é para ele também uma ideologia cuja função nas ciências humanas e sociais (onde ela é dominante) é justamente mascarar sua ligação com a prática política, obscurecer esta ligação e, ao mesmo tempo, colocar estas ciências no prolongamento das ciências naturais [...].

Assim, o paradigma da AD, inicialmente mais metodológico que teórico, para além do posicionamento político no interior da ciência, considerou na visada de áreas díspares, o discurso, e apresentou-o enquanto instrumento⁹, uma espécie de mecanismo capaz de orientar uma prática e que aporta entre a linguagem e à ideologia. Posteriormente, essa definição ampliou-se à medida que as noções explicativas da AD foram criticadas e reformuladas no decorrer de suas fases teóricas constituintes.

Exposta a concepção do discurso em AD, vê-se que para buscar uma maior aproximação desse objeto é preciso entender como ele funciona. E para entender esse funcionamento, é primordial compreender as novas configurações que a AD propôs acerca da língua, da história e do sujeito, uma vez que rompe com noções estabelecidas e as reinterpreta (PÊCHEUX; FUCHS, 2014). Assim, a partir do exposto, é pertinente interrogar, em que bases teóricas constituiu-se a AD? O que se entende por discurso nesse paradigma?

Para compreender tais indagações cabe em primeiro lugar, situar a base epistemológica constituinte da AD, a qual se alicerça em três áreas do conhecimento. A primeira delas – o materialismo histórico, como uma teoria das formações sociais, na qual se inclui a ideologia althusseriana que tradicionalmente governa a compreensão das relações sócio-históricas em AD (PÊCHEUX; FUCHS, 2014). Destaque-se a obra *A Ideologia Alemã* (1845-1846) e nela, duas categorias que posteriormente foram reapropriadas e reformuladas nos estudos em AD, a ideologia e sua interrelação com as condições materiais de produção. Grosso modo, na referida obra os autores defendem que o aspecto ideológico é consequência da divisão social do trabalho que opôs os trabalhos manual e intelectual e propiciou a independência e prevalência das ideias

o receptor ou destinatário – aquele a quem se destina a mensagem; o código – sistema de signos necessário à comunicação; a mensagem – conjunto de informações a serem repassadas; o canal – meio físico para interação do emissor e receptor; e o referente – assunto da mensagem) [...]” (EL-JAICK; SOUSA; MEDEIROS, 2013, p.178-179).

⁹ Ver o texto assinado por Thomas Herbert (ORLANDI, 2015, p. 21-54).

sobre o real da história. E como consequência desse fato, os homens passaram a representar o mundo material a partir dessas ideias, contudo, não o mundo real, mas uma representação invertida do mundo real. Já a noção de condições materiais de produção¹⁰ é entendida como a síntese dos diferentes conjuntos de relações econômicas presentes nos diversos modos de produção, que determinam em última instância a existência de diferentes formas de organização estatal e de consciência social (MARX; ENGELS, 2007).

Por sua vez, tendo como base o arcabouço materialista e a concepção marxista da sociedade burguesa capitalista¹¹, Althusser, valendo-se do vácuo teórico relativo à ideologia, empreendeu uma releitura do trabalho de Marx e sistematizou uma teoria ideológica. Afirmou existir uma Ideologia em geral, no sentido que sempre existiu (*ad aeternum*), em todas as fases da história e em todos os lugares, e as ideologias particulares – materializadas nas lutas de classe no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) –, locus de enfrentamento político-ideológico, definindo como “[...] certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas [...]” (ALTHUSSER, 1999, p.114).

Tais instituições, os AIE (escola, agremiações, igrejas, sindicatos etc.) têm como objetivo maior a reprodução das relações de classe capitalista, de exploração dos sujeitos e funcionam no conjunto de valores, crenças e práticas. Entretanto, concomitantemente, são locais onde a contradição atua de forma inerente por serem espaços de luta constante e desarmônica, onde se desenrola o jogo de forças sociais. Logo, dominá-los é o que buscam essas forças sociais opositoras e em constante luta (lutas de classe). Dessa forma, tendo como base o estudo das forças repressivas e ideológicas no social, Althusser estabeleceu suas teses acerca do funcionamento e da estrutura da ideologia: “[...] a) a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” [...] (ALTHUSSER, 1999, p.126), ou seja, a ideologia possui relação com a realidade material, no

¹⁰ “[...] A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, inicialmente, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são, coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem, quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são, depende, portanto das condições materiais de sua produção [...]” (MARX, ENGELS, 2007, p.23).

¹¹ Para Marx a sociedade burguesa era alicerçada em dois níveis: a *infraestrutura* (base econômica decorrente do complexo das forças produtivas e relações de produção) e *superestrutura* (que comporta tanto a instância jurídico-política (direito e Estado), quanto o emaranhado ideológico das diversas ideologias presentes na formação social (ALTHUSSER, 1999, p.109).

entanto não corresponde a ela, trata-se de uma relação imaginária dos sujeitos em relação à realidade na qual existem; b) “a ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 1999, p.128), pois ela está presente (materializada) nas práticas dos sujeitos que existem subjugados ao efeito da ideologia.

Ressalta-se que por influência direta de Louis Althusser, Pêcheux recortou um dos pontos nodais da AD, a noção do funcionamento ideológico do sujeito e do discurso - a noção althusseriana de interpelação ou assujeitamento ideológico (PÊCHEUX; FUCHS, 2014). Em suma, os embates constituídos no interior dos AIE também se refletem nas práticas discursivas. E por essa razão, em AD considera-se que toda materialidade discursiva é “[...] linguístico-histórica, uma vez que a história tanto intervém na língua quanto na constituição dos sentidos, pois afeta diretamente os sujeitos [...]” (ORLANDI, 2020b, p.51)

Tal questão aponta para o segundo alicerce epistemológico da AD - a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação. Segundo Bally, Sechehaye e Saussure (2002, p. 21-22), “[...] a língua é uma parte essencial da linguagem [...] um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos [...]”, ou seja, existe uma ordem própria à língua. E tal ordem não é desconsiderada nos estudos discursivos em AD, uma vez que Pêcheux, reafirma a língua¹² enquanto sistema simbólico com regras próprias. Contudo, as noções de língua e linguagem¹³ em AD deslocam-se teoricamente com relação ao “núcleo duro” dos estudos linguísticos. Esse novo posicionamento compreende-as, como condição material para a produção discursiva e lugar privilegiado de materialização dos sentidos em condições específicas¹⁴ (BALDINI, 2020; MELO, 2009).

Assim, sob a ótica discursiva, embora haja uma ordem própria à língua, esse sistema não se autoadministra de forma plena, sistemática e regular, porque ela é relativamente

¹²De acordo com Lauro Baldini (2020) e Ivan Melo (2009), Pêcheux no desenvolvimento de sua teoria do discurso, sempre alicerçou o discurso à língua, embora a tenha considerado temporalmente, sob duas dimensões. Em suas primeiras incursões teóricas, enquanto sistema regido por leis fonológicas, morfológicas e sintáticas. Isso significa conceber que apesar de se constituir um sistema com ordem própria, a língua é apenas relativamente autônoma, isto é, ela possui estruturas, mas, ainda assim, não é capaz por si mesma, de possibilitar somente pelas suas diferentes estruturas e arranjos internos, a insurgência do sentido claro, óbvio, dado, já que a língua está sujeita ao seu real que se manifesta nas rupturas, falhas, incompletudes, ambiguidades, lacunas, silêncios, pré-construídos. Posteriormente, ao incorporar de forma mais expressiva a psicanálise e a questão do inconsciente e do sujeito, Pêcheux assume um novo posicionamento em relação à língua que passa a ser abordada da noção de *lalangue*, ponto em que existem língua e inconsciente e representa aquilo que da língua marca um sem sentido, está articulada ao equívoco.

¹³Em qualquer de suas especificidades.

¹⁴Ver Seção 2.2, na qual será abordada a categoria Condições de Produção do Discurso.

autônoma, e está sujeita também ao seu real que se torna manifesto por meio das ambiguidades, rupturas, e falhas que ela permite (ORLANDI, 2020b; PÊCHEUX, 2014b). Sobre a língua expõem os autores,

[...] A língua da AD admite a falta, o furo, a falha; não trabalha com uma noção de estrutura fechada e homogênea e incorpora o termo real da língua trazido por Milner da psicanálise, para expressar essa incompletude, esse não-tudo que é próprio da língua e a constitui [...] (FERREIRA, 2010, p.19).

E disso sucede que a linguagem longe de constituir-se transparente e unívoca, é ambígua, opaca e em constante flerte com aquilo que é diverso e, por isso, configura-se como lugar da incerteza, da dubiedade (BALDINI, 2020; ORLANDI, 2020b). E por esse motivo, possibilita o a multiplicidade dos sentidos “[...] Quantas vezes nos surpreendemos ao ver que soa em uma palavra um sentido que a gente mesmo ainda não tinha percebido [...]” (ORLANDI, 2011, p.3). Diante desse apanhado, ratifica-se que a linguagem no escopo da AD é uma produção humana, não neutra, sujeita a equívocos e contradições e por essa razão serve para comunicar e não comunicar.

Finalizando a tríade constitutiva da AD, a *teoria do discurso* como determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p.160), que interrelaciona o materialismo histórico e a linguística, ou seja, considera os processos linguísticos e aquilo que é dito pelo sujeito - aquele que enuncia sob a égide ideológica. Ou seja, busca interpretar o dizer de sujeitos interpelados pela ideologia ao tempo que determinados historicamente, sujeitos que ao enunciar produzem sentidos, esse produto denominado discurso.

Refere-se discurso enquanto objeto da AD, conforme Pêcheux (2014b, p. 80), enquanto “[...] efeito de sentidos entre os pontos A e B [...]” que devem ser apreendidos como “[...] lugares determinados na estrutura de uma formação social [...]”. Mas, adverte o teórico: “[...] o lugar como feixes de traços objetivos [...] ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p. 81).

De forma mais explícita, a proposição pecheuxtiana significa que discurso é sentido, e que todo discurso é produzido a partir de uma interlocução entre sujeitos que o teórico identifica enquanto pontos A e B. E esses sujeitos (A e B) ocupam um determinado lugar na estrutura de uma formação social (lugar sociológico, objetivo), a exemplo de um padre, um mecânico, um professor etc. E identificar tais lugares é importante, mas não é o bastante para compreender o discurso. Assim, ao se analisar os efeitos de sentido produzidos pela enunciação, mesmo

inicialmente considerando o lugar social como ponto de partida, se deve levar em consideração, sobretudo, a força do ideológico que atravessa o sujeito em seu ato enunciativo. Disso resulta que o sujeito enuncia não de seu lugar social, mas de um ou mais lugar(es) imaginário(s) (resultado ação do ideológico), a exemplo do proletário que fala do lugar do patrão, do padre que fala do lugar do profeta, do aluno que fala do lugar do professor etc. Destarte, Pêcheux produziu conceitualmente o objeto discurso, pensando-o enquanto prática de sujeitos inscritos na relação ideológica de classes, que a partir da língua enunciam e ao fazê-lo, produzem sentidos, na maioria das vezes, impossíveis de serem controlados, porém que demarcam suas “posições de fala”, que são linguística e historicamente marcadas.

Por fim, destaca-se atravessando as noções do paradigma em AD, uma teoria de base psicanalítica não subjetiva do sujeito (o sujeito não é senhor do sentido que produz), uma vez que ele é afetado não somente pela linguagem e pela ideologia, mas também pelo inconsciente (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p.160). Em linhas gerais, a AD mobiliza a psicanálise enquanto possibilidade explicativa do inconsciente como força que incide na “fala” do sujeito (Ver 2.2). Como base, a leitura de Lacan em seu retorno a Saussure e Freud, tendo a linguagem como objeto de teorização e forma de explicitar o inconsciente pela observação da relação linguagem e sujeito. Deslocando a noção de valor do signo saussuriano¹⁵ para o significante,¹⁶ e explorando a noção de fala, Lacan teorizou sobre o processo de significação por meio da denominada cadeia significante – uma sequência de significantes que deve ser completamente considerada para que se possa realmente compreender o fenômeno da significação que se estabelece entre os sujeitos. Para melhor elucidação desse aspecto ver o exemplo a seguir,

Tome-se como exemplo a seguinte frase: “Prometo lhe emprestar a quantia de dinheiro que está pedindo, contanto que hoje seja dia 36.” Supondo um contexto em que **A** e **B** são os sujeitos envolvidos na situação comunicativa, sendo que o primeiro é o que profere a frase e o segundo atua como ouvinte. Ao escutar a primeira parte da frase, **B** tem todas as condições de interpretá-la como sinal de aceitação do pedido de empréstimo de dinheiro feito anteriormente a **A**. Contudo, tal significado não se sustenta na medida que a

¹⁵Para Saussure, o signo é composto por duas contrapartes: o significante, ou imagem acústica, e significado, ou conceito. Sem uma delas, o signo não se constitui. Ou seja, qualquer significante remete instantaneamente a um significado e vice-versa (VICENZI, 2009).

¹⁶“[...] É a partir da noção de significante que Lacan (1998) formulou mais um conceito que une os estudos psicanalíticos aos estudos linguísticos e discursivos: o sujeito. Pode-se recorrer a Milner (2008) para precisar um pouco melhor a maneira como Lacan compreende o termo significante, ainda que esse termo seja multifacetado em sua obra: se compreendemos que a estrutura é um sistema qualquer, considerar um elemento qualquer somente sob o ângulo das propriedades mínimas que o fazem elemento de um sistema é, em linhas gerais, o que se chama, em Lacan (1998) de significante. Nesse ponto, podemos dizer que Lacan (1998) é bastante saussuriano, pois parece também endossar que o significante é um elemento mínimo que possui um caráter puramente posicional e apenas demarca uma diferença com outro [...]” (MACHADO, 2011, p.272).

segunda parte da frase é proferida. Sendo assim, se a significação fosse apenas imaginada termo a termo, como na proposta saussuriana, o ouvinte não teria condições de modificar um significado que vinha se revelando antes da segunda parte da frase. Pensando no esquema lacaniano da significação, os significantes vão sendo apresentados em cadeia, e somente após o último deles ter sido revelado é que se torna possível concluir o processo de significação (VICENZI, 2009, p.32, grifo nosso).

Não obstante as construções teóricas lacanianas – que não foram poucas e não são o foco desse excerto – interessa-nos mais diretamente, nesse breve apanhado, demarcar em que parâmetros se deu a aproximação entre a teoria discursiva de Pêcheux e a noção lacaniana de sujeito. Em Lacan o sujeito descentrado, um “ser-em-falta,”¹⁷ localiza-se em um ponto contíguo a três regiões – o inconsciente (desejo), a linguagem (equívoco) e a ideologia (contradição), que contribuem cada uma delas para a incompletude do sujeito, representado pelo *nó borromeano*¹⁸ (FERREIRA, 2010; MACHADO, 2011), ainda que ele não considere a ideologia como parte constituinte do saber psicanalítico.

Já em Pêcheux (2014a) o sujeito somente pode ser pensado em sua relação com a linguagem enquanto prática social, o inconsciente e a ideologia (história). Como saldo dessa aproximação, demarca-se que o sujeito não possui controle sobre o processo de significação. Este lhe é interditado, e somente acessível aos olhos e ouvidos do analista que considerar o funcionamento da língua, da história e do inconsciente sob o prisma daquilo que é contraditório (FERREIRA, 2010; ORLANDI, 2020b). Então¹⁹, considerando que o sujeito, assim como a língua, é sujeito a falhas, à incompletude, à instabilidade e à falta, não se constituindo uma entidade dotada de subjetividade em suas interações, fala-se em sentidos determinados em

¹⁷A falta enquanto região intersticial comum à Análise do Discurso e à Psicanálise é o paradoxo que aí se manifesta, já que a falta é algo que nos completa pela ausência – é “a presença na ausência”, a que faz referência Lacan (FERREIRA, 2010, p.19).

¹⁸“[...] figura, introduzida na psicanálise, por Lacan, formada por três anéis, simbolizando um tríplice aliança. Retirando-se um desses anéis os outros dois ficariam soltos e perderiam a interligação constitutiva. O que os sustenta, então, precisamente, é esse laço de interdependência que os estrutura solidariamente. [...] o *nó borromeano* simbolizaria o lugar do sujeito no entremeio das três noções de linguagem – ideologia – inconsciente [...]” (FERREIRA, 2010, p. 22).

¹⁹Em *Semântica e Discurso* (1975), considerada a principal obra de Michel Pêcheux, as referências a Lacan e à sua teoria são bem frequentes, até pela insistência de Pêcheux em trabalhar uma analogia entre a ideologia e o inconsciente. O inconsciente, no sentido freudiano, e a ideologia, na acepção marxista, passam a ser revistos, respectivamente, ao modo lacaniano e althusseriano. Já, no texto de 1978 – *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* – num corajoso exercício de autocrítica, Pêcheux corrige seu percurso e retifica, em parte, sua afirmação anterior, deixando claro que “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem ao assujeitamento nem à repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente” (FERREIRA, 2010, p.7).

sociedade – por sua insurgência, recorrência ou mesmo ausência –, em um tempo determinado, produzidos por sujeitos históricos em sua prática linguageira.

Finalizando esta seção -, após circunscrever panoramicamente a AD enquanto modelo explicativo e apresentar um apanhado acerca de suas forças constitutivas e seu objeto-, pontua-se na subseção seguinte, as ferramentas teóricas aqui mobilizadas.

2.2 Recursos interpretativos mobilizados

Considerando que os conceitos e as categorias explicativas são instrumentos operacionais que permitem levantar questões e sinalizar caminhos para um efeito de compreensão dos fenômenos, a seguir destacam-se àquelas que permitiram pensar o discurso acerca dos Caipiras. Para evidenciá-las, partiu-se do contraponto entre o *corpus* empírico e o escopo teórico da AD, procedimento que permitiu delinear as ações operatórias. Como ponto de partida, a indagação: qual a categoria base para se iniciar a pensar o corpus?

Jean-Jacques Courtine (2016, p.20), aponta que são as condições de produção (CP) em AD, que regulam “[...] a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção [...]”, sendo categoria fundante de qualquer análise. O teórico aponta ainda, a dificuldade em circunscrever com exatidão a categoria condições de produção pois, ela provém de campos díspares, a saber: da psicologia social (análise do discurso), da linguística (sociolinguística) e da Sociologia (COURTINE, 2014). Mas o que se pode considerar enquanto condições de produção de um discurso?

É Pêcheux (HENRY, 2014) que partindo do princípio do funcionamento linguístico-histórico do discurso, apresenta na AAD-69, a primeira noção de condições de produção. Assim, propondo a noção de discurso enquanto produção de sentidos entre sujeitos, um novo olhar sobre a língua e as consequências teórico-metodológicas em considerar a relação língua-história sob o prisma do materialismo histórico, afirma as CP enquanto circunstâncias imediatas determinantes de um discurso, as quais englobariam a linguagem, os protagonistas (sujeitos) e o objeto do discurso (referente) do discurso.

Ou seja, na primeira fase teórica Pêcheux apontava que ao se buscar um efeito de compreensão de uma materialidade discursiva, fazia-se necessário investigar os processos e mecanismos que constituem os sujeitos e os sentidos, a saber: os mecanismos que incidem sobre a linguagem, um conjunto de discursos possíveis diante de um estado de condições de produção discursiva, pois “[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção

dadas [...] o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p. 76).

Assim, Pêcheux apresenta a categoria sujeito referindo lugares²⁰ determinados (mas que são transformados pelo funcionamento da ideologia sobre o sujeito) na estrutura de uma formação social. O teórico destaca a relação que se estabelece entre as posições-sujeito (lugares na estrutura da formação social) e as formações imaginárias (imagens que um sujeito tem do outro) e do referente no processo enunciativo, categorias apresentadas como capazes de explicitar o funcionamento discursivo, conforme os quadros 1 e 2 disponibilizados abaixo.

Quadro 1– Formações imaginárias do sujeito

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da Expressão	Questão implícita cuja resposta subtende a formação imaginária
A Ia (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Quem sou eu para lhe falar assim?
A Ia (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
B Ib (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem sou eu para que ele me fale assim?
B Ib (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem é ele para que me fale assim?

Fonte: Pêcheux (2014b, p. 82)

Quadro 2 – Referente

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da Expressão	Questão implícita cuja resposta subtende a formação imaginária
A	I _a (R)	Ponto de vista de A sobre B	De que lhe falo assim?
B	I _b (R)	Ponto de vista de B sobre A	De que ele me fala assim?

Fonte: Pêcheux (2014b, p. 83)

Os quadros refletem a sistematização dessa primeira investida teórica pecheuxtiana no que tange à relação ideologia e sujeito. No Quadro 1, são expostas as representações²¹ dos

²⁰Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que *o lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um *a si e ao outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, 2014a, p. 82).

²¹Ratifica-se o exposto na introdução desse trabalho - Para explicar sua posição com relação ao funcionamento do discurso e do sujeito, Pêcheux parte do esquema da comunicação proposto por Roman Jakobson (1896-1982) que interrelaciona emissor, código, referente, mensagem e receptor, substituindo-os pela noção de efeito de sentido entre lugares A (locutor 1) e B (locutor 2) que compõem o processo discursivo. Pêcheux deixa claro que tais lugares (A e B), não são lugares sociais (como descritos nas análises sociológicas), com seus traços distintivos discriminados, mas eles aparecem modificados, transfigurados e constituem o que se denomina posição-sujeito (PÊCHEUX, 2014b).

sujeitos (protagonistas do discurso) no processo de enunciação tanto em relação a si, quanto em relação aos outros possíveis sujeitos. O Quadro 2 volta-se ao referente (objeto do discurso), ou seja, àquilo a que se referem os sujeitos (e seus pontos de vista a respeito de algum objeto imaginário) a partir das posições que ocupam na formação social e isso integraria as condições de produção. Esse primeiro desenvolvimento da enunciação no discurso causou sérias críticas²² e indefinições, levantando questões acerca do funcionamento enunciativo do sujeito e do discurso.

Tais críticas de incoesão e psicologismo da proposta AAD-69, propiciaram uma revisão teórica “[...] não subjetiva da enunciação do sujeito em sua situação concreta de enunciador [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014 p.170), inaugurando a nova fase da AAD-75²³ - , cuja síntese pode ser expressa por: a) revisão da noção de discurso²⁴ – na análise deve-se considerar tanto o “processo discursivo²⁵, quanto a “sequência verbal oral e escrita de dimensão variável, em geral superior a frase” e de características próprias (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p.180); b) ilusão construtora do sujeito - consideração da ilusão que afeta o sujeito em sua enunciação, a qual para ser evidenciada necessita ser contraposta às condições reais de existência material do sujeito (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p.175).

Nesse novo momento, passa-se a considerar a base linguística (mecanismos sintáticos) como procedimento interativo ao se analisar um discurso uma vez que esta ação possibilita compreender a constituição da cadeia de significantes que vai se formando no enunciar do sujeito (PÊCHEUX, 2014b), diretamente influenciado pela força do ideológico e, posteriormente, na terceira fase AD (1982) considerando-se ainda o recalque inconsciente²⁶, os

²²Para melhor aclarar essa questão é que Michel Pêcheux e Catherine Fuchs no texto, *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* (1975), propuseram-se a realizar uma autocrítica relativa ao entendimento da categoria formação imaginária desenvolvida na AAD-69. Nesse sentido, iniciam apontando as questões críticas: a) em primeiro lugar, a noção psicologizante suscitada pela noção de formação imaginária na AAD-69; b) em segundo lugar, a dubiedade expressa por essa noção, situação de enunciação ou lugares sociais representados imaginariamente? (PÊCHEUX; FUCHS, 2014).

²³Texto *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* (1975) (PÊCHEUX; FUCHS, 2014).

²⁴“[...] Nessa nova fase, Pêcheux alarga a noção de discurso: Os fenômenos linguísticos de dimensão superior a frase²⁴ podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico [...] e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo a que chamamos de ‘condições de produção’ do discurso [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p.78).

²⁵“[...] Entendido como resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao processo discursivo é obtido por uma dessintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento nº 1 [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p.181).

²⁶“[...] o recalque foi definido como um processo defensivo por meio da qual o sujeito expulsava do campo da consciência as idéias que lhe pareciam incompatíveis com as representações que fazia de si mesmo, e foi situado como o mecanismo responsável pela dissociação psíquica. Pela ação do recalque, um grupo psíquico de idéias é

quais propiciam ao analista, atentar para as falhas, os equívocos e a interpelação que sofre o sujeito - categoria ideológica, histórica e linguística que permite compreender o indivíduo concreto interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. Em síntese,

[...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão [...]. [...] Assim, diremos que, no que tange a um único sujeito (tal ou qual indivíduo) a existência das ideias que formam sua crença material, pois suas ideias são seus atos materiais, inseridos em práticas materiais regidas por rituais materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as ideias desse sujeito [...] (ALTHUSSER, 1999, p.130).

Vê-se pelo excerto acima, o papel fundamental da ideologia em sua relação com o sujeito, a qual é regulada pelos seguintes postulados: “[...] a) “não existe prática, a não ser através de uma ideologia e dentro dela; b) não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos [...]” (ALTHUSSER, 1999, p.131). Dessa forma, existe um sempre-já-sujeito que se constitui de forma continuada, produz sentidos em profunda dependência aos aparelhos ideológicos e repressores de Estado, é afetado pela língua e pela história, sempre demandado para reafirmar constantemente sua condição de sujeito social e assujeitado durante toda a sua existência material, independente de que posição-sujeito assuma em seu enunciado (ORLANDI, 2020a; PÊCHEUX, 2014b).

É por essa razão que Pêcheux refere-se à ilusão, esquecimentos que atravessam o sujeito e devem ser considerados analiticamente: a) o esquecimento nº 1, ilusão da origem do dizer – como o sujeito é afetado pela ideologia ele não percebe que ao enunciar, ela retoma sentidos já existentes – porque os sentidos são determinados pela forma como o sujeito se inscreve na língua e na história – e, por essa razão entende-se como a origem daquilo que diz; b) o esquecimento nº 2, da ordem da enunciação, seleção de enunciados – o sujeito seleciona inconscientemente no interior da formação discursiva que o domina, aquilo que diz, não considerando outras possibilidades de enunciação (ORLANDI, 2020a; PÊCHEUX, 2014a).

Assim, apartado de subjetividade e refém do mecanismo de interpelação/submissão histórico-ideológico, os sujeitos sempre funcionam submetidos às formações ideológicas - “[...] conjunto complexo de atitudes e de representações [...] nem “individuais” nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p.163) e materializam suas posições ideológicas via

separado, isto é, dissociado da cadeia de idéias conscientes, passando a desempenhar um papel fundamental na formação dos sintomas históricos [...]” (BARATTO, 2009, p.78).

formações discursivas²⁷, “[...] aquilo que numa formação ideológica dada, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p.147).

Contudo, é preciso atentar que a noção de sujeito se desdobra em duas outras noções intercambiáveis, a forma-sujeito e a posição-sujeito. A forma-sujeito, diretamente ligada à interpelação, diz respeito à inscrição do sujeito enunciativo em uma formação discursiva. Espera-se que o discurso do Outro seja referência no inconsciente do sujeito enunciativo, sendo eficaz possibilidade de seu assujeitamento ao Sujeito, levando-o a recortar dizeres produzidos historicamente e reescrevê-los no que enuncia de maneira ideologicamente condizente à norma (ORLANDI, 2020b; PÊCHEUX, 2014b).

Todavia, o sujeito possui uma certa liberdade no que tange a sua adesão à forma-sujeito do saber universal. Consequentemente, essa identificação pode ser relativizada em três tipos de forma-sujeito. No primeiro caso, o sujeito está completamente identificado com a formação discursiva dominante, sendo considerado “bom-sujeito”, assujeitado, controlado, seguindo o que a norma lhe permite e espera dele. A segunda possibilidade é a não identificação do sujeito enunciativo ao Sujeito universal, à formação discursiva dominante, à qual ele se contrapõe como um “mau-sujeito”, um contestador. O terceiro e último modelo de forma-sujeito é a da “desidentificação”, na qual, o sujeito rompe com a formação discursiva dominante, causando um deslocamento que produz a irrupção do novo, do “contradiscurso” (PÊCHEUX; FUCHS 2014, p. 199-201).

A posição-sujeito é por sua vez tributária da relação entre o sujeito enunciativo e a forma-sujeito, como condição explícita de que algo seja enunciado (PÊCHEUX, 2014b). Isso porque o que funciona no discurso não são nem o sujeito físico ou os lugares empíricos (embora aqui se defenda que eles devem ser considerados como ponto de partida para análise), mas as projeções dos sujeitos, e o fato de que esse sujeito exposto àquilo que já foi anteriormente posto (formulações anteriores), liga-se a determinadas formações discursivas, as quais vão possibilitar as diversas posições que tais sujeitos podem vir a ocupar em um discurso (COURTINE, 2014; ORLANDI, 2020b).

Então, partindo do princípio de que os processos discursivos “[...] sistema de relações entre os elementos linguísticos” (PÊCHEUX, 2014a, p.148) são a base constitutiva dos efeitos

²⁷De acordo com Pêcheux (2014b, p.147), “[...] aquilo que é dito, por palavras ou expressões recebem o sentido da formação discursiva a que está atrelada e, mesmo assim, é transparente para aqueles que enunciam. E mais, demonstra a importância de se perceber a que formação discursiva se atrela o sujeito, lembrando que na linguagem elas correspondem às formações ideológicas [...]”.

de sentido produzidos pelos sujeitos, e ainda, que a estes é inacessível a consciência do trabalho da ideologia e do inconsciente, toma-se posição por trabalhar o sujeito clivado. Ou seja, o sujeito inconscientemente atravessado pela língua e pela história, inconsciente da posição ideológica (posição que ocupa sob o efeito da interpelação ideológica intermitentemente) que atua sobre o seu dizer.

E considerando ainda, que o sujeito produz seus discursos a partir do esquecimento é preciso atentar ao papel da memória discursiva, ou interdiscurso – “[...] conjunto de formulações feitas e já-esquecidas que determinam o que dizemos [...]” (ORLANDI, 2020a, p.31), entendendo-a enquanto memória sócio-histórica que no universo social é atualizada pelas diversas formações discursivas (FD)²⁸ que submetem o sujeito quando este se inscreve como porta-voz de determinados saberes que lhe possibilitam dizer e produzir sentidos. É assim, no já-posto e esquecido, que o interdiscurso funciona interrelacionado ao complexo das formações ideológicas, possibilitando ao sujeito como dito, mobilizar dizeres e discursos que foram anteriormente postos enquanto “[...] discurso-outro, presença virtual na materialidade descritível [...] que torna possível que algo venha a ser materializado enquanto formulação discursiva [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p.54). Cabe ratificar que formações discursivas são heterogêneas uma vez que “abarcam” elementos de outras formações discursivas e por essa razão, o sentido é “[...] determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p.146-147).

Por fim, cabe realizar alguns esclarecimentos finais relativos à análise sobre os Caipiras. Em primeiro lugar assume-se a noção de condições de produção como uma interrelação do contexto enunciativo, das condições sócio-históricas-ideológicas sob o funcionamento da história, ideologia e memória. Assim, considerando que todo sujeito é membro de uma determinada formação social e que interessa a essa análise investigar a relação entre os sujeitos e suas formações imaginárias, levar-se-á em consideração como ponto de partida o lugar social do sujeito e o esquema do funcionamento discursivo proposto por Pêcheux na AAD-69 como ferramenta metodológica para circunscrever os sujeitos e suas formações imaginárias.

²⁸ “[...] uma FD não é “um único discurso para todos”, nem é “a cada um o seu discurso”, mas deve ser pensada como “dois (ou vários) discursos em um só [...]” Duas modalidades diferentes de um mesmo esquecimento: aquele da contradição como princípio constitutivo de toda FD. Consideramos assim uma FD como uma unidade dividida, uma heterogeneidade em relação a si mesma: o encerramento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em um limite traçado separando de uma vez por todas um interior e um exterior do seu saber, mas se inscreve entre diversas FD como uma fronteira que se desloca em função das questões da luta ideológica [...]” (COURTINE, 2016, p. 18-19).

Isto realizado, buscar-se-á sobre essa base, perceber o trabalho da memória/interdiscurso (formulação sedimentada de um dizer) sempre em contraponto com o intradiscurso (constituição de sentido no momento da enunciação), buscando com esse gesto interpretativo, alargar o olhar sobre as formações ideológica, discursiva e imaginária e a interrelação com as posições que os sujeitos assumem em seu enunciar.

2.3 Parâmetros de funcionamento das tipologias discursivas

No desenvolvimento da AD, vê-se que Pêcheux não estabeleceu teoricamente um feixe de características que identificasse tipos discursivos. Contudo, estudiosos da linguagem²⁹ desenvolveram sob perspectivas diferenciadas - considerando condições de produção, planos enunciativos, confrontos ideológicos/críticos, funcionamento etc. - concepções de tipos discursivos visando sistematizar, o que se poderia denominar de vetores que atravessam os mais diversos discursos (MUSSALIN, 2012).

Em *A Linguagem e seu Funcionamento* (2011), Orlandi propõe questões sobre o funcionamento³⁰ linguageiro, com base no postulado que todo sujeito ocupa uma posição de “fala”, sendo sempre confrontado pelas relações de poder e pelas posições assumidas por outros sujeitos no interior de uma formação social qualquer. Esse entendimento enquanto perspectiva de pensamento retoma ao *já-dito*, faz desaparecer a noção de neutralidade desses locutores e realça o aspecto ideológico que os atravessa. Possui ainda como consequência, mais um retorno: a relação linguagem-história, somente pode ser problematizada a partir de um dispositivo analítico, que prescindia de método e teoria.

Assim, ratificando que interpretar os sentidos produzidos pelos sujeito no interior do paradigma linguístico materialista - não obstante, haja diferentes posicionamentos teóricos nas diversas construções e reconstruções por que passou e passa a AD, sobretudo, no Brasil - parte da compreensão do múltiplo olhar (possibilidades interpretativas) e do entendimento que a construção teórica é cumulativa e incessante, considera-se nesse constructo teórico-metodológico, a contribuição da pesquisadora Eni Orlandi no que tange às tipologias discursivas³¹ - discurso lúdico, o discurso polêmico e o discurso autoritário, enquanto o

²⁹Dentre outros linguistas, citemos: Guespin (1976), Marandin (1979), Maingueneau (2008) e Amossy (2017).

³⁰“[...] a noção de funcionamento, estendida para o discurso, faz com que não trabalhem apenas com o que as partes significam, mas que procuremos “quais são as regras que tornam possível qualquer parte [...]” (ORLANDI, 2011, p.86).

³¹Recuando a origem e desenvolvimento da AD, vê-se que Pêcheux não estabeleceu teoricamente um feixe de características que identificasse tipos diversos de discurso. Contudo, filiada a AD materialista francesa, Orlandi (2011), desenvolve pela observação da linguagem, essa concepção tipológica, o que permite sistematizar, o que

conjunto de características generalistas que circunscrevem determinados funcionamentos discursivos, permitindo melhor sistematizar a variação no campo do discurso.

Considera-se o critério tipológico uma metodologia de classificação para análise discursiva, possibilitando um norte para se pensar um tipo discursivo qualquer. Lembrando ainda que essa classificação deve sempre relacionar-se aos objetivos da análise, podendo sua aplicação ter maior ou menor generalidade diante do recorte de linguagem, e sobretudo, levar em consideração a produção de paráfrase (repetição dos sentidos) ou polissemia (instauração de novos sentidos). Assim, de forma geral têm-se:

[...] O **discurso lúdico** é aquele em que seu objeto de mantém presente enquanto tal (objeto, coisa) e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de *polissemia aberta* (o exagero é o *non-sense*). O **discurso polêmico** mantém a presença de seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma *direção*, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz, o que resulta na *polissemia controlada* (o exagero é a injúria). No **discurso autoritário** o referente está “ausente”, oculto pelo dizer, não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, que resulta na *polissemia contida* (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando). Esse discurso recusa outra forma de ser que não a linguagem [...] (ORLANDI, 2011, p.15-16, grifo nosso).

Para fazer funcionar seu sistema classificatório e estabelecer suas bases de diferenciação das tipologias discursivas, Orlandi (2011) considera como variáveis, a noção de reversibilidade - polissemia, os sujeitos (interlocutores em interação) e o objeto do discurso (referente). Reversibilidade na perspectiva de Orlandi (2011), representa a relação biunívoca que compõe, integra o discurso e que se estabelece entre os sujeitos (locutores), em uma constante troca de papéis, a qual ela define como “a dinâmica que se estabelece entre o eu e o tu no processo enunciativo” (ORLANDI, 2011, p. 239), incluindo-se nessa observação a relação direta entre reversibilidade e polissemia (cujas gradações para mais ou menos), marca o processo de interlocução circunscrevendo a exposição dos sujeitos em relação ao objeto de discursivo.

Contudo, a autora afirma também, que para além da generalidade posta pela tipologia, o que buscava era pensar a dimensão histórica e o funcionamento social do discurso na interação (simultaneidade do falante e ouvinte na interlocução que é marcado tanto pelo reconhecimento, como pelo conflito, confronto, etc.) que se estabelece entre os sujeitos e destaca, que o mais

se poderia denominar de vetores que atravessam esse discurso. Assim, cada tipologia deve ser entendida como “[...] uma configuração de traços formais associados a um efeito de sentido caracterizando a atitude do locutor face a seu discurso e através desse, face ao destinatário” (MARANDIN *apud* ORLANDI, 2020b, p. 131).

importante é levar em consideração as propriedades internas ao processo discursivo, ou seja, as condições de produção, a remissão às formações discursivas e o modo de funcionamento (ORLANDI, 2011).

Assim, destacar o tipo discursivo com base nos princípios da AD é voltar-se ao funcionamento – “atividade estruturante de um discurso determinado, para um interlocutor determinado, por um falante determinado, com finalidades específicas” (ORLANDI, 2011, p.153) - que se dá no interior de um domínio (região do conhecimento), embora sempre se considere a heterogeneidade discursiva. Vale especificar ainda a noção de “determinado” em Orlandi (2011) equivale nos termos de Pêcheux (AAD-69), às formações imaginárias que advém das posições-sujeito que falam no discurso, levando-se em conta o ideológico da formação social na qual se diz,

[...] Vemos isso através do meio social que nos rodeia. Pressupomos certa esfera social típica e estabilizada para a qual se orienta a criatividade ideológica [polissemia] de nossa própria época e grupo social. [...] consideramos, além disso, que a atividade de dizer é tipificante: todo falante quando diz algo a alguém estabelece uma configuração para seu discurso [que se define na própria interação]. [...], porém, enquanto resultados, enquanto produtos, os tipos são cristalizações de funcionamentos discursivos [domínios] distintos. Há, pois, relação entre a atividade e produto do dizer e assim os tipos passam a fazer parte das condições de produção do discurso (ORLANDI, 2011, p.153).

Portanto, o fundamento da exploração do aspecto tipológico, é destacar em cada discurso suas condições de produção, levando-se em conta “o ponto de vista” dos interlocutores em seu exercício de interação linguageira que se dá pelas formações imaginárias (e é marcado pela reversibilidade), o papel da paráfrase e da polissemia que marcam a posição dos sujeitos em relação ao referente, e por fim, a historicidade que constitui o discurso.

3 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O capítulo em pauta tem como propósito apresentar o trajeto da pesquisadora até a escolha final do objeto desta tese e os procedimentos especificamente metodológicos que foram pensados em dois momentos distintos. O primeiro, de cunho geral, visando ao tratamento inicial do material empírico; e o segundo, mais específico, relativo à construção do dispositivo de análise em AD.

Parte-se do princípio de que a Análise do Discurso (AD) é uma abordagem teórico-metodológica, e o objetivo do método sob esse paradigma funda-se no desvelar do sentido das práticas discursivas (ORLANDI, 2020a). Por conseguinte, para se compreender o objeto analítico em AD, necessita-se assumir determinados procedimentos teóricos e metodológicos pertinentes ao paradigma, tendo em mente a não transparência e/ou neutralidade da linguagem e, conseqüentemente, do discurso que sempre está atravessado por cargas ideológicas. Entretanto, antes de aprofundar tais questões, cabe apontar as motivações e o percurso rumo ao objeto.

3.1 Na trilha do imponderável

Em fins do ano de 2005 findava minha graduação no Departamento de História (DHI) da UFS e, como trabalho de conclusão de curso, havia transcrito, atualizado e realizado um trabalho de crítica interna e externa do documento Notícia Topográfica da Província de Sergipe (1826), produzido pelo padre e político sergipano Ignácio Antônio Dormundo Rocha. Em sua obra, o autor descrevia ao governo imperial, a Província de Sergipe D'el Rey, suas necessidades iminentes e suas possibilidades em termos econômicos e geográficos.

Há época, já corria à boca miúda, que uma pós-graduação *lato sensu*, a Especialização em Ciências da Religião (2006-2008) estaria sendo gestada por um grupo de professores do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH). O interesse era grande, contudo, não existia um objeto de pesquisa que me possibilitasse concorrer a uma vaga. Nesse momento age o imponderável. Há três anos ingressara na UFS como assistente administrativa e à época trabalhava no Departamento de Economia, sendo a única funcionária naquele momento. Solicitei então ao chefe do Departamento, o Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade, alguém para me auxiliar com os afazeres laborais. E ele conseguiu uma vaga de estágio discente, que foi preenchida por Eliane dos Santos Carvalho Dantas.

Tomar conhecimento do fenômeno Caipira somente foi possível graças a ela. Essa jovem trouxe-me uma informação que mudaria meu caminho como pesquisadora e colocar-me-ia no processo de paixão e busca pelo tema. Em uma noite de conversa na secretaria, Eliane percebeu que a letra manuscrita presente nos documentos do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possuía a mesma forma de escrita da documentação que estava em posse de seu ex-professor de música e amigo, o maestro José Alves de Oliveira, alcunhado João de Santa, da União Lira Paulistana de Frei Paulo

Quando de posse do material original trazido por Eliane, iniciei a leitura e, então a surpresa. Eram cartas - algumas em bom estado, outras bastante danificadas, que tratavam acerca do grupo dos Caipiras, do qual eu nunca ouvira menção. Então, comecei a procurar nas obras historiográficas de Sergipe, porém não encontrava nenhuma informação. Até que, finalmente, encontrei o livro *Fragmentos da História de Sergipe* (1972) do jornalista itabaianense José Sebrão Sobrinho, que abordava a loucura de um seu conterrâneo, o padre Felismino da Costa Fontes que liderou um grupo de seguidores, os Caipiras. Conseguira as fontes e havia uma referência sobre o fato, o que possibilitou ingressar na especialização.

O interesse na história dos Caipiras e seu líder começa a se desenhar. No período da seleção para ingresso na referida pós-graduação *latu sensu*, eu descobri que outro historiador, João Hélio de Almeida, professor da rede estadual e escritor carirense, possuía uma cópia datilografada de cartas do mesmo padre, as quais ele conseguira em terras recifenses. Como fomos ambos ingressantes da mesma pós-graduação, cotejamos o material para ver se havia algo diferente, todavia, tratava-se das mesmas cartas. A tristeza abatera-me, pois, a paixão já não permitia divisão.

Insatisfeita, continuei a buscar informações, revirando tudo o que podia para conseguir novas pistas, prossegui a pesquisa em outras localidades. Primeiramente, em Frei Paulo, onde além de ter conversado com o Sr. João de Santa (guardião das cartas felisminianas), pude, na Igreja Matriz de São Paulo, ter acesso ao livro de Batismo, a partir do qual, obtive uma primeira prova do ofício exercido pelo padre Felismino, assegurando-me da legitimidade das cartas ao cotejar letra e assinatura, confirmando a autenticidade dos escritos epistolares, e, ainda confirmar uma hipótese que desenvolvi durante a leitura das cartas e que buscarei desenvolver nessa análise. Animada com os novos achados, levei adiante a missão da pesquisa.

Convenci-me de que viajando à Bahia poderia encontrar mais fontes ou informações, pois, no século XIX, eclesiasticamente, Sergipe era governada pela Arquidiocese com sede em

Salvador. E comecei a tatear. Dentro de mim, algo me dizia que eu conseguiria encontrar. Virou obsessão. E algumas obsessões podem levar à vitória.

Uma tarde, já em Salvador, procurando há dias por alguma informação, eu não sei explicar o porquê, achei que Felismino Fontes era padre jesuíta, e me dirigi ao Colégio Jesuíta Antônio Vieira (fundado em 1911), no bairro da Graça em Salvador, no qual me informaram que se alguém podia saber de alguma coisa era o padre/historiador italiano Francisco Ivern Simó, mas que ele estava muito velho e talvez não me pudesse ajudar. Demorou... porém, ele pôde. E como pôde! Embora tenha me informado que Felismino não fizera parte da ordem jesuíta, graças às indicações do padre Francisco, eu consegui localizar a professora da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Dra. Venézia Durando Braga Rios, então coordenadora do Laboratório Eugênio Veiga (LEV). Lá encontrei os primeiros documentos a respeito do padre Felismino Fontes, datados de 1874: *Gênere et moribus*, que tinha por propósito dar a conhecer origens familiares e costumes do candidato à sacerdotia; *Vida et Moribus*, um edital público de informações sobre o habilitando à formação de sacerdotia e o processo de *Patrimônio*, que versava sobre os trâmites de doação de uma casa à Arquidiocese da Bahia, realizada pelo capitão Antônio Manoel da Costa, pai do clérigo Felismino Fontes (SANTANA, 2007).

Essa foi a documentação utilizada como fonte para desenvolver a monografia, que apresentou um panorama sobre Felismino e sua família, o processo burocrático percorrido para que se tornasse padre, mas, sobretudo, versava sobre as principais temáticas desenvolvidas nas epístolas felisminianas. Em fins da especialização, segui para o mestrado, e abandonei o tema dos Caipiras, pois pensava não haver mais nenhuma fonte, e não conseguia vislumbrar novas possibilidades para a temática.

Nesse momento, pesquisando na Cúria sergipana, deparei-me com a figura de Dom José Vicente Silveira Távora (1958-1970), sendo ele o personagem de minha dissertação, cujo objetivo principal foi identificar e compreender as ações de cunho social empreendidas por este prelado durante os doze anos que esteve à frente da Arquidiocese sergipana. Estritamente, as ações do prelado foram relacionadas aos sentidos e disposições instituídas no campo católico brasileiro no intervalo de 1930 a 1970 e ao debate acerca da questão social que impulsionou a Doutrina Social da Igreja no Brasil.

Ao findar o mestrado em 2010, fui em busca de uma estrutura profissional mais alinhada com a minha formação e iniciei a participação em concursos. Em 2013, consegui o intento e, após meu novo estágio probatório, resolvi que iria ingressar no doutorado e desenvolver um

estudo sobre o curandeirismo em Sergipe na segunda metade do século XIX. Embora tenha ao longo de alguns meses prospectado um conjunto documental acerca de curandeiros sergipanos de diversas etnias, o projeto foi adiado porque eu não conseguia esquecer os caipiras. Mas, o que fazer? Não sabia ao certo. Para começar, iniciei a busca por novas evidências, algo além das cartas e documentos pessoais sobre Felismino Fontes. Existiriam ainda outros registros? Qual a nova visão que eu procurava? Sabia somente que gostaria de ter outros pontos de vista sobre o fenômeno, no entanto, ainda caminhava no vazio.

Em vista de meu ofício de professora no Departamento de Ciência da Informação (DCI), no trabalho direto com a área de documentação e registros do conhecimento, percebi que me faltava (e muito), adentar na seara da leitura, formação do leitor. Resolvi, dessa feita ingressar no Doutorado em Letras, o que me aproximaria das teorias acerca da leitura e discurso, bem como, possibilitar-me-ia voltar aos Caipiras.

Ao ingressar em 2018 na pós-graduação em Letras/UFS – apesar de alguns professores sinalizarem que eu deveria trabalhar somente as cartas do padre Felismino Fontes – eu queria ir além da visão do sujeito discursivo epistolar e acreditava que poderia haver mais algumas fontes dispersas em algum local que me permitissem um contraponto a esse ponto de vista.

Dei continuidade a busca. Mais uma vez consegui localizar novos documentos: notícias (artigos assinados e anônimos publicados em jornais de época) e documentos produzidos pelos freis capuchinhos, responsáveis pelas missões que aconteceram em Frei Paulo e Itabaiana (1891) comandadas pelo Frei Venâncio Ferrara. Contudo, uma série de questões de ordem pessoal, social (a famigerada pandemia da Covid-19), o tratamento de saúde do guardião da documentação (o frei capuchinho Ulisses Pinto Bandeira Sobrinho), retardaram meu acesso a essas novas fontes, o que somente foi possível em dezembro de 2021. Mesmo assim, busquei-as e parti para tratá-las e mobilizá-las, no intuito de desenvolver esta pesquisa.

3.2 Trâmites metodológicos iniciais

Este estudo caracteriza-se, no que tange à abordagem do problema de pesquisa, como qualitativo-interpretativo, na medida em que, sob essa perspectiva, estabelece-se um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito pesquisador (BORTONIRICARDO, 2008). Cientificamente, por mais que seja indicado ao pesquisador afastar-se de seu objeto, ainda assim, de alguma forma fala a sua subjetividade, pois todas as tomadas de posição e toda interpretação decorrem de escolhas realizadas, desde o material empírico, a

produção do corpus e, por fim a mobilização do cabedal teórico de análise. Em AD não é diferente, pois quando se fala de análise, fala-se de interpretação e evoca-se a noção de gesto de interpretação. Ou seja, desloca-se a noção de ato imanente e assume-se a incompletude da interpretação ou análise, pois estas, sempre em constante transformação, dependem do momento histórico e da perspectiva adotada pelo analista, sendo assim um “[...] vestígio do possível, lugar onde se materializa a ideologia na história [...], ou seja, os gestos de interpretação permitem apreender a maneira como a materialidade discursiva é afetada pela ideologia, pela história e pelo político [...]” (ORLANDI, 2020b, p.18).

Assim, a primeira ação para viabilizar a pesquisa foi o exame do estado de arte acerca da AD de viés materialista (o que se seguiu por todo o desenrolar da escrita), com destaque para Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Jean-Jacques Courtine, Freda Indursky, Maria Leandro Ferreira, não obstante, outras contribuições tenham se feito presentes. Num segundo momento, considerando a necessidade de compreensão da base sócio-histórica no processo de análise linguageira, e levando-se em conta a centralidade da religião nesta pesquisa, tomou-se ainda, posição pela sociologia do campo religioso católico em Pierre Bourdieu (2007), pela noção de plausibilidade em Peter Berger (2018) e por autores basilares que centram o olhar na história da Igreja no Ocidente, sobretudo, no que se refere à crise entre a Igreja e o Império brasileiro nas últimas décadas do século XIX, a questão romanizadora, os movimentos escatológicos (messiânicos e milenaristas) e na história de Frei Paulo em fins do século XIX.

O segundo momento foi o trabalho com o conjunto documental a partir do qual se deu a construção do *corpus* (posteriormente mais bem especificado). Apesar de iniciada anteriormente ao ingresso no doutorado, somente veio a se concluir em fins de 2021, como já apontado, tratou-se de uma busca que se estendeu por mais tempo. Entretanto, uma vez finalizada a recolha, se pode organizar e iniciar com o *corpora* empírico base dessa investigação, formado por: treze manuscritos epistolares de autoria do padre Felismino da Costa Fontes, oito deles datados do período de 1890 a 1903 e cinco epístolas não datadas; sete notícias em periódicos — A Reforma (junho e outubro de 1888), O Caixeiro (1891), Jornal da União Federal (1891) e Cidade do Salvador (1897); Jornal de Sergipe (a biografia do Frei Venâncio Carrara constante dos Anais do 1º Congresso de História da Bahia em 1950 e os Sermões das Santas Missões Capuchinhas em Itabaiana e Frei Paulo (1891), lideradas pelo Frei Venâncio Carrara e seus auxiliares capuchinhos. E, por fim, o conjunto documental transcrito e impresso pelo Cônego Manuel de Aquino Barbosa (1947) referente à Primeira Reunião do Episcopado Brasileiro, concílio que teve sede no estado de São Paulo entre os dias 11 e 20 de agosto de

1890. Este conjunto documental é composto: do discurso de D. Antônio de Macedo Costa na abertura do evento; da agenda dos assuntos que foram tratados durante essa reunião; e das atas das nove conferências realizadas.

As fontes documentais foram obtidas, respectivamente: as epístolas do padre Felismino Fontes, no município de Frei Paulo no acervo do Sr. João Alves de Oliveira (“João de Santa”, neto do melhor amigo do padre Felismino Fontes); os sermões capuchinhos realizados em Itabaiana e Frei Paulo em 1891, a biografia do Frei Venâncio Carrara (1950) responsável por comandar as Santas Missões e dar combate aos Caipiras, o relato da primeira reunião do episcopado brasileiro em 1890 e ainda escritos relativos à visão do Juízo Final sob a ótica da ortodoxia católica, no Arquivo Histórico de Nossa Senhora da Piedade (AHNSP), em Salvador; os jornais, por sua vez, no acervo dos Institutos Históricos e Geográficos de Sergipe (IHGS) e Bahia (IHGB).

Após a coleta, as fontes epistolares foram submetidas a tratamento em virtude de sua recuada temporalidade - à exceção dos jornais, do compêndio das reuniões do Episcopado Brasileiro (já impressa pelos capuchinhos) e da biografia do frei Carrara -, elas se constituem de manuscritos em tinta ferrogálica que, sob a ação do tempo, sofreram algumas avarias.

Assim a primeira ação foi a digitalização dos manuscritos epistolares observando as recomendações publicadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que foi realizada por um profissional do Laboratório Eugênio Veiga (LEV/UCSAL), da Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Posteriormente, o material foi transcrito a partir do Manual de Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos do Arquivo Nacional. Essas ações visaram não somente ao tratamento do material, mas também facultar aos leitores uma melhor condição de entendimento do texto. Os sermões e biografia do padre Carrara foram recolhidos já digitalizados no arquivo do AHNSP, sob os cuidados do historiador e frei capuchinho Ulisses Bandeira, necessitando transcrição sob as mesmas regras estabelecidas para as cartas felisminianas. Por sua vez, os jornais constituíam-se em material impresso e já haviam sido digitalizados pelo IHGS e pelo IHGB.

Finalizadas essas primeiras ações, voltou-se no segundo momento à construção do dispositivo de análise, ressaltando-se que tal recurso exige um trabalho teórico-metodológico que objetiva viabilizar respostas aos questionamentos de pesquisa, e que cada *corpus* a ser analisado necessita de que se estabeleçam procedimentos específicos.

3.3 Dispositivo de análise

Considerando, em consonância com Indursky (2013), que por dispositivo de análise em AD deve-se entender o conjunto de ações necessárias para investigar os mecanismos de produção de sentidos das discursividades, torna-se impositivo, então, que se mobilize um aparato teórico-metodológico visando a compreender toda e qualquer materialidade discursiva posta em jogo.

Assim, após os trâmites iniciais e já referenciados na segunda parte deste capítulo, a próxima etapa foi explorar o conjunto documental acerca dos Caipiras. Faz-se pertinente esclarecer que as fontes documentais (LE GOFF, 2003, p. 525-541) não foram consideradas como produto acabado ou explícito da memória, algo que evoca um único sentido e deve ser apreendido em sua concretude já-dada - já significada materialmente³², capaz de explicar o fenômeno social em termos discursivos. Assim, partiu-se para a primeira ação – ler os documentos e produzir as primeiras questões exploratórias: Quais são os documentos? De onde provém? De que tratam? O que é dito? Por que é dito?

Após esse primeiro exame, o material foi agrupado em três tipologias³³: a) *Cartas* - escritas pelo padre Felismino da Costa Fontes, nas quais são expostos fatos relativos ao clérigo e seus seguidores, a suposta perseguição por eles sofrida, exortações, práticas e a cosmologia Caipira. Observa-se que o conjunto epistolar possui dois objetivos principais, informar e exortar o grupo Caipira; b) *Discurso e Atas da Primeira Reunião do Episcopado Brasileiro* – documentação integrante do acervo do AHNSP, produzida pelos bispos brasileiros no ano de 1890, e que trata dos problemas enfrentados pelo clero brasileiro à época, da separação entre Estado e Igreja e o consequente fim do padroado, da criação de novas dioceses, dos interesses da Igreja frente o estado brasileiro da reforma eclesiástica nos termos do Ultramontanismo; c) *Notícias e Artigos de Periódicos* - dois artigos assinados pelo Sr. João Tavares da Mota, proprietário rural e um dos principais responsáveis políticos pela fundação da Freguesia de São Paulo acusando publicamente a pessoa de Felismino Fontes, e três notícias anônimas acerca do grupo Caipira e seu líder suscitando os problemas enfrentados pelas autoridades públicas e pela Igreja devido as crenças e posturas dos Caipiras.

³²Essa questão encontra consonância na afirmação de Barbosa Filho (2019, p. 29), que sublinha a dificuldade ao se buscar textualizar um conjunto documental – “[...] é preciso atentar que não se está trabalhando com o real da história, mas com uma textualidade que é constituída pelo pesquisador [...] no qual constrói uma noção imaginária de conjunto [...]”.

³³Tipologias que serão destacadas em sua forma e conteúdo, nos capítulos 5 e 6.

Essa ação permitiu uma visão macro acerca das fontes. E ao cotejá-las com o arcabouço teórico da AD, novas questões se apresentaram: quem são os sujeitos discursivos? O que eles enunciam e para quem enunciam? Como o fazem? De que lugar social e discursivo falam os sujeitos? Quais as imagens que fazem de si, de seus aliados e dos opositores? Onde o que se diz foi dito anteriormente? Por quem foi dito? E em que circunstâncias outras? De que forma aquilo que foi dito anteriormente é mobilizado no dizer dos sujeitos à época.

O próximo passo após esse novo recorte foi elaborar um resumo que tanto possibilitasse um efeito de conjunto (levando em conta as diferentes esferas do dizer e seus objetivos) quanto buscar respostas preliminares às questões propostas sob o ponto de vista de cada sujeito (em bases sociológicas e enunciativas). Como norte, a noção de que os posicionamentos assumidos pelos sujeitos eram inevitavelmente marcados pela história da formação social brasileira no século XIX, e estavam “sujeitos” a seu lugar social, a ação da ideologia e do inconsciente; e, acima de tudo, vestígios representativos de embates entre forças sociais contraditórias, ou seja, marcadas pelo constante embate que se estabelece entre diferentes lugares e posições-sujeito no interior da estrutura social. Fez então um primeiro recorte, buscando adentrar mais profundamente nas condições de produção a partir do exame da situação enunciativa e das condições sócio-históricas, com o intuito de proceder a construção do *corpus*.

Assim, uma nova ação tomou corpo, a “dessuperficialização”³⁴ textual e discursiva, sem dúvida a parte mais longa e extenuante do processo, pois a intimidade com os estudos linguísticos apontava para a falta. Buscou-se assim, realizar em primeiro lugar uma análise dos mecanismos sintáticos observando as relações estabelecidas entre os termos na formação dos enunciados. E posteriormente, fez-se trabalhar o arcabouço teórico, buscando aclarar o objeto discursivo e seu funcionamento. Partiu-se em primeiro lugar para o trabalho com os marcadores linguísticos. Na sequência, trabalhou-se a paráfrase³⁵ visando nesse percurso perceber as relações³⁶ que esta estabelecia com a polissemia³⁶, e diante da textualidade recortada, delimitou-se o que era dito e que sentido esse dizer evocava opondo-o àquilo que poderia ter sido colocado

³⁴Dessuperficialização, de acordo com Pêcheux e Fuchs (2014, p. 180), é o processo que consiste na “transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico” com o objetivo de “anular a ilusão de realidade que se produz na falsa correspondência entre palavras e pensamentos em relação ao mundo exterior”. [...] Convém, antes, conceber a língua (objeto da linguística) como a base em relação à qual se constroem os processos; [...] e é preciso, desde então, reservar o termo de processo discursivo (processo de produção do discurso) para se referir ao funcionamento da base linguística em relação às representações colocadas em jogo nas relações sociais (PÊCHEUX, 2014b, p. 74).

³⁵A matriz parafrástica” é “matriz de sentido (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 167).

³⁶Noção que diz respeito ao novo, “ferramenta de abertura”, de ruptura, que funciona interrompendo a continuidade estabelecida pela paráfrase, e consequentemente, possibilitando novos sentidos (ORLANDI, 2011, p. 45).

e foi silenciado. Com essa ação foi possível determinar o processo de “ilusão” que acomete o sujeito (PÊCHEUX, 2014b), diante da força do ideológico/inconsciente e os pré-construídos retomados nas enunciações.

À medida em que se trabalhava o material empírico para se chegar ao objeto discursivo, e tendo como norte que a análise diz respeito a uma temporalidade específica, procedeu-se a leitura de textos históricos e sociológicos, visando apreender as relações socioeconômicas e políticas brasileiras em fins do século XIX, mais especificamente, no que diz respeito ao campo católico brasileiro, a crise Estado/Igreja, relações de poder na zona rural do Brasil; relações de compadrio; movimentos sociorreligiosos e doutrina escatológica. Objetivou-se com esse procedimento compreender os pontos de tensão que remetem à luta de classes no interior da sociedade brasileira do século XIX. Isto pois, entende-se que a insurgência do grupo Caipira na região rural sergipana, sua cosmogonia, e as ações promovidas para sua dissolução, comungam de forma direta com as questões postas nos referidos espaços de poder no território brasileiro.

Dando continuidade, a próxima etapa foi aprofundar o olhar acerca da relação sujeito/ideologia, objetivando aclarar possíveis formações imaginárias assumidas pelos sujeitos, uma vez que estas configuram participação direta do sujeito nas condições de produção estritas. E ao tratar do objeto imaginário, far-se-á valer o funcionamento da memória, enquanto pré-construídos ou já-ditos.

Como resultado dos procedimentos elencados para construção do *corpus*, chegou-se finalmente à delimitação das sequências discursivas (SD), “[...] sequências orais ou escritas de dimensão superior a frase [...]” (COURTINE, 2014, p. 55), que foram assim identificadas: as SD do *corpus* discursivo epistolar serão identificadas por (SDE) e serão em maior número; as sequências discursivas oriundas do discurso hierárquico católico, sob a forma (SDC); e as sequências dos periódicos como (SDP). Informa-se ainda, que as SDs, serão devidamente numeradas em ordem cronológica em cada um dos domínios explicitados, e ratifica-se que a análise foi realizada num constante movimento pendular (descrição/interpretação), cujo foco esteve sobre os sujeitos submetidos à ordem do ideológico e do inconsciente, tendo a memória como base estrutural daquilo que foi enunciado.

Por fim, cabe explicitar que no corpo do texto, serão apresentados excertos dos documentos manuscritos seguidos da transcrição, quando necessário. Os impressos (jornais e documentos eclesiásticos) não se fará transcrição, a menos que seja necessário, sobretudo no caso dos jornais, por serem muito recados temporalmente. Optou-se por esse modelo e não pela apresentação de todo material epistolar e eclesiástico nos anexos, por dois motivos: a) o

primeiro é o futuro projeto da pesquisadora de publicar as cartas felisminianas em obra específica; b) o segundo diz respeito ao volume documental que seria bastante significativo e oneroso.

4 OS CAIPIRAS

Este capítulo trata dos Caipiras e da Freguesia de São Paulo da Mata. Esse gesto pauta-se no entendimento que o fenômeno Caipira é de desconhecimento da grande maioria dos leitores. Portanto, optou-se inicialmente por localizá-lo espaço-temporalmente, apresentar uma narrativa histórica acerca de seus membros e, sobretudo, do seu líder.

4.1 São Paulo da Mata

A Freguesia de São Paulo da Mata³⁷, ou ainda “Chã de Jenipapo”, integrava as terras pertencentes ao território da Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana³⁸ (ANEXO B) denominadas “matas de Itabaiana³⁹”. Desde o século XVII, devido à fertilidade de suas terras a região das matas despertou o interesse de fazendeiros da região central e sul da Província de Sergipe, mormente, de Itabaiana (a quem as matas pertenciam geograficamente) e Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Fundada oficialmente em 25 de janeiro de 1868 pela Lei Provincial nº. 1.323, de 29 de abril de 1886 pelo Presidente de Província, o Sr. Manoel José de Araújo Góes (1839-1930), a antiga povoação de São Paulo da Mata transformou-se em Freguesia (ALMEIDA, 2000; FERRARA, 1891b).

O surgimento de novas localidades, em geral ligados à expansão econômica e administrativa do Império, estava sustentada pelo projeto nacional Estado-Igreja (ordem e evangelização), objetivava a pacificação do território através das missões sacerdotais, a criação de obras sociais e a expansão territorial e econômica no território brasileiro. A Ordem Capuchinha, presente e atuante na Província de Sergipe, e que já em 1874 havia desenvolvido Santas Missões na localidade de São Paulo da Mata foi incumbida de realizar os atos

³⁷Distrito (Freguesia) criado com a denominação de São Paulo, pela Lei Provincial nº. 1.323, de 29-04-1886. Elevado à categoria de Vila com a denominação de São Paulo, pelo Decreto-lei estadual nº. 11, de 25-01-1890, quando desmembrado de Itabaiana. Elevado à condição de cidade com a denominação de São Paulo, pela lei estadual nº 795, de 23-10-1920. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede constituído de 2 distritos: São Paulo e Carira. Pelo decreto-lei estadual nº 377, de 31-12-1943, revogado pelo Decreto nº 533, de 07-12-1943, revogado pelo decreto nº 533, de 07-12-1944, o distrito de São Paulo passou a denominar-se Frei Paulo constituído de 2 distritos: Frei Paulo e Carira. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-08-1950. Pela lei estadual nº 525-A, de 25-11-1953, desmembra de Frei Paulo o distrito de Carira (elevado à categoria de município). Finalmente, em 01-08-1960 pelo Decreto-lei estadual nº. 377 de 01-08-1960 altera-se São Paulo para Frei Paulo (IBGE, c2017).

³⁸Elevada à cidade pela Resolução Provincial 301 de 28 de agosto de 1888, na Presidência de Francisco Paula Preste Pimentel.

³⁹Ver Mapa da região nos anexos do texto.

evangelizadores e legitimou sob os auspícios do Império e da Igreja, a criação da nova Freguesia.

No comando dessa missão, os Freis Paulo Antônio Damele de Casanova de Rovegno (1813-1891), Prefeito Apostólico da Província de Nossa Senhora da Piedade Bahia-Sergipe (1872-1880) da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos e Davi de Umbértine (1825-1909), membro do apostolado da Vice-Prefeitura capuchinha com sede na cidade de São Cristóvão que historicamente responderam pela fundação da localidade (FERRARA, 1891; IBGE, c2017).

Figura 1 – Frei Paulo Antônio Damele de Casanova de Rovegno (1813-1891)



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Nossa Senhora da Piedade (AHNSP) (1857-1878)

Como marco zero da localidade de São Paulo, ergueu-se nas terras disponibilizadas pelos senhores José Alves Teixeira e Alexandre de Matos uma pequena capela de madeira, que posteriormente tornou-se a Matriz de São Paulo e, liderando o grupo dos fazendeiros – Antônio Teixeira, Lourenço da Rocha Travassos e Tomaz de Aquino e Silva -, o capitão João Tavares da Mota, proprietário de terras e futuro Intendente da localidade foi um dos maiores responsáveis pelas edificações do povoado (MATOS NETO, 1999; SEBRÃO SOBRINHO, 1972). O intelectual sergipano Laudelino de Oliveira Freire (1873-1937) em seu *Quadro Chorographico de Sergipe*, descreve São Paulo da Mata, como de clima agradável e propensa ao desenvolvimento, haja vista que já na década de 1880, possuía uma população de aproximadamente sete mil almas. Sobre ela expõe,

[...] S. Paulo nasceu se bem seja de pequenas proporções e sem grande animação, oferece bello aspecto pela sua collocação. Fica a 20 kilometros distante da cidade de Itabaiana para onde mantém maior numero de suas communicações commerciaes. As suas ruas, formadas quasi todas de

pequenas casas térreas, cortam-se em ângulos rectos, tendo a villa a fôrma quadrangular. Possui alguns sobrados, e como edifícios principaes aposam-se a Igreja Matriz e um pequeno cemitério. Tem uma escola publica de instrucção primaria [...] (FREIRE, 1898, p.109).

Dessa forma, a Freguesia de São Paulo da Mata, passou a atender aos interesses econômicos da Província de Sergipe, dos empreendedores locais e estrangeiros que visavam fomentar a produção algodoeira, em decorrência da escassez causada pela Guerra de Secessão (1861-1865). Vale lembrar que o cultivo de algodão nativo era uma tradição brasileira desde os tempos coloniais e possuía vantagens aos pequenos produtores como obtenção de renda, fácil associação a outros cultivos agrícolas e com a produção animal. Dessa maneira, na segunda metade do século XIX, o Brasil tornou-se o centro produtor de algodão mundial, concentrando-se tal produção na região do semiárido nordestino, fomentada pelas concessões do governo imperial brasileiro. E esse ciclo brasileiro monocultor de algodão privilegiou latifundiários uma vez que “[...] permitiam não só o acesso aos meios de produção, como também compeliavam aos que não as possuíssem certas condições de vida, que lhes fosse compulsória sua integração como elemento de operação do sistema [...]” (MATTOS *et al.*, 2020).

Segundo Passos Subrinho (1987), na segunda metade do século XIX, o algodão deixa de ser uma agricultura de pequena escala (de quintal) e passará a ser atividade mais rentável do momento. Nesse período Sergipe inseriu-se nesse modelo econômico algodoeiro, com as fazendas produtoras de algodão e fábricas⁴⁰ têxteis.

[...] O algodão é cultivado em quasi toda a extensão das zonas central e occidental, principalmente nos municipios de Simão Dias, Itabaiana, Propriá, Dôres, Gararú, Porto da Folha, que constituem ricos empórios deste gênero de produção. Cultiva-se também o algodão, mas em menor escala, nos municipios que ficam nos valles dos rios Real, Piauhy e Vasa-Barrís (FREIRE, 1898, p.55).

Destarte, as terras de São Paulo da Mata em geral dedicadas à criação de gado e às lavouras do feijão, mandioca e milho, voltaram-se, sobretudo, ao algodão – “[...] A principal lavoura e que constitue a fonte da riqueza local é a do algodão, cuja plantação é considerável [...]” (FREIRE, 1898, p.108). Em 1888, surge no povoado Queimados de São Paulo da Mata,

⁴⁰“Inicialmente movidas por máquinas hidráulicas aos poucos foram modernizando-se para máquinas a vapor, aumentando a produção. Essas fábricas produziam panos, linhas, tecidos e sacos para exportar o algodão bruto e açúcar. A produção têxtil era liderada pelas províncias da Bahia e Maranhão. [...] Em 8 de agosto de 1846, foram concebidos privilégios, durante o prazo de 10 anos a quem instalar no Brasil fabricas de tecido de algodão. Isso Possibilitou o surgimento das inúmeras fábricas têxteis no Brasil, principalmente no Nordeste e interior de Minas Gerias” (OLIVEIRA, 2018, p. 3-5).

uma fábrica descaroadora de algodão de propriedade dos ourives franceses Godchaux Ettinge e, Gabriel Lazar Ettinger (seu sobrinho), que se tornou a principal beneficiadora do produto na região (FREIRE, 1898; OLIVEIRA, 2018),

No entanto, em fins da década de 1880, um novo cenário econômico e problemas climáticos fazem declinar a prosperidade da Província e causam forte abalo na região do agreste e sertão sergipanos. Com o fim da guerra, os Estados Unidos volta a produzir algodão em grande escala o que causa a retração das exportações algodoeiras e frustra os investimentos e a ambição dos investidores nordestinos (PASSOS SUBRINHO, 1987). Inicia-se a escalada econômica do ciclo do café na região sudeste do Brasil que desloca boa parte da mão de obra escrava, e, em fins de 1888 uma grande seca, que já se iniciara de forma mais destacada na Província do Ceará, estendeu-se sobre o Nordeste brasileiro, trazendo como consequência a devastação, a miséria e a fome. Conquanto, a incidência na região do agreste sergipano não tenha sido das maiores, nesse momento foi responsável pela retração econômica na região (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2016).

4.2 A cosmogonia caipira

O intelectual sergipano Carvalho Deda⁴¹ (1898-1968), em sua obra clássica acerca do folclore sergipano, *Brefaias e Burundangas do Folclore Sergipano* (CARVALHO DEDA, 2001, p. 218), define caipira como “[...] os adeptos do Padre Felismino, antigo Vigário da Freguesia de Frei Paulo, Sergipe, o qual, tendo enlouquecido, começou a pregar sobre o fim do mundo, iniciando uma Seita baseada no Apocalipse e na Missão Abreviada”. Por tal referência, vê-se que o termo caipira, mais do que referir a habitantes campestres, tornou-se signo distintivo de um grupo em especial, símbolo de uma determinada cultura no agreste e sertão da região centro-sul da Província de Sergipe.

Com o propósito de avançar na investigação desses sujeitos, em primeiro lugar buscou-se as cartas do líder do grupo. Ao lê-las, encontrou-se pouquíssimas referências a nomes – a exceção dos compadres Bento e Salustiano Pereira e do Sr. Justino de Simão Dias – pois há um cuidado explícito para que as cartas não sejam vistas ou pegadas pelos inimigos, não obstante,

⁴¹José de Carvalho Déda foi folclorista, jornalista, xilógrafo, advogado, político e escritor sergipano, natural do município baiano Patrocínio do Coité (atual Paripiranga). Mudou-se para Simão Dias e sob a influência do parente e amigo, o jurista Antônio Manoel de Carvalho Neto, exerceu advocacia como provisionado por mais de quatro décadas. Na mesma cidade, foi vereador, prefeito e elegeu-se deputado estadual por três mandatos seguidos (1947-1958), onde escreveu o regimento da Casa. Também foi autor do projeto que concedeu a emancipação política de Poço Verde. Em setembro de 1946, Carvalho Déda lançou o jornal ‘A Semana’, em Simão Dias (MACHADO, 2008).

muitas sejam as referências aos seguidores enquanto grupo, denominados “[...] “povo santo” [...]” (FONTES, 1891 p. 4), “[...] “os escolhidos” [...]” (FONTES, 1892, p.3), “[...] “rebanho” [...]” (FONTES, 1893, p. 6), dentre outras, as quais serão melhor explicitadas posteriormente. Percebe-se, entretanto, que as referências aos Caipiras nas poucas obras e breves citações, especialmente, relativas às histórias dos municípios sergipanos que antigamente pertenciam ao território de Itabaiana, caracterizam-nos como “figuras exóticas”, de longas vestimentas escuras, muito rígidos, e até podemos dizer “fanáticos violentos”, que difundiam credences de cunho mágico e eivadas de práticas supersticiosas, bastante arraigadas ao que se convencionou definir como catolicismo popular.

Toma-se aqui dois excertos significativos dessa questão, que separados temporalmente, sustentam determinadas representações constantemente difundidas a respeito dos Caipiras. São eles: o do professor e escritor Hélio Almeida (2000), que em sua obra a respeito de Carira, sua cidade natal, apresenta um caso difundido sobre os Caipiras, o que nos faz remeter ao pensamento de Carvalho Déda, que os Caipiras integram o imaginário do agreste da região central de Sergipe, conforme as representações que foram identificadas:

[...] certa ocasião um casal Caipira vinha da roça cada qual carregando uma abóbora sobre a cabeça, e a mulher para não sujar a barra do longo vestido numa poça de lama, levantou-o um pouco, descobrindo um pouco acima do tornozelo, motivo que levou seu marido a zangar-se, arremessando-lhe nas pernas a abóbora que trazia como repreensão [...] (ALMEIDA, 2000, p. 148).

Já os registros do Cônego Raul Borges, aqui disponibilizados foram publicados por Hélio Andrade (2020) e João de Santa (2002). O cônego durante seu paroquiato no município de Carira na temporalidade de 1976-1986, recolheu por meio de entrevistas, principalmente, com uma senhora (não identificada) algumas das crenças atribuídas aos Caipiras e ainda compartilhadas pelos antigos da região. Segundo os registros, ela informou que nas localidades próximas, muitos dos ensinamentos difundidos pelo padre Felismino ainda eram considerados, até porque, muitas de suas “[...] “previsões”: cerca de ferro (arame farpado), estradas nos ares (aviões), cavalo preto caminhando a fogo (automóvel)” etc.” (BOMFIM, *apud* ALMEIDA, 2000), realmente foram se confirmando, o que fortaleceu a fé dos fiéis em seus ensinamentos. Vejamos algumas das crenças atribuídas a Felismino,

[...] o inferno foi gerado por Herodes, pois ele não se arrependeu, não quis o perdão de Deus [...] gente com hóstia no couro, não morre nunca: uma vez um padre tirou uma hóstia do corpo de um homem e caiu aquele feixe de ossos; para ter a hóstia no corpo, faz-se um pequeno ferimento na carne e ali se coloca

essa hósta, que ela entra [...] se a criancinha, quando mama, bate no seio da mãe, esta tem que bater na mãozinha dela, porque se a criancinha morrer, a terra não come sua mão [...] velho quando caduca, vira anjo inocente, criancinha; então precisa ser batizado novamente [...] na Ressureição dos Mortos, os de Deus, entrarão num corpo podre; os aleijados bons ficarão perfeitos, os aleijados maus continuarão aleijados [...] (BOMFIM, *apud* ALMEIDA, 2000, p. 144).

Sobre os relatos recolhidos pelo referido Cônego Raul, o jurista e pesquisador itabaianense Vladimir Carvalho, – que afirma recordar-se de sua infância e juventude em Itabaiana, marcadas pelas evocações e histórias acerca do fim dos tempos –, aponta que tais informações fragmentárias recolhidas pelo clérigo não provam aquilo que o padre Felismino poderia ter difundido em suas pregações, e que podem ser fruto da imaginação ou deturpação da depoente, uma vez que muitos são os anos que a separam do fato,

[...] Pois bem. Algumas das idéias do Padre Felismino da Costa Fontes foram salvas pelo padre [e poeta] Raul Borges Bonfim, não evidenciando, em nenhum dos seus conceitos coligidos, nada que se relacione ao final do mundo. Contudo, são fragmentos colhidos oitenta e tantos anos depois da morte do seu criador, recolhidos oralmente, passados de geração a geração, sem que, ninguém que viu o padre pregar estivesse vivo na década de setenta do século passado, quando o padre Raul foi vigário de Carira, vizinho da Freguesia de Frei Paulo. A circunstância tempo opera para a deturpação e alteração das idéias originais do primeiro vigário da freguesia de Frei Paulo, mas oferece uma visão, ainda que incompleta, de seus sermões [...] (CARVALHO, 2008, p. 1).

Concorda-se em parte com aquilo que é posto pelo Sr. Vladimir Carvalho, visto que ao menos nas cartas e outros documentos recuperados, ainda que haja uma evocação a profecias, nenhuma das credices que foram atribuídas ao padre Felismino encontra-se registrada nos manuscritos que dispomos, mesmo quando neles são abordadas questões como normas de conduta ou regras batismais. Compreende-se também que com o passar dos anos aquilo que foi dito e redito, ganhou novos sentidos, proporções e formas.

O que realmente foi possível levantar tomando como base documental manuscrita e impressa é que o grupo Caipira, alcunhado dessa forma pelos habitantes da Província de Sergipe e pela hierarquia católica, surgiu em fins do século XIX e foi liderado pelo padre sergipano, Felismino da Costa Fontes (1848-1913). Os integrantes, em sua grande maioria moradores do sertão e agreste sergipanos, eram trabalhadores rurais, artesãos, donas de casa, costureiras,

pequenos produtores e artistas (não se identifica qual a arte)⁴², não obstante, o movimento agregasse em suas “hostes”, letrados de maior condição financeira residentes em vilas e freguesias sergipanas, a exemplo da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (atual município de Lagarto) e a Freguesia de Sant’Ana do Simão Dias (atual município de Simão Dias), os quais, assumiram após o exílio de Felismino, o dever de repassar aos membros iletrados seus ensinamentos e informações, enviados e registrados nas cartas que deixou em São Paulo (sob a guarda de seu compadre Salustiano) antes de sua partida, bem como aquelas enviadas após o seu exílio no Asilo São João de Deus⁴³ (ANEXO C).

Durante um período de aproximadamente cinco anos, os Caipiras seguiram e apoiaram o padre Felismino, comungando de suas ideias e práticas religiosas. E mesmo durante e após os ataques sofridos pelas forças repressivas do governo em aliança com proprietários de terra e a hierarquia católica, permaneceram fiéis ao seu líder. De acordo com os registros felisminianos, os Caipiras foram perseguidos, presos, amarrados em praça pública, sofreram agressões físicas, mas resistiram ao exílio de seu pastor, sob a direção do velho Romão descrito como “[...] troncado, de zanga fácil e hábil cavaleiro [...]” (ALMEIDA, 2000, p.113). De acordo com notícia veiculada no periódico União Federal em 22 de fevereiro de 1899, eles boicotaram, por muitos anos após a desmobilização do grupo, as ações empreendidas pela Igreja na busca por fortalecer o culto católico e envolver os fiéis nas festividades e atividades da paróquia (Ver Cap. 5).

Como anônimos da história, os Caipiras não deixaram maiores registros, a não ser alguns nomes e profissões recuperados nos apontamentos do livro de Tombo da Paróquia de São Paulo⁴⁴ - João Nicácio Pereira (lavrador), Ana Francisca da Conceição (serviço doméstico), Fortunato José Ferreira (artista), Maria Vicência Ferreira (serviço doméstico), Firmino Victor do Nascimento (agricultor), Isabel Maria das Virgens (costureira), Bento e Salustiano Pereira (irmãos, pequenos comerciantes e proprietários de pequena propriedade rural) Justino de Simão Dias (proprietário e produtor rural), etc.

Dessa forma, mesmo buscando por muito tempo outros documentos referentes aos Caipiras, especialmente, no arquivo da paróquia de Frei Paulo, no Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe e nos arquivos baianos, até o momento não foram possíveis maiores informações,

⁴²Livro de Tombo da Igreja de São Paulo na Freguesia de São Paulo (1888) no qual estão inscritos os nomes daqueles que foram batizados pelas mãos do padre Felismino, ao tempo, que como indica registro batismal, tornaram-se também seus afilhados.

⁴³A eles eram endereçadas as cartas do padre Felismino durante seu exílio.

⁴⁴Em virtude do padre Felismino dirigir-se aos seguidores também como compadres, recorreu-se ao “Livro de Tombo de Registros Batismais” da Paróquia de São Paulo, e buscou-se no período de paróquia do sacerdote Felismino (1886-1891), algum indício acerca de seus seguidores.

sendo estes sempre referidos pelas autoridades civis, eclesiásticas e pelos dissidentes que os viam como “fanáticos”, “sertanejos”, “matutos”, “povo simples e analfabeto”, “roceiros”. Para a história, entretanto, esses desconhecidos foram os agentes sociais que ao lado do profeta escreveram as páginas frei paulistanas no seu tempo. A respeito de seu ideário os únicos registros são as cartas escritas pelo padre Felismino no período temporal de 1890 a 1903, as notícias divulgadas em periódicos, a referência nos documentos oficiais da Igreja, causos e lendas difundidos na região.

Em contraponto, sobre o padre Felismino, vários são os documentos e citações em artigos e periódicos. Nos documentos oficiais da Igreja – o Processo de Gêner, Processo Vida *et Moribus* e o Processo de Patrimônio – encontra-se documentação pessoal, sendo possível ter acesso a informações biográficas, familiares e do seu trajeto profissional. Na sequência, algumas dessas informações serão aventadas, buscando entrelaçá-las à constituição do grupo Caipira.

4.3 O líder caipira: notas biográficas

Aos 26 anos de idade, conforme documentação oficial⁴⁵ endereçada ao Arcebispo da Bahia Manuel Joaquim da Silveira (**ANEXO D**), Felismino da Costa Fontes⁴⁶ – natural da Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana (atual município de Itabaiana) –, reconhecido pelos seus contemporâneos como um “[...] aluno aplicado e de boa índole [...]”⁴⁷, descendendo de uma

⁴⁵O pedido foi deferido em setembro de 1874, na cidade da Bahia, e, após a assinatura do Arcebispo, despachado, para a Província de Sergipe aos cuidados e sigilos do Cônego Vigário Domingos Forâneo de Melo, que foi o responsável pelas investigações, juntamente ao padre inquiridor Pedro Antônio de Campos, designado pela autoridade na Bahia. Assim, em segredo, fora e dentro da Vila, o Vigário de Itabaiana deveria procurar testemunhas junto às pessoas mais antigas, fidedignas e desinteressadas da Paróquia para que depusessem quanto à “naturalidade”, “limpeza de sangue” e “geração” do habilitando, e tudo “[...] *que achar e souber de consciência própria*”. As testemunhas não poderiam ter vínculo familiar, nem serem inimigas do habilitando. Destarte, em primeiro de dezembro de 1874, o Vigário Domingos Forâneo de Melo, abriu oficialmente a Comissão Eclesiástica de Gêner a favor de Felismino da Costa Fontes. Ainda fazia parte de tal comissão, o Escrivão Interino Joaquim de Oliveira Noronha, responsável pela autenticação legal dos depoimentos. Foram escolhidos como testemunhas os senhores *Manuel Joaquim de Meneses, Antônio Brito Monteiro, João Manuel de Góis, Manuel Fernandes de Oliveira, Veríssimo José Pereira, Tenente Coronel José de Souza Contreira* (FUNDO DO GOVERNO ARQUIEPISCOPAL, 1874a).

⁴⁶ “[...] No outono de 1848, precisamente em 08 de abril, no semiárido sergipano da antiga Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, nasceu Felismino da Costa Fontes, que teve como progenitores o capitão Antônio Manuel da Costa e a dona de casa, D. Maria da Conceição Costa Fontes. Era o segundo filho do casal que gerou como primogênito José da Costa Fontes, três anos mais velho [...]” (FUNDO DO GOVERNO ARQUIEPISCOPAL, 1874a).

⁴⁷O primeiro a depor foi o Sr. Antônio Brito Monteiro, de 74 anos, casado e comerciante. Declarou conhecer o habilitando desde a infância e saber que foi batizado pelo Tenente Coronel José Teixeira Lobo e sua esposa D. Josefa Francisca de Araújo, avós paternos e já finados. Dizia também conhecer os pais do jovem, afirmando serem naturais da Freguesia e nela residirem, com a ocupação de comerciantes. Que conhecia o habilitando na

família de comerciantes e produtores rurais, de relativas posses e reconhecimento junto aos moradores da localidade, solicitou sua ascensão às Ordens Diocesanas Maiores e Sacras, através do processo de *Gênere et Moribus*.

Desse modo, durante os dias 09 e 10 de dezembro de 1874, deu-se prosseguimento ao processo de ascensão de Felismino Fontes, com a outiva das testemunhas. Por tais testemunhos pode-se observar que Felismino Fontes descendia de pessoas de relativa posse e respeito⁴⁸ (proprietários e comerciantes) bem quistos na Freguesia. Seus avós deixaram herança, e seu pai, além de ter integrado as forças policiais da Província, herdou comércio e casas na Freguesia de Santo Antônio e Almas. Quanto às suas qualidades pessoais, era corrente a representação de Felismino como um homem calmo e estudioso, que possuía atitudes louváveis, que não era visto em festas, serestas ou bodegas. Sempre voltado às coisas de Deus, nunca teve nenhuma ocupação que não o estudo (SANTANA, 2007). Findado o processo, e sendo averiguado pelos inquisidores que Felismino possuía os traços distintivos que lhe possibilitavam condições de acesso ao seminário, dirige-se a Salvador onde para ingresso no Seminário Maior Diocesano, e, posteriormente, em fins de concluir sua formação, e em 1884 embarca para Roma onde permanece durante seis meses (não foi possível localizar documentação que possa esclarecer sobre esse período).

Em 1885 padre Felismino, já diplomado, retornou para a próspera cidade de Itabaiana, tornando-se padre coadjutor⁴⁹ do Cônego Vigário Domingos Forâneo de Melo Resende (?-1902) – clérigo que esteve à frente da Matriz Santo Antônio e Almas de Itabaiana (ANEXO E) por cinquenta anos, o viu crescer e foi responsável pelos trâmites de seu ingresso na instituição

“condição de estudante”, o que afirmava com certeza, pois morava na Freguesia desde muito antes de seu nascimento. Não conheceu os avós paternos do habilitando, mas ouviu dizer por muitas pessoas sérias, que eram católicos e viviam da lavoura. Mas, aos avós maternos, conheceu por deles ser vizinho. Chamavam-se Manuel José da Costa Fontes e Dona Antônia Joaquina de Santa Anna, já finados. Após ratificar a filiação do habilitando, afirmou que nem no presente, nem em gerações remotas as famílias foram presas, punidas ou penitenciadas pelo Santo Offício e nem incorreram em pena civil ou manifestação pública. Não pagavam nenhum empréstimo a agiota nem possuíam relação com nenhuma pessoa da nação judaica. Segundo o depoente, o habilitando era homem de família e de boa vida, muito estudioso e inclinado para o serviço de Deus (FUNDO DO GOVERNO ARQUIEPISCOPAL, 1874a).

⁴⁸ “[...] Embora não integrassem as famílias mais abastadas da região, os Costa Fontes diferenciavam-se da significativa leva de agricultores rústicos da região. Tal afirmação se funda na observação do significativo número de seus membros que ocuparam cargos públicos durante o século XIX. Encontrou-se atuando na Câmara Municipal os senhores João Paes da Costa (1865) e Francisco José da Costa (1832), os juízes ordinários e de órfãos, José Antônio Ferreira da Costa (1824) e Antônio da Costa Andrade (1825), o juiz de direito José Martins Fontes (1873), os Juízes Municipais de Órfãos, o Bel. Constantino da Costa Pereira (1884), o capitão Antônio Manuel da Costa (1856) e o tenente José da Costa Fontes (1876), respectivamente, pai e irmão de Felismino” (CARVALHO, 1973, p. 28-38).

⁴⁹ Padre em geral recém-formado, que passa a auxiliar um pároco colado (concurado) dirigente de uma paróquia.

católica. Há época, sua formação sacerdotal pautava-se no projeto ultramontano⁵⁰ de Roma, a saber: obediência total aos ditames da Santa Sé, obediência hierárquica, centralização dos trabalhos religiosos, controle dos leigos, alianças políticas locais. Todas as ações visavam fortalecer o catolicismo em sua luta por sobreviver frente ao liberalismo e as transformações da sociedade moderna e ao progresso industrial.

Pouco tempo após iniciar seus trabalhos na paróquia de Itabaiana, Felismino passa a discordar de alguns dogmas estabelecidos pela hierarquia católica. Diante do ocorrido, o Cônego Forâneo, seu superior hierárquico e amigo da família, transferiu-o, agora como Vigário Encomendado⁵¹ para a recém-criada Igreja de São Paulo (**ANEXO F**), no distrito de São Paulo da Mata (atual município de Frei Paulo).

A partir dos Registros dos Livros de Tombo de Batismo e Casamento da Freguesia de São Paulo, observou-se que o clérigo passou a cumprir suas obrigações nos serviços da Igreja em 1886. Felismino informa em uma de suas cartas que passou a comandar duas Irmandades: Nossa Senhora do Carmo e a de Nossa Senhora das Dores, embora até o momento, não tenham sido encontrados registros oficiais dessas fraternidades no local, o que leva a crer na possibilidade de que fossem “clandestinas” (criadas sem o aval da Igreja como era de praxe), ou ainda, que não tenha sido produzido nenhum documento oficial ou que possam ter sido extraviados ou destruídos (SANTANA, 2007). E ao contrário do esperado de um homem com sua formação, assumiu qualidades de líder carismático⁵², iniciando uma pregação desviante dos projetos institucionais do qual era membro e representante.

A pregação empreendida por Felismino a partir da Freguesia de São Paulo avançou sobre as localidades de Carira, Alagadiço, Vila Senhora Sant’Ana de Simão Dias, Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, estendendo-se até os limites da Serra Negra, fronteira com a Bahia, chegando a arrebanhar mais de dois mil seguidores (FERRARA, 1890-1993), número bastante expressivo considerando a época. Diante dos fatos, o movimento caipira angariou a oposição dos proprietários de terras da região agreste, a exemplo do Sr. João Tavares da Mota (um dos fundadores da Freguesia) que publicou um artigo no periódico A Reforma de 15 de dezembro de 1888 (**ANEXO G; ANEXO H**), denunciando à sociedade sergipana as ações do padre Felismino e seu movimento Caipira, além de insinuar a possibilidade de ser assassinado

⁵⁰Doutrina que defendia a autoridade absoluta do papa, extensiva ao âmbito das coisas temporais (ULTRAMONTANISMO, 2003-2022).

⁵¹Padre contratado pela Igreja para trabalhar em alguma paróquia (uma espécie de sacerdote comissionado) que a depender de seu desempenho podia ascender na carreira sacerdotal ou ser demitido, ou transferido de acordo com os desejos da hierarquia.

⁵²A liderança carismática é “[...] baseada na devoção a um específico e excepcional ato de heroísmo, ou a um carácter exemplar de uma pessoa, o que lhe legitima a sua autoridade [...]” (WEBER, 2012).

pelo referido clérigo, a quem desconsiderava (ver capítulo 6). Artigos anônimos também foram veiculados, denunciando as ações, ideias e insanidade mental do padre Felismino.

Diante de tais fatos, o Vigário Geral de Sergipe, Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro⁵³ (1828-1910), famoso por mobilizar tropas locais e rechaçar Antônio Conselheiro e seus seguidores do território sergipano (PRATA, 1948), passou também a combater o padre Felismino (um já desafeto), visando ao fim da propagação de suas ideias, o que não foi tão facilmente resolvido. Inobstante os constantes ataques do Vigário Geral e de outros clérigos sergipanos, o movimento não foi tão facilmente debelado devido ao grande apoio popular de que gozava Felismino e o receio de um levante dos Caipiras. O acirramento da situação deu-se em 1890. Em virtude do pouco efeito de suas primeiras ações, o Vigário-Geral de Sergipe informou o problema ao bispo da Arquidiocese em Salvador. Entretanto, como a Arquidiocese passava por problemas administrativos no período de transição entre Dom Luiz Antônio dos Santos (ANEXO G) e Dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891), apesar de intimado a comparecer até a data de 10 de agosto de 1890, sob pena de suspensão de ordens e cassação imediata da provisão de Vigário Encomendado⁵⁴, Felismino consegue adiar esse processo por quase um ano, já que tinha seus próprios planos.

Ao invés de obedecer à autoridade episcopal, redige a ele uma carta na qual informa não ter condições financeiras de viajar a cidade do Salvador e expõe seus “pontos doutrinários” e sua pretensão de continuar junto aos Caipiras, nas “brenhas” do agreste/sertão, mesmo sujeito a novos atos disciplinares. Novas sanções foram paulatinamente impostas, e mais uma vez, nenhuma dessas ações detiveram os Caipiras. Por fim, dissidentes, estado e Igreja unem-se para desbaratar definitivamente o movimento Caipira. Em novembro de 1891, o padre Felismino, ainda residente em Frei Paulo, recebeu outra notificação. Desta vez assinada pelo Presidente de Província, o Sr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1858-1916). Nela, fazia-se expressa a ordem do governador: “partir com rumo a Bahia” (FUNDO DO GOVERNO ARQUIEPISCOPAL, 1874d).

⁵³“Nascido em Simão Dias/SE, a 23 de junho de 1828, João Baptista de Carvalho Daltro era filho de Domingos José de Carvalho e D. Antônia Francisca de Jesus. Sua formação intelectual, basicamente, se deu entre as cidades de Estância (Colégio Barroso) e São Cristóvão. Em 22 de Março de 1847 matriculou-se no Seminário da Bahia, iniciando sua formação pastoral até 1853, onde recebeu ordens sacras. Foi ordenado no Seminário Santa Tereza na época de D. Romualdo Antônio de Seixas (1828-1860). Está inserido na segunda fase da gestão deste Arcebispo da Bahia, onde se colocava ênfase no papel da Igreja como defensora da ordem estabelecida” (GUARANÁ, 1925, p.131-132).

⁵⁴Vigário Encomendado era um pároco indicado por um bispo para atuar nas comunidades e receber pelos seus serviços, ao contrário dos padres colados que eram funcionários públicos e recebiam sua remuneração do governo.

Nesse momento, a situação estava ficando fora de controle. Os inimigos do padre, insatisfeitos com suas ações, finalmente planejaram atacá-lo e expulsá-lo da localidade, sendo salvo pelo Alferes Manuel Hipólito Rabelo de Moraes⁵⁵, dirigente de Carira, que reuniu voluntários em defesa do sacerdote. Todavia, a família de Felismino conseguiu retirá-lo antes que a questão pudesse agravar-se e levou-o de volta a Itabaiana. Após o exílio do padre Felismino, os Caipiras, como anteriormente citado, foram atacados e pressionados pelas forças coercitivas do estado e dos proprietários locais. A Igreja convocou um novo clérigo, o padre Jonathas José Gonçalves e mobilizou os freis Capuchinhos para atuar nessa região. Esses, cuja missão expressa é voltar-se às obras, à observância, à imposição da ordem moral e atuar no tratamento dos desvios sociais e da fé, organizaram uma Santa Missão, sob o comando do Frei Venâncio Maria de Carrara⁵⁶, homem de longa jornada a serviço da igreja, além de sua vasta experiência catequética. Assim, durante o período de 18 de janeiro a 1º de fevereiro de 1892, os capuchinhos evangelizaram a Freguesia sergipana de São Paulo (MARINO, 1950a).

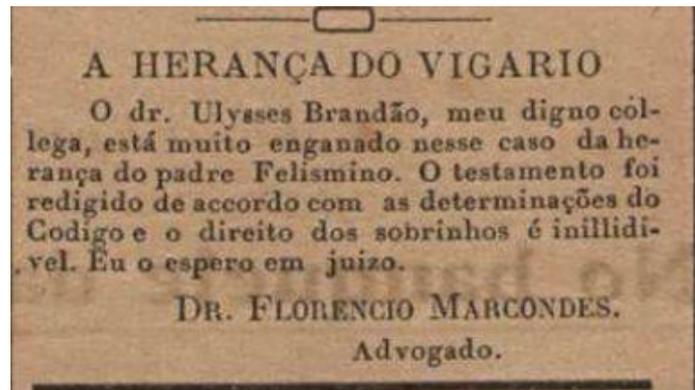
Tais ações surtiram pouco resultado. O povo, além de boicotar o evento religioso, passou a se negar a participar dos cultos e festividades católicas e resistiu a obedecer aos clérigos enviados à Freguesia. O padre Jonathas Gonçalves após várias tentativas ineficazes de congregar fiéis, solicitou seu afastamento da paróquia. Foi substituído pelo padre Antônio Romualdo dos Santos que buscou aproximar-se da população, e mais uma vez a Igreja não teve sucesso em sua empreitada. Este padre foi também logo substituído pelo pároco Manoel Raymundo de Mello que instituiu um culto à Maria, buscando congregar toda a população, mas somente conseguiu arregimentar os mais abastados, tendo pouca adesão da maioria da população local.

Dessarte, o nome de Felismino Fontes continuou a ser evocado por muito tempo, e, segundo informações de moradores de Carira, até há alguns anos, ainda se encontrava quem rememorasse seus ensinamentos. Quanto ao padre Felismino Fontes, descobriu-se recentemente que após sair do Asilo, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde veio a falecer em 1919, e o seu falecimento acendeu uma nova contenda com a Igreja, conforme demonstra o recorte seguinte,

⁵⁵“O Alferes Manuel Hipólito pertencia ao clã dos Rabelo que se transferiram da região portuguesa de Trás-os-Montes e instalaram-se na Província de Sergipe no século XVIII em localidade que hoje pertence ao município de Lagarto. Filho de Agostinho Rabelo de Moraes, nasceu em 1831 na Freguesia de Bom Conselho (Jeremoabo na Bahia)” (ALMEIDA, 2000, p. 111). “Após quarenta anos de intensa vida política em terras baianas, elegeu-se vereador por Simão Dias em 1875” (ALMEIDA, 2000, p. 11). “Posteriormente, em 1880 criou o povoado Gameleiro, nas proximidades de Carira. Intocável e de grande poder em toda região centro-sul da Província (Império) sendo protegido pelo padre Olímpio Campos. Mesmo após a Proclamação da República, ele foi uma das maiores forças políticas, tornou-se alferes em 1897, elegendando-se em 1899 intendente da Vila de São Paulo” (ALMEIDA, 2000, p. 115).

⁵⁶ Frei Venâncio Maria de Carrara.

Figura 2 – A Herança do Vigário



Fonte: Jornal D. Quixote (1919)

Vê-se, por essa nota publicada pelo advogado da família Fontes, pois após a morte do padre Felismino, seus sobrinhos impetraram uma ação reivindicando em juízo, o usufruto dos bens deixados pelo seu tio, os quais a Igreja visava incorporar ao seu patrimônio (JORNAL DO COMMERCIO, 1919). Até o momento não se conseguiu uma cópia do processo, que certamente trará novas informações acerca de Felismino e de sua “luta” com a instituição católica.

5 NAS EPÍSTOLAS CAIPIRAS: O MUNDO DO BEM E DO MAL

A produção epistolar do padre Felismino iniciada no acirramento das relações entre o grupo Caipira e seus opositores, perpetuada com o exílio do padre, para além de demarcar um determinado registro dos fatos pode ser considerada uma estratégia de reafirmar e difundir o ideário do referido grupo, possibilita observar as formações imaginárias, as posições e o trabalho da história e da memória no enunciar do sujeito. E por essa razão, defende-se que as epístolas integram as condições de produção do discurso sobre os Caipiras. Ressalta-se ainda que, no século XIX, não havia para além da carta, telegrama, desenho, caricaturas, ou outra forma de comunicação reconhecida socialmente. E que na Freguesia de São Paulo, a carta constituía-se a única possibilidade de registro, estratégia resistência e demarcação de um determinado ponto de vista.

Assim, este capítulo inicialmente destaca a materialidade das cartas felisminianas e, posteriormente, destina-se à análise das sequências discursivas epistolares (SDE) que compõem a primeira parte do *corpus*. Isto posto, passemos às cartas.

5.1 Materialidade das Epístolas Felisminianas: fonte, tipos, forma e conteúdo

A materialidade significativa é fundamental em AD, uma vez que permite analisar os registros acerca das interações sociais dos homens. Partindo desse ponto de vista, considera-se todo e qualquer meio ou gênero que permita a produção de sentidos, dando-lhes o *status* de via privilegiada ao universo ideológico do sujeito, às suas práticas e às representações. Enfatiza-se que o trabalho com fontes de foro íntimo, agiganta o interesse, e tem-se *a priori* a sensação de “[...] romper um portal e penetrar no tempo, espaço, vida, segredos, representações e interesses humanos de um ou mais indivíduos” (TANNO, 2005, p.2).

As cartas são uma dessas materialidades privilegiadas ao se observar a produção discursiva dos sujeitos em sociedade. Por tais razões, desde fins do século XIX, que os estudos sobre a correspondência íntima, em especial diários e cartas, vêm despertando o interesse dos estudiosos e abrindo novas possibilidades de pesquisas. Falando-se estritamente de escrita epistolar – em quase total desuso no mundo contemporâneo –, pode-se referir a pessoas, instituições, e assuntos os mais variados, bem como, servir aos mais diversos interesses, conter algo de diário pessoal (na medida em que o epistolário relata fatos de vida, ideias sobre determinado assunto, ou mesmo planos para o futuro. Podem ser também uma representação das experiências cotidianas do indivíduo, sejam pessoais ou profissionais, e, especialmente,

servem para clarificar e ordenar propósitos, recordar pensamentos, sensações ou sentimentos (FOISIL, 1991).

Também em nível institucional as cartas foram destaque por muitos séculos. Destaca-se aqui que desde o primeiro século da Igreja Católica as cartas compõem o cânone da teologia cristã, sendo atribuída a Tiago, “patriarca” da primeira comunidade cristã em Jerusalém, a primeira das Cartas incorporadas ao Novo Testamento, segundo apontam as seguintes referências: At 1,13; 12,17; 15,13; 21,18; 1Cor 15,7; Gl. 1,19; 2,9.12 (ENCICLOPÉDIA DIGITAL THEOLÓGICA LATINO-AMERICANA, [2014]). Assim, a tradição epistolar no catolicismo passou a servir de modelo para a correspondência oficial entre os membros do clero, tradição ainda mantida (não obstante outros meios) do uso de cartas a próprio punho, a exemplo da carta do Papa Francisco contra o racismo direcionada aos fiéis brasileiros em 2020.

Trazida para o Brasil, a prática epistolar diretamente ligada aos princípios *ars dictaminis* (arte de escrever cartas em profunda comunhão com a retórica) foi inicialmente fomentada nos colégios jesuíticos e desenvolvida, posteriormente, pela introdução dos manuais, a exemplo da obra “Novíssimo Secretário de Português” (1745) de Francisco José Freire, ou o “Manual Epistolar” para ensinar a fazer cartas (s/d) (BARBOSA, 2011, p.80), como se verifica em:

[...] no século XIX houve uma profusão de manuais com instruções para a produção de correspondências com elegância. Um clássico foi o “Código de Bom-Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX”, escrito pelo cônego J. I. Roquette, publicado em 1875. O livro dedica um capítulo exclusivo aos escritos epistolares, apresentando aquilo “que de modo nenhum pode ignorar uma pessoa bem criada” (1875, p. 209). Apresenta orientações quanto a uma boa caligrafia e rechaça veementemente os erros ortográficos e gramaticais, assim como qualquer tipo de rasura. Assevera ainda, sobre a escolha do papel [...].

Tais regras da escrita, associadas às regras de etiqueta e civilidade, tanto lastrearam os estudos de uma pequena elite educacional, constituída precipuamente por filhos de fazendeiros e comerciantes brasileiros, que ingressaram nas artes superiores, como para os membros da Igreja, conduta fortemente controlada nos Seminários.

Uma vez introduzida a origem da prática epistolar, volta-se aqui às cartas felisminianas. Felismino Fontes inicia a sua escrita em 1890 (embora existam cartas sem datação), ainda na Freguesia de São Paulo, descrevendo sua versão dos fatos que se sucederam desde que recebera o ofício do Vigário Geral de Sergipe ordenando que se apresentasse em presença do Arcebispo na cidade do Salvador em 19 de julho de 1890, até seu embarque via vapor, no dia 17 de novembro de 1891 (FONTES; 1890-1907). Posteriormente, em carta datada de dezembro de

1892, Felismino informa seu destino em terras baianas e o seu aprisionamento. Todavia, mesmo internado e devido a facilidades possibilitadas por funcionários⁵⁷, Felismino manteve sua prática epistolar e continuou produzindo seus textos e enviando-os a Sergipe para serem repassados aos seus seguidores.

Dito isso, parte-se para a discriminação das formas e conteúdo das referidas epístolas. O que foi aqui convencionado como conjunto epistolar felisminiano são treze cartas manuscritas em tinta ferrogálica, que pela ação do tempo encontra-se, mesmo após tratamento, em uma tonalidade amarelada, perfazendo um total de cinquenta e duas páginas em papel madeira, escritas em recto e verso. No geral, estão em bom estado de conservação e leitura, ainda que se perceba claramente que após a internação no Asilo São João de Deus, a caligrafia do padre, anteriormente corrida e firme, modifica-se em traços trêmulos.

Verificou-se que o conjunto epistolar dividia-se em dois grupos a saber: a) ao primeiro deles, denominou-se *informativo* – estavam baseados em fatos como o recebimento de intimações, suas desavenças com os padres e sobretudo, com o Vigário Geral de Sergipe, relatos de sua viagem a Salvador, seu internamento no Asilo São João de Deus, visitas dos padres italianos do Asilo de Jerusalém que buscavam dissuadi-lo de suas prédicas, e por fim, um relato de sua expectativa de saída do hospício –; b) o segundo grupo, “*Cartas Gerais*” (a denominação dada pelo próprio Felismino), objetivava difundir normas reguladoras sobre conduta em dias e momentos sagrados, instruir, consolar e ratificar insistentemente, os pontos fundamentais da doutrina (crenças e práticas) que sustentavam a cosmogonia dos Caipiras.

Chama atenção a denominação “*Cartas Gerais*” a esse segundo conjunto de cartas, pois ao fazê-lo, Felismino retoma, por um lado, a etimologia do vocábulo grego *katholikós* que significa universal, geral, para todos, embora direcione seus escritos exclusivamente aos Caipiras. Contudo, “*Cartas Gerais*”, remete ainda ao século XVI, quando igrejas oriundas da Reforma Protestante passaram a denominar os Evangelhos, de “*Cartas Gerais*”.

Para além desse fato, observa-se que a frouxidão da sintaxe e ausência de pontuação são marcas enunciativas do sujeito. Levanta-se como hipótese, que tais formas de expressão de linguagem permitiram uma maior aproximação entre os sujeitos, uma conversa entre iguais, ou mesmo, uma maior transmissão de ideias, reflexões e emoções estando a pessoa que escreve

⁵⁷Dissertação de Mestrado (1982) do médico Ronaldo Jacobina que abordou o *Asilo São João de Deus* no período de 1874 a 1911, utilizando-o como base para o estudo da constituição da psiquiatria na Bahia. Também se utilizando da mesma temporalidade que Jacobina, foi de fundamental importância a Tese de Doutorado da Profa. Dra. Venézia Rios (2006), que resgatou as histórias de vida desenroladas na casa “São João de Deus” e o significado do asilo para a sociedade baiana.

mais preocupada com a assimilação da mensagem do que com a forma. Entretanto, na maioria das vezes, as cartas no século XIX (escritas entre familiares, amigos ou mesmo em transações de negócios) não seguiam uma rígida padronização, mesmo aquelas mais preocupadas com a linguagem culta, e tinham caráter conversacional, porquanto “[...] escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido [...]” (COUTINHO, 1976, p. 215). Aponta-se tal questão, visto que é recorrente ao longo das cartas e será mais bem visualizada quando da exposição das SDs, e, ainda, porque se entende que tal forma é proposital, uma vez que não constitui o modelo de escrita epistolar de pessoas de mais elevada condição intelectual, o que seria esperado para um padre diocesano que tenha empreendido estudos inclusive no exterior.

Observando o léxico e a sintaxe percebe-se que, na época em que foi escrito, usavam-se consoantes dobradas, a exemplo de (*Ella, supplicaz*), letras mudas (*redempção*), termos que convergiram de terminações *an* e *am* para a terminação *ão*, (*sejão*), o que, em conformidade com Roman e Bençal (2012), deve-se ao renascimento e à valorização, no século XIX, dos modelos clássicos de grafia que buscavam uma aproximação com os padrões helenísticos e latinizados. Afirmam, ainda os autores, que o desconhecimento do método etimológico fez com que a proposta ortográfica complicasse ainda mais a evolução do idioma. Já Marco Lucchesi (1992), caracteriza o português brasileiro, de forma geral e específica no século XIX, não apenas como heterogêneo e variável, como também plural e polarizado, tendo em um dos polos a norma vernácula e, em outro, a culta, fato que se atribui a uma minoria de letrados em contraponto a uma enorme população de analfabetos no país. O exposto por Lucchesi, mais uma vez, sugere a estratégia do padre Felismino em relação ao uso do léxico, uma vez que a região de São Paulo da Mata, mesmo levando em consideração os sujeitos de melhor condição financeira, possuía poucos letrados. Outra marca que se apresenta na textualidade é a dos marcadores conversacionais, que na visão de Urbano (1997, p.81), são elementos de “[...] variada natureza, estrutura, dimensão, complexidade semântico-sintática, aparentemente supérfluos ou até complicadores, porém de indiscutível significação e importância para qualquer análise de texto oral e para sua boa e cabal compreensão”. Eles serão considerados nas SDs em que se apresentarem.

Finalizando, observa-se que apesar do pequeno volume material do conjunto das cartas Felisminianas, é possível identificar pela observação dessas escrituras, as questões práticas da vida material e dos problemas que marcaram a vida dos Caipiras e seu líder. Segundo Artières (1998, p.11) “[...] a escolha e classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar as nossas vidas”. Destacam-se também os silêncios. Fica claro nas missivas a

seleção dos fatos, a relevância quanto aos afetos e desafetos, mas, principalmente, o “desabafo” incisivo do sujeito que demarca, em sua narrativa, o social, mobilizando a memória. Em seus códigos estão presentes os sentimentos de amor e ódio, revolta e conformação, fé e dúvida, destemor e silenciamento. Por isso, aqui, fica o convite para mergulhar nesses “papéis ácidos de tinta ferrogálica”, registro signficante da história Caipira e da história de Sergipe.

5.2 Formações imaginárias e posições-sujeito nas Epístolas Felisminianas

Interpretar do ponto de vista da AD é uma tomada de posição que visa compreender como se constroem os sentidos e os sujeitos, afetados pelo inconsciente e pela ideologia, tecendo discursividades que lhe escapam aos propósitos (ORLANDI, 2015; ORLANDI, 2020). Assim sendo, partindo-se do prisma que não se pode separar discurso e sujeito, adentra-se por meio da apresentação das SDEs (denominação aqui atribuída às sequências discursivas epistolares), no funcionamento do discurso acerca dos Caipiras, objetivando circunscrever as imagens projetivas e a posição assumida pelo sujeito enunciador. Como já explicitado, buscar-se-á partir do lugar social do sujeito, demarcando-o na estrutura da formação da sociedade brasileira, para, posteriormente, considerar a formação discursiva na qual ele se inscreve ao enunciar.

Isto posto, apresenta-se a ordenação dada às SDEs: a) na subseção 5.2.1 apresenta-se um panorama do “ser padre” no Brasil dos oitocentos; b) na subseção 5.2.2 serão analisadas as imagens que o sujeito faz de si; c) na subseção 5.2.3 analisar-se-á a imagem que o sujeito faz dos Caipiras; d) na subseção 5.2.4 será analisada a imagem que o sujeito epistolar faz daqueles que se opõem aos Caipiras.

5.2.1 No século XIX, lugar de padre é na Igreja?

Como verificado o padre Felismino da Costa Fontes foi acusado de liderar e fomentar, entre os fiéis da Freguesia de São Paulo da Mata e redondezas, crenças e práticas consideradas heterodoxas, desviantes da *práxis* exigida para um membro da Igreja Católica do século XIX, ainda mais, sendo ele um funcionário não efetivo, um Vigário Encomendado. Busca-se, *grosso modo*, delinear “o ser padre” há época de Felismino Fontes, isso é importante por possibilitar pistas a respeito de permissões e interditos aos membros da Igreja. Então questiona-se: quais os traços distintivos de um padre no século XIX?

Essa é uma questão muito delicada pois, após a expulsão dos jesuítas, em 1759 por ato do primeiro-ministro português Marquês de Pombal, a Igreja no Brasil atravessou um período de quase total “[...] perda de identidade [...]” (HAUCK, *et al.* 1980, p.13), que chegou ao seu auge no governo imperial, após a outorga da Carta Constitucional de 1824, que perpetuou o regime de padroado e beneplácito e manteve a Igreja como um braço da administração imperial (ver Cap.6).

No que tange à educação, herança jesuítica no território, os seminários brasileiros subdivididos em Menores (primeiros anos de formação) e Maiores (estudos avançados), no geral localizados em centros políticos e urbanos de maior destaque no território, cuidavam da educação básica de membros das elites, futuros sacerdotes e alguns apadrinhados (mesmo que mais humildes). Não havia uma normatização generalizada dessas práticas, a educação não estava somente confinada aos muros dos seminários, sendo o clero brasileiro, bastante distinto em suas práticas e alianças. Somente a partir dos anos de 1870, com os bispos reformadores, houve uma maior abrangência e reforma de currículos, seminários e escolas preparatórias católicas (SILVA, 2000).

A grande maioria dos egressos diplomados não exercia o paroquiato, ingressando em atividades civis as mais diversas: magistério básico e superior, advocacia, política, jornalismo, administração de associações filantrópicas e de propriedades rurais, etc. Entre os que se decidiam pela atividade sacerdotal havia duas carreiras na esfera pública. Os concursados, que se tornavam *vigários colados* (posto efetivo) integrantes da estrutura administrativa estatal, e a depender de seu apoio ao governo imperial e seu capital social, faziam carreira, podendo alcançar o episcopado (denominados príncipes da Igreja). Existiam ainda os *padres encomendados* que a depender da necessidade de expansão territorial e interesses da Coroa, eram contratados, ocupando em geral localidades menos populosas ou rurais, e supervisionados pelos membros mais próximos e graduados, a exemplo dos vigários-gerais, monsenhores e bispos. Cabe destacar que durante o século XIX, nenhum seminário foi criado, nem havia normatização sacerdotal, sendo o clero brasileiro bastante heterogêneo em suas práticas e alianças (OLIVEIRA, 2016).

Outro aspecto, dentre os muitos que serão aqui impossíveis de apontar, destacam-se as práticas políticas dos padres brasileiros, que em suas províncias ou mesmo na Corte, participavam ativamente da política. Não obstante as singularidades, apontam-se, aqui, dois dos grupos mais representativos dos oitocentos, os quais se constituíram logo após a Independência do Brasil em 1822. O Partido Liberal (integrado pelo bispo e clero de São Paulo e que defendia

liberdade incondicional do clero brasileiro) sob a batuta do padre Diogo Antônio Feijó e o Partido Conservador (formado pelos nuncios apostólicos, alguns bispos e monsenhores que defendiam o poder absoluto de Roma) liderado pelo bispo da Bahia, Dom Romualdo Antônio de Seixas (ANEXO I).

Dessa maneira, os padres, de condição financeira remediada ou mesmo humilde, atuavam nas regiões mais remotas do Brasil e no geral aliavam-se com grupos políticos de sua região, ou eram eles mesmos pequenos mandatários rurais com práticas não ortodoxas – realizando festas de santos padroeiros que mesclavam manifestações sagrado-profanas, com famílias constituídas, beatos, coronéis etc. –, conforme aponta Souza (2005, p.46),

[...] os padres do Brasil pouco se distinguiram de seus fiéis, no dia a dia. Além do seu envolvimento com as questões de natureza temporal, não raro podiam-se ver padres sem o hábito sacerdotal, participando de festas profanas, amasiando-se e criando filhos. Esta proximidade dos padres com a vida cotidiana da população fez com que eles acabassem compartilhando dos mesmos problemas, demandas e sentimentos que seus fiéis. Consequentemente, os padres tornavam-se mais aptos a assumirem o papel de porta-vozes do povo, transformando-se em líderes populares em potencial.

No outro extremo, homens oriundos dos mais destacados ramos da elite latifundiária brasileira⁵⁸, que no geral residiam na Corte ou mesmo em núcleos urbanos de menor destaque, ocupando altos cargos políticos, administrativos, comerciais, sendo uma parcela representativa desse grupo, integrantes da Maçonaria (MICELI, 1998; OLIVEIRA, 2016). Entre esses dois grupos, existia uma imensa diversidade que somente encontrava unidade em professar a fé cristã (publicamente obrigatória).

Diante da constituição político-administrativa do Brasil do século XIX, cuja autoridade da Igreja não era o Papa, mas o governante local; o Estado possibilitou um maior afrouxamento das regras e as atribuições e interesse laicos, as ações civis-religiosas fortaleceram-se por todo território; as práticas políticas tornaram-se a tônica do clero brasileiro, suscitando favoritismos e embates; o catolicismo popular leigo (herança do catolicismo português) ampliou sua expressão nos recantos mais rurais do país. Decorrente disso, para se observar os traços

⁵⁸“[...] a figura do despótico e absoluto padre Mendes Santiago, contra o qual o rei expediu ordem de prisão em 09 de abril de 1738, acusando-o de promover “graves distúrbios em São Romão”. A ordem não foi cumprida, em virtude de o acusado ter transposto as fronteiras para a margem direita do São Francisco, passando a atuar como ‘vigário por conta própria’ em Paracatu, realizando batismos, exercendo atividade de comerciante, fazendeiro, criador de gado, dono de engenho de cana e moinho de mandioca, além de infringir a lei, ao tomar posse de bens do domínio real – as datas minerais do Córrego Rico – e cobrar mais caro pelos seus ofícios [...]” (SILVA, 2000, p.126).

distintivos de um clérigo brasileiro, sobretudo nos casos temporalmente mais recuados, é preciso buscar fontes que possam permitir ao menos um efeito de síntese.

E com o padre Felismino não é diferente. Já se apresentou um panorama de sua biografia, no entanto, somente com o auxílio dos jornais no próximo capítulo (Cap.6), pode-se avançar e vislumbrar novas práticas/facetas desse sujeito. E uma nova pergunta apresenta-se: por que diante dessa diversidade clerical, o padre Felismino foi tão severamente punido, ao ponto de ser internado em um Asilo de alienados? Para buscar responder a essa questão, observemos como ele se inscreve naquilo que enuncia.

5.2.2 O sujeito profeta – IA(A)1

Neste momento tem-se como ponto de partida a observação da primeira formação imaginária do sujeito, tendo como base as SDE1, SDE2 e SDE3. Inicia-se destacando o funcionamento proposto por Pêcheux (2014b, p.82) - **IA(A)** *quem sou eu para lhe falar assim?* E não obstante críticas, defende-se essa ação enquanto procedimento metodológico esquemático para uma primeira determinação do sujeito, ainda que se busque avançar nessa primeira evidência, colocando em jogo a noção de formação discursiva e a memória do dizer. Desse modo, investiguemos a primeira imagem – **IA(A)1** – **o sujeito profeta**.

Figura 3 – Carta de 25 de julho de 1890



Fonte: Fontes (1890-1907, p.1)

SDE1 [...] Eu tenho trese profecias, e outras tantas provas evidentes, mariando estes dias, que atravesamos, como proximos ao Juiso Universal. Vivo resignado no meio da guerra, porque já foi dito pelo venerado P.^e Francisco: o pregador do fim do mundo será perseguido pelos Padres e até considerado como o Antichristo [...] (FONTES, 1890, p.1).

A **SDE1** constitui-se um recorte da primeira carta escrita aos Caipiras datada de 25 de julho de 1890 (**ANEXO J**). Nela, Felismino informa-lhes que escreveu ao bispo da Arquidiocese de Salvador, relatando as opressões as quais vinha sendo submetido e explicitando sua posição diante daquilo que crê, e que é base doutrinária que sustenta o grupo Caipira. Não se pode precisar que essa informação repassada pelo pároco seja verdadeira, uma vez que algumas incoerências se apresentam – uma vez que não se encontrou tal correspondência dirigida ao arcebispo Dom Antônio de Macedo Costa (**ANEXO K**) nas pesquisas realizadas no Arquivo da Cúria, ademais, ele encontrava-se afastado por motivo de doença grave e havia sido interinamente substituído pelo Monsenhor Santos Pereira. A despeito desse fato, buscar-se-á considerar o duplo endereçamento da missiva, isto é, que Felismino Fontes na posição de líder do grupo Caipira e padre da Igreja Católica, assume a função de locutor, com o intuito de informar os percalços que estava enfrentando, ao tempo em que reafirma as crenças Caipiras ao seu chefe institucional hierárquico. Entretanto, como Felismino inscreve-se na teia discursiva?

Sob os princípios da AD, Felismino Fontes ao enunciar põe a termo duas determinações, a função sujeito e um determinado funcionamento discursivo, produzindo a primeira das evidências – a existência espontânea do efeito sujeito, este concreto ideológico, resultante da interpelação a que todos os indivíduos são submetidos (ALTHUSSER, 1999). Dessa forma, Felismino, esse sempre-agora-já-sujeito, autoidentificando-se ao pronome **eu**, ou seja, sob a forma-sujeito do idealismo, atribui pessoalidade ao seu dizer – ele é aquele que tem, que é, que sabe o que diz (ORLANDI, 2015). E SOB o jugo do funcionamento ideológico-inconsciente, o sujeito interpreta com base no raciocínio dedutivo, cria evidências e aproxima sentenças, atribuindo-lhes igual valor ($x = y$) – **Eu tenho trese profecias = outras tantas provas evidentes**. Observe-se:

Eu tenho trese profecias

Eu tenho outras tantas provas evidentes

Logo, profecias são provas evidentes e eu as possuo

Esse exemplo destaca uma das estratégias utilizadas pelo sujeito ao longo de todo os seus escritos. Aplicando uma construção silogística enganosa, ele aproxima noções opostas com o sentido de verdade absoluta e produz de forma consciente (a lógica é parte integrante de qualquer formação sacerdotal), ou não, uma falácia. A construção permite inferir que o sujeito através do uso do termo – **profecia** –, inscreve-se no domínio do religioso, objetivando

controlar o sentido daquilo que fala –, eu tenho provas verdadeiras, eu tenho profecias, eu falo a verdade. Em Orlandi (2011), o discurso religioso é um subtipo do discurso autoritário, marcando-se por uma ilusão da reversibilidade (eu ↔ tu) e um maior controle dos sentidos, o que reforça sua estratégia argumentativa. Destarte, o padre Felismino, autor e responsável pelo seu dizer, arregimenta um repositório religioso de forças ideológicas milenares para imprimir e sustentar o sentido de veracidade em seu saber, que segundo ele, é profético. Porém quais são essas profecias? Por que não as apresenta?

A resposta às questões propostas implica na apresentação de prova concreta, a qual pode acarretar diferentes efeitos de sentido: o primeiro na suposição que essas profecias já fossem de conhecimento profundo dos Caipiras – sim, claro que ele tem as profecias e elas são verdadeiras, nós, (fiéis Caipiras) – vimos sabemos, cremos, produz-se um efeito de verdade. O segundo, por sua vez, construído com base na generalidade e na contradição, permite contrapor **provas evidentes** (especificidade)/**outras tantas provas** (indefinição – supostas provas), produzindo um efeito de ausência de credibilidade ($x \neq y$) em relação ao que é expresso – o dizer é vago, incerto, não possui concretude. Constata-se aqui o trabalho conjunto da língua, ideologia e inconsciente enquanto mecanismos incidentes sobre o sujeito. O sentido desliza da certeza para incerteza, e por mais que o sujeito busque controlá-lo, unificá-lo, equivoca-se.

Possivelmente, ciente da fragilidade argumentativa, Felismino antecipa-se ao interlocutor e mais uma vez age para defender seu ponto de vista. Reafirma suas provas evidentes – utilizando-se do mesmo artifício anterior –, pois elas estão **mariando estes dias = governando o agora**. Dessa maneira, o verbo mariar (HOUAISS, 2001, p. 936), (nas acepções de governar ou mesmo manchar) assume a função de demarcar aquilo que é evidente ao sujeito e que se desdobra em seu cotidiano, faz parte de sua história, como também de seus interlocutores – aqueles que acreditam em suas prédicas (seus seguidores) e aqueles a quem possivelmente busque explicá-las. Contudo, se evidentes, todos poderiam ser capazes de ver essas provas, uma vez que elas estão marcando, manchando, destacando o cotidiano. Ou, somente ele é capaz de ver? Mais uma vez, o sujeito demarca-se no discurso e reforça sua posição-sujeito no idealismo profético, como se verifica em:

Eu vivo na guerra

Eu vivo resignado

Eu vivo perseguido

Eu sou profeta.

Eu sou o pregador do fim do mundo

Constata-se pelas paráfrases mais uma das características discriminadas na tipologia discursiva religiosa, a necessidade de afiliar-se no repetível, naquilo que já foi significado, na constante identificação e reidentificação com a coisa dita, já que é nesse gesto que o sujeito se posiciona e extrai o sentido que sustenta sua posição enunciativa. É nessa retomada dos sentidos que o sujeito imprime seu dizer ancorado na memória religiosa do profetismo medieval a qual é refletida na sociorreligiosa rural brasileira, desde o século XVI, concretizadas no culto aos santos padroeiros, adorações, procissões, promessas, romarias, quermesses, sobretudo a partir do século XVIII com a organização das irmandades leigas (QUEIROZ, 2003; ANDRADE JUNIOR, 2010).

Dessa forma, a memória desse catolicismo medieval que vai aos poucos sendo desafiada pelo dizer que inscreve o sujeito no fio do discurso profético, a partir de um conjunto de crenças, cuja delimitação no interior do discurso religioso possibilita afiliá-lo a uma formação discursiva religiosa, ao mesmo tempo institucional (os Espirituais) e herética (profetas míticos ou não autorizados), buscando afirmar-se pelas formulações.

Ele é o pregador do fim do mundo, um vaticinador, um profeta. E ao assumir essa posição “fala a si mesmo” como o sujeito-profeta, aquele que possui um conhecimento privilegiado, sobrenatural e divino; **o pregador-profeta do fim do mundo**, que adquire dimensão de realidade, não somente quando enuncia, mas também quando é falado por outro sujeito – que como ele, foi também um profeta. Minha palavra tem como testemunho de verdade, o dizer-outro, aquele a partir de quem me constituo, não somente enquanto posição, todavia, na busca por respeito, para que a minha palavra seja aceita, como a dele um dia o foi. Dessarte, compara-se a Francisco⁵⁹ que no século XIII criou uma ordem mendicante, foi perseguido pelo Papa Inocêncio III, reincorporado por este mesmo Papa ao corpo eclesial, recebeu os estigmas das chagas de Cristo e foi canonizado (São Francisco), como patrono do meio ambiente e exemplo de humildade e fé (LE GOFF, 2001). E, retomando uma série de evidências correlacionais implícitas infere-se – **eu sou profeta** (como o foi Francisco), **vivo em meio a guerra** (como Francisco que lutou na V Cruzada como cavaleiro e como padre), **vivo resignado** (como o fez Francisco quando ficou preso na Turquia por 17 meses), como ele sou profeta. Dá-se a perceber o trabalho ideológico das religiões⁶⁰ e religiosidades, submetendo o

⁵⁹ “[...] Giovanni di Pietro di Bernardone (**São Francisco**) em seu *Testamento* enfatizou repetidamente que se beneficiou das 'revelações' de Deus, através das quais este último havia dado a entender o sentido de sua missão, mostrando-lhe o modo de viver o Evangelho no mundo. Como depositário de uma revelação de Deus feita à sua pessoa, Francisco é, portanto, um profeta [...]” (LE GOFF, 2001).

⁶⁰ Althusser explicita ao apresentar a estrutura da interpelação ideológica cristã, a saber: “[...] a. interpelação dos “indivíduos” como sujeitos; b. sua submissão ao Sujeito; c. o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo; d. a garantia absoluta de que tudo

sujeito a Deus (Sujeito). Mas, sabendo-se que o discurso religioso possibilita muitas formas de inscrição, e que o discurso profético é apenas uma delas, cabe uma questão: existe somente uma forma de ser profeta? Ou a formação discursiva religiosa profética permitiria uma posição-sujeito ambígua?

Sob a perspectiva mística do profeta, ele é autorizado por Deus para vaticinar, para anunciar castigos, bênçãos, calamidades, boas-novas, todas reveladas pelo Sujeito (Deus). E o sujeito profeta, do lugar da revelação (lugar no qual não é possível a verificação, a medida exata, lugar da incerteza, do não concreto) vai falar por Deus, adentrando a “[...] onipotência do silêncio divino [...]” (ORLANDI, 2020, p.28) e demarcando sua inscrição específica no interior das possibilidades instituídas pela formação discursiva religiosa, a formação discursiva religiosa profética ou escatológica cristã, sacerdotal ou leiga, as quais se fazem presentes através de termos formulados e reformulados milenarmente nas redes discursivas, associando termos como “[...] mensageiros divinos, loucos, infratores, santos [...]” (HOEKEMA, 2012, p.32), correlacionadas ao registro atribuído a elas nos escritos apostólicos ou proféticos: a) **mensageiros divinos** – “[...] Porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, entretanto homens santos falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo [...]” (PEDRO 1.16-21)⁶¹; b) **santos** – “[...] Ele concedeu poderosa salvação na casa de Davi, seu servo. Assim como prometera por meio dos seus santos profetas desde a antiguidade [...]” (LUCAS, 1:69-70); c) **infrator** – “[...] Não permitam que se ache alguém no meio de vocês [...] que pratique adivinhação, ou se dedique à magia, ou faça presságios, ou pratique feitiçaria ou faça encantamentos; que seja médium, consulte os espíritos ou consulte os mortos [...]” (Dt 18:9-13); d) **loucos** – “[...] Assim diz o SENHOR Deus: Ai dos profetas loucos, que seguem o seu próprio espírito sem nada ter visto! [...]” (EZEQUIEL, 13:3).

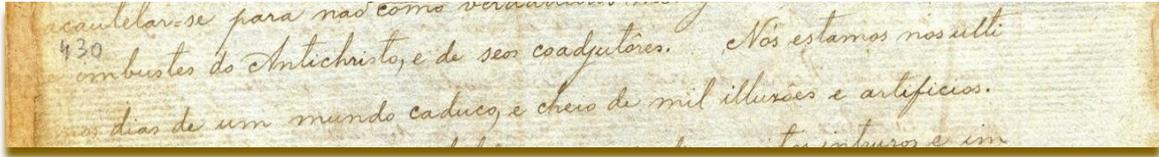
Mesmo que os exemplos bíblicos possam aclarar algumas das redes de significação com relação à figura do profeta, as quais foram sendo construídas por via institucional ou pelo senso comum, salienta-se que como múltiplos são os profetas, múltiplas são as perspectivas de suas revelações em relação ao fim dos tempos (**Juiso Universal**), porque a formação discursiva religiosa cristã, a depender do momento histórico, aproxima ou repele a tradição profética.

está bem assim, e sob a condição de que se os sujeitos reconheceram o que são e se conduzirem de acordo tudo irá bem: “assim seja [...]” (ALTHUSSER, 1999, p.)

⁶¹O **Evangelho de Pedro** foi descoberto em 1886, no Egito e, segundo os especialistas, fora escrito no século II. Hoje categorizado como apócrifo, chegou a ser utilizado em algumas igrejas cristãs primitivas, sendo inclusive aceito por Serapião de Antioquia (190-221), bispo de Antioquia. Após uma leitura detalhada, Serapião concluiu que seu teor ensinava doutrinas docéticas e mudou o parecer a respeito do livro. Além do bispo Serapião, outros personagens também fizeram referência ao texto: Orígenes, Eusébio de Cesareia, Jerônimo de Estridão e Teodoro de Ciro (EVANGELHO DE PEDRO, 2022).

Porquanto, cabe especificar a que tipo de revelação o sujeito se refere, como ele identifica sua posição na seara profética. Seguem-se as **SDE2** e **SDE3**, selecionadas na Carta de 20 de fevereiro de 1892 (**ANEXO L**) quando este aspecto será mais bem identificado.

Figura 4 – Carta de 20 de fevereiro de 1892



Fonte: Fontes (1890-1907, p. 3)

SDE2 [...] Nós estamos nos últimos dias de um mundo caduco, e cheio de mil illusões e artifícios. [...] FONTES, 1892, p.4)

Na **SDE2**, o sujeito profeta fala do fim dos tempos, inserindo-se na temática apocalíptica. E ao declarar seu vaticínio, assinala-o com o pronome **nós**⁶², funcionando como partícula integradora do sujeito ao todo, nós a humanidade, estamos chegando ao fim dos tempos. Ou **nós**, no caso específico, longe de ser uma pessoa indeterminada em um grupo indeterminado, demarca uma restrição da amplitude referencial, evocando o sentido de somente nós os Caipiras. E isso constrói o sentido de crença compartilhada, nós, os Caipiras sabemos, estamos em vias do fim dos tempos – são os **últimos dias de um mundo caduco**, e porque caduco, **proximos ao Juízo Universal (SDE1)**. Porém, essa construção, longe de querer forçar uma aproximação possível, mas indevida, torna-se o artifício para que o sujeito demarque sua posição escatológica – visto que nem todo profeta é escatológico, no sentido de vaticinar o fim dos tempos.

Há aqueles que falam em nome de Deus, visando a uma transformação social, a exemplo de Amós (profeta menor) considerado o profeta da justiça social. E há os escatológicos, aqueles que difundem o final dos tempos. Essa é uma classificação polêmica. Etimologicamente, o termo escatologia, de origem grega, deriva de *eschatós* e *logos* – “doutrina das últimas coisas” (HOEKEMA, 2012, p.12) e, contraditoriamente, tanto diz respeito aos acontecimentos que tiveram lugar no passado, como trata do porvir (HOEKEMA, 2012). Por essa especificidade,

⁶²Indursky ao estudar o discurso dos presidentes brasileiros retoma Benveniste (1966), que afirmava o nós como um “[...] eu ampliado [...]” (BENVENISTE *apud* INDURSKY, 2013, p.82), ao tempo em que a linguista contrapunha essa acepção do mesmo pronome no funcionamento discursivo do discurso militar por ela analisado, ao demonstrar que assumia a função de “[...] quarta pessoa discursiva [...] indeterminada [...]” (INDURSKY, 2013, p. 82, 87).

longe de ser uma categoria convergente, a escatologia mobiliza diferentes correntes de pensamento desde a Antiguidade e entre diversos povos – babilônios, israelitas, assírios, egípcios etc.

Entre os estudos com relação ao profetismo observaram-se algumas posições. Maria Isaura Pereira de Queiroz em – *O Messianismo no Brasil e no Mundo* (2003) –, voltou-se sob a ótica sociológica ao estudo comparativo do fenômeno messiânico entre diversas sociedades ou grupos sociais ocidentais, em diferentes temporalidades. Dessa forma, comparou grupos messiânicos⁶³ constituídos em sociedades de parentela (criados em decorrência da desorganização social) com os movimentos messiânicos (de reforma⁶⁴ ou revolução⁶⁵) em sociedades capitalistas. E afirma, no que concerne à tipologia escatológica, que todos os movimentos escatológicos-proféticos estão inseridos em um movimento messiânico que tem por base um indivíduo, especialista ou não, o qual possui qualidades sobrenaturais. A ele cabe o dever de expor a “moléstia social” (QUEIRÓZ, 2003, p. 412), profetizar acontecimentos e catástrofes, estabelecer procedimentos em termos de fé, prometer a salvação àqueles que creem para serem capazes de visualizar um reino celeste (nesta vida ou em outro mundo), buscando uma estrutura perfeita em todos os gêneros. Para a autora, o messianismo é um movimento religioso, ideológico, que prega a salvação da humanidade através da vinda do Messias e a formação da nova cristandade (QUEIROZ, 2003).

Henri Desroche (1985), embora já criticado por aproximar os fenômenos religiosos de grupo a movimentos comunistas⁶⁶, por sua vez, chama atenção para um aspecto fundamental: o milenarismo é uma consequência do messianismo e, portanto, difere deste. O primeiro significa um movimento socioreligioso, destinado a acelerar a concretização do Paraíso Terrestre, no segundo a marca está em acreditar na segunda vinda do redentor, sendo a escatologia somente uma forma de referência a ambos os movimentos. Queiroz (2003) discorda no que tange à escatologia, mas, corrobora a correlação entre milenarismo-messianismo e, complementando-a, explicita que o Milênio não é forçosamente trazido pelo Messias, daque

⁶³Em Queiróz (2003) a categoria messianismo diz respeito a movimentos religiosos que ocorrem por fatores sociais internos (anomia afetando elementos culturais como crenças, valores, relações sociais); e externos (como as transformações políticas, econômicas e tecnológicas) ao grupo, sem constituir uma patologia social desviante ou uma reação pré-política dos oprimidos nem como uma reação ao encontro da modernidade ocidental.

⁶⁴Em virtude de uma desorganização do ambiente em que vivem, seja ela socioeconômica ou político-religiosa (QUEIRÓZ, 2003).

⁶⁵Causada por grandes instabilidades políticas, fome, guerra (QUEIRÓZ, 2003).

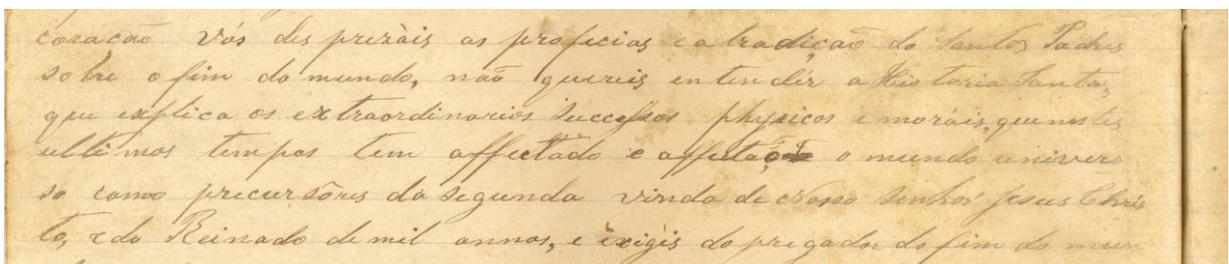
⁶⁶Outros autores como Mircea Eliade, Norman Cohn também suscitam essa ideia dos movimentos escatológicos messiânicos ou milenaristas como expressões assemelhadas a movimentos políticos socialistas, comunistas e até nazifascistas.

que também líderes religiosos ou leigos podem assumir a liderança desse tipo de movimento em busca de transformações, sejam econômicas, políticas ou mesmo exclusivamente religiosas. José Sicre Díaz restringindo a questão escatológico-profética ao mundo cristão, apresenta os aspectos mais frequentemente difundidos:

a) as correntes interpretativas – Preterismo (profecias que se cumpriram no passado); Futurismo (o cumprimento da profecia se dará num futuro distante, sem que as pessoas saibam quando, como e o que realmente acontecerá); e o Historicismo (relacionam-se a eventos proféticos, descritos nos livros e que com o passar do tempo podem ser relacionados com fatos ou fenômenos comprovados pela ciência); b) questão do Retorno de Cristo – messianismo; c) os sinais dos tempos – pode ser um tempo determinado, ou sinais físicos que antecedem a chegada do messias; d) a profecia de Daniel e a grande tribulação; e) o Juízo Final – julgamento dos homens perante Deus; f) o Milênio – mil anos de felicidade após o Apocalipse (SICRE DÍAZ, 2016, p. 37).

Um dos mais respeitados estudiosos da temática profético-escatológica, Anthony Hoekema (2012), afirma que a escatologia mais do que pelo próprio dizer profético (vasto e nem sempre divino) demarca-se nas sociedades ou nos grupos sociais onde o fenômeno foi identificado, questões sobre o mundo e sobre os indivíduos. Jonas Machado (2009) fala ainda da identificação do objetivo da prédica e do motivo de ter-se apresentado, afirma que sem a devida compreensão das especificidades não se tem uma visão consistente sobre os fatos que identificam a crença Caipira e faz-se necessário ir mais a fundo nessa questão. Diante do exposto e visando compreender um pouco mais profundamente as bases em que se assentava o sujeito profeta no interior da seara escatológica, segue-se a **SDE3**,

Figura 5 – Carta de 20 de fevereiro de 1892



Fonte: Fontes (1980-1907, p. 5)

SDE3 [...] Vós desprezais as profecias e a tradição dos Santos Padres sobre o fim do mundo, não quereis entender a História Santa que explica os extraordinários sucessos físicos e morais, que nestes últimos tempos tem afetado, e afetam, o mundo, universo, como precursores da segunda vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo, e do Reinado de mil anos [...] (FONTES, 1892, p.5).

Na **SDE3**, o sujeito explicita a posição daqueles que não creem no fim do mundo, (ver 5.4 em que esta questão será abordada), porém, o que interessa é compreender de que modo esse sujeito insere-se no discurso escatológico. Do mesmo modo, o sujeito mais uma vez iguala três termos: **profecias = tradição dos Santos Padres = História Santa**. Sabendo que as formações discursivas são uma espécie de reflexo das formações ideológicas e que os sentidos se fortalecem pela conexão com formações discursivas anteriores e, retomados em uma determinada circunstância rejeitam “[...] o dito [...] em contraponto ao [...] não dito [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 2015, p. 175), questiona-se: a memória profética que ele faz funcionar é a da revelação dos profetas bíblicos? É a tradição dos Santos Padres? Profecias, História Santa e a tradição dos Santos Padres são termos correspondentes? Evocam o mesmo efeito de sentido? O sacerdote e o profeta falam do mesmo lugar? Ou cada uma dessas referências diz respeito a uma dimensão diferenciada?

Para responder a essas questões iniciar-se-á de forma inversa, observando em primeiro lugar, no interior do campo católico, o lugar do sacerdote e do profeta e o que diferencia seu dizer. Para tanto, recorre-se, sobretudo, às categorias de *campo* e *trabalho religioso* propostas por Pierre Bourdieu (2007), e ainda ao conceito de *plausibilidade* em Peter Berger (2004), objetivando compreender a relação que se estabelece entre fiéis e suas crenças.

Pierre Bourdieu (2007) avançou na discussão sociológica clássica sobre a religião⁶⁷ e introduziu as noções de *campo* e *trabalho religioso*, demarcando-os não por aspectos epifânicos ou sobrenaturais, mas pela aplicação da racionalidade. Propõe que religião é uma forma de linguagem, um sistema simbólico, e como tal, possibilita práticas e representações que operam na construção de sentidos, unindo cada acontecimento a uma ordem própria, a ordem cósmica. Estrutura-se de forma que suas características relacionam-se entre si, formando um todo

⁶⁷Em consonância com Pedro Oliveira (2010, p. 185), defende-se que “[...] em virtude da pretensão universal do cristianismo, a teoria bourdiesiana possibilita um olhar abrangente acerca do espaço católico mesmo que em diferentes realidades sociais. Isto pois, o catolicismo tem como norte de suas práticas e discursos, a Cúria Romana, e sua estrutura milenar [...]”.

coerente e sustenta-se pela oposição de categorias sagrado/profano, material/espiritual, eterno/temporal. Vê-se por tais características gerais a contribuição dos primeiros sociólogos⁶⁸, basilares para o desenvolvimento da teoria religiosa bourdiesiana (OLIVEIRA, 2010).

Peter Berger⁶⁹ ao discutir acerca do conhecimento científico de cunho religioso, corrobora a posição bourdiesiana e apresenta a religião como um edifício de representação simbólica que reordena a realidade, afirmando que “[...] crenças e práticas religiosas antigas ou novas permanecem na vida das pessoas, às vezes assumindo novas formas institucionais e às vezes levando a grandes explosões de fervor religioso [...]” (BERGER, 2004, p.25). Propõe ainda que a construção do mundo social necessita de ordenação e da nomeação da experiência vivida, o que somente pode ser realizado pela ação da palavra, já que a linguagem é a via de integração dos sujeitos. Assim, o uso da linguagem e a construção do simbólico são condições de plausibilidade, ou seja, de o sujeito apreender as estruturas específicas que outorgam o lastro

⁶⁸**Karl Marx** (1818-1883) que abordou pontualmente questões a respeito da religião, afirma em *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), que a religião é uma espécie de projeção do homem. O homem como ser no mundo estabelece com esse mesmo mundo, uma relação direta e percebe a religião como algo inerente a ele, algo que acontece de forma espontânea, naturalizada. Mas, esse homem esquece que pertence a um Estado e a uma formação social, estruturas que constroem o sistema religioso. E mais, para Marx, trata-se de um sistema religioso invertido, capaz de transmutar aquilo que é material e fruto de relações de poder e classe, em algo de essência puramente divina. Portanto, para Marx, nesse momento, o sistema religioso somente era capaz de refletir a alienação do próprio homem (LESBAUPIN, 2010). Contudo, posteriormente, Marx e Engels (*A Ideologia Alemã* - 1845) defenderam que a divisão do trabalho alterou as bases sociais da produção em sociedade, ao contrapor o manual ao intelectual, ratificando a dominação de um grupo social sobre outro. Isso porque a faculdade intelectual passou a se constituir privilégio e isentou os pensadores do trabalho produtivo (manual). Assim, para Marx, o trabalho religioso, sendo um trabalho puramente intelectual, é consequência da divisão social do trabalho e foi capaz de produzir discursos e práticas racionais transfiguradas em verdades místicas e sobrenaturais para dominação e controle social a partir de uma perspectiva de mundo (BOURDIEU, 2007). Dessa forma, verifica-se duas perspectivas religiosas em *Marx, a religião como alienação e como ideologia*, as quais são integradas ao pensamento bourdiesiano (LESBAUPIN, 2010). **Émile Durkheim** (1858-1917) no início de seus escritos, de forte inclinação iluminista, baseava-se fortemente na razão e acreditava que aos poucos a partir de uma educação racional, toda a coletividade alcançaria a razão e daria um salto de paradigma, tornando-se uma sociedade racional e laica. No tocante à religião, compreendia que havia já em sua época um certo renascimento do místico, mas que seria aos poucos superado. Posteriormente, após a virada do século XX, ele admitiu que a razão sem a religiosidade não contribuía para o avanço social. Nesse percurso de estudar a questão moral e religião, lançou a obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912), que como cerne principal afirma que a religião, mais que um sistema de ideias, é um sistema de forças e um conjunto de práticas e representações tomadas em seu caráter sagrado (SANCHIS, 2010). **Max Weber** (1864-1920), dentre os sociólogos clássicos, foi aquele que mais se dedicou a pensar a religião na sociedade moderna e o processo de racionalização que lhe é constitutivo. Para esse teórico a sociedade moderna é uma combinação dos fatores políticos, sociais, econômicos e religiosos no contexto de uma civilização judaico-cristã. Defendia uma racionalização da própria religião no interesse da classe burguesa, questão a qual se dedicou em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904). Todavia, também defendia a existência de racionalidades diversas, a depender da organização específica de cada sociedade. Ao realizar um estudo comparativo entre diferentes práticas religiosas em distintas sociedades, construiu uma categoria de estudo denominada de *tipos ideais* (construções abstratas que não representam nenhum fenômeno empírico, são apenas recursos metodológicos para se ter uma noção acerca de um tipo específico de indivíduo, ou prática de grupos religiosos) (MARIZ, 2010).

⁶⁹“A Sociologia do conhecimento deve, acima de tudo, ocupar-se com o que os homens “conhecem” como realidade em sua vida cotidiana, vida teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o “conhecimento” do senso comum, e não as “ideias”, deve ser o foco central, (pois) é precisamente este “conhecimento” que constitui o tecido dos significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir” (BERGER, 2004, p. 32)

social, conservar a realidade e ter a capacidade de organizar simbolicamente o caos do mundo, sendo a linguagem condicionante de tal possibilidade e veículo de construção do mundo social.

No caso da religião, a plausibilidade é a cosmogonia compartilhada pelos homens, porque “[...] a religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado. Ou por outra, a religião é a cosmificação feita de maneira sagrada [...]” (BERGER, 2018, p.45-46). Todavia, afirma ainda, que esse processo somente se completa quando há uma incorporação dessas crenças, discursos e práticas por um determinado grupo, isto é, quando se legitima. E partindo da via proposta por Weber, trata de predicados que se podem aplicar a grupos ou mesmo a determinados agentes, que se consagram nas sociedades como detentores de um poder especial, transcendental, divino, a exemplo de magos, sacerdotes e profetas (BERGER, 2004).

Esses líderes religiosos são considerados, na teoria bourdiesiana, como produtores especializados na produção de bens de salvação e assumem determinadas características, constituindo-se “[...] agentes socialmente mandatários e habilitados a manejar o corpo de conhecimentos e normas rituais teoricamente explicitados e sistematizados [...]” (BOURDIEU, 2007, p.58), em contraponto aos outros membros da sociedade, que apenas consomem os serviços produzidos por esses mandatários religiosos.

Desse modo, é pensado o campo em Bourdieu (2007), uma porção do campo social, constituído por espaços estruturais e estruturantes (nichos), dotados de objetividade, racionalizados e que moldam formas de ação e pensamento. No caso específico, o campo religioso (que também admite subcampos) estabelece-se a partir do trabalho religioso que sistematiza regras morais, ações e crenças que devem ser aceitas em uma formação social. De forma prática, o processo completa-se quando os membros de um grupo ou de uma sociedade reconhecem e legitimam determinados agentes religiosos, como detentores de um conhecimento religioso e habilitados para tratar das questões do sagrado, a esse poder denomina-se *capital religioso*. Entretanto, é preciso atentar para uma dinâmica relativa aos campos, nos quais se estabelecem a concorrência. No caso do campo religioso instaura-se uma disputa por monopolizar a gestão da produção religiosa. A respeito desse fato, afirma Bourdieu (2007, p.57),

[...] Em função de sua posição na estrutura de distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos e instituições podem lançar mão do capital religioso na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso [...].

E nessa luta pelo poder estabelecem-se as regras, a lógica e a estratégia que regem o campo religioso. Os principais agentes em combate no espaço do sagrado são o *sacerdote* – especialista, reconhecido social e institucionalmente, dotado de capital e carisma legitimado pela Igreja, intelectual e religioso, responsável por perpetuar os ritos, mitos, práticas e discursos –; o *profeta* – geralmente associado a momentos de crise, sem apoio institucional, carisma socialmente construído e no geral combatido pela ordem política –; e o *mago ou feiticeiro* – vinculado a demandas imediatas de uma clientela, usa a palavra como técnica de cura e é capaz de manipular o sagrado, não busca exercer domínio espiritual (BOURDIEU, 2007).

Estabelecido um parâmetro para pensar a atuação do sacerdote e do profeta, é preciso ainda estabelecer alguns condicionantes. Ao examinar-se um determinado espaço social religioso, deve-se atentar para o momento histórico e sua relação com as estruturas das relações objetivas entre demanda religiosa e a oferta; quais os interesses que cada instância religiosa cumpre na divisão do trabalho religioso; que o capital religioso é determinante das estratégias postas em jogo, e como a religião liga-se à política (BOURDIEU, 2007). Uma vez apresentadas as questões básicas relativas ao campo religioso, na sequência, examinam-se os termos utilizados pelo sujeito – **profecias e tradição dos Santos Padres**.

Observe-se a relação profecia e catolicismo. Duas questões incidem sobre a força de disseminação profética judaica entre os católicos. A primeira, o fato do valor de prova que os registros escritos assumem entre os sumérios (Abraão – nascido na cidade-estado suméria de Ur), o que propiciou o fomento dos escribas hebreus⁷⁰, judeus, israelitas em registrar a “história do povo de Deus”. A segunda, tem por causa a institucionalização do cristianismo como religião no século IV para atender aos interesses do império romano na tentativa de manter-se coeso sob uma única divindade e evitar as inúmeras revoltas em seu território pós-morte de Jesus (Revoltas Plebeias). Após séculos de perseguição e extermínio dos cristãos, Constantino e Licínio assinam o Edito de Milão⁷¹, no ano de 313 (HORSLEY; HANSON, 1995).

Após o Edito, paulatinamente se iniciou o processo de inculcação da fé cristã, e no século V o catolicismo romano tornou-se a religião oficial do ocidente. Depois da queda do Império Romano do Ocidente no ano de 476, os bispos da Igreja ganham muito destaque; e ainda no século V, Leão I (440- 461), primeiro Papa institucionalmente reconhecido, destacou-

⁷⁰Lembrando que hebreus, descendentes de Sem (semitas), filho de Abraão e deles descendem os judeus (descendentes de Judá) e os israelitas (descendentes de Jacó).

⁷¹O Edito de Milão promulgado em 13 de junho do ano de 313 foi o documento proclamatório da aliança entre o imperador romano do ocidente constantino (272-337) e licínio (265-325). O império declarava neutralidade e fim da perseguição aos seguidores do credo cristão.

-se ao consolidar a autoridade papal, por ter escrito o primeiro tratado da Igreja católica sobre Cristo (o Tomo) e pela organização do Concílio da Calcedônia (451), no qual instituiu Jesus como segunda pessoa da Trindade, sua dualidade (humano e divino), a jurisdição eclesiástica (domínio dos territórios ocupados pelos bispos cristãos) e o combate à heresia do monofisismo⁷² de Eutiques (FIORES, 1993), dando origem ao não reconhecimento e perseguição dos heterodoxos. Em fins do século V, Gelásio I (492-496) ratificou o poder da Igreja ao instituir como dogma, até perante algumas tribos bárbaras, a teoria das duas espadas, ou seja, os dois poderes legítimos de Deus: o poder espiritual (representado pelo Papa) e o poder secular (governantes). Conquanto, o poder espiritual possuía supremacia sobre qualquer conflito que se estabelecesse (STURZ, 2003).

Também, por meio do *Decretum Gelasianum*, iniciou-se a seleção dos textos que compõem o conjunto da Bíblia (O Livro), que apesar de ser produzida coletivamente no transcorrer de dezesseis séculos e por povos díspares, é considerada, pelos cristãos, a verdadeira base da palavra divina, fruto do empenho do povo de Deus, sendo até os dias atuais, o livro mais produzido e editado do mundo. De acordo com a Vulgata Latina, derivada da Septuaginta (versão grega, mesmo que esta somente contenha o Antigo Testamento), a Bíblia é composta por setenta e dois livros – não se considerando os apócrifos –, está subdividida em Antigo Testamento, subdividido em quatro categorias, em função das abordagens – *Livro da Lei*⁷³, *Livros Históricos*⁷⁴, *Poéticos*⁷⁵ e *Livros Proféticos* e Novo Testamento, – *Biografias* (quatro evangelhos – João, Marcos, Lucas e Mateus), *História* (Atos dos Apóstolos), *Epístolas* (de Romanos a Judas) e *Profecias* (Livro do Apocalipse).

Embora, a religião católica reconheça o Velho Testamento (as Escrituras de linhagem hebraica), como tradição histórico-profética (testemunhos mítico-históricos dos primeiros patriarcas e profetas), e tenha-o adotado como base originária constitutiva do cristianismo católico, apenas a partir do testemunho dos apóstolos é que as antigas escrituras são consideradas. Os judeus vieram para fundar o cristianismo, e foi-lhes dado o poder de reconhecer perante o povo, Jesus como o Messias, “[...] Para que se cumpram as escrituras até o fim [...]” (Jo, 19:28) [...] As Escrituras dão testemunho de mim [...] (Jo, 5:39).

⁷²Doutrina que refutava a dualidade da natureza de Cristo, defendiam que com a encarnação elas haviam se fundido, sendo apenas divina (STURZ, 2003).

⁷³São 5 livros: de Gênesis a Deuteronômio. São comumente chamados o Pentateuco, tratam do mito da criação, do dilúvio, do êxodo dos hebreus para o Egito, da Lei e do estabelecimento da nação israelita.

⁷⁴São 12 livros: tratam da teocracia dos hebreus sob o comando dos juízes, da monarquia, da divisão do reino, dos cativos da Assíria (os israelitas) e da Babilônia (judeus), e dos profetas primitivos.

⁷⁵São 5 livros: o Livro de Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes e Cântico dos Cânticos

No entanto, há uma diferença entre profetas e santos padres. A Igreja, quando questionada, sempre buscou deixar isso claro – se bem que pouca distinção faça-se na prática – não foram os apóstolos, o Cristo ou os primeiros bispos quem escreveu os livros proféticos antigos. Eles foram escritos nos primórdios, entre os séculos XV a.C e V a.C, pelo povo hebreu e seus descendentes, nos quais foram sendo identificadas as credenciais⁷⁶ do futuro Messias, porém, nem a Igreja, nem seus pais fundadores são profetas. Tal pensamento fica claro, no texto de Santo Agostinho (séc. IV), que em sua obra *Cidade de Deus*, ataca duramente as teses de conteúdo milenarista, posto que anteriormente fosse delas simpatizante, como pode ser verificado em:

Não nós, mas os judeus são os conservadores desses livros que são nossos. Quando queremos demonstrar que Jesus Cristo foi profetizado, apresentamos esses livros aos pagãos, todos esses livros em que Jesus Cristo está profetizado, todos estavam antes da vinda de Cristo em poder dos judeus; eles são seus guardiões (AGOSTINHO, 2021, p.30).

Dessarte, a Igreja afasta-se do incerto, do polêmico e apenas diz, veja, os hebreus previram, o Messias nasceria entre eles, e nós reconhecemos o Cristo, não porque eles disseram, mas porque há provas. E a prova são os Santos Padres (Padres Apostólicos, Padres da Igreja, Santos Padres). Essa nomenclatura foi instituída em referência aos mártires do século I (apóstolos e seus discípulos), difusores do Evangelho e dos primeiros dogmas do catolicismo cristão. A eles foi delegada a função de vigiar os desvios, buscando que se cumprisse aquilo que foi designado por Deus. Além dos doze apóstolos, integram essa lista, São Inácio de Antioquia (68-100) – discípulo do Apóstolo Paulo e sucessor de Pedro como terceiro bispo na Grécia; São Policarpo de Esmirna (69-155), bispo na Turquia e discípulo do apóstolo João; Clemente Romano (35-100), segundo sucessor (não institucionalizado) de Pedro. Todos executados por ordem do império romano e os primeiros a ser canonizados (DE BONI, 2014). Sobre eles diz São Paulo, “[...] Ainda que tivésseis dez mil pedagogos em Cristo, não teríeis muitos pais, pois fui eu quem pelo Evangelho vos gerou em Cristo Jesus [...]” (1Cor 4, 15-16).

Dessa forma, de acordo com os cânones da Igreja Católica, tradicionalmente os termos profecias e a tradição dos Santos Padres dizem respeito a momentos históricos bastante diferenciados e não se correspondem. As profecias são narrativas míticas hebraicas, a tradição

⁷⁶[...] Ele descenderá de Isaac (Gn, 26: 4) [...], de Jacó (Gn, 28:14), da Tribo de Judá (Gn, 49:8), da Família de Davi (Jr 23:5, 33:15), Ele nascerá de uma Virgem (Is, 7:14), [...] Não cessará o poder supremo da tribo de Judá enquanto não vier o Messias (Gn, 49:10) [...] (BIBLIA, 2011).

do Santos Padres é relativa aos apóstolos e aos discípulos dos apóstolos, os primeiros bispos, mártires da Igreja. São eles a base real do culto católico cristão, eles podem ser testemunhados historicamente, foram vistos e santificados, inclusive pelo martírio. Lembrando-se que o martírio para ser considerado deveria ser visto e somente assim, reconhecido pela chancela do bispo mais próximo. Observa-se ainda, que nenhum profeta ou patriarca representado no Antigo Testamento foi santificado pelo credo católico. Outra questão que se impõe é, há livros proféticos nos dois Testamentos⁷⁷, então o livro de São João é falso? Até o século XI, a hierarquia defende o seguinte princípio: o livro de João é verdadeiro, conquanto não é dele, ele é somente seu escriba. Os mistérios foram revelados a Jesus, o filho de Deus, e ao apóstolo coube repassá-los. Mas, essa será apenas uma resposta provisória.

Por fim, aborda-se o que se considera **História Santa**. Na Idade Média, muitas transformações assolaram o território europeu – a devastação decorrente da guerra pós-invasão bárbara, destruição do secular império romano, ruralização dos sobreviventes, fortalecimento das nobrezas feudais, guerreira e monástica, o movimento das Cruzadas e seus templários, e as três ordens que a compunham e suas funções: aos especialistas da guerra – a paz pública –, aos homens de oração – os gestos, fórmulas e cantos para afastar a cólera dos inimigos –, ao povo – a função de nutrir –, e por fim, novas transformações naquilo que se considerou chamar de renascimento (DUBY, 1990).

Nesse ínterim, mais especificamente no século XII⁷⁸, não obstante o empenho da Igreja em manter-se afastada de eventos sobrenaturais e polêmicas de ordem teológica, muitos foram os hereges e heterodoxos em seus quadros constitutivos, pois, com os Espirituais, o tempo do homem sobre a terra deve ser medido como tempo gasto para salvação da alma antes do fim dos tempos. São Francisco e sua ordem mendicante é uma das maiores representações da busca pela salvação pela humildade e obediência a Deus (LE GOFF, 2001)

A partir de então, outros padres medievais estiveram envolvidos em controvérsias proféticas, todavia, o destino dos acusados foi bastante variado: Geraldo de Borgo, condenado em 1255 como herege; Salimbene de Parma, considerado um dos primeiros numerólogos da história, pressionado a renunciar ao governo da ordem franciscana e exilar-se; São Malaquias

⁷⁷No Antigo Testamento são cinco livros dos profetas Maiores, doze dos profetas Menores e um livro no Novo Testamento, o Apocalipse de São João.

⁷⁸No século XII a Civilização Cristã havia atingido um auge que nenhum santo poderia ter imaginado nos albos duros e sangrentos da primeira época da Igreja: “[...] A filosofia do Evangelho governava os Estados; a influência da sabedoria cristã e sua virtude divina penetravam as leis, as instituições, os costumes dos povos, todas as categorias e todas as relações da sociedade civil[...].” (PAPA LEÃO XIII, 1885).

(bispo de Armagh na Irlanda, no século XII) que após inocentado, ao morrer foi canonizado pelo Papa Clemente III (DE BONI, 2014). Mas, independentemente da sorte dos clérigos, teólogos e leigos, voltaram-se aos textos sagrados, com destaque para o Apocalipse de João. Após a morte de Francisco e dos conflitos da ordem franciscana, o tema arrefeceu.

Entretanto, no século XIII, o abade cisterciense Joaquim de Fiore⁷⁹ reascendeu a temática profética com sua teoria trinitária da história⁸⁰. Segundo Fiore “[...] o mundo após ter vivido sob o reino do Pai (Antigo Testamento), depois sob o do Filho (Novo Testamento), o mundo iria entrar no reino do Espírito, e os monges governarão o universo e a humanidade se converterá à pobreza evangélica [...]” (DELEMEAU, 1989, p. 207-208). A idade do Pai era governada institucionalmente pela sinagoga, a do Filho, pela Igreja de Roma e a do Espírito, por uma igreja espiritual sem normas ou hierarquias. Autor de inúmeras obras⁸¹ que hoje são consideradas de alto valor filosófico, Fiore foi postumamente atacado por Tomás de Aquino por não possuir uma “[...] sólida mentalidade escolástica, não estando à altura de compreender totalmente as sutilezas da *ratio* teológica [...]” (TAGLIAPIETRA, 2015, p. 7), e apagado por muitos séculos dos compêndios filosóficos medievais, sendo sua filosofia retomada somente no século XIX e hoje considerada complexa e de grande valor hermenêutico. Durante o medievo, a obra de Fiore, embora não publicada, foi acusada de dogmática pelo Papa Inocêncio III durante o Concílio de Latrão (1215), sobretudo, por combater a Doutrina da Trindade de Pedro Lombardo. Contudo, sugerem os estudiosos ser ele o responsável pela imagem alegórica acerca do Anticristo (a serpente), bem como, por retomar a partir do Reino do Espírito (terceira era) a ideia do milênio anunciada pelo profeta Jeremias. Segundo o Papa Pio IX (1846-1878), no Concílio Vaticano I, dá a entender que alguns dos padres espiritualistas inserem-se no que se convencionou chamar de revelações particulares,

⁷⁹A concepção de história de Joaquim de Fiore toma como base a distinção do Antigo e Novo Testamento da Sagrada Escritura. Esta divisão da história parte de uma das visões do profeta Ezequiel que se encontrava exilado junto ao rio Quebar e vislumbrou quatro criaturas viventes que possuíam a semelhança de homem terreno, conforme relata a Sagrada Escritura. Cada uma destas criaturas continha quatro faces: uma com aspecto de homem, uma com aspecto de leão à direita, outra com aspecto de touro à esquerda e a quarta com aspecto de águia. A estas criaturas agregavam-se quatro rodas que tocavam a terra, possuíam o mesmo tamanho e estavam ligadas entre si. A partir desta passagem bíblica, Joaquim de Fiore projeta a divisão dos testamentos da Escritura por meio da chamada Figura do Mundo (NASCIMENTO, 2012).

⁸⁰Vicente Dobroruka (2004) ao refletir sobre o tempo mítico difundido em vários momentos da história, afirma que o líder milenarista e o filósofo da história se fundem.

⁸¹Ver Noeli Rossatto, 2004

[...] Mas para que a obediência de nossa fé esteja em conformidade com a razão, Deus quis que a ajuda interior do Espírito Santo se unisse aos argumentos externos de sua Revelação, isto é, intervenções divinas, como são principalmente os milagres e profecias que demonstram brilhantemente a onipotência e o conhecimento infinito de Deus e são sinais muito certos da Revelação divina e adequados para a inteligência de todos [...] (PIO IX, 1870).

Dessa forma, mesmo que o sujeito utilize os termos profecias, tradição dos Santos Padres e História Santa no sentido aditivo, complementar, eles são processos históricos diferenciados, e a única coisa que os unifica é integrarem o cânone exegético da teologia cristã, a tradição oral das comunidades cristãs, e, no “[...] eterno retorno [...]” (ORLANDI, 2020b, p.31) propiciado pelo cotidiano dos cultos cristãos, estando assim na “[...] base do dizível [...]” (ORLANDI, 2020b, p.31).

No entanto, na SDE3, o sujeito busca delimitar o fim do mundo, apresenta algumas de suas bases, o fim do mundo virá por sinais e esses serão **precursores da segunda vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo, e do Reinado de mil anos**. O sujeito busca dar a seu conjunto de crenças uma unicidade lógica, diluindo-se no universo das possibilidades vaticínicas – profeta (mensageiro); escatológico futurista (vaticina o fim do mundo); messiânico (acredita no retorno do Messias); milenarista (mil anos do governo de Cristo); místico (recebe revelações); dogmático herético (enquanto padre professa o não permitido) –, e ao fazê-lo, inscreve-se como um legítimo profeta, por múltipla identificação com o Outro e com o outro (profeta místico, santos padres, espiritualista). E pela via da ambiguidade e da multiplicidade de sentidos, desliza do terreno da hermenêutica teológica institucional, para o contraditório do dogmático herético.

Destarte, em 1890, o enunciar do sujeito constitui-se uma heterodoxia teológica, porque homogeneiza a filosofia religiosa católica e a dimensão mística, ainda mais enquanto padre diplomado e servidor público do governo, vinculado à respeitada Arquidiocese da Bahia, que possuía em seu quadro muitos bispos e clérigos de destaque. É certo ainda, que o sujeito profeta diante da população rural, da Freguesia de São Paulo, fosse capaz de manipular as redes de sentido e envolvê-los. Porém com que fim? O que mais pode ser investigado?

5.2.3 O padre perseguido – IA(A)2

As SDE4 e SDE5 são recortes de cartas felisminianas, datadas dos anos de 1890 e 1891, ambas escritas ainda na Província de Sergipe. A primeira, na Freguesia de São Paulo e a segunda na Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Na primeira ele reproduz aos Caipiras uma carta que escreveu ao arcebispo buscando justificar-se e dar ciência das ações do Vigário-

-Geral, Monsenhor Daltro, ainda sobre as perseguições que lhe foram paulatinamente impostas, a ponto de fazê-lo abandonar o seu posto de pároco da Freguesia de São Paulo. Na segunda missiva, já em seu primeiro exílio na casa de seus pais em Itabaiana, ele informa a intimação por meio do Presidente de Província de Sergipe para que se apresentasse, e despede-se de seus seguidores partindo para Salvador. Segue-se a SDE4.

Figura 6 – Carta de 25 de julho de 1890

Tendo recebido no dia 1.º deste corrente um officio do Romo Vigario Ge-
ral de Sergipe com data de 10 do mesmo intumando-me para compare-
cer em presença de V. Ex.ª Rom.ª sob pena de suspensão de ordens
até o dia 10 de Agosto, e casando a minha Traveção de Vigario
commendado, me cumpre fazer sciente a V. Ex.ª Rom.ª que não te-
ndo recurso pecuniario para comprehender tal viagem, eu estou re-
cebendo o alimento de mãos caridosas. No dia 1.º de junho pp. até
1/10 2.º do mesmo sendo-me prohibido o ingresso na c.ªtaria de S. Paulo
e no mesmo dia 2.º pela noite tendo recebido participação que po-
dia celebrar pelas 2.ª horas da manhã sem toque de sino, e se
hora determinada não estive na c.ªtaria deixando de celebrar
prevendo que nada mais tinha a esperar da paixão crescente
retirei do altar ou da celebração do Santo Sacrificio da c.ªtaria
quanto não se pode afirmar que elle ainda exista segundo o
feto Daniel, citado por Nosso Senhor Jesus Christo, e o apomboso pro-
gio, que suspendeo, ou mesmo abolio o Santo Sacrificio da c.ªtaria
era celebrado no pasero pelo Romo P.º licero; e ainda por causa de

Fonte: Fontes, (1890, p.1)

SDE4 Tendo recebido no dia 1.9. deste corrente um **officio** do Reverendissimo Vigario Gerral de Sergipe com data de 10 do mesmo **intimando=me** para comparecer em presença de Vossa Excelentissima Reverendissima sob **pena de suspensão de ordem** até o dia 10 de Agosto e **calsando a minha Provisão de Vigario Emcommendado**, me cumpre fazer sciente à Vossa Excelencia Reverendissima que não tenho recurso pecuniário para emprehender tal viagem, eu estou recebendo o alimento de mãos caridosas. No dia 1.7. de junho até 27 do mesmo **sendo=me** proibido o ingrelso na Matris de São Paulo e no mesmo dia 27 pela noite tendo recebido participação que podia celebrar pelas 7 horas da manhã sem toque de sino, e se nesta hora determinada não estivesse na Matris deixaria de celebrar, e prevendo que nada mais tinha a esperar da paixão crescente **me retirei do altar ou da celebração do Santo Sacrificio da Milsa**, por quanto não se pode afiançar que elle ainda exista segundo o Proféta Daniel, citado por Nolso Senhor Jesus Christo, e o alsombrôso prodigio, que suspendêo, ou **mesmo abolio o Santo Sacrificio da**

Na SDE4, Felismino Fontes descreve os fatos e dispõe termos como **officio, intimação, proibição, suspensão e pena**, próprios da ordem jurídica no sentido de imposição legal ou mesmo punição, fazendo funcionar a partir da oração – **me cumpre fazer sciente à Vossa Excelencia Reverendissima** –, a posição-sujeito padre, membro subordinado às normas legais, aos ditames jurídicos. Por essa razão era seu dever informar à hierarquia eclesiástica, os fatos, sobretudo, porque se ausentar da paróquia, constituía-se crime segundo o Código Criminal do Império,

[...] Os parochos são empregados públicos, e como taes sujeitos á disposição do art. 157 do Cod. Criminal; e por isso não podem ausentar-se de suas parochias sem licença do poder civil, alem da que devem ter da autoridade ecclesiastica - Aviso n. 351, de 4 de Agosto de 1869 [...] Os parochos, que se ausentam de suas parochias sem licença da autoridade civil, não tem direito á percepção de seus vencimentos - Aviso n. 364, de 10 de Agosto de 1869 [...] (TINOCO, 2003, p.269).

E para justificar-se do grave ato, sujeito a três anos de suspensão e a depender do caso, até mesmo detenção de seis meses, ele descreve os motivos pelos quais precisou deixar seu cargo. No desenrolar da cadeia de significantes, e o uso do verbo – **tendo** – no gerúndio, permite pensar em um acontecimento que vem se desdobrando, inclusive no momento em que escreve, e que para além do âmbito legal, congrega o civil.

No primeiro desses âmbitos, o legal, trata-se de uma punição prescritiva de direitos, sustentada em bases legais e jurídicas, o que fica claro ao informar recebimento de correspondência oficial (**ofício**) enviada pelo superior hierárquico na província (Vigário-Geral), inteirando-o de sua exoneração (Felismino não é mais servidor público contratado do Estado Imperial – **calsando a minha Provisão de Vigario Emcommendado**) e, ainda exigindo que ele se apresentasse ao arcebispo em prazo determinado (até 10 de agosto), ou teria extinto seus direitos sacerdotais (**sob pena de suspensão de ordem**). Trata-se de um imperativo – *intimado=me* –, de uma ordem que deve ser cumprida, ou ele terá que responder com a inabilitação de ordem. Aí se dá a perceber a interpelação da hierarquia institucional católica, ao sujeito-padre.

Isto porque, o tempo da diversidade sacerdotal estreitava-se. Nesse mesmo ano, no dia 07 de janeiro de 1890, havia sido assinado o decreto de separação entre a Igreja e o Estado. E, embora os prelados tenham ao final conseguido pela Carta Constitucional de 1891, preservar seu poder e suas relações com o estado em um novo formato, a história da Igreja brasileira ingressava em uma nova fase, com a Primeira Conferência do Episcopado brasileiro (1890), ratificando o projeto Ultramontano em bases largas. Assim, Felismino Fontes encontrava-se em um momento muito delicado, de grandes transformações, e agora sujeito a novas possibilidades de punição, por três instrumentos legais, o Corpus *Juris Canonici* (Direito Canônico), O Código Criminal do Império do Brasil (1830)⁸² e pelo Código Penal de 1890⁸³.

Denomina-se Direito Canônico a um conjunto de regras que foram implementadas com base na já citada teoria das duas espadas, tendo como lastro constitutivo os ensinamentos apostólicos e as escrituras do Novo Testamento e no decorrer dos séculos foi sendo editado, até que no século XII, a grande quantidade de regras dificultava o acesso à tomada de decisão. Dessa feita, com o renascimento europeu e a criação da Universidade de Bolonha, a esse

⁸²O Código Criminal do Império do Brasil foi sancionado pela lei de 16 de dezembro de 1830, substituindo o livro V das Ordenações Filipinas (1603), codificação penal portuguesa que continuou em vigor depois da Independência (1822), seguindo determinação da Assembleia Nacional Constituinte de 1823 (TINOCO, 2003).

⁸³Código Penal de 1890, dando aos delegados ou responsáveis legítimos, designados para aplicação da lei, o direito de intimar qualquer suspeito para maiores averiguações.

conjunto foi aplicado um método que ficou conhecido como “Uma Concordância de Cânones Discordantes” de autoria do monge Graciano, método hoje conhecido como jurídico (BRANDÃO, 2017). Ainda que tenha sido base para decisões, inclusive papais, essa versão ainda não foi considerada definitiva, em virtude dos conflitos que se estabeleceram entre a Igreja e os reis (SOUZA, 2014). Não obstante a longa história do Código Canônico, interessa observar sua influência em terras brasileiras, destacadamente após a Constituição de 1824, isto porque em todo o período colonial foi muito difícil separar o direito a bem do Estado ou a bem da Igreja. Diz Souza (2014, p.20), “[...] no campo jurídico, uma breve análise nos referenciais mostra um Direito múltiplo, com fontes e poderes pulverizados em vários pontos da sociedade, sendo a multiplicidade de direitos um traço característico da América Portuguesa [...]”.

Com o Marquês de Pombal, iniciou-se um projeto de renascimento econômico mercantilista, centralizador e anticlerical português, destituindo, sobretudo, a ordem jesuítica de sua influência e poder. E tal processo incide ainda na centralização e reorganização jurídica, em virtude da assinatura da “Lei da Boa Razão”, assinada por D. João I, a partir da qual ele fortaleceu o curso de direito e a revisão da legislação canônica (BRANDÃO, 2017). A Universidade de Coimbra mesmo tendo contribuído para uma visão menos clerical do direito, não conseguiu tanto sucesso. No Brasil, a transformação foi ainda mais lenta, pois a Igreja e o Estado continuaram constituindo-se poderes paralelos e intercambiáveis⁸⁴.

Dessa forma, o direito canônico continuou presente no Brasil, mesmo após a separação política de Portugal em 1822, segundo a Lei de 20 de outubro de 1823⁸⁵. Em 1824, é outorgada a Constituição, em cujo Art. 5º deixa expresso: “[...] A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do império⁸⁶. Todas as outras religiões serão permitidas com seu

⁸⁴Juridicamente a separação entre Brasil e Portugal teve grande importância, pois a partir da independência e da formação do Estado brasileiro os caminhos legislativos e da cultura jurídica do Brasil e Portugal começam a se distanciar progressivamente, desse modo, a independência política permitiu que o Direito brasileiro fosse se afastando cada vez mais do Direito português [...] no momento da independência brasileira o direito era “experimentado”, sobretudo através dos poderes descentralizados, poderes locais, numa estrutura permeável à pluralidade das manifestações jurídicas. Afirmar que a estrutura jurídica era permeável à pluralidade ainda em 1822 é afirmar, também, que o Direito Canônico ainda estava presente no dia a dia jurídico do Brasil no século XIX, pois o Direito Canônico compunha a pluralidade jurídica do Direito pré-moderno. A permanência de um direito (SOUZA, 2014, p. 31-32).

⁸⁵Nesse período como o Brasil, apesar de já declarada sua Independência, não possuía legislação própria, continuou regido pela colonial, conforme “Declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brasil até 25 de Abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquela data em diante, e os decretos das Cortes Portuguezas que são especificados” (BRAZIL, 1823, p. 1).

⁸⁶“Só era possível ter sacerdotes como funcionários se o Império admitisse ser o ministério sacerdotal importante para os anseios do Estado, por isso, a relação entre Igreja e Império era tão complexa. De um lado havia uma Igreja que admitia ser sustentada pelo Império, de outro havia um estado que via na atuação sacerdotal e religiosa função indispensável para sua atuação, de tal maneira que considerava os religiosos de suas terras seus funcionários [...]” (SOUZA, 2014, p.54).

culto doméstico ou particular, em casas [...] sem forma alguma exterior de templo [...]” (CONSTITUIÇÃO, 1824). Desse modo, Felismino estava sujeito à legislação canônica e devia obediência aos superiores e o não cumprimento das ordens expressas podia reverberar em uma série de penalidades (excomunhão, interdito, suspensão).

Todavia, mesmo diante da intimação, Felismino aponta sua total falta de condição financeira para proceder viagem por não possuir recursos e estar vivendo devido à caridade da população que o acolhe (**não tenho recurso pecuniário para emprender tal viagem, eu estou recebendo o alimento de mãos caridosas**). A situação expressa pelo sujeito-padre dá a entender que ele é uma pessoa muito pobre, que não tem recurso nem para alimentar-se, e agora desempregado, não é possível obedecer. Entretanto, ao se examinar a biografia do clérigo, sabe-se que isso não é verdade. Ele procede de família relativamente abastada na localidade, possui recursos e propriedades, que serão no futuro disputadas judicialmente pelos sobrinhos e pelo clero. Logo, em seu enunciar, a pobreza assume o sentido de resistência individual e coletiva:

Eu não possuo recursos pecuniários

eu possuo recursos financeiros

Eu sou pobre

eu não sou pobre

Eu não posso ir

eu não quero ir

Eu recebo alimentos de mãos caridosas

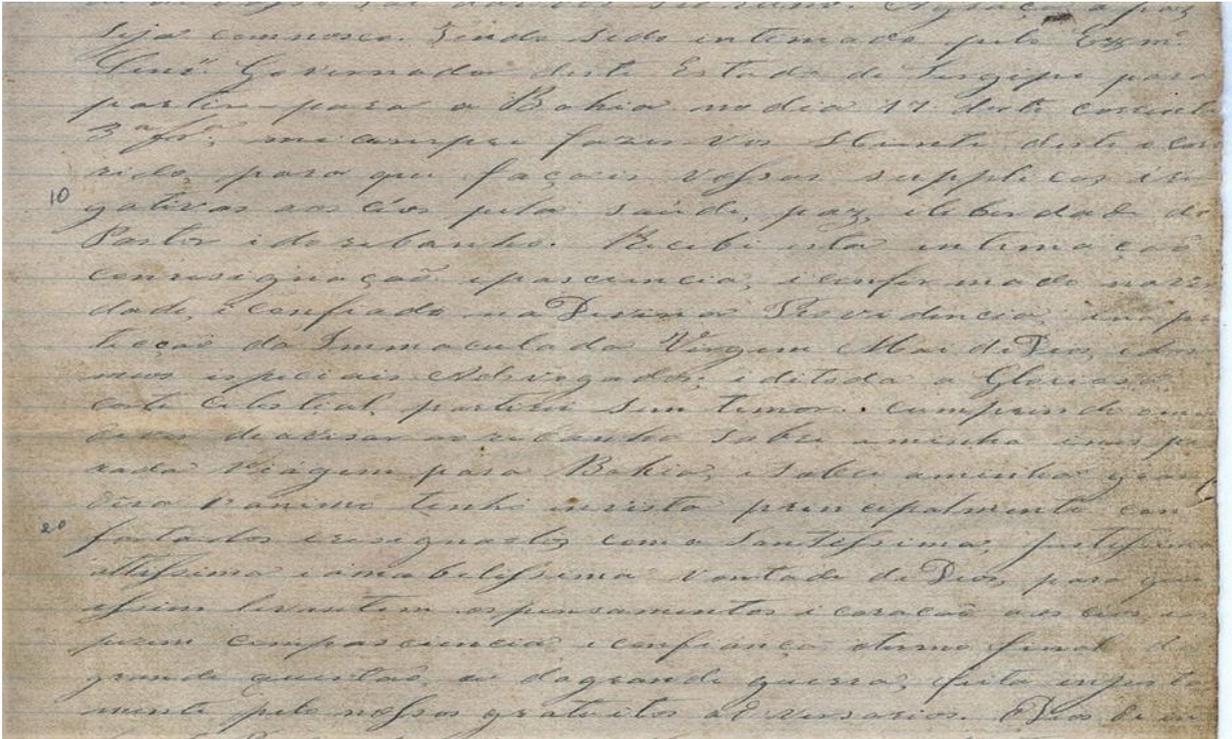
eu tenho apoio

Destarte, o sujeito-padre que se reconhece subalterno diante da força institucional, presta satisfação e parece submeter-se, porém longe de prontamente atender à imposição legal, resiste e diz não poder cumprir a intimação clerical. E mais, aponta que mesmo destituído de ordens, as pessoas apoiam-no, acolhem-no e estão alimentando-o. Ou seja, mesmo padre e, portanto, empregado público, enquanto Vigário Encomendado é o povo que paga por seus serviços, cujos vencimentos são repassados aos cofres da arquidiocese. E o povo o apoia.

Além disso, informa que sua ausência não foi por vontade própria, mas em virtude dos ataques a que foi submetido – **No dia 1.7. de junho até 27 do mesmo sendo-me proibido o ingrelso na Matris de São Paulo; no mesmo dia 27 pela noite tendo recebido participação que podia celebrar pelas 7 horas da manhã sem toque de sino; e se nesta hora determinada não estivesse na Matris deixaria de celebrar** – , porém, não explicita quem aplicou tais sanções. Não havia outros padres na localidade e o mais próximo, em Itabaiana, o Cônego Domingos Forâneo, sempre fora seu protetor. Foi o Vigário-Geral? Ou teriam sido impostas pela autoridade policial da localidade ou região? Conforme indicações anteriores, sabe-se que o padre Felismino era protegido do Alferes Rabelo. Então quem o sancionara? Não se sabe,

entretanto, é provável que as forças opositoras da localidade (como já citado) tenham se levantado contra o clérigo. Alguns meses depois, ele recebe nova intimação. Segue a **SDE5** da Carta de 15 de novembro de 1891 (**ANEXO M**).

Figura 7 – Carta de 15 de Novembro de 1891



Fonte: Fontes, (1891, p.1)

SDE5 [...] Tendo sido **intimado** pelo **Excelentíssimo[sic] Senhor[sic]** Governador deste Estado de Sergipe para partir para a Bahia no dia 17 deste corrente 3^ªfr^a; mi cumpri fazer-vos sciente deste ocorrido para que **façais volsas supplicaz vingativas aos Céos pela saúde, paz, i liberdade do Pastor i do rebanho**. Recebi esta intimação com resignação i paciência, i confirmado na verdade i confiado na Divina Providência i na proteção da Imaculada Virgem Mãe de Deos, i dos meus especiais Advogados; i de toda a Gloriosa Corte Celestial, partirei sem temor. Cumprindo o meu dever de avisar ao rebanho sobre minha inesperada Viagem para Bahia, i sobre a minha grandêza d'animo, tenho in vista, principalmente, conforta=los e resigna=los com a Santíssima, Justíssima, altíssima e amabilíssima vontade de Deos, para que assim levantem os pensamentos e coração aos céus i esperam com paciência i confiança o termo final da grande questão ou da grande guerra. feita iniustamente pelo nolsos **arautitos adversários** [...] (FONTES. 1890. p.1).

Persistindo em não atender a intimação clerical e incorrendo em ato desrespeitoso ao desobedecer a jurisprudência brasileira, após alguns meses, Felismino recebe nova intimação, agora do Governo de Sergipe. Isso era possível, pois, embora o ato de suspensão de ordens tenha sido emitido, ele não havia sido expulso, ou excomungado, e, como funcionário público continuava sujeito ao Código Criminal do Império do Brasil (1830) e ao recém-criado, Código Penal de 1890.

Assim, dois dias antes de sua partida, Felismino escreve mais uma vez aos Caipiras, informando a intimação governamental, e despede-se de seus seguidores (interlocutores) – **rebanho**, várias vezes referenciados – **fazer-vos, conforta=los, resigna=los**, demonstrando desvelo, preocupação e seu dever para com eles. Reafirma ainda, sua posição-sujeito de padre, e de Pastor – termos (rebanho; pastor) que se filiam na formação discursiva religiosa cristã a uma alegoria bíblica que remete ao povo escolhido e à função sacerdotal instituída. Davi foi pastor de ovelhas e usa essa figura no *Salmo 23* para mostrar como se sentia, em relação a Deus – *eu sou uma ovelha do Senhor, o meu Pastor*. Cristo, o enviado divino, reafirma sua condição – *Eu sou o bom pastor; o bom pastor dá a sua vida pelas ovelhas* (João 10:11). Tal representação aponta para a projeção de uma imagem pessoal do próprio sujeito, aquele que veio para delinear o caminho. Nessa representação o sujeito deixa claro para si, quem é ele e qual o seu dever como o pastor de seu rebanho, alinhado com a fé católica enquanto homem de Deus, o qual é adjetivado no grau superlativo – *Santíssima, Justíssima, altíssima e amabilíssima* – expressando os altos atributos que são conferidos à superior vontade divina.

Por fim, utilizando-se do marcador conversacional (**i**), ele solicita aos seguidores uma ação – **façais volsas supplicaz vingativas aos Céos pela saúde, paz, i liberdade do Pastor i do rebanho** – o termo *vingativa*, adjetivo utilizado para caracterizar o substantivo *súplicas*, levanta dúvidas em relação a seu significado: talvez fosse um termo utilizado em orações, na época, para implorar clemência à corte celestial – como o fez Saramago, personagem da ópera

*Anfitrião ou Júpiter e Alcmena*⁸⁷ de autoria de Antônio José da Silva⁸⁸. O personagem de Saramago é um criado ainda que apresente aos humanos questões pertinentes em relação aos acontecimentos e preste serviço ao deus Anfitrião, é submetido a constantes espancamentos e de tanto apanhar acaba por perder sua identidade. Diante da desgraça ele clama em súplicas vingativas ao deus Júpiter, mas só recebe ordens e mais pancadas. Ou ainda o termo assinala a animosidade do Padre Felismino em relação à intimação que lhe foi feita, a exemplo de Herodes, o Grande (73 a.C – 4 d.C), que suplicou vingança aos céus após saber da existência de um rei dos judeus. A respeito dele aponta Flávio Josefo (1992, p.112): “[...] ele nunca parou de vingar e punir diariamente os que tinham escolhido estar ao lado de seus inimigos [...]”.

5.3 Imagem que o sujeito faz dos aliados e opositores

Esta subseção apresenta, a partir das sequências discursivas SDE6, SDE7, SDE8, SDE9 e SDE10, a descrição do jogo imaginário do sujeito sobre o outro – quem é ele para que eu lhe fale assim? – IA(B). O outro será representado por dois grupos distintos, os Caipiras (seus seguidores) e os Aliados do Anticristo (opositores).

⁸⁷Argumento da peça *Anfitrião ou Júpiter e Alcmena*: “[...] Júpiter, marido da deusa Juno, por gozar da formosura de Alcmena, mulher de Anfitrião, general dos Tebanos, se transforma em Anfitrião por conselho de Mercúrio, embaixador dos deuses, tomando este também a forma de Saramago, criado de Anfitrião, para ajudar que Júpiter consiga o seu intento, por meio dos seus enganos. O que Júpiter consegue, introduzindo-se em casa de Alcmena com o nome de Anfitrião, acompanhando-o Mercúrio, que toma o nome de Saramago, estando Anfitrião ausente de Tebas contra El-Rei dos Tebanos, donde, vindo vitorioso por ter morto ao mesmo Rei, Júpiter lhe usurpa o triunfo com que em Tebas o esperavam, ficando juntamente laureado Júpiter dentro do mesmo Senado com a ilusão da figura e nome de Anfitrião, o qual, voltando para a cidade de Tebas, já na sua própria casa é preso por Tirésias, ministro de Tebas, juntamente com Alcmena, e condenados à morte por indústria e vingança da deusa Juno, que se disfarça com o nome de Flérida em casa de Anfitrião; mas enfim, como inocentes do suposto delito, são livres de serem sacrificados por declaração de Júpiter, que sustenta o engano até o fim, e deixa em Alcmena, por sua descendência, o esclarecido, fortíssimo e nunca vencido Hércules. O mais se verá no contexto da Obra. A cena se representa em Tebas [...]” (SILVA, 2007, p.1).

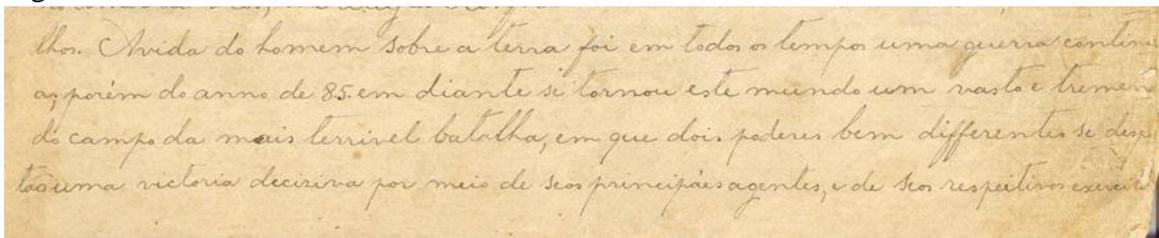
⁸⁸ “[...] Antônio José da Silva, por antonomásia “o Judeu”, nasceu no Rio de Janeiro a 8 de maio de 1705, de uma família de origem judaica portuguesa, senhores de engenhos de grande prestígio social, sendo seus pais Lourença Coutinho e João Mendes da Silva, advogado e poeta. A prisão da prestigiosa família de Antônio José da Silva, constituída de negociantes e intelectuais do Rio de Janeiro, no momento em que esta cidade começava a assumir o primeiro plano na vida nacional, em virtude da riqueza que transitava por seu porto, certamente ajudou a solidificar as denúncias aos olhos cobiçosos dos inquisidores, que poderiam mais facilmente praticar a rapinagem na colônia brasileira. Quando as denúncias de práticas mosaicas começaram a correr na primeira década desse século, os pais do futuro poeta estavam entre os citados: João Mendes, com mandado de prisão datado de 24 de fevereiro de 1711; e para sua mulher, o mandado fora expedido em 20 de fevereiro de 1711 [...]” (DE ALMEIDA PEREIRA, 2009, p.08).

5.3.1 Servos combatentes - IA(B)1

Em 1892, Felismino Fontes, internado no Asilo São João de Deus, escreve uma carta exortatória aos seus seguidores. A carta exortatória (Encíclica) é uma tipologia documental eclesial que possui duas formas: a *Litterae Encyclicae* (carta encíclica de caráter geral) e *Epistula Encyclica* (epístola encíclica de caráter mais restrito), de criação exclusiva do alto pontificado, possuindo forma e estrutura diplomática específicas. De caráter menos solene, recorrem a temas espirituais e objetivam auxiliar os fiéis e até alguma congregação na sua vida sacramental e devocional. Em matéria diplomática, possui um “exoesqueleto”, a saber: um título que remete ao propósito e às circunstâncias em que as cartas foram produzidas; uma saudação inicial, precedida da apresentação do pontífice, a indicação do destinatário, o texto e, por último, o fechamento que consiste em saudações a quem foi destinada (AQUINO, 2012).

Sabendo que somente o Papa após um Sínodo pode emitir tal documento, imitá-lo consistia falta grave, passível de punição, pois é proibido que se fale em nome do Sumo Pontífice ou assumam seus encargos (DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS, 2010). Não obstante, Felismino envia a seus seguidores a carta intitulada de *Sincera e fervorosa Exortação sob a valiosa Proteção dos Santos Mortos* (1892), na qual ele apresenta seu ponto de vista sobre o mundo e os Caipiras, além de exortá-los a ação. Começa-se pela SDE6, a descrever o jogo imaginário IA(B) que o sujeito faz dos Caipiras,

Figura 8 – Carta de 1892



Fonte: Fontes (1892, p.1)

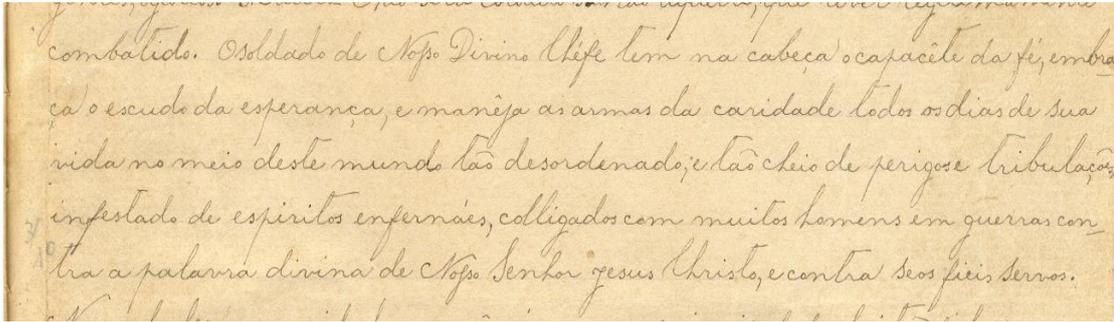
SDE6 [...]. A vida do homem sobre a terra foi em todos os tempos uma **guerra contínua**; porém do ano de 85 em diante, si tornou este mundo um vasto e tremendo campo da mais terrível batalha, em que dois poderes, bem diferentes se despertão uma victória decisiva por meio de seos principais agentes, e de seos respeitivos exercitos. (FONTES, 1892, p. 1)

No enunciado - **A vida do homem sobre a terra foi em todos os tempos uma guerra contínua** – o sujeito retoma a noção constantemente formulada de vida como guerra, como resposta espontânea para a violência e para sobrevivência, marca do real, do incontestável. A partir desse recurso de algo dado, sabido, visto, sentido, o sujeito coloca os interlocutores não como uma população majoritariamente rural, pouco letrada do agreste e sertão sergipanos, mas como protagonistas de um embate mundial de grandes proporções. Pensando estritamente em termos ocidentais, a noção (vida-guerra) faz-se presente na filosofia romana em Sêneca (séc. I) “[...] viver significa lutar [...]”, sendo esta filosofia, acolhida e interpretada por diversos intelectuais católicos do primeiro século (DE ALMEIDA PEREIRA, 2009). Logo, longe de causar estranhamento e oposição, a noção “vida-guerra” tornou-se lugar comum, sedimentou-se e presentifica-se no cotidiano. Porém, avaliando que se trata de uma carta exortatória aos Caipiras, a expressão pode assumir ainda o sentido de levante, como em Canção do Tamoio “[...] não chores meu filho, não chores que a vida é luta renhida, viver é lutar [...]” (DIAS, 1843), no qual a voz do poeta é o veículo de motivação para a resistência tupi diante dos invasores franceses ao Rio de Janeiro.

Conquanto, o ano de 85 é destacado pelo uso da conjunção – **porém**⁸⁹ – que deixa de assinalar o contraditório para evidenciar um momento exato, o momento em que essa guerra ganhou proporções ainda maiores – **porém do ano de 85 em diante, si tornou este mundo um vasto e tremendo campo da mais terrível batalha** –, nunca vista anteriormente. Destaca-se ainda que “porém”, apesar de ser uma conjunção adversativa, nesse contexto não apresenta o sentido de adversidade. Há sim o sentido de consequência, pois como se verifica na oração anterior “**A vida do homem sobre a terra foi em todos os tempos uma guerra contínua**” o contexto de guerra já era uma realidade, sendo apenas intensificado, logo, não há oposição de ideias. Mas por que o ano de 85? A data certamente não é aleatória, e pode ter relação com uma tradição profética atribuída ao fundador da Ordem Cisterciense no século XII, São Bernardo de Claraval (1090-1153), intelectual, redator do código templário, doutor da Igreja, denominado pelo Papa Inocêncio II de “muralla inexpugnável que sustenta a Igreja”. Atribuiu-se a Bernardo, a seguinte profecia: “[...] no ano de 85 aparecerá o Pastor Geral em meio a sucessos estrondosos [...]” (LE GOFF, 2001, p.56), mas até o momento não se encontrou referência exata. Também em 1885, o padre Felismino Fontes é ordenado, retorna a sua cidade natal, inicia seus trabalhos sacerdotais e torna-se o líder do grupo dos Caipiras. Todavia, mas, como são vistos pelo sujeito?

⁸⁹De acordo com a etimologia sua origem advém do latim *proinde*, que significa, por conseguinte.

Figura 9 – Carta de abril de 1892



Fonte: Fontes (1892)

SDE7 O soldado de Nosso Divino Chefe tem na cabeça o **capacete** da fé, embraça o **escudo** da esperança, e maneja as **armas** da caridade todos os dias de sua vida no meio deste mundo tão desordenado, e tão cheio de **perigos e tribulações**, infestados de **espíritos infernais**, coligados com muitos homens em **guerras** contra a palavra divina de Nosso Senhor Jesus Cristo, e contra seus fiéis servos (FONTES, 1892, p.3)

Na **SDE7**, o sujeito amplia os aspectos relativos à sua visão imaginária sobre os Caipiras, – **soldados, fiéis servos, membros de um respeitativo exército** (SDE6), dando continuidade a uma fala alhures, que marcou diversos momentos da história cristã. Dessa maneira, ao aparente discurso de bem, fé e paz integra-se pelo interdiscurso a formação discursiva do militarismo, sempre presente na cosmogonia cristã. Entre os antigos judeus, assume a forma de afirmação político-religiosa frente a outras civilizações conquistadoras, quando o povo escolhido lutou contra a opressão, a escravidão e os ídolos pagãos dos mais diversos povos; na antiguidade clássica, o militarismo cristão assume a forma de revoltas populares por direitos políticos, dando origem ao cargo representativo dos tribunos da plebe; na Idade Média une-se à teoria do *reditus* (retorno a Deus), e sob o pretexto de libertar a cidade santa de Jerusalém e combater os infiéis, a Igreja busca estender seus domínios políticos e religiosos.

Então, os Caipiras eram homens religiosos e soldados, aí se apresentava seu destino e sua distinção, eram os escolhidos de Deus para a difícil tarefa de salvarem-se e salvar o mundo, sob um método específico – usar o **capacete da fé, o escudo da esperança, as armas da caridade**, a chave-mestra para engrossar a fileira da *Corte Celestial*, alcançando a vitória diante do inimigo nessa cruel guerra. Emerge assim metaforicamente, o sentido de combate ideológico

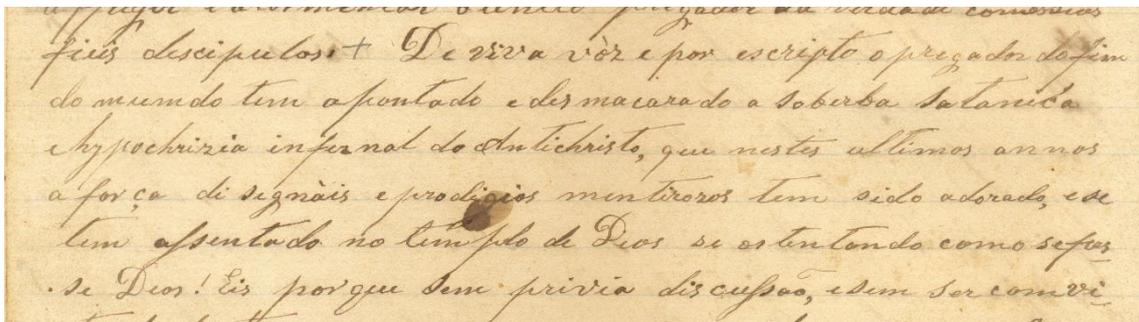
entre grupos inconciliáveis, dividindo o mundo em dois polos, em dois grupos com finalidades opostas: de um lado – **espíritos infernais, coligados com muitos homens** –, de outro, os Caipiras servos de Cristo, cruzados do sertão, combatentes contra o mal.

Assim, sob a influência do imaginário, dispositivo característico da função sujeito, entrecruzam-se fatos e representações dos Caipiras, caracterizando-os no interior do discurso religioso cristão, conforme apontado místico e racional dogmático (nem sempre aceito), a partir do conflito *ad eternum* entre o bem e o mal, a afirmação e a negação, as forças antagônicas que reaparecem no discurso maniqueísta do sujeito para determinar o ser Caipira. No entanto, se estes representavam o bem, quem era o seu avesso?

5.3.2 Os aliados do Anticristo – IA(B)2

Na mesma carta datada de 1892, na qual o padre Felismino Fontes descreve os Caipiras, ele apresenta o seu ponto de vista em relação aos que se configuram seus maiores adversários. Assim, as sequências **SDE8** e **SDE9**, **SDE10** apresentam a formação imaginária do sujeito acerca dos opositores – IA(B)2.

Figura 10 – Carta enviada do Asilo São João de Deus, 1892



Fonte: Fontes (1892, p. 2)

SDE8 [...] De viva voz, e por escrito, o pregador do fim do mundo tem apontado e desmascarado a soberba satânica e hipocrisia infernal do Anticristo, que nestes últimos anos a força de sinais e prodígios mentirosos tem sido adorado, e se tem assentado no templo de Deus, se ostentando como se fosse Deus! [...] (FELISMINO,

1892, p. 2)

Agora na SDE8, **o pregador do fim do mundo** refere a si mesmo não mais em primeira pessoa como verificado em outras SDs, mas na terceira – **o pregador** – como se referisse a um outro, assumindo uma posição de afastamento do discurso da heterodoxia, possivelmente por achar-se detido e, embora não tenha abandonado seu discurso, enuncia-se em referência a um outro. Assim, esse eu-outro pregador denuncia a presença satânica, ao fazê-lo, utiliza-se dos meios possíveis – **De viva voz e por escrito** – ele trabalha para desmascarar **a soberba satânica hipocrisia infernal do anticristo**. Apesar dessa tentativa de afastar-se, a imagem de pregador manteve-se inalterada através de uma memória social e de seus registros, e seus registros sob custódia dos descendentes dos Caipiras. Dizia o Sr. João de Santa: “[...] meu avô dizia que quando quiseram matar ele e ele fugiu, ele pediu para guardar as cartas e não entregar para ninguém e quando meu avô estava velho me pediu para guardar, e eu guardei, só deixei um padre estrangeiro pegar ele não me devolveu as outras [...]” (OLIVEIRA, 2002). Dessa maneira, o pregador deixou sua marca.

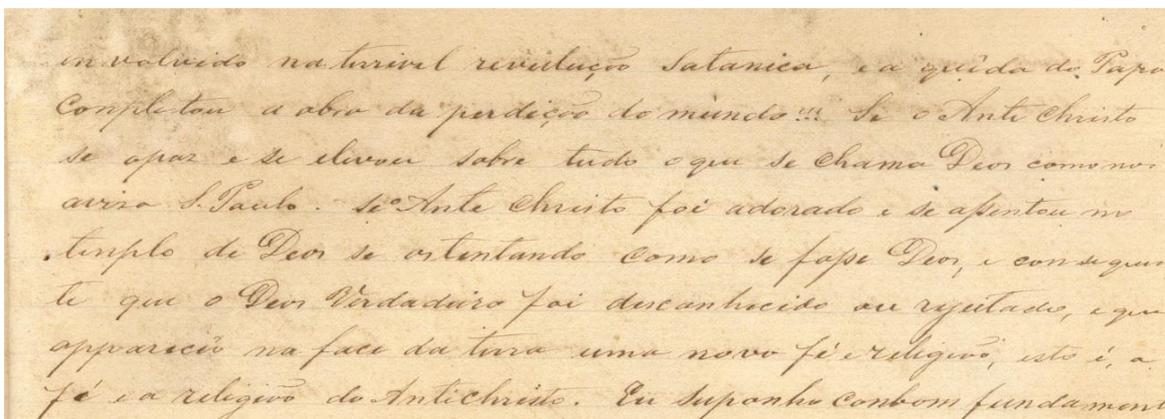
Ainda na SDE8, pela regularidade de sua construção parafrástica relaciona agora soberba, mentira e idolatria à presença demoníaca, o que permite inferir que: os Caipiras enfrentavam uma oposição a qual atribuíam à presença maligna; o pregador do fim do mundo utilizava-se de todos os recursos para combater esse mal, tanto os registros **escritos** (provavelmente para que seus seguidores letrados pudessem perpetuar sua memória, ou mesmo repassar seus ensinamentos a seguidores de outras localidades), quanto a **viva-voz** (não às escuras) amplificando a mensagem, alertando a sociedade do mal em que estava imersa; e por fim, enquanto eles eram perseguidos, o anticristo, o mentiroso – **tem sido adorado, e se tem assentado no templo de Deus**. Todavia, antes de identificar a quem era atribuída a imagem de anticristo no imaginário Caipira, cabe perguntar quem é esse personagem “histórico”, chamado anticristo?

Aponta Franco Junior (1999, p. 43) “[...] em tudo como seu nome indica, o Anticristo é a negação, o oposto de Cristo. Mas procura copiá-lo para melhor enganar os homens [...]”. O termo anticristo tem origem incerta, porém uma narrativa está presente em diversas tradições religiosas orientais. Surge como a serpente do Antigo Testamento, é citado pelo historiador Flávio Josefo (século I) como personagem integrante da antiga literatura judaica e, mais recentemente, com a descoberta e a divulgação dos evangelhos apócrifos, novas referências lhe são feitas. Contudo, a ideia de anticristo se fortalece na Idade Média⁹⁰, mais especificamente

⁹⁰Na passagem do século IV ao V Sulpício Severo (escultor sacro cristão), acreditava que o anticristo havia atingido a puberdade e estava se preparando para executar a sua obra. O Papa Gregório Magno (séc. VI-VII), aceitava a existência do anticristo, que definia como a encarnação do diabo. Em fins do século VIII, Elipando, o

durante a crise que se instala no século X com a tomada de Jerusalém pelo califado Fatímida, o que faz renascer a figura do maléfico anticristo que nascido em Betsaida e criado em Corazin (cidades babilônicas amaldiçoadas por Cristo), será aceito como messias, assentar-se-á no trono divino, até que seja derrotado pelo próprio Cristo ou pelo Arcanjo Miguel (FRANCO JÚNIOR, 1999; SICRE DÍAZ, 2016). Seguem a **SDE9** e a **SDE10** a partir das quais, buscar-se-á compreender como essa narrativa renasce em Sergipe de fins dos oitocentos,

Figura 11 – Carta de 20 de fevereiro de 1892



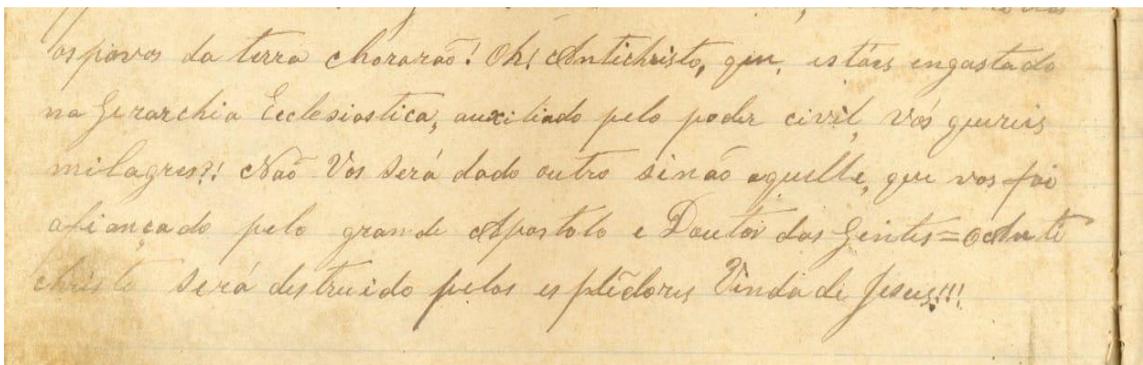
Fonte: Fontes (1892)

SDE9 [...] O Papa foi envolvido na terrível revolução Satânica, e a queda do papa completou a obra da perdição do mundo!!! Se o Anticristo se opôs e se eleva sobre tudo que se chama Deus como nos avisa São Paulo: Se o Anticristo foi adorado e se apresentou no templo de Deus se ostentando como se fosse Deus é conseqüente que o Deus verdadeiro foi desconhecido e rejeitado, e que apareceu na face da terra uma nova fé e religião, isto é, a fé e religião do

A. J. J. (FONTES 1892, p. 4)

arcebispo de Toledo chamava de anticristo a São Bento, beato de Liébana, (autor de Comentário ao Apocalípse), seu rival teológico que lhe devolvia o mesmo epíteto. No século X, Grelado de Aurillac (abade de Cluny) afirmava próximo o reinado do anticristo (FRANCO JÚNIOR, 1999).

Figura 12 – Carta de 20 de fevereiro de 1892



Fonte: Fontes (1892, p.3)

SDE10 Oh, Anticristo, que estais engastado na [Geração] Eclesiástica, auxiliado pelo poder civil, vós quereis milagres?! Não vos será dado outro, senão aquele que vos foi afiançado pelo grande Apóstolo e Doutor dos Gentes. O Anticristo será destruído pelos esplendores [da] Vinda de Jesus! (FONTES, 1892, p.3).

Pelos enunciados, a figura do anticristo renasce entre os Caipiras pelos sentidos da apostasia, do cisma, da heresia e da política. Apostasia é ato, o apóstata renega, rejeita a doutrina, a autoridade de estrutura hierárquica – **O Papa foi envolvido na terrível revolução Satânica** –, fazendo funcionar o sentido de interdito (não “posso-podemos” ficar ao lado dele, ao lado da Igreja e dos padres. Eles representam aquilo que não somos nós, estão envolvidos, são cúmplices do diabo). E o real é bipartido – nós/eles; virtude/mentiras; humildes/soberbos; Deus/diabo. E desse modo, os Caipiras se constroem com base nessa relação dicotômica que está posta em sistemas sociais anteriores, na migração da cultura europeia de um catolicismo popular que foi transportado, mas que lhe é também constituinte. E na relação eu/outro mediada pelo inconsciente, vê-se as marcas do simbólico, que é religioso, como também político.

Nesse sentido, o pregador do fim do mundo identificado com seu papel de líder e vaticinador, como mensageiro divino, do lugar de Deus comanda o movimento cismático (todo movimento cismático envolve líderes) dos Caipiras (a nova seita, assim como foi um dia o cristianismo) que tem por razão a crise, que está no agreste, está no sertão, é impetrada pelos perseguidores dos Caipiras, mas é também mundial, porque – **apareceu na face da terra uma nova fé e religião, isto é, a fé e religião do Anticristo**” –, e quem não defende a religião verdadeira, defende seu avesso.

Por fim, nos enunciados mostra-se um ataque direto ao Papa e ao poder civil que o sustenta. E mais uma vez, em meio a contradição permite diferentes funcionamentos semânticos – **O Papa foi envolvido na terrível revolução Satânica** –, constrói os sentidos de inocência – o Papa é inocente, ele não é o anticristo, ele ingenuamente foi enganado, logo, não é nosso adversário, ele pode ser um de nós (os que proclamam a verdade e estão do lado de Deus), e em meio à **trama revolucionária** – subversiva, não legítima, o Papa surpreendido não pôde reagir, foi envolvido, mas continua inocente. Assim, o sujeito discursivo inscreve-se no discurso da repressão e da ordem constituída, migrando da posição de oprimido para denunciante, assume o lugar do dominador e aponta que as estruturas foram alteradas, aquilo que um dia esteve estruturado em bases sólidas, deu lugar ao poder subversivo.

Por outro lado, o Papa integra a [**Geração Eclesiástica**], aquela que instituiu novas bases, portanto, não pode ser inocente, e se isso um dia ocorrera, era passado, pois – **A queda do papa completou a obra da perdição do mundo** – e pelo sentido da univocidade, o sujeito aciona o discurso do cisma, pois a Igreja Católica não representa mais a verdadeira religião, não havia mais o mundo católico cristão, não havia mais salvação. Mas, o que estava acontecendo na Europa? Quem era o Papa? E que possíveis realizações desse papado poderiam ser consideradas tão problemáticas a ponto de serem consideradas obra do anticristo?

Após a Revolução Francesa impôs-se a questão da secularização, que interpelou a Igreja em relação à sua função histórica e política. Era um momento de grandes transformações no qual findava o modelo sociopolítico europeu do século XVIII, com o esfacelamento de diversos impérios (francês, otomano, austríaco), e essa reconfiguração fragilizou o direito público e a noção de Estado, com a emergência do capitalismo industrial, do proletariado, ou “[...] sociedade das massas [...]” (ZAGHENI, 1999, p.25).

Em decorrência desses fatos, emergiu como anteriormente explicitado, o ideário da racionalidade, o mundo seria reconstruído em novas bases. O capital burguês, a razão, a meritocracia e a secularização entraram em cena, em contraponto ao velho mundo aristocrático. É assim que no século XIX,

[...] o discurso político mudou fundamentalmente de natureza. Da reflexão sobre as formas legítimas de poder, passou graças a ampliação constante do campo de legitimação, a pronunciar-se publicamente sobre concepções de mundo totalizantes: os atores sociais, indivíduos, e, sobretudo grupos, recebem daí por diante, uma justificação e um sentido graças ao discurso que lhes assinala função histórica no interior de uma sociedade cuja ideologia reconstrói o passado, o presente e o futuro. [...] mas não sem resistência [...] (PORTELLI, 2016, p.7; 52).

Dessa forma, no tocante à Igreja, a secularização influenciou tanto uma maior centralização e defesa do território físico, ideológico e político, quanto, posteriormente, à consolidação de uma doutrina social. No primeiro momento, os interesses da Igreja e dos Estados Liberais contrapuseram-se, e uma forte luta pelo poder, inclusive armada, tomou corpo na Itália, fato denominado de Questão Romana⁹¹. Os discursos liberais descreviam a Igreja como a instituição retrógrada de uma sociedade já enterrada (PORTELLI, 2016).

Esse quadro conflituoso estendeu-se por boa parte do século XIX, e, somente no advento do concílio Vaticano I (1868-1870), sob o pontificado de Pio IX, a Igreja conseguiu, não sem perdas, reerguer-se diante dos Estados Nacionais, que buscavam afugentar dois fantasmas, as revoluções populares e os estados totalitaristas. Contudo, as dificuldades não cessaram, e o governo eclesiástico continuou lutando para impor-se à laicização imposta pelos estados nacionais. Embora não expressamente, o Papa contrapondo-se aos eventos revolucionários e à insubordinação política, buscava evocar um retorno à cristandade medieval e controle das massas, recordando-os que sua posição social integrava a ordem das coisas, cujo mérito caberia à Providência e que a verdadeira virtude do cristão estava na paciência (MARTINA, 1997).

Todavia, os ataques e enfrentamentos continuaram incessantes até a morte de Pio IX, sucedido em 1878, pelo pontífice Leão XIII, que modificou a austera política anterior e dialogou com os opositores da Igreja. Além disso, inaugurou uma ampla restauração para redefinir o papel do Pontificado e a reconstrução da ordem social, as quais foram inspiradas na exaltação da ideia de autoridade e na busca dos instrumentos políticos e culturais. Tais instrumentos garantiam à Igreja afirmar-se diante das nações liberais e dos valores espirituais, dirimindo conflitos e substituindo o grande autoritarismo por um relacionamento estreito com o poder constituído e com as comunidades dos fiéis (MARTINA, 1997). Em suma, o Papa Leão XIII foi um político que manteve a ortodoxia restrita ao clero, mas que trafegou entre os liberais, estabelecendo seu projeto trino para a instituição, a cultura, o ordenamento dos estados e da realidade social, sob a égide da nova/velha Igreja que professava “[...] neutralidade diante de regimes políticos, desde que fossem respeitados a ordem e o conceito cristão de Estado [...]” (ZAGUENI, 1999, p.175).

Assim, ideologicamente a Igreja manteve seu projeto hegemônico de controle, restauração e poder sob as rédeas de um Pontificado que ampliava o escopo de seu discurso, interiorizando pré-construídos, anteriormente rejeitados, a exemplo do poder temporal “[...] o

⁹¹A Questão Romana está diretamente correlacionada à unificação italiana. O rei Vitor Emanuel II, do reino Piemonte-Sardenha invadiu os Estados Pontifícios, confiscou as terras da Igreja criando o Reino da Itália em 1861 (MARTINA, 1997).

homem é naturalmente orientado para a sociedade civil [...]” (LEÃO XIII, 1881), e dos primeiros passos em direção ao que viria a ser a tônica do Concílio Vaticano II, a questão social.

O padre Felismino Fontes, por sua vez, foi exposto a dois aparentes projetos de cristandade. Aparentes, pois, embora discursivamente diferenciados, possuíam um único objetivo, o fortalecimento da religião e instituição católica. Não obstante, ele ingressa no Seminário em 1874 no pontificado de Pio IX, em meio à crise entre o Estado Imperial brasileiro e os bispos (1874-1875) e ordena-se em meio ao projeto de renovação episcopal (ver. Cap.6). Segue para Itália, em 1884 e retorna à Vila de Itabaiana em 1885, após uma temporada de estudos em Roma. Dessa forma, o clérigo possuía informação privilegiada acerca das questões políticas e religiosas do seu tempo, e ao que se pode inferir, aparentemente, alinou-se a uma proposta mais conservadora, com base no sistema devocional. Não obstante, Felismino descumpriu todas as determinações do projeto ultramontano, a saber: extinção de irmandades religiosas comandadas por leigos, uso obrigatório e constante da batina, reforma moral e institucional, respeito incondicional à hierarquia. E, embora essas determinações tenham sido abrandadas após a Constituição de 1891, em casos graves, a Igreja possuía direito estabelecido em lei de acionar o poder estatal para dirimir ou resolver questões de seu interesse (ANDRADE JÚNIOR, 2000). Na sequência, o enfoque estará no discurso difundido pelos periódicos, quando se observarão novos desdobramentos da questão caipira.

6 QUEM CASTIGA NEM É DEUS!

Embora a língua esteja posta como um sistema de uso comum aos mais variados sujeitos, estes enunciam de forma diversa, pois aquilo que proferem a depender do processo discursivo em que se assente, permite o deslizar dos sentidos (PÊCHEUX, 2014b). Em consonância com esse princípio discursivo, aqui se salienta a posição daqueles que se opuseram ao grupo dos Caipiras. O objetivo é compreender como este grupo foi significado em documentos oficiais da Igreja e nas notícias e artigos expressos nos periódicos. Cabe o aviso: dos documentos eclesiásticos, dois deles foram base para as SDCs, o último foi mobilizado como fonte relativa ao momento histórico por que passava a Igreja; no caso das notícias, três delas foram base para as sequências discursivas, outras foram utilizadas como fonte documental para melhor compreender o cenário histórico-político na região de Itabaiana e cercanias. Passa-se então, à caracterização das materialidades significantes e depois às análises das sequências discursivas, dos documentos eclesiásticos (SDC), e dos periódicos (SDP).

6.1 Os documentos eclesiásticos

O primeiro documento eclesiástico foi a síntese biográfica⁹² de Frei Venâncio Maria de Ferrara, escrita pelo Frei Gregório de San Marino⁹³ e publicada no Primeiro Congresso de História da Bahia em 1950, com o título *Os Capuchinhos na Bahia*. Trata-se de um documento impresso, no total de setenta e seis páginas, no qual há um excerto que retrata a visão do biógrafo acerca da ação de Frei Ferrara na Santa Missão em Sergipe. O segundo – *Manuscritos (ANEXO N)* –, foi escrito de próprio punho, pelo Frei Venâncio Maria de Ferrara sobre a temática do sermão por ele proferido na freguesia de São Paulo em 1891. Composto de seis páginas dispostas em recto e verso, em tinta ferrogálica, integra o Livro de Registro das Missões e Retiros (1712 a 1980) nos territórios da Bahia e Sergipe. Levando-se em conta que as Santas Missões eram registradas com alguma riqueza de detalhes, mesmo assim há pouca informação acerca dos Caipiras e de seu líder junto aos capuchinhos, fato que se repete também nos arquivos da Cúria baiana. O terceiro, *A Primeira Reunião do Episcopado Brasileiro* (1950, p.467-505), é uma transcrição completa de toda documentação produzida durante o Concílio brasileiro em

⁹²Informo que o documento está sob a custódia do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e diante da fragilidade do documento, não foi possível a digitalização, nem a produção fotográfica.

⁹³Frei Gregório informa em seu texto, datado de 1950, que sua síntese foi baseada na obra manuscrita escrita pelo Monsenhor Dr. José Basílio Pereira intitulada “Tributo de Saudade e Veneração” s/d. (MARINO, 1950a, p. 570).

1890, de autoria do Cônego Manuel de Aquino Barbosa, e publicada no Primeiro Congresso de História da Bahia em 1950, no total de 50 páginas e que será a base para compreensão das condições de produção do discurso da Igreja em fins do século XIX.

Como anteriormente realizado, inicia-se essa seção, apresentando um contexto da história da Igreja no Brasil, pois a ação da Igreja contra Felismino e o grupo Caipira – não obstante desdobramentos específicos do caso –, possui uma lógica que está alicerçada, tanto nos acontecimentos políticos que se desenrolavam na Europa desde a queda da Bastilha, quanto na recente história da crise entre a Igreja e o Estado brasileiro, consequência da paulatina implantação do modelo romanizador na estrutura eclesiástica brasileira. Porém, para melhor compreensão desses eventos e, até mesmo, da relação mutualista estabelecida no país entre os poderes político e religioso, é imprescindível retomar, brevemente, alguns aspectos tanto da descoberta, quanto da história colonial brasileira.

6.2 Estado e Igreja: um complexo jogo de poder no território brasileiro

O Brasil foi conquistado em 1500, conforme planejamento executado pelo projeto português de expansão territorial, econômica e política. Contudo, para que tal empreendimento fosse bem-sucedido, foi necessário o apoio da Igreja Católica, ação que se mostrara efetiva em iniciativas anteriores. E, ainda que seja impossível apresentar o desenrolar de tão larga e significativa história, buscar-se-á referenciar momentos decisivos dessa relação, dando ênfase, sobretudo, às últimas décadas do século XIX e início do século XX. Faz-se decisivo, portanto, para uma melhor contextualização, um breve olhar acerca do Brasil colonial.

A partir da implantação da diocese (1551) e, em seguida, do arcebispado (1676) da Bahia nos séculos XVI e XVII, muitas conexões de diversas ordens (econômica, política, social, religiosa) fortaleceram-se entre Estado e Igreja no território brasileiro. Dessa forma, preceitos como o estilo do catolicismo brasileiro, a estrutura hierárquica, a projeção do religioso sobre a vida secular e as relações entre os clérigos e os diversos nichos da sociedade marcaram os mais de quinhentos anos de história da Igreja Católica no Brasil (AZEVEDO, 1978).

Ao analisar a origem dos ideais implementados no Brasil, destacam-se as relações entre o Estado Nacional Português e a Igreja Católica, uma vez que recaíam na questão do padroado e no incentivo às Grandes Navegações, acordo ratificado pelo Papa Leão X no século XV (1400) por meio do qual ficou estabelecido que o Estado teria “[...]o compromisso de esforçar-se pela difusão da fé católica em suas colônias, ao passo que a hierarquia eclesiástica trabalharia

pelo sucesso do projeto de colonização das terras descobertas [...]” (ALTOÉ, 1993, p. 21). Esse projeto movido pelos esforços conjuntos das instâncias estatal e religiosa, após testado em diversas regiões do Atlântico e do norte da África, foi finalmente implantado no Brasil. O sucesso anterior da empreitada portuguesa deixara claro que o catolicismo contribuiria fortemente para estabelecer o vínculo entre o povo e o Estado (AZEVEDO, 1978).

Logo, sob os auspícios da religião e das forças militares portuguesas e locais, durante os três séculos do período colonial, reproduziu-se e consolidou-se na formação social brasileira uma classe senhorial, em sua maioria formada por portugueses e seus descendentes. Estes, ao se estabelecerem e se consolidarem no território conseguiram instituir e institucionalizar a exploração de mão de obra escrava, implementar o sistema de exportação monocultora, pressionar o governo português para expulsão dos jesuítas⁹⁴. Isto porque a Ordem Jesuíta, para além de catequizar, comandaram aldeias independentes – tornando-se um obstáculo aos interesses escravistas e territorialistas dos colonos (RIBEIRO, 2006).

Conquanto, a questão dos jesuítas, logo substituídos⁹⁵ pelos padres seculares, é preciso lembrar que o processo colonizador deu-se sob a égide da mão sacra. Azevedo (1978, p.20) relata que a cerimônia da primeira missa no Brasil tratou de “[...] inaugurar o estilo cerimonial adotado no país, não somente durante o regime de união da Igreja e Estado na Colônia e no Império, como na República laica”. Isto porque no Brasil o catolicismo durante muitos séculos foi adotado e posto em prática (no lar, Igreja, escolas) pela maioria esmagadora da população local. Acerca desse fenômeno, explicita Altoé (1993, p.111):

[...] o catolicismo funcionava como o principal elo entre os diversos grupos sociais e étnicos que compunham o Brasil colonial. O catolicismo era assim a chave para a compreensão da hegemonia dos senhores no Brasil [...]. Vale ainda ressaltar que a aliança entre o Trono e o Altar representou a união entre duas instituições que buscavam se prestar mútuo apoio. Por meio dessa união, configurou-se um pacto defensivo contra o questionamento ou o ataque à Igreja e à Monarquia. Ao mesmo tempo, essa aliança assumiu o papel de

⁹⁴ “[...] Inicia-se no século XVII um período de inquietação e divisão da sociedade em torno do problema do índio. Cobiçados como indispensável mão-de-obra para as lavouras e os engenhos, apesar de já introduzidos os africanos, os índios são desconhecidos pelas entradas e aldeados sob a direção dos jesuítas. [...] Esse domínio dos jesuítas sobre o processo de recrutamento e de distribuição de braços aumenta seu poder e desperta mais antagonismo da parte dos colonizadores, isto é, dos senhores de engenho e de outro responsável pela produção e mesmo do povo que se sente afetado pelas dificuldades assim criadas à economia da Colônia [...]” (AZEVEDO, 1978, p.108).

⁹⁵ “[...] Os jesuítas foram expulsos do Brasil por Carta de Lei do rei D. José I, ordenando que se fizesse cumprir as intenções do Santo Padre Clemente XIV de suprimir e extinguir de todos os seus reinos e domínios a Companhia de Jesus, assim como tudo o mais relacionado a essa ordem religiosa. Acusados de responsáveis pelo atraso na educação e de estarem formando um Estado com língua, economia e governo próprio dentro da colônia, os inicianos foram considerados uma ameaça tanto para a Igreja como para o Estado, portanto, inimigos e passivos de serem expulsos do domínio português [...]” (DIAS, 2017, p.35).

instrumento de repressão a qualquer possibilidade de contestação. O relacionamento entre Igreja e o Estado Absoluto, integrava e validava, como princípio a autoproteção [...].

Dessarte, essa classe senhorial, decisiva no estabelecimento e gerenciamento dos eixos econômico, social e político do Brasil, estivera nos primeiros tempos sob o controle de Portugal e ratificada pela religião católica. Esses senhores corroboravam seu poder através dos latifúndios que lhes foram fornecidos pelo Estado (posse da terra), pelo controle da mão de obra escravista, da família e dos camponeses livres, através do monopólio comercial, em consonância com a Colônia, e do poder político exercido através das câmaras municipais. Mas, com o tempo, o desejo de separação com Portugal cresce entre os membros da elite que procuram cada vez mais assumirem o poder total do território (OLIVEIRA, 1985).

Ademais, após a independência política brasileira (1822), a elite brasileira ganhou novos atores, no entanto, a estrutura elitista perpetuou-se. Socialmente, o núcleo da classe continuou sendo baseado no modelo patriarcal implantado nos tempos coloniais, isto é, centrado na figura do senhor latifundiário que, apesar de ser responsável por influenciar a política, não proporcionava grandes avanços na esfera pública. Em contrapartida, após o regime imperial ter sido instituído, uma forte burocracia estatal urbana assentou-se muito próxima ao poder central e, como novidade, passou a ter influência na corte. Junto a eles estavam os comerciantes portugueses que apoiavam D. Pedro I em troca de privilégios econômicos e a “velha elite” latifundiária que buscava ser beneficiada com a manutenção da escravatura e com a obtenção de vantagens e de títulos honoríficos, mesmo após a independência política de Portugal (ALONSO, 2002).

Em termos religiosos, a fé católica foi mais uma vez privilegiada na primeira carta constitucional brasileira (Constituição de 1824) que, em seu Art. 5º, estabelecia a Religião Católica Apostólica Romana como religião oficial do Império brasileiro sendo outras manifestações religiosas permitidas em culto doméstico. Também ficou ratificado nessa Constituição a obrigatoriedade de os aspirantes a cargos políticos professarem o catolicismo como religião. Chama atenção, nesse momento político, a ascensão dos padres aos órgãos de poder político. Usando a influência popular e a autoridade que possuíam, os clérigos ocuparam diversos cargos públicos e políticos, possuindo grande influência no período da Regência e Primeiro Império. Quanto a esse fato, demonstra Françoise Souza (2008, p.2),

No início do período monárquico, a presença de padres-políticos fez-se marcante na nossa história, compondo parte da elite política imperial. Dos 102

deputados gerais eleitos para a primeira legislatura brasileira, iniciada em 1826, 23 eram clérigos, representando 22,5% do total de cadeiras. Na segunda legislatura (1830-1833), os padres-políticos corresponderam a 22% dos deputados gerais; na terceira legislatura (1834-1837), 24% e na quarta legislatura (1838-1841) 16%. A partir daí, sua presença na Câmara dos Deputados tornou-se cada vez menos significativa. Fato similar pôde ser constatado no Senado para onde 13 padres foram eleitos entre 1826 e 1841, ao passo que, durante todo o Segundo Reinado, somente 4 padres conseguiram ascender a tão alto cargo político[...].

Todavia, levou menos de uma década para que problemas externos e internos causassem a instabilidade e a queda do Primeiro Império. Inicialmente, os gastos com a guerra e com a revolta na região da Cisplatina, a qual foi iniciada por D. João VI, minaram os recursos reais. Aliado a isso, o fim das guerras napoleônicas na Europa e o conseqüente restabelecimento do comércio local reacenderam a concorrência estrangeira em relação a produtos como o açúcar (Antilhas, Cuba, Inglaterra), o algodão (EUA), o couro (Bacia do Prata) e o fumo (mercado africano), ocasionando o agravamento da crise econômica na região. Em vista disso, as desigualdades econômicas entre as províncias foram acentuadas, dando início a diversas rebeliões e revoltas em território nacional (FAORO, 2012).

Diante desse contexto e visando a maior liberdade de ação, o imperador aliou-se à burguesia comercial e não à latifundiária. Entretanto, Pedro I não conseguiu manter as rédeas do governo e, em 1831, sofreu um golpe de Estado promovido pela parcela da classe senhorial que defendia os seus interesses comerciais e o poder local em detrimento das ordens centrais, e, através da implantação da Regência, essa elite chegou ao poder. Com o passar dos anos e, com o aumento da autonomia das províncias, os influentes senhores, visando aumentar o controle estatal sobre as localidades, criaram a Guarda Nacional, ou seja, uma milícia cujo principal objetivo era defender os ideais dos seus mandatários (OLIVEIRA, 1985).

Entretanto, em virtude do elevado número de revoltas durante o período Regencial, essa elite política precisou enrijecer a ideia de liberdade para as províncias. Desse modo, o direcionamento do governo deveria ser exercido sem que grande parte das vontades da população fossem acatadas, pois, caso isso ocorresse, estaria colocando em risco o conceito da “liberdade do todo”. À vista disso, constatava-se que o sistema político imperial não tinha como prioridade a defesa dos interesses do povo brasileiro, mas os dos proprietários e os da elite. Logo, apesar de, inicialmente, existirem dois partidos nacionais, o Liberal e o Conservador, e entre eles se estabelecessem divergências, as suas bases descendiam de um ramo em comum, isto é, da ordem hierarquizada (FAORO, 2012).

Diante do exposto, observa-se que o controle do Estado estava nas mãos de uma “casta” específica que objetivava salvaguardar os seus ideais e a sua influência através de uma série de estratégias. Sendo assim, em mais uma de suas táticas para o fortalecimento do desgastado poder central, o qual se encontrava debilitado pelo enfrentamento entre os Liberais e os Conservadores que se revezavam como regentes da débil nação, em julho de 1840, após a aprovação do Senado imperial, o projeto liberal decretou D. Pedro II como o legítimo herdeiro do poder imperial (ALVES FILHO, 2009).

Pouco tempo depois, em 1840, com o novo monopólio nacional proporcionado pelo café, uma nova classe do patronato político formada pelos senhores do eixo São Paulo – Rio de Janeiro – Minas Gerais destacava-se. Esses eram apoiadores de Pedro II, portanto, aproveitaram o momento que este assumiu o poder para que, em poucos anos, se estabilizassem em território nacional e, conseqüentemente, reduzissem ainda mais a autonomia das províncias. Destaca-se que, sobretudo, tal grupo criou um governo centralizado e estável que privilegiava os latifundiários tanto em relação ao poder político, quanto em relação a questões financeiras a partir da redução dos impostos e do incentivo à importação. Além disso, por meio dessas iniciativas privou o acesso da população aos produtos importados, por causa da elevação dos tributos, e controlou o poder político, direcionando o seu acesso apenas para poucas pessoas (FAORO, 2012). Segundo Pedro Oliveira (1985, p.77)

Atento aos movimentos e pressões políticas, o imperador fazia compromissos e promovia conciliações entre os diversos setores políticos, até o momento em que, instalada uma situação de crise política, ele dissolvia a câmara e escolhia outro ministério que, por sua vez, faria eleger uma câmara a seu feitio. Assim, os dois partidos – Liberal e Conservador – se revezavam no poder, ambos representando fundamentalmente a única classe no poder, a classe senhorial. De modo geral, era o Partido Liberal quem propunha medidas reformadoras, mas era o Partido Conservador que as concretizava, sempre com a devida moderação [...].

Contudo, é necessário enfatizar que, durante o século XIX, a Igreja Católica no Brasil atravessou diversos momentos de dificuldade. Inicialmente, nos primórdios do século XIX, a instituição mostrava-se enfraquecida devido ao padroado ter esvaziado a função episcopal. Enquanto isso, o rei era o mandatário e o “patrão” dos clérigos no Brasil e, portanto, nesse cenário, o bispado, além de escasso, não se encontrava unido e nem possuía influência decisiva sobre o poder político, e embora o rei regulasse a ação dos bispos, havia ainda um afastamento entre o povo e a elite eclesiástica, ocasionado, principalmente, pela baixa quantidade de padres em relação ao elevado número de populares. Nesse sentido, a organização de leigos sob os

auspícios do catolicismo popular⁹⁶ deu origem a irmandades, ordens terceiras e a famílias, as quais eram o centro religioso do território (HAUCK, *et al.* 1980).

Os padres, por sua vez, laicizavam-se e buscavam profissões mais rentáveis, sobretudo na esfera política. Isto porque, para a grande maioria, a situação financeira era bastante desfavorável, pois o que recebiam do Estado ou das irmandades (taxas de serviço) não era suficiente para ter grandes confortos. Dessa forma dedicavam-se, como anteriormente citado, à política, à botânica e à advocacia, eram proprietários de terras, donos de oficina de ferrar cavalos etc. (HAUCK, *et al.* 1980). Apesar disso, as pregações sacerdotais ainda ocorriam em grandes festividades organizadas pelas Irmandades, em missas dominicais (nas localidades em que havia padre) e nos centros urbanos de maior movimentação. Tinham como temáticas o estabelecimento e a manutenção da paz e da ordem, a submissão dos populares ao clero e ao governo e a garantia da unidade nacional, ou ainda, a proteção dos interesses do Estado. Questões sociais, como a escravidão e o extermínio dos índios, não eram discutidas nas celebrações e nem denunciadas pelos membros do clero (AZEVEDO, 1978).

Não obstante, após a segunda metade do século XIX, uma série de acontecimentos desencadearam transformações significativas nos rumos da Igreja Católica Apostólica Romana perante o Vaticano. De início, o Papa Pio IX passou a enfrentar a ascensão do liberalismo na Europa, ao mesmo tempo em que se esforçava para restaurar a sociedade cristã e combater o laicismo, a corrupção e a falta de observância do decoro de clérigos e de católicos em geral. Nesse contexto, implementou uma série de reformas centralizadoras, a exemplo, a publicação do *Syllabus*, um documento elaborado pelo Papa Pio XI, contendo os principais erros nas Alocuções Consistoriais, Encíclicas e Outras Letras Apostólicas. Em virtude dessas iniciativas, um novo concílio começou a ganhar forma e, em 1864, em uma sessão ordinária da Congregação dos Ritos, o Papa obteve o apoio dos cardeais para que realizasse o Concílio Vaticano I (08 de dezembro de 1869-18 de dezembro de 1870).

Estabelecido o Concílio Vaticano I (1869-1870) sob a presidência do Papa Pio IX, não sem muitos problemas e interrupções, ao longo de mais de um ano de debates, ficou

⁹⁶O catolicismo popular que se desenvolveu no Brasil possuía traços semelhantes aos apresentados pelo catolicismo popular português implantado em território brasileiro a partir da descoberta do país. Nesse tipo de catolicismo, o leigo ocupava o papel central e o especialista (clérigo), o papel secundário. Ainda percebe-se uma perda relativa na importância do sacramental frente ao caráter devocional. Por fim, verifica-se a manipulação do sagrado com finalidades pragmáticas que visassem à solução prática dos problemas do cotidiano da população e à sensação de segurança frente ao mundo material (QUEIRÓZ, 2003).

determinado o estabelecimento de duas Constituições: a Constituição Dogmática, intitulada *Dei Filius*, primava pela fé católica e voltou-se às questões doutrinárias necessárias para dar novo rumo aos assuntos de fé e obediência de clérigos e de cristãos, e a Constituição Dogmática, *Pastor Aeternus*, que versava a respeito da infalibilidade e o primado do Papa sobre toda comunidade eclesial e católica em questões de fé, moral e organização hierárquica, além do combate ao Galicanismo⁹⁷, ao Racionalismo, ao Materialismo e ao Ateísmo.

Tais determinações papais começaram a surtir efeito em território brasileiro, estabelecendo-se, aos poucos, um movimento denominado romanização ou ultramontanismo ou movimento reformador. Segundo Riolando Azzi (1994, p. 8), “[...] os ultramontanos defendiam a primazia da autoridade espiritual sobre o poder político, a primazia da fé sobre a ciência, bem como a incompatibilidade da Igreja com a sociedade moderna laicizada [...]”. Ainda em relação ao movimento, os bispos reformadores D. Antônio de Macedo Costa (bispo do Pará) e D. Vital de Oliveira (bispo de Pernambuco) foram os responsáveis por liderá-lo e enquanto fiéis cumpridores das orientações pontifícias entraram em conflito direto com o imperador Pedro II. O estopim do embate foi a realização de uma homenagem maçônica, no dia 02 de março de 1872, ao Visconde do Rio Branco, o qual havia sido eleito Presidente do Conselho de Ministro da Fazenda do Império e condecorado como Grão-mestre do Grande Oriente do Vale do Lavradio no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2016). Na ocasião, o padre José Luís de Almeida Martins pronunciou um discurso inflamado elogiando a figura pública do Visconde, por isso o sacerdote foi imediatamente advertido pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda (1830-1890), porém, continuou desafiando a autoridade hierárquica, sendo, ao fim do embate, punido com a suspensão de ordens.

Tal fato foi o estopim de uma grande contenda política via periódicos da Corte e, posteriormente, do Nordeste do Brasil, envolvendo os bispos brasileiros, a maçonaria, o Visconde do Rio Branco e o Estado Imperial. Ao final da contenda, de grande repercussão por todo o país, pois se tratava do Estado contra os bispos da religião oficial, D. Antônio de Macedo Costa e D. Vital de Oliveira foram presos. Mesmo diante do fato, continuaram a posicionar-se contra a Maçonaria, a posição do Estado brasileiro em apoiá-la, e ainda sacerdotes partícipes dessa instituição condenada por Roma. Além disso, os bispos não reconheceram a competência do Supremo Tribunal de Justiça para julgá-los e foram condenados (GILENO; MEDEIROS, 2021).

⁹⁷“Movimento originado na França, que defendia a independência administrativa da Igreja católica romana de cada país com relação ao controle papal” (MARTINA, 1997, p.259).

A prisão dos episcopos incitou seus pares e padres a perseguirem e expulsarem os maçons de suas paróquias, o que trouxe grande transtorno para ambos os lados. O Papa apoiou fortemente a postura dos bispos brasileiros, e países da Europa como a França e Bélgica passaram a se manifestar também favoráveis ao posicionamento do clero brasileiro, o que acarretou problemas ao governo de Pedro II em nível internacional (GILENO; MEDEIROS, 2021). Somaram-se a eles, os bispos brasileiros Dom Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860), arcebispo primaz do Brasil; Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875), bispo de Mariana; Dom Antônio Joaquim de Melo (1791–1861), bispo de São Paulo (HAUCK *et al.*, 1980).

Por fim, após inúmeras contendidas, ataques ao Visconde do Rio Branco, malvisto pela população brasileira, revoltas como Quebra-quilos⁹⁸ no Nordeste, intervenções como a do Duque de Caxias e mesmo da princesa Isabel, foi assinado, pelo imperador, o Decreto de Anistia em 1875 libertando os bispos que foram reenviados a suas respectivas dioceses. Aparentemente, chegava-se ao final o episódio conhecido como a Questão Religiosa. Diante disso, episcopos e seus subordinados, muitos Vigários Gerais, Cônegos e clérigos formados sob a égide da romanização (a maioria deles fora do Brasil), com maior ou menor destaque, iniciaram um projeto de reforma institucional, moral e de centralização da Igreja sobre seus fiéis, no combate à corrupção, à amoralidade, às instituições leigas buscando maior controle de seus membros especialistas. Segundo Ribeiro (2006, p.68),

[...] A romanização do catolicismo brasileiro ocorreu através da implantação de um conjunto de ações similares em todo o país. Reforma dos seminários diocesanos, e do clero local, fundação de estabelecimentos de ensino para sociedade civil, construção e reformas de palácios episcopais e catedrais, criação de jornais católicos, saneamento das finanças dos bispados, disciplinamento das associações de leigos e maior atenção aos sacramentos foram as principais medidas levadas a efeito pelo clero [...].

Apesar do afirmado por Ribeiro, em cada província e mesmo após a implantação da República em cada estado da Federação, as ações ultramontanas tiveram suas características específicas. Sergipe, até 1911, esteve ligado à Arquidiocese da Bahia. À vista disso, foram

⁹⁸“[...] Ponto marcante, a rebelião do Quebra-Quilos atingiu quatro províncias do Nordeste (Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte), que teve como fator principal a rejeição ao sistema métrico decimal que havia entrado em vigor. O povo estava acostumado às antigas medidas, como côvados, braças, libras etc., e agora trabalhavam com quilos, litros, metros. A desconfiança popular era imensa. [...] O governo, por intermédio do Visconde do Rio Branco, acusou a Igreja do Nordeste pela rebelião popular e os ultramontanos por serem líderes do movimento, indicando que alguns padres estavam pregando a revolta [...]” (MONTEIRO, 1997, p.6-7).

difundidos uma formação de vida clerical elevada e reta; o combate ao catolicismo popular para retirar a população da incultura, fanatismo, pensamento mágico; a doutrinação voltada à obediência e aos mandamentos divinos e o respeito aos dogmas estabelecidos pela Igreja, acrescenta ainda o autor,

A implantação da reforma baseou-se no reforço da necessidade do hábito eclesiástico – como sinal distintivo do clérigo dedicado às funções litúrgicas –, na prática restaurada do celibato clerical – conforme os decretos tridentinos –; na instituição das conferências eclesiásticas – visando uma melhor formação do clero –; e na criação de um seminário (ANDRADE JÚNIOR, 2000, p. 57).

É preciso deixar claro que apesar de implícito, uma das principais estratégias da romanização era afastar os leigos dos trabalhos e organizações das questões religiosas, algo que havia se tornado praxe no território brasileiro, devido à ingerência estabelecida desde o período colonial. Assim, a grande estratégia dos clérigos engajados na reforma foi a de convencer a população que, para realização de qualquer serviço religioso, era necessário um aprimoramento intelectual longo, o celibato e a imposição do hábito. Ainda nesse sentido, um dos grandes trabalhos pastorais, de doutrinação e de aglutinação do povo católico sob a égide da Igreja, muitas vezes também exercidos pelas Santas Missões⁹⁹ foi convencer os cristãos de sua condição de submissão à fé, à Igreja e ao seu clérigo.

6.3 O sujeito institucional

Mais uma vez, destaca-se o funcionamento proposto por Pêcheux ([1969] 2014b, p.82) – **A Ia (B)** – Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A – *Quem é ele para que eu lhe fale assim?* Inicia-se observando a posição institucional da Igreja, diante do “fenômeno Caipiras”. Entende-se por sujeito institucional não um indivíduo ou uma ordem sacerdotal específica, mas o todo constitutivo do poder hierárquico romano, que por meio de cânones, dogmas, ritos, disciplina e vigilância, tem por função a manutenção do credo católico cristão, e, a depender da situação que se apresente, busca entre o seu quadro constitutivo, aquela ordem

⁹⁹Uma das formas encontradas pelos capuchinhos para reavivar a fé nas pessoas e guiá-las na “sã moral” era exortá-las a participar de obras como a ereção de cruzeiros, a reforma ou construção de cemitérios, capelas e igrejas. Incentivar e estar à frente dessas operações fazia parte do método dos frades italianos, tendo sido essas verdadeiras marcas de sua presença no Brasil. As “Santas Missões” possuíam forte apelo dramático, gerando emoções, decisões intempestivas e comportamentos imprevisíveis. O anúncio de que frades se aproximavam para dar início à missão era “uma boa nova que corre célere de boca em boca por léguas em torno”. A missão durava, em média, de cinco a dez dias, e sua dinâmica envolvia a todos pelas atividades propostas pelos religiosos (KARSBURG, 2015, p.4).

que melhor se adequa a sua necessidade premente. No caso específico dos Caipiras, além do trabalho diocesano, punindo, afastando e exilando o padre Felismino, exigiu-se a mobilização da ordem dos “barbadinhos italianos” na luta para recuperar fiéis frente ao concorrente profético. Seguem-se as SDC1e SDC2.

Biografia de Frei Venâncio de Ferrara - 1950

SDC1 “[...] Frei Venâncio missionou em São Paulo, Alagadiço e Carira: “Sua **palavra** simples e popular, mas **vasada na verdadeira caridade** caía como **brando orvalho** nas **chagas** mais íntimas do coração de seus ouvintes; chamou numerosos matutos ao bom caminho e afastou qualquer perigo futuro [...]”. (MARINO: 1950; p. 572).

Biografia de Frei Venâncio de Ferrara - 1950

SDC2 “[...] Memoráveis entre outras, as missões pregadas na Freguesia de São Paulo e em Sergipe, de 18 de janeiro a 10 de Fevereiro de 1891”. O Vigário – Padre Felismino da Costa Fontes enlouquecera, mas diante do povo simples passava como um grande santo. Durante a doença pregara doutrinas erradas, fanatizou esse povo de forma tal, que se formou a classe dos “Caipiras”, havendo até o dia de hoje bom número de fanáticos, especialmente em Alagadiço, nos arredores de Carira e na Serra Negra. Podia criar-se outro caso semelhante ao de Canudos [...]” (MARINO: 1950; p. 571).

As sequências (SDC1 e SDC2), acima expostas, referem-se à Santa Missão realizada na freguesia de São Paulo da Mata em 1891, uma vez que no rol das missões espirituais da Ordem Capuchinha com sede em Salvador, estava o território sergipano. Antes da análise propriamente dita, cabe informar que as Santas Missões, integrantes do projeto evangelizador católico, incluíam pregações, peregrinações e obras voltadas ao auxílio da comunidade e reforço da fé católica. A despeito dessa questão específica, frise-se que os capuchinhos realizavam missões nos sertões de Sergipe desde o século XVIII. A historiadora sergipana Tatiana Cunha (2011) apresenta em sua dissertação um documento dessa da ordem capuchinha em Roma, no qual o Frei Venâncio Ferrara descreve o ritual de uma Santa Missão em Sergipe,

[...] À frente ia a cruz, que representava o sofrimento de Cristo, seguida por homens e representantes da Igreja (padres, missionários, bispo, quando esse

encontrava-se na ocasião do evento). Após a figura do missionário seguiam as mulheres. Todos ressoando concomitantemente benditos de penitência. A procissão seguia até o local preestabelecido onde seria “levantado o Cruzeiro de madeira”, que acontecia por volta das 15 horas, momento em que Jesus morreu no Calvário. Após o sermão no cruzeiro, o povo voltava ao local de início da missão, com velas acesas. O missionário proferia as palavras de encerramento, exortando os fiéis a continuarem seguindo os preceitos da Igreja Católica e solicitando ao pároco e a comunidade a construção de uma capela no lugar do cruzeiro, nas localidades onde ainda não havia igreja. (FERRARA, 1891, p. 56-61 *apud* CUNHA, 2011, p. 26-27).

Saliente-se que na historiografia¹⁰⁰ acerca dos capuchinhos, não obstante os diferenciados enfoques, convergem algumas considerações, dentre elas, o destaque da missão capuchinha em alinhamento com o projeto reformador do bispado brasileiro, especialmente a partir do arcebispado de Dom Romualdo Seixas na Bahia (SOUZA, 2005), pois como representantes dos franciscanos, por tradição estavam acostumados com a evangelização corpo a corpo, além de utilizarem-se de um linguajar mais acessível às massas.

Então, já integrados à área rural das Províncias da Bahia e Sergipe, foram os escolhidos para dar combate às crenças proféticas difundidas pelo padre Felismino, e contornar os problemas por ele causados. Dessa forma, diante das denúncias clericais, jornalísticas e de membros da sociedade civil, o arcebispado da Bahia com o Presidente de Província, por fim, conseguiram retirar Felismino de Itabaiana e enviar um grupo de capuchinhos, liderados pelo Frei Venâncio Ferrara para exercer o papel que lhe cabia por tradição e ofício.

Antes de apresentar aquilo que expõe o Frei Ferrara sobre a Santa Missão na Freguesia de São Paulo, parte-se daquilo que é propagado por seu biógrafo, Frei San Marino. Segundo este, a partir do que denominou de oratória simples e tocante, e ao adjetivar o termo **palavra**, como **simples e popular**, Frei Marino implicitamente reafirma a missão capuchinha. Estar próximo ao povo, falar não como um erudito, porém de forma a ser compreendido e aceito pela população citadina, mormente, rural. E nesse processo fazendo funcionar o sentido de verdade, marca das religiões, por meio do simbolismo retórico da pureza e suavidade do **brando orvalho**, o qual contrapõe-se à perfídia. Tal como está representado no Livro do Deuteronômio que narra a revolta dos israelitas contra Deus, sendo necessária a intervenção de Moisés para reconduzi-los, conforme se verifica em: “[...] Que meu ensinamento goteje como chuva e minhas palavras destilem como brando orvalho, como chuva suave sobre a relva que viceja, como garoa revigorante para as plantas verdejantes [...] (Dt. 32:2). Destarte, a perfídia é a falsa

¹⁰⁰ Quanto à historiografia ver Sousa (2008) e Souza (2004).

pregação, a que deixa marcas, medo, fraturas na alma – **chagas mais íntimas do coração** –, o que é reforçado pelo contraponto que implicitamente se estabelece entre suave/pesado = verdadeiro/falso.

Entretanto, observando as duas SDCs, que integram o mesmo documento, apresenta-se uma articulação contraditória. Pela SDC1 dá-se a entender que após a Santa Missão, os **matutos** desviantes, reconduzidos ideologicamente pela força da verdadeira Palavra, desidentificaram-se da antiga falsa crença, assujeitaram-se e, por fim, assumiram a forma-sujeito do catolicismo institucional romano, passando do status de desviantes a bons-sujeitos. E mais, essa falsa crença estabeleceu-se somente porque eram sujeitos **matutos**, fazendo funcionar o discurso do preconceito em relação aos moradores e trabalhadores rurais, os incautos, “jecas-tatus”, sertanejos, iletrados e ingênuos, ou mesmo incapazes, e por essa razão, de fácil aliciamento por um mau-sujeito, que aparentemente “superidentificado” com a religião católica, utilizou-se dessa mesma base para subverter a ordem e impor sua dominação. Em contraponto, a Igreja que atua somente na cura das chagas humanas. Aí está a diferença.

Contudo, na sequência (SDE2), ao buscar ressaltar a grande obra de seu irmão capuchinho, afirma – **havendo até o dia de hoje bom número de fanáticos, especialmente em Alagadiço, nos arredores de Carira e na Serra Negra**. Considerando que Frei Marino escreve cinquenta anos após o fato e afirma que ainda existia um bom número de Caipiras, a missão não foi tão bem-sucedida quanto apregoado. Essa segunda hipótese afirma-se no relato do outro capuchinho, o Frei João Evangelista de Monte Marciano que em suas memórias relata uma nova Santa Missão na localidade de São Paulo em 1898.

[...] A próxima missão se deu na Vila de São Paulo/Se, em janeiro de 1898. Cerca de oito mil pessoas participaram do evento. [...] Realizou-se 98 matrimônios, 106 batismos, 796 confissões e 1.268 crismas. [...] O povo carregou muita pedra e trabalhou na construção do alicerce para o novo cemitério. Foram arrecadados Rs. 1:200\$000 para comprar materiais necessários a construção dessa obra. [...] Nessa missão “o povo comportou-se mal, a polícia cometerrão desatinos no ultimo dia da missão, no acto mesmo do sermão do encerramento [...] (MARCIANO, 1895, p. 56-61 *apud* CUNHA, 2011, p. 36).

Como se vê, mesmo passados sete anos entre as duas Santas Missões, ainda havia problemas entre a polícia e a população. Embora não haja outras provas, o padre Felismino denunciava em uma de suas cartas que após sua saída os inimigos tinham agido com extrema violência para com os seus seguidores, os quais foram presos, amarrados, espancados. Também não se encontrou documentos ou notícias que comprovassem tal ato, certamente não é

inverossímil. Também a Igreja encontrava resistência frente a população Caipira, que resistiu em reconduzir-se pelos ditames da ortodoxia, impedindo ações mais extensas do clero, principalmente diocesano. Isso indubitavelmente preocupou o clero, em especial sobretudo, porque na Europa, como apontado, muitas revoltas populares ganharam corpo após a Revolução Francesa e conseguiram promover transformações políticas e religiosas.

Logo, toda ação desviante constituía perigo. Sobre essa questão observe-se a notícia publicada na sessão – *A Pedidos* – do periódico Cidade do Salvador de 12 de julho de 1897 (**Anexo O**), informando os percalços do clero na localidade. Levando-se em conta que se tratava de artigo anônimo e que Sergipe ainda integrava à Arquidiocese da Bahia, decerto era mais uma denúncia dos problemas da Freguesia de São Paulo. Mais uma vez reformulava-se a incapacidade do povo, a loucura de Felismino, a inaptidão do clero em retomar a fé católica e sobretudo, atribuía o atraso da região ao povo desleixado, dando a entender que todas as mazelas da região localidades estavam intrinsecamente ligadas aos Caipiras.



Figura 13 – A Pedidos

Fonte: Jornal Cidade de Salvador (1897)

Esses fatos mostram que o grupo dos Caipiras resistiu e não foi tão fácil de ser desmobilizado, talvez por esse motivo, Frei Marino tenha-os denominado para além de matutos,

fanáticos. Segundo o Houaiss, o termo fanático remonta ao latim *fanum*, templo, santuário. Com o tempo outras acepções foram sendo incorporadas ao termo, chegando mesmo ao vocábulo inglês *fan*, que entre nós brasileiros, traduz-se em fã, indivíduo que tem admiração por algo ou alguém. Mas no caso dos Caipiras, como do Conselheiro, o termo ganha uma conotação pejorativa cujo sentido desliza para loucura, desvario. E, pelo discurso do fanatismo, o Frei Marino aproxima o grupo Caipiras aos seguidores de Conselheiro – **Podia criar-se outro caso semelhante ao de Canudos**. Não se pode afirmar ao certo, no entanto, talvez para além de questões estritamente religiosas, o grupo Caipira tenha causado problemas de ordem econômica, o que certamente preocupou os mandatários locais¹⁰¹, porque de acordo com Cunha (2011, p.87),

[...] Para o Presidente, Antônio Passos Miranda, 1875, embora Sergipe contasse com a abundância da safra do açúcar e do algodão, os preços dos dois produtos mais importantes para a economia sergipana do século XIX, estavam baixos nos mercados europeus. Somado a falta de maquinários e altas despesas com a lavoura, enfrentava também a “escassez de braços”, com a diminuição da mão-de-obra escrava. [...] No caso sergipano, havia uma grande quantidade de pessoas, mas boa parte desta, não estava interessada em vender sua força de trabalho para os proprietários de terras, pois possuíam outros meios de subsistência. Conforme demonstrou o autor, o Relatório de 1859 foi o primeiro a destacar a necessidade de criar medidas voltadas ao engajamento da população livre ao mercado de trabalho, devido à crise no abastecimento de alimentos, pela qual a Província estava passando.

Provavelmente, esse fato, acrescidas as notícias mais intensamente difundidas nos periódicos a partir de 1888, as quais chamavam atenção ao crescente grupo sertanejo comandado pelo Conselheiro, preocupava os fazendeiros da região que viam a mão de obra escassear. Assim, o fanatismo e a desobediência à República tanto foram formulações base para justificar a Guerra de Canudos (1896-1897), quanto o massacre da população descrita pelos soldados como fanática e abrigada em uma fortaleza inexpugnável (ABI-RAMIA, 2016). Logo, não é de se estranhar a preocupação do Estado e da Igreja, visto que os Caipiras não estavam geograficamente tão longe do “conselheiro e seu bando”, lembrando que estes últimos ainda não haviam fixado residência em Belo Monte (o que somente se concretiza em 1893).

Portanto, ao chamar atenção para a **classe dos “Caipiras”** – o Frei Marino destaca-lhes a condição na ordem social brasileira enquanto classe trabalhadora rural que exercia seu labor

¹⁰¹Josué Modesto informa que desde a decadência do açúcar em Sergipe, a mão de obra escrava foi transferida para o sudeste do Brasil, impactando diretamente nas novas culturas agrícolas (SUBRINHO, 2000).

em pequenas propriedades ou como trabalhadores em fazendas da região. Então era o fato de serem “matutos e fanáticos” que fazia os Caipiras integrarem-se em uma classe social?

De acordo com o materialismo, a história configura-se em luta de classes. Sob essa perspectiva, e há quem discorde, as classes sociais são “materialidades históricas” decorrentes do processo de formação econômica das civilizações¹⁰² (exceção ao modo de produção asiático) e constituem-se não de forma natural e espontânea, somente porque se grupam em decorrência de crenças religiosas ou outras crenças quaisquer (como no caso da estratificação social de Rodolfo Stavenhagen¹⁰³), porém, em contraposição a um outro grupo que detém os meios de produção, enquanto estes (proletários) compõem o braço que faz funcionar a engrenagem do capital. Desse modo, no sistema capitalista (mesmo no capitalista dependente) a produção pertence a um grupo, que por meios de mecanismos intrínsecos ao próprio sistema, fornece as condições mínimas para a produção e a dominação perpetuar-se (MARX; ENGELS, 1998). Conforme indicava o *Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial* (RJ) de 1891 (ANEXO P), o município de São Paulo “[...] Actualmente conta cerca de trezentas casas [...]. Cultiva-se algodão e milho em grande quantidade e cria-se gado solto nos terrenos de lavrar e nas fazendas [...]” (LAEMMERTT, 1891, p. 22), sem dúvida a maioria dos Caipiras estava inserida nessa mão de obra, e sim, eram uma classe social dominada pelos proprietários de terra da localidade. Por conseguinte, a notícia permite que se tenha uma ideia da organização social do trabalho na Província de São Paulo ao descrever a produção material da região. Dessa maneira, a comparação estabelecida pelo apagamento ideológico permite localizar o discurso

¹⁰² “[...] Nas épocas anteriores da história, em quase todos os lugares, encontramos sociedades estruturadas em vários segmentos, em uma hierarquia diferenciada das posições dos indivíduos. Na Roma antiga, temos patrícios, guerreiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, membros de corporações, artesãos e servos; além disso, em quase todas essas classes, novas subdivisões. A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas [...]” (MARX, 2011, p. 9).

¹⁰³ “[...] As funções principais com relação às quais se estabelecem as estratificações, seriam a religião, o governo, a riqueza, a propriedade e o trabalho, e o conhecimento técnico. Em geral, nas investigações empíricas, se tomam como índices para o estabelecimento de sistemas de estratificação os seguintes critérios: o montante de rendimentos, a origem dos rendimentos, a riqueza, a educação, o prestígio da ocupação, a área residencial, a raça ou etnia e outros critérios secundários [...]” (STAVENHAGEN, 1981, p. 136-137). “[...] A estrutura social possibilitou e possibilita a organização social fundada em classe dominante e classe dominada, pois foi justamente pela organização da humanidade em sociedades de classes que o Estado se tornou necessário – para garantir os privilégios da classe exploradora. A classe detentora dos meios de produção precisa manter “sobre controle” a classe não proprietária, para que esta não interfira nos interesses dos dominadores, podendo, possivelmente, modificar a organização estrutural da sociedade. Essa possibilidade de transformação estrutural da sociedade configura-se, basicamente, como um processo revolucionário, que é sempre empreendido pela classe destituída de poder econômico e político. Isso se dá pois quem exerce o poder político, que é superestrutural – pois é exercido por meio do Estado –, é a classe que está no poder infra-estrutural, ou seja, no domínio da base econômica de uma sociedade [...]” (COSTA, 2016, p. 15).

do clero enquanto discurso autoritário e alinhado à ordem vigente, e para além do óbvio faz funcionar sobre a massa trabalhadora e pobre o discurso da subversão sempre que seus atos desequilibram a ordem das coisas, ainda mais quando a instituição, na Europa e no mundo, enfrentava uma renovação institucional, o antagonismo dos liberais, e conflitos populares que somente agravavam a situação do clero.

Desta feita, toda crítica ou ato intolerável dentro da política renovada da Igreja, precisavam ser rapidamente combatidos, sobremaneira, quando o pivô do problema era um membro do clero. Como solucionar essa questão? A estratégia encontrada, sem que houvesse um diagnóstico prescritional (e aqui não se está tomando partido ou defendendo uma lucidez do pároco), a loucura de Felismino Freire é determinada. E esse discurso da loucura que será formulado e reformulado continuamente, a princípio na região de Itabaiana por opositores locais, posteriormente, pelo Vigário-Geral e por outros párocos, nas notícias dos periódicos locais e nacionais, até que ele seja afastado de Itabaiana.

Todavia, as ações não foram conduzidas de forma clara. Ele é convocado para encontrar-se com o arcebispo, e ao descer em solo baiano, é preso e conduzido ao Asilo São João de Deus, a segunda instituição manicomial fundada no Brasil. Mais uma vez não se encontrou nenhum documento que atestasse sua loucura nos documentos relativos ao Asilo São João de Deus e sobre o padre Felismino apenas uma pequena nota, atestando sua presença no local (essa questão retornará após observar-se as notícias sobre os Caipiras e seu líder). Por fim, cabe observar as **(SDC3 e SDE4)**

SDC3 [...] Nas concepções que dizem respeito a morte, costuma se dizer que **o velho há de morrer, e o moço poder morrer**, apesar de a vida do moço se achar em igual perigo como a do velho e, talvez de maior perigo, não falo de perigo violento, imprevisto, a saber em descarrilhamento, em naufrágio e até em terremoto, até a isso está exposto o moço e o velho, e mais ainda o moço porque tem menos cautela e falta de experiência do perigo [...]
(FREI VENÂNCIO, 1891, p.1).

SDC4 Mas enfim por que se nos dá tanto de saber quando acabará este mundo? Sempre que saibamos que a nossa vida pode acabar de um momento para outro? Se eu sobesse [sic] de fallar a uma especie de pessoas que nunca tivessem visto morrer nenhum individuo de sua especie, e que só sabsessem de dever morrer no fim do mundo, paciência, cada um de nós teria certamente grande interesse de saber o quando: mas fallo a pessoas que continuamente vem a morte que lhes arrebatada das suas familias, os mais queridos parentes, amigos e concidadões: a pessoas que tambem sabem que poderião morrer de um momento para outro; então por que tanta curiosidade a este respeito? (COSTA, 2008, p.34 apud FERRARA 1891).

A SDC3, selecionada entre os escritos pessoais de Frei Ferrara¹⁰⁴ (ANEXO Q), apresenta a tônica de sua prédica na Santa Missão de 1891 na região de Itabaiana e circunvizinhanças. A SDC4, por sua vez, é um fragmento de um dos Sermões pronunciados por Frei Ferrara em ocasiões específicas ao longo do intervalo de 1857-1878, intitulado *Fim de todas as Cousas*, no qual ele reafirma o dogma católico do fim dos tempos, quando o joio e o trigo serão separados, no entanto, esse dia somente Deus pode determinar, e a nenhum humano é dado o direito de saber ou difundir (CUNHA, 2008).

Voltando à Santa Missão de 1891, segundo relata o historiador Vanderlei Cunha (2008), Frei Ferrara realizou nos treze dias que esteve na região, um total de cinquenta e seis pregações, voltadas a “[...] corrigir um padre “doido e malicioso” e, por extensão, aqueles que àquela altura o seguiam em sua “falsa doutrina [...]” (CUNHA, 2008, p.35). E embora esse relato constitua uma cópia do relatório oficial das Missões, nos escritos pessoais de Frei Ferrara – os quais

¹⁰⁴ “[...] Em janeiro de 1891, frei Venâncio, agora prefeito apostólico da missão capuchinha na Bahia e em Sergipe, dirigiu-se em missão especial à paróquia de Itabaiana (SE) – contemplando as freguesias de São Paulo da Mata (onde, de acordo com o relato, teria pregado para duas mil pessoas), Carira (mil e seiscentas) e Alagadiço (“a pouca gente”). [...]. O padre Felismino da Costa Fontes estava a pregar o iminente advento do fim do mundo, a confissão e a missa já não eram necessárias e havia que “rebatizar os meninos” – nisso se resumia a dita “falsa doutrina”, de acordo com o relato. Assim, preocupado diante do fato de que “havia muita gente que seguia as falsas doutrinas do mesmo padre”, frei Venâncio missionou – realizando confissões, casamentos e batizados – durante 13 dias em São Paulo da Mata (de onde só saiu no dia 10 de fevereiro), 18 dias na cidade de Itabaiana e pregou 56 vezes (o que pode equivaler a 14 dias de missão [...])” (CUNHA, 2008, p. 35).

parecem rascunhos de um sermão –, em nenhum momento ele cita o grupo dos Caipiras ou o padre Felismino.

Contudo, sua narrativa retoma incessantemente à questão da morte, o que demonstra uma preocupação iminente, nevrálgica – **Mas enfim por que se nos dá tanto de saber quando acabará este mundo?** Sabendo-se que os capuchinhos tinham missão certa, para além das benfeitorias orquestradas pelas necessidades religiosa e estatal, o sujeito institucional, a serviço de seu dever, busca dominar o referente e dar à morte leveza e naturalidade – **Se eu sobesse [sic] de fallar a uma especie de pessoas que nunca tivessem visto morrer nenhum individuo de sua espécie** – porém, ao buscar controlar o referente, banalizar a morte e afastar o perigo da pregação heterodoxa e iníqua, Frei Ferrara, apoiando-se na “obviedade do real”, faz funcionar o sentido do descaso do poder constituído pelas populações, sobretudo, pelas populações sertanejas que morreram aos montes no século XIX – **mas fallo a pessoas que continuamente vem a morte que lhes arrebatam das suas famílias**. Ressalta-se que entre 1877 e 1879, aproximadamente 500 mil pessoas (5% da população do país) vieram a óbito no Brasil pelo cólera, seca e fome; desse total, quatrocentos e trinta e oito mil e quinhentos e sessenta nordestinos (438.560) (MOTA; COSTA; TOMBESI, 2021), isso sem contabilizar o posterior episódio de Canudos (1897), que dizimou aproximadamente vinte e cinco mil pessoas, cinco mil soldados e 20 mil sertanejos, dessa forma, como diria o Frei Ferrara – **o velho há de morrer, e o moço pode morrer**.

6.4 De veículo em veículo a “hydra” passeia

Nessa subseção destacam-se alguns noticiosos da Província de Sergipe e de outras localidades do Brasil que publicaram acerca dos Caipiras e, mais especialmente, acerca de seu líder. Dentre esses, comporão as SDPs, os seguintes jornais: *A Reforma* (Sergipe); *União Federal – Correio dos Estados* (Rio de Janeiro). Outros foram localizados, mas houve a necessidade de proceder a um recorte, em virtude do objeto selecionado. Não obstante, sempre que possível, fragmentos de notícias serão apresentados como fonte. Voltando-se àqueles

selecionados para esse fim: a) O Apóstolo¹⁰⁵ (Rio de Janeiro); Jornal do Aracaju (Sergipe); Jornal da Cidade do Salvador (Bahia) e O Caixeiro¹⁰⁶ (Sergipe).

Posto isso, cabe destacar alguns traços da imprensa no Brasil dos oitocentos. A cultura dos periódicos foi proibida durante a colônia brasileira, o que não impediu algumas publicações clandestinas. Contudo, oficialmente a Impressão Régia em 1808, inaugura por necessidade administrativa a edição dos atos oficiais do Império. E o fim do monopólio do governo sobre as impressões teve como consequência a difusão desses periódicos por todas as Províncias, com destaque para o Nordeste do país.

O avanço cultural pós-imprensa se impôs. E não obstante a complexidade e multiplicidade dos periódicos no Brasil, eles se constituíram um espaço retórico de tribunas marcadamente políticas – que para além das agremiações partidárias e espaços de socialização abertos – ocuparam os noticiosos, permitindo a produção de discursos das mais variadas vertentes, desenvolvendo redes de sociabilidade entre as elites político-econômicas, entre os intelectuais e promovendo o embate ideológico e mesmo pessoal.

Sergipe não se furtou a novidade, tendo o Monsenhor Silveira inaugurado na cidade de Estância, o primeiro de muitos periódicos locais, O Recompilador Sergipano (1832-1834), e ainda o Saquarema (orientação política) e A Urtiga (humorístico), além do primeiro livro - Lei Sergipano (1838). A partir desse momento, desenvolveu-se a imprensa local com diversas publicações, perfazendo um total de duzentos e vinte e seis noticiosos das mais variadas tendências e público, segundo catálogo organizado por Manuel Armindo Guaraná (1908) no qual destacou os jornais publicados entre os anos de 1832 a 1908.

Para os fins dessa pesquisa destaca-se em primeiro lugar, *A Reforma*, periódico que mais apresentou notícias acerca do padre Felismino e Caipiras. Criado em 1887 esse noticioso de tendência liberal, possuía como readator o jurista e intelectual sergiano Gumersindo Bessa. DE seu primeiro exemplar datado de 01 de janeiro de 1887, ao último deles no dia 21 de julho de 1889, manteve sua configuração contando com quatro páginas e colunas regulares e medindo

¹⁰⁵O Apóstolo, um periódico religioso, moral e doutrinário consagrado aos interesses da religião católica e da sociedade, impresso na Typographia do Apóstolo no centro do Rio de Janeiro, iniciou suas tiragens no ano de 1866 em apoio ao papado e aos episcopos brasileiros, tendo como bandeira, a defesa da Igreja, frente aos inimigos liberais, aos maçons e ao protestantes. Criado por sacerdotes tendo à frente o padre José Gonçalves Ferreira (GOMES, 2022).

¹⁰⁶O Caixeiro – jornal literário, noticioso e crítico consagrado a classe caixeiral 1880-1881. Redator José Leão dos Santos Filho. Publicação aos domingos. O primeiro número saiu a 07 de agosto de 1880, medindo 0,22 x 0,15 com quatro páginas de três colunas cada uma (GUARANÁ, 1908, p. 22).

0,36 x 0,24 cm. Após o último número passou a ser o órgão oficial da Província até sua extinção em 29 de dezembro de 1890 (GUARANA, 1890).

O segundo dos periódicos, o *Jornal do Aracajú*, órgão político e oficial de propriedade e redação do intelectual Manuel Luiz Azevedo de Araujo, tinha como redator, Hermes P. da Costa e até o ano de 1874 constituiu-se um periódico semanal com quatro páginas de cinco colunas cada uma, medindo 0,43 x 0,31 cm. Após essa data, passou a ser publicado diariamente na Typographia do Aracajú, na rua de Japarutuba no bairro Santo Antônio, mantendo a mesma constituição (GUARANA, 1890).

O Caixeiro foi o primeiro jornal sergipano a diversificar suas publicações e autointitulava-se um jornal noticioso, crítico e literário dedicado à classe caixeiral e foi publicado durante dois anos, de 1880 a 1881, sempre aos domingos, pelo redator José Leão dos Santos Filho. Desde seu primeiro número em 07 de agosto de 1880 era diagramado em quatro páginas com três colunas e media 0,22 x 0,15 cm (GUARANA, 1890).

Fora do território sergipano, o importante semanário católico *O Apóstolo*, era considerado um dos mais importantes veículos de propagação da fé institucional do Brasil, possuindo colaboradores e pontos de venda em diversos pontos do país. Segundo Lustosa (1983) os seus redatores, os padres João Sacaligero, Augusto Maravalho e José Alves Martins de Loreto eram engajados no projeto ultramontano e extremamente atentos a qualquer manifestação contrária aos ideais da Igreja, especialmente, aos ideias liberais, cultos dissonantes da fé católica, imigração proveniente de países marcadamente críticos ao clero, protestantismo e maçonaria. Possuía quatro páginas, cinco colunas e foi publicado a partir de 1866 a 1907. Por fim, o *Jornal União Federal – Correio dos Estados* do qual não se encontrou maiores informações, a não ser que ele era especializado em reproduzir semanalmente notícias enviadas das Províncias.

6.5 Uma feira de contendas

No periódico carioca *O Apóstolo*, datado de 15 de dezembro de 1875, encontra-se a primeira referência ao padre Felismino da Costa Fontes. Trata-se de uma nota pública de agradecimento e apreço ao bispo paulista Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1826-1894) (ANEXO Q), pela acolhida durante o período em que ele e seus colegas, noviços do Seminário da Bahia, estiveram em visita à Arquidiocese do Estado de São Paulo (ANEXO R).

Apenas dois anos após a demonstração de apreço pelo epíscopo, uma notícia chama atenção. No periódico *Jornal do Aracaju* do ano de 1877 (ANEXO S), é publicado o Resultado das Eleições para Deputado Provincial do Colégio Eleitoral de Itabaiana da Província de Sergipe (o que corresponderia atualmente ao cargo de Deputado Estadual) e o jovem seminarista Felismino Fontes, ligado ao partido conservador, aparece como o candidato menos votado do pleito local (05 votos).

Figura 14 – Resultado das Eleições do Colégio de Itabaiana, 1877

COLLEGIO DE ITABAIANA	
Vigario Domingos de Mello Resende	54 votos.
Hermenegildo José Pereira Guimarães	50.
vigario Vicente Ferreira Passos	47.
dr. João Telles de Menezes	46.
major Tertuliano Manoel de Mesquita	34.
dr. Jesuino José Gomes	32.
capitão Francisco Teixeira de Faria	32.
João Gomes de Mello Menezes	32.
dr. Albano do Prado Pimental	32.
tenente-coronel Pedro A. de Souza Telles	32.
dr. Dionizio Rodrigues Dantas	32.
dr. Antonio Pedro da Silva Marques	32.
padre José Antonio de Vasconcellos	32.
dr. Guilherme de Souza Campos	42.
tenente-coronel Luiz Antonio da Costa Mello	32.
capitão João Esteves Lima	32.
Bricio Cardoso	32.
dr. Pedro Antonio d'Oliveira Ribeiro	32.
coronel João Dantas Martins dos Reis	32.
capitão Leoncio Guedes Barretto	30.
tenente João Francisco de Mello	30.
Francisco Martinho de Freitas Garcez	30.
major Erico Pretextato da Fonseca	30.
Helvecio de Mattos Telles	30.
professor Tito Augusto Souto de Andrade	29.
Manoel Francisco de Oliveira	22.
José da Faro Rollemberg	22.
vigario José Gonsalves Barroso	20.
dr. Deodéciano da Costa Dorea	20.
dr. Domingos Guedes Cabral	20.
coronel Antonio Manoel da Fraga	20.
dr. José Leandro Martins Soares	20.
dr. Juvenal de Andrade e Oliveira	20.
dr. Gonçalo d'Aguiar Botto Menezes	20.
tenente José Matheus da Graça Leite	20.
Antonio Alves de Góvêa Lima	20.
dr. José Fiel de Jesus Leite	18.
dr. Thomaz Rodrigues da Cruz	17.
dr. João Ferreira de Britto Travassos	17.
dr. Camillo Correia Dantas	16.
dr. Martinho Cezar da Silveira Garcez	13.
padre Felismino da Costa Fontes	5.

Fonte: *Jornal do Aracaju*, (1877, Edição 00835)

Aparentemente o resultado não havia sido dos mais satisfatórios, mas demarca um interesse político por parte do jovem Felismino¹⁰⁷. Além disso, elegeu seu amigo e protetor o Vigário Domingos Forâneo de Melo Resende – para o terceiro mandato de Deputado Provincial (1864-1866; 1867-1869; 1877-1879) – grande líder político da região¹⁰⁸ que nos mais de cinquenta anos à frente da Igreja de Itabaiana, acumulou o título de comendador e exerceu os cargos de inspetor e delegado literário (CARVALHO, 1973). Cabe lembrar que à época, o primo de Felismino Fontes o Sr. José Martins Fontes era juiz de direito da Comarca de Itabaiana, Oficial da Imperial Ordem da Rosa e primeiro Vice-Presidente da Província de Sergipe, e o irmão do futuro clérigo, o Tenente José da Costa Fontes assumia o juizado de órfãos.

Essa primeira referência introduz um novo capítulo nos fatos que permeiam o grupo dos Caipiras e seu líder, pois observa-se que a origem de Felismino, como já apontado, embora não fosse das mais abastadas, inclusive para a região, estava longe de ser remediada. E outros fatos apontam para um certo privilégio diante do grosso da população da Vila de Itabaiana, a exemplo do subsídio que Felismino recebia para ajudá-lo enquanto estudante na cidade do Salvador e mesmo em sua estadia posterior em Roma, como aponta a nota no Jornal do Aracaju de 20 de fevereiro de 1878 (**ANEXO T**), que na seção de Despachos da Província, informa já estar disponível uma quantida de 100 mil réis, e que Felismino cumpra as exigências da Tesouraria da Província para recebê-la. Segue o recorte,

Figura 15 – Subsídio do Governo

¹⁰⁷Mas, levando-se em consideração que concorreu com políticos de destaque, e que seu protetor o Vigário Domingos Forâneo de Mello Resende foi o mais votado desse sufrágio, muito provavelmente foi a estreia de Felismino em questões políticas.

¹⁰⁸Dente os maiores líderes políticos da região à época, o jurista e escritor Vladimir Souza Carvalho (1974, p.41) destaca: “[...] de 1820 a 1890 o nome dos chefes políticos mais fortes divididos em liberais e conservadores variando de poder e dominando os atos realizados na Vila foram: a) Conservadores - Manuel Cunha de Mesquita, Manuel Raimundo de Melo Meneses, Major Tertuliano Manoel de Mesquita, Coronel Antônio Carneiro de Meneses; Coronel José de Souza Contreiras; José Teixeira Lobo, Jose Amâncio Bezerra; Dr. Guilhermino Amâncio Bezerra; b) Liberais - Manoel Gaspar, Coronel José Antônio de Carvalho Lima, Alferes Joaquim José de Oliveira Mesquita, Cônego Domingos de Melo Rezende, Capitão Antônio de Carvalho Lima, Major Geminiao Rodrigues Dantas [...] (CARVALHO, 1973, p.41).

Padre Felismino da Costa Fontes.—
 Pague-se a quantia de 1000\$, nos termos
 da informação. Para que possa ter lu-
 gar o pagamento do ultimo semestre,
 compre ao supplicante satisfazer a exi-
 gencia da thesouraria.
 José Aristides da Costa.—A' vista da
 informação, deixo a pretensão do sup-
 plicante.

Fonte: Jornal do Aracaju (1878)

Passaram-se alguns anos, e mais nenhuma notícia sobre Felismino fora veiculada. Ele terminou seus estudos na Bahia e seguiu para Roma, retornando em 1885 para a Vila de Itabaiana. Pouco mais de dois anos após seu retorno, integrando agora o partido dos conservadores que ainda dominava os quadros políticos em Sergipe, ele, indiretamente volta a ser notícia. No **Jornal A Reforma de 25 de maio de 1888**, um sujeito (não identificado), sob o pseudônimo Venâncio Jacu de Olhos D'água (local conhecido como Olhos d'água dos Cavalos no povoado de Olaria, região das Matas de Itabaiana), publicou um protesto acusando a Assembléia Provincial de Sergipe de ter transferido a feira de Itabaiana¹⁰⁹ para o povoado de Pedra Mole.

À época a feira de Itabaiana acabara de ser criada em meio a uma disputa de interesses políticos e econômicos, traduzida na rixa existente entre o coronel José Sebrão de Carvalho que defendia o comércio localizado ao lado da Igreja Matriz. Já o Dr. Manuel Batista Itajahy que queria localizar a feira na praça Santo Antônio. Em meio a essa contenda, no jornal *A Reforma* (SE) na edição de número 00074, do ano de 1888, na seção, sob o Título “Questão da Feira”, “Venâncio Jacú”, denuncia uma articulação política do partido conservador para transferir a feira da Vila de Itabaiana para o povoado de Pedras Moles (atual município de Pedra Mole) (CARVALHO, 1973). Segue a **SDP1**,

¹⁰⁹A feira de Itabaiana surgiu em 1888 e no início localizava-se na praça da Matriz, aos sábados, depois foi transferida para o Largo de Santo Antônio onde se encontra até hoje. Durante o período de Itabaiana vila e após a sua elevação a categoria de cidade, os feirantes, que em sua maioria era formada por pequenos agricultores (que produziam em suas propriedades rurais, mandioca, milho, arroz e feijão) e criadores de animais (bovinos, caprinos, suínos e aves domésticas) não tinham abrigo para proteger seus produtos que seriam comercializados, ou seja, eram expostos ao calor do dia ou as chuvas durante todo o tempo que comercializavam o fruto do seu trabalho no campo. Além desses produtos, eram comercializados panos de algodão grossos que provavelmente eram vendidos na feira de Itabaiana e também noutros locais do estado sergipano e além-fronteiras, farinha de mandioca, açúcar, produtos cerâmicos (potes, por exemplo), entre outras mercadorias (SANTOS, 2021, p.23-24).

JORNAL A REFORMA (SE) – EDIÇÃO 00074, ANO 1888

“PROTESTO”

Questão da feira

SDP1 Tivemos a desagradável noticia de que a **assembléa provincial**, sem proposta da câmara de Itabaiana, aprovara um projecto **transferindo a feira deste povoado para o de Pedras Molles**. Para que o publico e as autoridades da província possam avaliar quaes as consequencias que se derivarão da sancção de tal lei, basta notar-se a seguinte: esteve nessa capital **Gonçalo Pinto de Mendonça**, em beneficio de quem se quer fazer uma lei com prejuízo de uma grande população, e, apenas aqui chegou **começou blasonando que trasia ordens do dr. chefe de policia para acabar com a feira deste povoado**, certo de que seriam de ordem do mesmo chefe, **derribadas as casa dos pobres matutos que não lhe quisessem obedecer**. Tamanha tolice e desproposito encontraram geral repulsa, pois **que o dr. chefe de policia, se é muito conservador, não**

todavia doido para autorizar semelhante arbitrariedade. Entretanto não é mau que o [sr.] Gonçalo se convença de que suas bravatas não intimidarão a pessoa alguma, pois que não há de ser o criminoso João Rodrigues dos Santos que aqui vive per ordem do delegado de policia, Manoel da Cunha Mesquita, em inteira e completa liberdade, apesar de estra figurando como recolhido ao quartel de Itabaiana, não há de ser, dizemos nós, **tão valentão a ponto de poder com meia dúzia de criminosos do Bom Conselho acabar com uma feira onde se reúnem mais de mil pessoas**. Fique sr. Gonçalo certo e convencido de que a feira deste povoado não será transferida para Pedras Molles, onde já há feira, porque isto não convém **aos reaes e legítimos interesses do povo, que vale mais do que uma lei, que só tem o único e exclusivo fim de satisfazer paixões e interesses de**

quem quer viver segregado da sociedade. Se o [sr.] tem capangas, que insolentes ameaçam e amedrontam a todo mundo, estes, por irresponsáveis que são, nada sofrerão, desde que temos o amo com quem ajustaremos todas as contas.

Olhos d'Água, 25 de Maio de 1888.

Venancio Jacú.

Na SDP1 o locutor intitulado Venâncio Jacú, oculta-se via pseudônimo. Mas, ao utilizar-se repetida e implicitamente do pronome **nós – (nós) Tivemos**; “... não há de ser, **dizemos nós**, tão valentão...”; **Temos – (nós) ajustaremos** (nós) – integra-se ao todo da população itabaianense que seria prejudicada pela transferência da feira. Aparentemente, trata-se do desabafo de um cidadão preocupado com os - **reaes e legítimos interesses do povo**. Contudo, Venâncio Jacú ao fazê-lo, demonstra seu desprezo e não reconhecimento tanto pela legislação - “... de uma **tal** lei...” - da qual ele denuncia a ilegalidade, quanto pelo Sr. Gonçalo Pinto de Mendonça, Deputado Provincial do Partido Conservador que buscava transferir a localidade da feira. Sobre o deputado, Venâncio Jacú escrevera - **começou blasonando que trasia ordens do dr. chefe de polícia para acabar com a feira deste povoado**. Jacú também enfatiza que a autoridade policial integrava as hostes conservadoras - **que o dr. chefe de policia, se é muito conservador, não todavia doido para autorizar semelhante arbitrariedade** – tais afirmações de Venancio Jacú para além da suposta preocupação com o bem-estar social - **derrubadas as casa dos pobres matutos que não lhe quisessem obedecer** - produz um sentido de iminente violência política que demarca a cisão entre grupos, conservadores e liberais através de uma disputa acirrada na localidade. Assim, percebe-se que fala por Venancio Jacú, a voz do Partido Liberal denegrindo a imagem de membros do partido conservado (político e delegado), acusando-os de estarem ligados aos fora-da-lei, àqueles que querem viver segregados da

sociedade, e deixa no ar uma clara ameaça a um possível líder cuja identidade ainda não fora revelada. Disputa essa que utilizava-se dos periódicos como defesa de interesses particulares e ataques ao grupo adversário. Mas que estava apenas começando.

Em nível nacional a disputa entre liberais (Luzias) e conservadores (Saquaremas) remonta ao Primeiro Império, dominando de forma absoluta os rumos da política nacional. Formados por líderes políticos de influência nacional e regional dirigiam a economia e os rumos da legislação brasileira, contudo, suas posições variavam de acordo com os interesses pessoais ou de seu grupo como a afirma Carlos Horbach (2007). Em Sergipe denominavam-se por Rapinas (liberais) e Camondongos (conservadores) e o momento descrito por Venâncio Jacú, marcava o momento de instabilidade política tanto entre os grupos, quanto no interior do próprio partido liberal “Em Sergipe, ao tempo em que os liberais eram demitidos, o referido Barão atendia os eleitos dos conservadores, em geral no sentido de ocupar a máquina pública sem sinais evidentes de melhoria nos métodos de operar a política (DANTAS, 2016, p.41).

Aproximadamente cinco meses após a veiculação do artigo de Venâncio Jacú, um novo “Protesto” datado de 01 de outubro de 1888 é tornado público, dessa vez assinado pelo latifundiário João Tavares da Mota, um dos responsáveis pela criação da Freguesia de São Paulo. Assim, no periódico A Reforma de 18 de outubro do mesmo ano, na edição nº 00092, inicia-se publicamente as acusações deferidas contra o padre Felismino Fontes. Segue-se a SDP2,

**JORNAL A REFORMA: ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL (SE) – EDIÇÃO 00092,
ANO 1888**

Protesto

SDP2 Faço chegar ao conhecimento do presidente da província a do dr, chefe de policia que **acha-se em grande coutingencia a minha vida nesta freguesia, e caso me sobrevenha qualquer incidente sobre a minha existência previno aos mesmos srs. A meus amigos e toda minha família que, o único responsável de tal acto é o vigário desta frequezia o rvm. Felismino da Costa Fontes!**. Este vigário tem se tornado insuportável para seus parochianos, **fazendo até do altar sagrado uma praça publica para elvo desabafo dos seus**

desordenados affectos, descompondo alta e poderosamente com epithetos e escarneos os mais injuriosos a todos aquelles que não lhes vão satisfaser com suas bajulações; deixando porem de reconhecer que não é este o dever de um sacerdote, de um ministro de Jesus Christo. Jesus quando veio ao mundo não maltratava a seus discipulos, pelo contrario, amava-os de coração, **humilhando-se tanto** a ponto de chegar a lavar e beijar os pés dos seus discipulos, afim de grangear a estima dos mesmo e assim nos deu o necessário e devido exemplo. Entretanto[,/ quer o

vigário Felismino imitar Jesus Christo! Como?!.. procedendo por esta forma? despindo as vestes sacerdotaes e revestindo-se **de tanto orgulho, de tanto ódio e maldição** para com seus parochianos!? Não meu rvm. Vigário, não é assim; não é por tal maneira que v. rvm. **Grangeia** estima de seus parochianos. **Enquanto a mim, de novo declaro digníssimos presidente da província e ao dr. chefe de policia que toda e qualquer agressão que sobrevenha sobre minha existência é ele, o vigário Felismino da Costa Fontes o único responsável por minha existencia.**

Portanto previno a minha família aos meus amigos e peço a aquelles digníssimos srs. Como guardas vigilantes da nossa provincia, a garantia de minha existencia para amparo de minha família, pois sou um homem casado e pai de onerosa família e só o vigario Felismino da Costa Fontes é o único capaz de faser tão grande mal a mim e minha família. Serei breve.

S. Paulo, 1º de Outubro de 1888.

João Tavares da Motta.

Nela, Sr. João Tavares da Mota sob o epíteto de protesto, realiza uma denúncia publica ao Presidente e ao chefe de polícia da Província, atribuindo periculosidade ao padre Felismino Fontes que segundo ele seria a única pessoa responsável por atentar contra sua vida – **caso me sobrevenha qualquer incidente sobre a minha existência [...] o único responsável de tal acto é o vigário desta freguezia o rvm. Felismino da Costa Fontes.** Opera-se por meio do enunciado, a criminalidade como um primeiro sentido. Contudo, ao observar o processo discursivo vê-se que tal criminalidade é diretamente associada as heterodoxas condutas do pároco Felismino, ao qual atribui utilizar o altar como púlpito político contra seus adversários – **fazendo até do altar sagrado uma praça publica para elvo desabafo dos seus desordenados affectos** – e dessa forma, mostrando-se temeroso e utilizando-se de repetidas exclamações e do advérbio tanto, demarca-se emocionalmente em seu texto - de **tanto** orgulho; de **tanto** ódio e maldição; ...humilhando-se **tanto**, demonstrando com tais afirmações a desobediência do padre Felismino à *práxis* religiosa ortodoxa, assumindo assim, o discurso normativo - **não é este o dever de um sacerdote, de um ministro de Jesus Christo**, norma esta, que como já exposta não se applicava efetivamente ao sacerdócio do século XIX. Ademais, o Sr. Tavares utilizando-se do recurso da pontuação - ao mesmo tempo da interrogação e da exclamação -, enfatiza no imaginário dos leitores o espanto que sente diante da comparação do pároco com o próprio Jesus - **Entretanto[/ quer o vigário Felismino imitar Jesus Christo! Como?!..** – e a partir dos substantivos “orgulho”, “ódio” e “maldição” intensifica-se a imagem pejorativa que o locutor atribui a seu desafeto e reafirmando o perigo a que está submetido, reafirma também o sentido da marginalidade do vigário Felismino. Contudo, essa contenda prossegue, pois devido às pressões de comerciantes e latifundiários da região de Itabaiana,

sobretudo, dos interesses do coronel José Sebrão Carvalho, a legislação é mais um vez alterada, e a feira é ratificada de forma definitiva na Vila de Itabaiana. E ao que parece, novos conflitos se desenrolaram, pois, o Sr. João Tavares da Mota em resposta a um artigo publicado na seção “Opinião Pública” da Gazeta do Aracajú de 29 de novembro de 1888 (não encontrado), publica uma réplica, intitulada “O Vigário de São Paulo”, publicada no Jornal A Reforma, edição 00102, em dezembro de 1888. **Segue a SDP3,**

JORNAL A REFORMA: ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL – EDIÇÃO 00102, ANO 1888.

O vigário de S. Paulo

SDP3 Ha pouco tempo n’A *Reforma* saio publicado um pequeno artigo meu em que, expondo **faltas cometidas** pelo vigário de S. Paulo, padre Felismino da Costa Fontes, chamava para ellas a atenção das **autoridades civis e eclesiásticas**. Correu logo noticia de que a **resposta seria medonha e esmagadora**, pois que os parentes do vigário a tinham encommendado. Não liguei à noticia a mínima importancia, **desde que, felizmente, não tenho na minha vida factos que me possam esmagar**. Não sou letrado; sou um homem rustico, e os parentes do Padre Felismino tambem o são. **A montanha pario um rato:** Na [*Gazeta do Aracajú*] de 29 de Novembro, sahia publicada tal resposta, com o pseudônimo – *Opinião publica*. Os parentes do padre não tiveram a coragem de assumir a responsabilidade da **defesa do santo varão**

que em S. Paulo [cara] de uma freguezia, digna de melhor sorte. O articulista teve coragem de dizer que o vigário Felismino, alheio a tudo quanto não é espiritual, não se tem envolvido em questões de feiras [!] Um vigário que abusa da cadeira da *verdade* para pedir, animar e exaltar mesmo a população abeata, afim de que não se mude a feira como foi determinado por lei; um vigário que compra um terreno com o único fim de [muda-la], encontra quem venha pela imprensa desmentir aquillo que todo mundo sabe!! Praticam assim os **perversos** que aninham no coração toda sorte de rancores, ao passo que representam nos lábios uma innocencia de anjos. **Eu os conheço e os desprezo**. Estes **não conseguirão provar** que que o **Padre Felismino** esteja com com as **faculdades intellectuaes perfeitas**: não poderão provar que o padre Felismino não **prega herisias** de maneira que sua conservação na parochia de S. Paulo como seu pastor, prova que o arcebispo não sabe

que o antigo estudante na Europa perdeu todos os livros, dinheiro e roupa, está com a **razão alterada**. Se tenho **receios** do sr. Vigário, é porque nutrindo o reverendo **ódio** contra minha pessoa, e conhecendo como conhece todo mundo, **que suas faculdades intellectuaes não estão correntes**, posso **ser victimado, sem que também possa haver punição para o meu agressor**, desde que dizem que está irresponsável pelo que pratica. D’ahi a necessidade que tenho de prevenir **as primeiras autoridades de que só posso sofrer qualquer violência do Padre Felismino**, pois que n’esta freguesia não tenho inimigos capazes de fazer-me

mal. Quando eu me dirijo aos parentes do padre Felismino, já se sabe que me dirijo **àquelle que não teve coragem de assignar o artigo que mandou escrever**. Este sr. que venha com sua assinatura, que não vale mais do que a minha, atacar-me para ter a devida resposta. Então o publico ficará inteirado **de certos factos d’onde se colligirá** quem neste mundo pode ser considerado **perverso**.

S. Paulo, 15 de Dezembro de 1888.

João Tavares da Motta.

O primeiro destaque utilizado pelo locutor é o recurso da ironia, observada em dois momentos de seu enunciar. No primeiro, empregando o verbo esmagar no sentido conotativo, utiliza-o para debochar dos parentes do vigário que segundo ele, dariam ao seu primeiro artigo (outubro de 1888), uma resposta contundente – **a resposta seria medonha e esmagadora** – contudo, a ela atribui a locução “A Montanha pariu um rato”, expressão de origem latina, muito utilizada em Portugal que designa muita expectativa sobre algo, mas que resulta inócuo, como afirma o filólogo Artur Mourão (2018). Em um segundo momento, considerando o contexto no qual enuncia, o sujeito para reiterar seu desrespeito e desconsideração ao clérigo, emprega os termos - “**santo varão**” – e a partir desse “deboche”, passa a descrever os atos “ilícitos” de Felismino: a) manipular e incitar a população beata - **Um vigário que abusa da cadeira da verdade para pedir, animar e exaltar mesmo a população abeata**; b) comprar um imóvel para atender aos seus interesses e de seus correligionários - **afim de que não se mude a feira como foi determinado por lei**.

Outra figura de linguagem utilizada que se observa no texto é o paradoxo, um recurso linguístico que se fundamenta na oposição das ideias, **perversos rancores/inocencia de anjos** que provoca um efeito de dissimulação do dizer, servindo de base para introduzir pelos termos **perverso, despreso, esmagar**, o discurso do ódio, que o locutor atribui somente ao padre e do qual isenta-se, embora ameace e prometa vingança - **Então o publico ficará inteirado de**

certos factos d’onde se colligirá quem neste mundo pode ser considerado perverso. E adentrando a seara da medicina, ele prescreve a loucura do pároco por meio de seguidos eufemismos - **não conseguirão provar [...] faculdades intellectuaes perfeitas; razão alterada; suas faculdades intellectuaes não estão correntes**, formula e reformula o discurso da loucura, que longe da suavidade que busca expressar, evidencia o sentido de denúncia, combate e ataque ao seu inimigo.

Por fim, salienta-se que a nova denúncia, agrega àquela destinada ao poder público, a Igreja como destinatária. Agora a instituição é interpelada publicamente a tomar uma atitude oficial contra o seu herético integrante, fazendo questão de destacar a inocência do bispo e solicitar a retirada do pároco (membro do partido conservador). Mas ao longo de seu enunciar, evidencia como prova dos abusos do clérigo a transferência da feira e em sua tentativa de incriminá-lo, destaca a participação do mesmo no fato da luta por transferir o mercado para São Paulo ou Pedras Moles, traria não somente problemas financeiros aos comerciantes (cuja maioria integrava o partido liberal), e minimizaria a força dos liberais na Vila de Itabaiana.

Não obstante, nem liberais e nem a Igreja conseguiram nesse momento, arregimentar forças contra Felismino e seus seguidores. Afirmava o desembargador Gervásio Prata (1948), ao discursar na inauguração da estátua do Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro na cidade de Lagarto¹¹⁰, que o velho clérigo – que conquistara os títulos de “[Arcipreste, Monsenhor Vigário-geral de Sergipe, Cônego e Comendador da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, conferido pela monarquia imperante [...]” - reconhecido por sua ortodoxia extrema, a ponto de não realizar o casamento de membros da elite que não rezassem o credo, a exemplo de Felisbello Freire, Liberio Monteiro e Joviniano Romero (intelectuais sergipanos de alta monta), fora diretamente responsável pelo desfecho do problema dos Caipiras em Sergipe, assim pronunciando-se,

[...] rechaçou Antônio Conselheiro e seus fanáticos de efetuarem pregações, no Lagarto expulsando-os para além de Paripiranga, forçando-os a retrocederem aos seus antros do sertões de Canudos; abalou-se para extinguir no município de São Paulo, deste Estado, a seita do padre Felismino da Costa

¹¹⁰Nascido em Simão Dias – SE, a 23 de Junho de 1828, João Baptista de Carvalho Daltro era filho de Domingos José de Carvalho e D. Antonia Francisca de Jesus. Sua formação intelectual, basicamente, se deu entre as cidades de Estância (Colégio Barroso) e São Cristóvão. Em 22 de Março de 1847 matriculou-se no Seminário da Bahia, iniciando sua formação pastoral até 1853, onde recebeu ordens sacras. Foi ordenado no Seminário Santa Tereza na época de D. Romualdo Antonio de Seixas (1828-1860). Está inserido na segunda fase da gestão desse Arcebispo da Bahia, onde se colocava ênfase no papel da Igreja como defensora da ordem estabelecida (SANTOS, 2010, p. 3).

Fontes, que pregava o próximo fim do mundo e contra o casamento, indo levar o infortunado sacerdote até o Asilo São João de Deus, na cidade do Salvador, onde faleceu [...] (PRATA, 1948, p.24)

Chama atenção na narrativa do desembargador, pois ele demonstra que Dom Daltro esteve em frente de combate de dois movimentos populares, que resguardando-se a devida medida, contrariavam os ditames da romanização no Brasil. Contudo, o artigo do historiador Claudefrancin Monteiro (2010), abre uma interessante questão. Ele afirma com base em suas pesquisas que há incongruências em relação à data que Antônio Conselheiro adentrou em terras sergipanas, pois na correspondência oficial de Dom Daltro consta que o fato somente fora comunicado a Arquidiocese de Salvador em 1910, o que lhe causou estranhamento, pois Dom Daltro era fervoroso em seus deveres para com a Arquidiocese.

Este fato vem somar-se a outras dúvidas que foram surgindo no decorrer da pesquisa – o fato de Conselheiro somente encerrar sua caminhada no arraial de Belo Monte em 1893 e não se saber ao certo quando ele passou em Sergipe, pois há muitos relatos com datas incongruentes; à afirmação do Frei João Marciano que o grupo Caipiras era tão temido que as autoridades civis e religiosas não ousavam atentar contra o padre Felismino com receio da reação popular; e por fim a questão: teria sido o grupo Caipiras, um percussor ao movimento de Canudos? Teriam alguns dos Caipiras integrado as hostes dos canudenses? Embora possíveis, não se encontrou nenhum documento ou relato que pudesse corroborar essa hipótese, mas é no mínimo curioso.

Por fim em 1891 Felismino foi definitivamente afastado da Vila de Itabaiana e encaminhado para o asilo São João de Deus em Salvador, e a partir de então não se conseguiu localizar nenhuma informação precisa acerca de seu paradeiro. O único fato noticioso sobre ele foi uma publicação anônima no jornal União Federal – Correio dos Estados, conforme a **SDP4**,

JORNAL UNIÃO FEDERAL, ANO 1891 - CORREIO DOS ESTADOS

SDP4 Tem causado viva impressão aos habitante de São Paulo, termo de Itabaiana, no estado de Sergipe o boom do sacerdote Felismino de tal, vigário daquela freguezia. O tonsurado persuadiu aos ingênuos parochianos que era o celebre profeta Elias, e, como tal, segura, advinha, profhetisa [...] certas do arco da velha anunciando o fim orbe e dizendo ao povo que ele sera, nesse dia proximo, **arrebatado a mansão azul diabólica dos céus**, no carro de fogo que ira bufando vulcões ígneos pelo espaço em fora. Este padre é mesmo das Arabias. A população para quem diz essas cousas, qesão de um sabor mórbido psychologico, ouve-o tomada de respeito profundo, vivo interesse e termos extraordinário. O bom do gajo, que soube convencer aos aldeões, como os antigos profetas sabiam n'ó, **aboliu os bapitsado,**

dizendo serem eles desnecessarios, visto que tudo ali na freguesia estava santo desde o infusorio até a sotaina que enxergava, e que o povo era necessário unicamente a reza, a contricção, e por isso mesmo os aldeões vivem a rezar o dia inteiro, abandonados ao culto, e abandonando a cultura. O missionário Fr. Venancio mandado pelo arcebispo para contelo foi desatendido pelos habitantes. O padre Felismino em estado de exaltação exclama sempre que o Papa é a hydra do acpocalypso, o arecebispo um dragão. De tudo isso depreende se que novo Elias está com as **faculdades intellectuaes alteradas** e carencendo de ser recolhido a um asylo de doudos. **As autoridades policiaes do termo tem sido benévolas para com o illustre pregador temendo [ilegível] [ilegível] povo fanatizado promova algum conflito serio,**

pronunciando-se em apoio do novo Elias.

Este padre é das Arábias, e esse delegado é de Hodes e aquelle povo da China. O Dr. [Maciel] depois de preso não fugiu nem mugiu seguindo muito fresco para a repartição da policia. Inquirido pelo delegado negou a autenticidade de sua pessoa, dizendo chamar-se Arthur da Rocha Maciel e não Francisco Antunes Maciel. Negou também que fosse ele o autor do roubo havido no Hotel de França, que fora preso por desconfiança, sahindo logo em seguida, por que o seu advogado Juvenal Parada impetrara ordem de habeas-corporis em seu favor. Na sua carteira fora encontrado um alfinete com 30 pedras de brilhante e 65000 em dinheiro. Trasia consigo uma corrente e relógio de ouro, uma abotoadura com brilhantes, um anel de medico e uma conta de chepelaria tirada em nome de A.S.Mota. O delegado trata agora de descobrir a quadrilha de doutores da qual é chefe o aldacioso Maciel que deve ficar nessa capital a disposição do Dr. Chefe de policia.

Aponta-se inicialmente que o texto é de uma ironia profunda, repleto de termos pejorativos sobre a população da Vila de Itabaiana identificada como - **ingênuos parochianos**, de um padre – **tonsurado** – termo que evoca o discurso irônico ao comparar o pároco a uma ovelha tosquiada, exposta, derrotada. O discurso irônico também está presente no destino reservado a Felismino - **que ele sera, nesse dia proximo, arrebatado a mansão azul diabólica dos céus, no carro de fogo que ira bufando vulcões ígneos pelo espaço em fora** – demonstrando uma repressão dos opositores que pela força da lei e das instituições buscaram eliminá-lo da história. Não obstante, seja compreensível que um membro institucional da Igreja, sobretudo no século XIX, sob a tutela de um novo projeto clerical no Brasil seja veementemente punido por atacar a autoridade máxima e infalível do Papa – o **Papa é a hydra do aepocalypso, o arcebispo um dragão** – afirmação esta, que busca refletir e assumir, assim como fizera o Sr. João Tavares da Motta e os Capuchinhos, a formulação do discurso da loucura. Argumentação única para explicar o conjunto de crenças e práticas do desviante.

Observa-se ainda a difusão da ideia dos matutos fanáticos que substituem o labor (aqui associado a cultura) pela reza (abandono da realidade) e assim, despreocupados em construir uma materialidade, abandonam-se ao culto. Tal enunciado evoca o sentido da religião como alienação dos homens, que imersos na fé transportam-se para uma outra temporalidade demarcada pela dimensão da espiritualidade onde impera a sacralidade - **tudo ali na freguesia estava santo desde o infusorio até a sotaina.**

Finalmente, de forma não compreensível o artigo cita um criminoso que foi pego em flagrante e conduzido à repartição da polícia (delegacia) suspeito de diversos crimes (falsidade ideológica, dinheiro em espécie - 65000 reis, roubo de objetos valiosos - um alfinete com trinta pedras de brilhante, um corrente e relógio de ouro, uma abotoadura de brilhantes, um anel de médico - e uma conta de chapelaria tirada em nome A. S Mota). Em específico, essa informação, seja ela verdadeira, falsa ou apenas um erro de diagramação, produz um efeito ratificador da bandidagem que cercava o padre e seu grupo de fanáticos. No conjunto dos fatos, vê-se a repetição do discurso difamatório do fanatismo e da loucura, que somente vigente pois acobertados pela impunidade e pelo medo que como diz o locutor causa espanto, pois o padre é das Arábias (estragante e pernicioso), o delegado de Hodes (uma piada) e o povo da China (sob o efeito do ópio).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese desenvolvida na seara da linguagem, mais especificamente na área dos estudos discursivos em AD, voltou-se à análise discursiva de enunciados produzidos sobre os Caipiras, grupamento sociorreligioso que se originou em 1885, na Freguesia de São Paulo, Província de Sergipe e foi liderado pelo padre itabaiense Felismino da Costa Fontes. Destaque-se que à época, os Caipiras, coletividade significativa entre o conjunto dos habitantes das regiões do agreste e sertão sergipanos, professaram uma crença mítico-escatológica, desafiaram a hierarquia clerical da Província e angariaram desafetos entre a sociedade civil. E contra esses posicionamentos, levantou-se a força coercitiva da Igreja e do Estado instigada ainda, pela contenda entre o padre Felismino e o Sr. João Tavares da Mota.

Assim, o trabalho ora findo, teve como objetivo trazer à luz a singularidade do movimento Caipira, obscurecido até bem pouco tempo, dos anais da história de Sergipe. Buscou-se aqui, a partir dos estudos da linguagem, em específico da AD, refletir acerca de aspectos constituintes da história e da política, no discurso presente nas epístolas felisminianas, nos documentos eclesiásticos e nos periódicos, além de destacar aspectos singulares das crenças e posicionamentos dos Caipiras diante das questões sociais e do sagrado. Dessa forma, esse escopo teórico-metodológico da AD permitiu mobilizar, nessa análise, as categorias de discurso formação ideológica, formação discursiva e sentidos, as quais possibilitaram a pesquisadora lançar um olhar acerca do(s) fenômeno(s) discursivo(s) Caipira.

Na base para o desenvolvimento dessa pesquisa, as questões propostas, assim sintetizadas: apresentação das condições de produção amplas e estritas que propiciaram o enunciar dos sujeitos; análise das imagens projetivas dos locutores em relação às posições-sujeito por eles assumidas nos discursos sobre os Caipiras; apreensão das crenças e práticas professadas pelo citado grupo, buscando compreender o porquê da mobilização de forças opostas a fim de desbaratá-lo. Definidas as questões, apresentou-se a base teórica da AD na qual assentou-se a análise, partindo-se das já referidas condições de produção dos discursos que nesse caso específico interrelacionou fatos da história da Igreja em níveis nacional e internacional, às questões políticas do Império brasileiro e da Província de Sergipe na segunda metade do século XIX. Como suporte analítico, mobilizou-se ainda uma série de categorias inerentes ao paradigma da AD, a saber: sujeito, formações discursivas, formações imaginárias e memória.

A partir da perspectiva teórica apontada e dos procedimentos metodológicos devidos, originados de fontes empíricas, construiu-se um dispositivo analítico, representativo dos lugares de enunciação dos sujeitos, materializado em sequências discursivas que em seu conjunto compõem o *corpus* analítico, no qual considerou-se: a interrelação entre linguagem e história, base para se buscar compreender o que foi dito sobre os Caipiras; o funcionamento discursivo; as disputas entre os diferentes segmentos sociais envolvidos na contenda; as formações discursivas a partir das quais os sujeitos demarcam seu lugar e o lugar discursivo do outro, assim como o trabalho da ideologia que constitui sujeitos e sentidos. Dessa forma, o estudo aqui empreendido voltou-se ao material empírico para um exercício de interpretação e análise, sob uma perspectiva, dentre muitas possíveis, para compreender o pronunciamento do padre Felismino, da instituição católica e da posição defendida nos periódicos, buscando, a partir das formações discursivas, descortinar a ideologia que sustentou os discurso, procurando apreender sentidos.

Percebe-se que se constitui, a priori, um discurso religioso, mas com implicações variadas. O texto traz as marcas de um discurso político engajado, movido por uma ideologia religiosa de cunho profético e apocalíptico em contraposição a dois outros discursos que se complementavam pela necessidade e interesses de classe. Assim, de um lado, tem-se um sujeito padre (um especialista em assuntos da fé) que fala em nome de Deus, e que, nesse ato, subverte, e ao enfrentar a hierarquia, assume um deslocamento ideológico. Torna-se profeta, ou melhor, padre-profeta. Ainda que, no interior da esfera ideológica religiosa ele apresente uma nova possibilidade de Salvação, um desvio, uma concorrência em matéria de assuntos de fé, assume-se como um enviado de Deus para guiar os homens em seus últimos dias na terra. Tal fato jamais seria possível de aceitação pela hierarquia e preceitos católicos romanos que se afirmavam no Brasil daquela época em oposição ao catolicismo de cunho mais popular. Ao observar o discurso presente nas epístolas, observa-se que fala de uma tradição popular, uma identidade muito peculiar ao povo sertanejo. E a linguagem profética, heterodoxa, cria antagonismos em relação aos setores institucionalizados, seja da Igreja, seja do Estado. Ademais, essa concorrência espiritual a Igreja não desejava e combatia. Tratava-se, por fim, de relações de poder e manutenção de controle da fé e privilégios dos religiosos e políticos. Assim, como apontado, grande parte dos clérigos assumiam postos de destaque social para além da esfera religiosa. Eram professores, políticos, eruditos, coronéis e ligavam-se aos altos escalões socioeconômicos. Dessa forma, usando do poder que lhes era conferido pelo Estado, consolidado no Código Canônico, agiam com poder de polícia para desbaratar movimentos

míticos religiosos de cunho político e silenciar a heterodoxia religiosa/política. E para os proprietários de terras da região, carentes de mão-de-obra, que se manifestaram explícita e implicitamente contrários ao grupo Caipira, significava defender sua posição política em um espaço de conflito, alardear sua contrariedade com um grupo considerado possivelmente subversivo da ordem e ameaçador de seus privilégios, sendo os textos por eles produzidos uma ferramenta na luta contra os caipiras. Assim, o discurso religioso cristão, e não somente felisminiano, comporta entre a ortodoxia e a heresia, deuses e demônios, pois a formação discursiva religiosa e política, assim como qualquer outra formação discursiva é permeável, heterogênea e passível de ganhar novos contornos sob a ação do ideológico e na fronteira entre o ortodoxo e a heresia, a moral e o cinismo, o diabo é sempre o outro.

REFERÊNCIAS

- ABI-RAMIA, Jeanne. A Guerra de Canudos. (Catálogo de Séries). **MultiRio**, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/artigos/11514-a-guerra-de-canudos>. Acesso em: 13 fev. 2022.
- AGOSTINHO, Aurélio. **O Trivium de Santo Agostinho**. Campinas, SP: Editora Kíron, 2021.
- ALMEIDA, J. H. Breve análise sobre as doutrinas e profecias do Padre Felismino. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS)**, Aracaju, n. 36, p. 145-153, 01 ago. 2007a.
- ALMEIDA, J. H. **Um padre à margem da História: trajetória do Padre Felismino da Costa Fontes em Frei Paulo/SE**. 2007. Monografia (Especialização em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007b.
- ALMEIDA, João Hélio de. **Carira**. 2. ed. Aracaju: J. Andrade, 2000.
- ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil – Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado. *In*: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 105-142.
- ALTOÉ, Valentino. **O altar e o trono: um mapeamento das ideias políticas e dos conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil. (1840-1889)**. Niterói: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 1993.
- ALVES FILHO, Aluízio. Aspectos políticos e administrativos da formação e consolidação do Estado nacional brasileiro (1808-1889). **Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa, v. 8, n.1, mar. 2009. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642009000100011. Acesso em: 12 ago. 2020.
- ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes de. **Sob o olhar diligente do pastor: a igreja católica em Sergipe (1831-1926)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.
- AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2012.
- ARQUIVO HISTÓRICO NOSSA SENHORA DA PIEDADE. FERRARA, Fr. Venâncio di. Fim de todas as cousas o que devemos crear a este respeito. Sermões 1857-1878. Fundo História, Catequese Missionária e Oratórias. Cx. Ea – 6.1.
- ARTIÈRES, Phillippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em: 28 nov. 2021.

AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia**. São Paulo: Ática, 1978.

AZZI, Riolando. **O estado leigo e o Projeto Ultramontano**. São Paulo: Editora Paulus, 1994.

BALDINI, Lauro José Siqueira. **Verbetes Tríplice Aliança**. (Canal Enciclopédia virtual de análise do discurso) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 31 de janeiro de 2020, 1 vídeo (5:59 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xhxzLP7iolg>. Acesso em: 18 dez. 2021.

BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (org.); SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 24. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

BANDEIRA, Ulisses. **Necrológio dos Frades Capuchinhos da Bahia e Sergipe: Província Nossa Senhora da Piedade**. 2. ed. Salvador: Centro Cultural dos Capuchinhos, 2019.

BARATTO, Geselda. A descoberta do inconsciente e o percurso histórico de sua elaboração. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 74-87, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/f79DMNx9LYLj5NwQxHTyktf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **O discurso antiafricano na Bahia do século XIX**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Códigos, regras e ornamentos nos secretários, manuais e métodos de escrever cartas: a tradição luso-brasileira. **Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, Santiago de Compostela, v. 15, p. 79-106, 2011. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34625/1/Veredas15_artigo5.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

BARRETO, Raquel Goulart. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. **Teias Entrevista**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, p. 1-7, jan./dez., 2006. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Analise%20do%20Discurso%20-%20Eni%20Orlandi.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BERGER, Peter Ludwig. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERGER, Peter Ludwig. **O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2018.

BÍBLIA SAGRADA: tradução e edição autorizada da Bíblia Reina-Valera 1997 (RVR97). Rio de Janeiro: [s. n.], 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola (Série Estratégias de Ensino, n. 8.), 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2007. (Coleção Estudos 20).

BRANDÃO, Cláudio. **Lições de História do Direito Canônico e História do Direito em Perspectiva**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

BRAZIL. [CONSTITUIÇÃO DE 1824]. Conselho de Estado. **Projecto de Constituição para o Império do Brasil**. Organizado no Conselho de Estado sobre as Bases apresentadas por sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro I. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1823.

CARVALHO DÉDA, José de. **Brefaias e burundangas do Folclore Sergipano**. 2 ed. Editora Catavento, 2001.

CARVALHO, Vladimir Souza. O final do mundo pelo fogo. **Entre(laços) do Coração**, Aracaju, 05 agosto de 2008. Disponível em: <https://entrelacosdocoracao.com.br/2008/08/o-final-do-mundo-pelo-fogo/>. Acesso em: 15 out. 2021.

CARVALHO, Wladimir. **Santas Almas de Itabaiana Grande**. Itabaiana: Ed. O Serrano, 1973.

CASTRO, Selma. O discurso profético: ressacralização do espaço social. *In*: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1987. p. 29- 42.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Relatório Anual 2016**. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10182/1988858/Rel_Anual_2016.pdf. 2016. Acesso em: 14 jan. 2022.

CORRÊA, Manoel G. “O nome de Jeová é proteção”: uma análise do seu discurso. *In*: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1987. p. 53-63.

COSTA E SILVA, Cândido. **Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia**. Salvador: EDUFA, 2000.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Rodolfo Stavenhagen e a sociologia do subdesenvolvimento: colonialismo, classes sociais e estratificação interétnica. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s. l.], v. 04, n. 08, p. 07-38, jul./dez., 2016. Disponível em <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/224/110>. Acesso em: 15 fev. 2022.

COSTA, Vanderlei Marinho. **Uma história das crenças apocalípticas, messiânicas e milenaristas no contexto do movimento de Belo Monte (1874-1902)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19819/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Vanderlei%20Marinho%20Costa.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**: São Paulo: EDUFSCar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de Orientações Teóricas e Construção de Procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, [s. l.], v.1, n.1, p. 14-35, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>. Acesso em: 14 dez. 2021.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

COUTO, José Elysio de Carvalho. Resolução 1047. Parte Oficial. **Jornal do Aracaju**, Aracaju, 17 de março de 1877.

CUNHA, Tatiane Oliveira da. “**Práticas e Prédicas em nome de Cristo...**”: Capuchinhos na cruzada civilizatória em Sergipe (1874-1901). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Social, Salvador, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11756/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Tatiane%20O.%20Cunha.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

DANTAS, José Ibarê Costa. A política em Sergipe Provincial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1 n. 46, 2016. (Dossiê Sergipe Provincial). Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/1TB89bytucCMEONvmHTEkCMD1jhiGTF>. Acesso em: 11 fev. 2022.

DE ALMEIDA PEREIRA, K. M. O diabo em Antônio José da Silva, o Judeu. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 44–50, 2009. DOI: 10.17851/1982-3053.3.5.44-50. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/14007>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DE BONI, Luis Alberto. O estatuto jurídico das perseguições dos cristãos no Império Romano. **Transformação: Revista de Filosofia da Universidade Federal Paulista**, [s. l.], v. 37, p. 135-168, 2014. Edição Especial. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-3173201400ne000091>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/trans/a/YF9bbyQYs74GKMwJGRxJLxH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2022.

DELEMEAU, Jean. **A história do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Antônio Gonçalves Dias. **Canção do Tamoio**, 1843.

DIAS, Roberto Barros. **História da expulsão dos jesuítas da Capitania de Pernambuco e anexas (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) em 1759**: a disputa política e os domínios da educação. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2017.

DOBRORUKA, Vicente. **História e milenarismo**: ensaios sobre tempo, história e o milênio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

DUBY, George. **São Bernardo e a arte Cisterciense**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

EL-JAICK, Ana Paula; SOUSA, Sílvia Maria; MEDEIROS, Vanise. **Linguística I**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. v.2.

ENCICLOPÉDIA DIGITAL TEOLÓGICA LATINO-AMERICANA. Belo Horizonte: Fundação Biblioteca Nacional, [2014]. Disponível em:

http://teologicalatinoamericana.com/?page_id=12. Acesso em: 15 set. 2021.

EVANGELHO DE PEDRO. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Evangelho_de_Pedro. Acesso em 11 fev. 2022.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Azul, 2012.

FERNANDES, Rubem César. Religiões populares: uma visão parcial da literatura recente. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 3-26, 2º Semestre 1984. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-18/363-religoes-populares-uma-visao-parcial-da-literatura-recente/file>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FERRARA, Frei Venâncio Maria de. **Panegírico**. Salvador: Arquivo Histórico Nossa Senhora da Piedade (AHNSP), (Cx. Ea 6.1.) 1891b.

FERRARA, Venâncio. **Manuscrito**. *In*: **Livro de Registro das Missões (1712-1980)**. Salvador: Arquivo Histórico Nossa Senhora da Piedade (AHNSP), Cx. Ea-2., 1891a.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre. v. 24, n. 48, p. 17-34, jan./jun. 2010. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28575>. Acesso em: 2 ago. 2022.

FIORES, S.; GOFFI, T. **Dicionário de Espiritualidade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1993.

FOISIL, Madeleine. A escritura de foro íntimo. *In*: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**: da renascença ao século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 331-369.

FONTES, Felismino da Costa. **Conjunto de Cartas, 1890-1907**. Carta de Acervo do Sr. João de Oliveira. Frei Paulo, 1891.

FONTES, Felismino da Costa. **Conjunto de Cartas, 1890-1907**. Carta de Acervo do Sr. João de Oliveira. Frei Paulo, 1892.

FONTES, Felismino da Costa. **Conjunto de Cartas, 1890-1907**. Carta de Acervo do Sr. João de Oliveira. Frei Paulo, 1893.

FRANCO JÚNIOR. Hilário. **O Ano 1000**: tempo de medo ou de esperança? São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FREIRE, Laudelino. **Quadro Chorographico de Sergipe**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1898. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6725>. Acesso em: 23 fev. 2022.

FUNDO DO GOVERNO ARQUIEPISCOPAL. **Processo de Genere et moribus do habilitando Felismino da Costa Fontes de 1874**. Presidido pelo inquiridor Pedro Antônio de Campos, Série: Inquirição de Gêneres. Notação: Estante 1, Caixa: 5. Salvador: UCSAL. Arquivo do LEV, 1874a.

FUNDO DO GOVERNO ARQUIEPISCOPAL. **Processo de Inquirição de Gêneres do habilitando Felismino da Costa Fontes**. Órgão Solicitante: Câmara Eclesiástica, 1874. Arquivo do LEV, Estante 1. Caixa 5, 1874b.

FUNDO DO GOVERNO ARQUIEPISCOPAL. **Processo de Patrimônio do habilitando Felismino da Costa Fontes**. Órgão Solicitante: Câmara Eclesiástica, 1874. Arquivo do LEV, Estante 1. Caixa 16, 1874c.

FUNDO DO GOVERNO ARQUIEPISCOPAL. **Processo Vida et Moribus do habilitando Felismino da Costa Fontes**. Órgão Solicitante: Câmara Eclesiástica, 1874. Arquivo do LEV, Estante 1. Caixa 5, 1874d.

GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GILENO, C.; MEDEIROS, R. D. de. Do império à república: a influência do ultramontanismo de Joseph de Maistre no pensamento conservador católico brasileiro. **Estudos de Sociologia**, [s. l.], v. 26, n. 51, p. 785-803, 2021. DOI: 10.52780/res.15182. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/15182>. Acesso em: 23 dez. 2022.

GOMES, Evilene Viterbo. Clama itaque, clama, ne cesses: a trajetória do periódico O Apostolo em defesa da educação católica. **PLURA: Revista de Estudos de Religião**, v. 11, n. 1, p. 80-98, 2020. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1729/1356>. Acesso em: 24 jan. 2022.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Editora Pogentti, 1925.

GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro, desembargador (org.). Catálogo de Jornaes, Revistas outras publicações periódicas (1832-1908) do Estado de Sergipe, 1908. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju: Estado de Sergipe, 1908.

HAUCK, João Fagundes *et al.* A Igreja na emancipação (1808-1840). In: HAUCK, João Fagundes *et al.* **História da Igreja no Brasil: a Igreja no Brasil no século XIX**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014. p. 11-38.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**. Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p.21-54

HOEKEMA, Antony A. **A Bíblia e o futuro**. 3. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

HORBACH. Carlos Bastide. O parlamentarismo no Império do Brasil (II): representação e democracia. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], v. 44, n. 174, abr./jun. 2007, pp. 213-231, disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/141153>. Acesso em: 12 ago. 2022.

HORSLEY, Richard A; HANSON, John S. **Bandidos, Profetas e Messias: movimentos populares no tempo de Jesus**. São Paulo: Paulus, 1995.

IMPERIO DO BRAZIL. **Lei de 1823**. Declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brasil até 25 de Abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquela data em diante, e os decretos das Cortes Portuguezas que são especificados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM....-20-10-1823.htm#:~:text=LEI%20DE%2020%20DE%20OUTUBRO,Cortes%20Portuguezas%20que%20s%C3%A3o%20especificados. Acesso em: 17 jan. 2022.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil/ Sergipe/Frei Paulo**: História & fotos. c2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/frei-paulo/historico>. Acesso em: 09 ago. 2022.

JACOBINA, Ronaldo. **O asilo na Constituição da Psiquiatria na Bahia (1874-1911)**. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

JORNAL CIDADE DO SALVADOR. **Festividade**. Coluna A Pedidos. Anno I, n.170, 19 de julho de 1897.

JORNAL D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 1919.

JORNAL DO ARACAJÚ, SE, 05 de setembro de 1877, ANNO VIII, n.835.

JORNAL DO ARACAJÚ, SE, 20 de fevereiro de 1878, ANNO IX, n. 926.

JORNAL DO COMMERCIO, 1º de janeiro de 1919.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**: obra completa. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1992.

KARL, Marx; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KARSBURG, Alexandre. Os apóstolos do sertão brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 51-64, janeiro-junho, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/DSg9hJ9Ms7tjbW9tVfyNNby/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2022.

LACERDA DE MELO, R. O.; PASSOS SUBRINHO, J. M.; FEITOSA, C. O. Indústria e desenvolvimento em Sergipe. **Revista econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 02, p. 331-343, 2009. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/issue/view/50>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. 14. ed. São Paulo: Editora Record, 2001.

LESBAUPIN, Ivo. Marxismo e Religião. In: TEIXEIRA, Faustino (org). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LUCCHESI, Marco. A. **O prefácio de Deus**: a estruturação do empíreo dantesco. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

MACHADO, Bruno Focas Vieira. Saussure, o discurso e o real da língua: entre a linguística e a psicanálise. **Alfa**: Revista Linguística, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 271-286, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4177>. Acesso em: 22 jan. 2011.

MACHADO, Manoel Cabral. **O mundo de Carvalho Déda**: vida e obra. Sergipe: DVD-Rom, 2008.

MARINO, Frei Gregório de S. Os Capuchinhos na Bahia. *In*: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 1., 1950, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950a. v. IV.

MARINO, Frei Gregório de S. **Os Capuchinhos na Bahia**. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1950. v. IV.

MARINO, Frei Gregório de S. Primeira Reunião do Episcopado Brasileiro, em 1890. Capuchinhos na Bahia: fontes históricas. *In*: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 1., 1950, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950b. p. 510-586. v. IV.

MARIZ, Cecília Loreto. A sociologia da religião de Max Weber. *In*: TEIXEIRA, Faustino (org). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja**: de Lutero a nossos dias. IV – A era contemporânea. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MATOS NETO, Antônio Porfírio. **História de Frei Paulo**. Aracaju: J. Andrade, 1999.

MATTOS, L. C. *et al.* A saga do algodão no semiárido nordestino: histórico, declínio e as perspectivas de base agroecológica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: controvérsias e abordagens, [s. l.], v. 55, p. 556-580, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/72576>. Acesso em: 30 jan. 2022.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: histórias e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia e à língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

MELO, Ivan Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna**: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, [s. l.], 05, n. 11, p. 1-18, 2º semestre de 2009. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

MELO, José Marques de (org). **Imprensa Brasileira**: Personagens que fizeram história. São Paulo: Universidade Metodista, 2009.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Revolta do Quebra-quilos**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

MOREL, Marco. **Imprensa Periódica no século XIX**. (Rede de Memória Virtual Brasileira). Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2022. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/imprensa/imprensa-periodica-no-seculo-xix/> Acesso em: 15 mar. 2022.

MUSSALIN, Fernanda. Análise do Discurso. *In*: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 8. ed. São Paulo: Cortez, v. 2, 2012. p.113-166.

NASCIMENTO, Cláudio Reichert do. Joaquim de Fiore: Trindade, história e milenarismo. *In*: ROSSATTO, Noeli Dutra (org.). **Mística e milenarismo na Idade Média**. **Revista Mirabilia**, [s. l.], n. 14, p. 81-99, jan.-jun. 2012. Disponível em: https://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2012_01_04.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

OLIVEIRA, Eric Nilson da Costa. A economia do algodão no nordeste brasileiro. VI Congresso Sergipano de História. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPHU/SE, 6., 2018, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: ANPUH/SE. p. 1-18. Disponível em: http://www.encontro2018.se.anpuh.org/resources/anais/8/1540860966_ARQUIVO_AEconomiadoAlgodaoNoNordesteARTIGO.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

OLIVEIRA, João Alves de. **Nossa memória: Frei Paulo: sua gente, sua história**. 2. ed. (melhorada), Frei Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Marlon Anderson de. **Catolicismo popular e a Igreja Romana**. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). **Palavra, fé, poder**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020a.

ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas, Editora Pontes, 2020b.

ORLANDI, Eni. Tipologia de discurso e regras conversacionais. *In*: ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2011. p. 149-176.

PAPA LEÃO XIII. **Carta Encíclica Immortale Dei**. Carta encíclica Immortale Dei do Sumo Pontífice papa leão XIII a todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a sé apostólica sobre a constituição cristã dos estados. Roma, em S. Pedro, a 1º de novembro de 1885, oitavo ano do

Nosso Pontificado. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei.html. Acesso em: 12 fev. 2022.

PAPA PIO IX. **Litterae Apostolicae Religiosas Regularium**. Roma em São Pedro, 1870, vigésimo quarto ano de Nosso Pontificado. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/la/documents/litterae-apostolicae-religiosas-regularium-23-februarii-1870.html>. Acesso em: 29 dez. 2021.

PASSOS SUBRINHO, J. M. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014a. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5 ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2014b.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014. p.159-250.

PIERUCCI, A. F. "Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10021>. Acesso em: 19 dez. 2021.

PIOVEZANI, Carlos; SILVEIRA, Allice Toledo Lima da. O valor de Saussure para os estudos do discurso. **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 44, p. 1066-1086, set-dez. 2017.

PORÉM. In: WIKCIONÁRIO, o dicionário livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wiktionary.org/w/index.php?title=por%C3%A9m&oldid=2609877>. Acesso em: 30 jan. 2021.

PORTELLI, Alessandro. **História oral** como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRATA, Gervásio. Monsenhor Daltro: discurso pronunciado na festa de inauguração do bronze que perpetua a efígie do Monsenhor na praça que tem o seu nome na praça do Lagarto. **Revista da Academia Sergipana de Letras**, Aracaju, n. 13, p. 21-29, agosto de 1948.

PRATA, Gervásio. **O Lagarto Que Eu Vi**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1943.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **O Messianismo no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2003.

RIBEIRO, Emanuela Souza. Convergências entre modernidade e romanização do catolicismo no Brasil da primeira República. In: BRANDÃO, Sylvana; MARQUES, Luiz Carlos Luz; CABRAL, Newton Darwin de (org.). **História das religiões**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. v. 4.

RIOS, Venézia Durando Braga. **O Asylo de São João de Deos: as faces da loucura**. São Paulo: PUC, 2006.

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

ROMAN, Elódia Constantino; BENÇAL, Dayme Rosane. O português brasileiro do século XIX nas cartas da Baronesa de Guaraúna e da Imperatriz Theresa. **Língua e Letras**, [s. l.], v.13, n. 24, p. 197-240, 2012.

ROSSATTO, Noeli Dutra. **Joaquim de Fiore**: Trindade e Nova Era. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SANCHIS, Pierre. A Contribuição de Emile Durkheim. *In*: TEIXEIRA, Faustino (org.). **Sociologia da religião: enfoques teóricos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SANTANA, Antônio Samarone de. As profecias do padre Felismino. **93 Notícias.com.br**, Itabaiana, 14 dezembro 2020. Disponível em: <https://93noticias.com.br/noticia/53735/as-profecias-do-padre-felismino-por-antonio-samarone>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SANTANA, Glêyse Santos. **No Jardim do Bem e do Mal: heterodoxias de um profeta do sertão**. 2007. Monografia (Especialização em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SANTOS, Claudefranclin Monteiro. O Padre e o Beato: passagem de Antônio Conselheiro pela Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (século XIX). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL – Testemunhos História e Política, 10., Recife. **Anais** [...]. Recife: UFPE. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270583024_ARQUIVO_OPADREEBEATO.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

SANTOS, José Wilson Moura. **A feira e o ensino de História: caderno de sequências didáticas a partir da feira de Itabaiana/SE**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SEBRÃO SOBRINHO, José. **Fragments da História de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1972.

SETZER, Raquel. Os homens estão criando um mundo que Deus não quer: contradição e conflito no discurso religioso. *In*: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1987. p. 91-102.

SICRE DÍAZ, José Luis. **Introdução ao profetismo bíblico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SILVA, Antônio José da. **As comédias de Antônio José, o Judeu**. Introdução de Paulo Roberto Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: Editora UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo, 2008.

SOUZA, Cristina Ferreira Santos de. **Piedade e reforma católica na Bahia**: a atuação dos Frades Menores Capuchinhos (1889-1924). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. **Revista USP Almanack Brasiliense**, São Paulo, n. 8, nov. 2008. (Informes de Pesquisa). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/issue/view/849>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Kátia Maria Araújo. **As missões capuchinhas no Baixo São Francisco sergipano**: o altar e o trono no período colonial (séculos XVII-XVIII). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SOUZA, Michael Dionísio. **O Direito Canônico e a Ordem Jurídica do Brasil**: da lei da boa razão ao código de 1916. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36400/R%20-%20D%20-%20MICHAEL%20DIONISIO%20DE%20SOUZA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 jan. 2021.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Classes Sociais e Estratificação Social. *In*: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (org.). **Sociologia e Sociedade**: leituras de introdução a Sociologia. São Paulo: Editora LTC, 1977. p. 134-147.

STURZ, R. J. Papado. *In*: ELWELL, Walter A. (ed.). **Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2003. p. 91-95. v. III.

TANNO, Janete Liko. Cartas de presos políticos e de seus familiares: violência e atuação feminina no Governo Vargas (1930- 1945). **Patrimônio e Memória**, Assis, v.1 n.1, p. 45-55, 2005.

TINÔCO, Antônio Luiz. **Código criminal do Império do Brasil anotado**. Ed. fac-sim Brasília: Senado Federal, 2003. (Coleção história do direito brasileiro).

ULTRAMONTANISMO. *In*: INFOPÉDIA. Porto: Porto Editora, 2003-2002. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$ultramontanismo](https://www.infopedia.pt/$ultramontanismo). Acesso em: 15 jan. 2022.

URBANO, H. Marcadores conversacionais. *In*: PRETI, D. (org.). **Análise de textos orais**. 3. ed. São Paulo: Humanitas Publicações, 1997. p. 81-101.

VICENZI, Eduardo. Psicanálise e linguística estrutural: as relações entre as concepções de linguagem e de significação de Saussure e Lacan. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XII, n. 1, p. 27-40, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/JZR4xnCBZTCrHnhSbNyNGHD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2022.

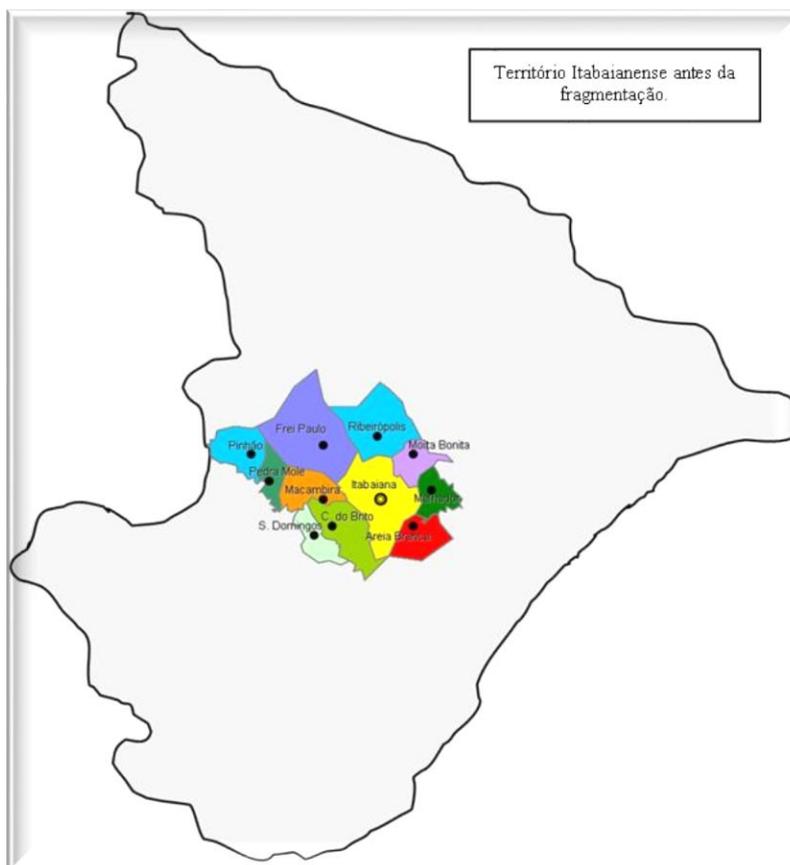
WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da Sociologia Compreensiva 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000 (2009) reimpressão. v. 1.

ZAGHENI, Guido. **A idade contemporânea**: Curso da História da Igreja IV. São Paulo: Paulus, 1999.

ANEXO A – MONSENHOR JOÃO BATISTA DE CARVALHO DALTRO (1828 -1910)

Fonte: <http://historiaeculturadelagarto.blogspot.com/>

ANEXO B – TERRITÓRIO DE ITABAIANA EM 1878

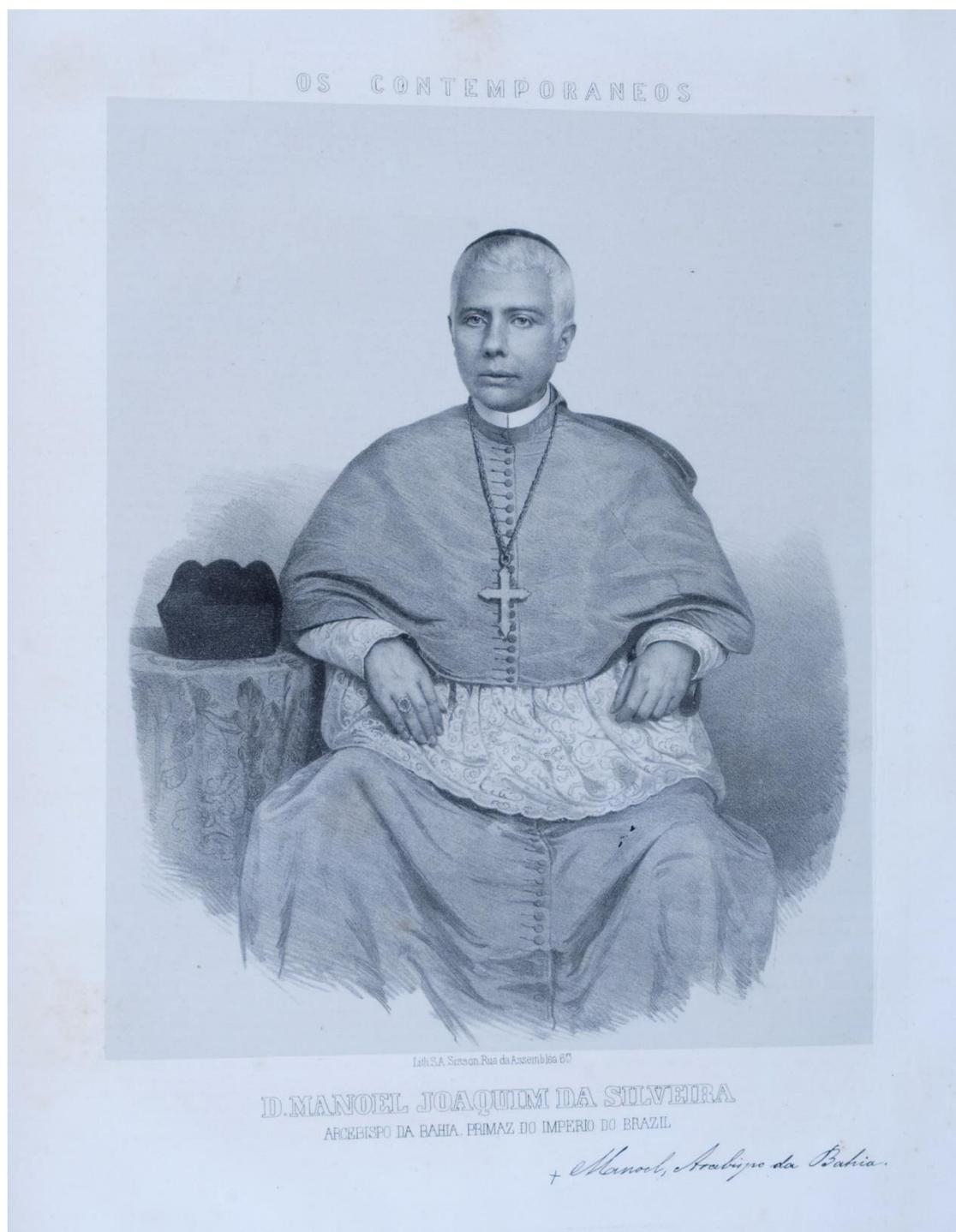


Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Territ%C3%B3rio_itabaianense.jpg

ANEXO C – ASILO SÃO JOÃO DE DEUS



Fonte: Bahia Ilustrada (1918)

ANEXO D – DOM MANOEL JOAQUIM DA SILVEIRA

Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:D._Manoel_Joaquim_da_Silveira_-_Arcebispo_da_Bahia_-_primaz_do_Imperio_do_Brazil.jpg

ANEXO E – MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO E ALMAS DE ITABAIANA



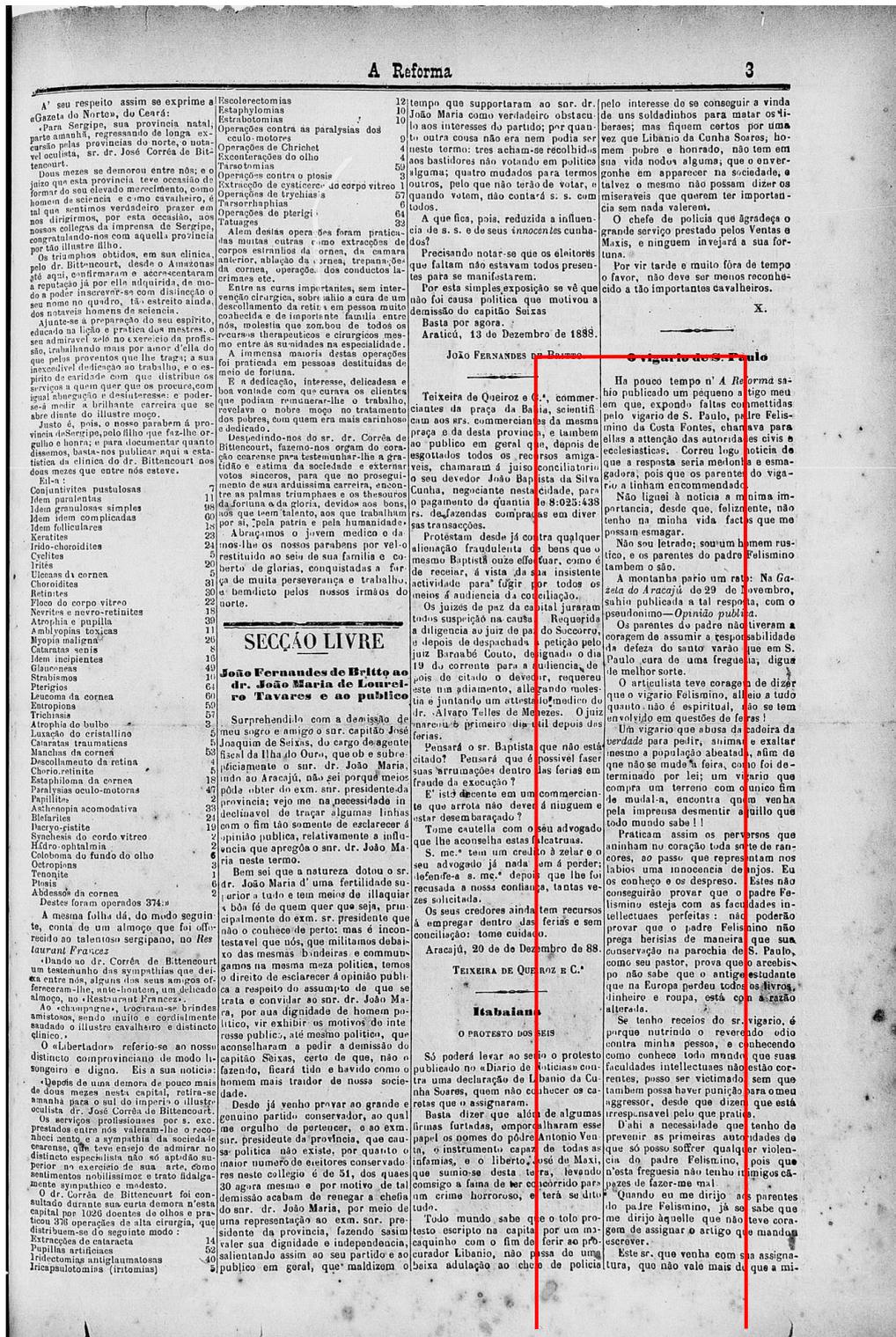
Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Matriz_de_Santo_Ant%C3%B4nio_%28Tiradentes%29

ANEXO F – IGREJA MATRIZ DE SÃO PAULO (FREI PAULO)

Fonte: Prefeitura de Frei Paulo

ANEXO G - JORNAL A REFORMA : ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL (SE) - 1888 (PARTE 1)



Fonte:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=813044&pesq=%22felismino%20da%20costa%20fontes%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=345(continua)

ANEXO H – JORNAL A REFORMA : ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL (SE) – 1888
(PARTE 2)

4

A Reforma

nis, atacar-me, para ter a devida respectiva.

Então o publico ficará inteirado de certos factos d'ou e se colligirá quem nesto mundo pode ser considerado peverso.

S. Paulo, 15 de Dezembro de 1888.
JOÃO TA
ANES DA MOTTA.

O Mané molle em scena

Ha muito jisia no pó das cousas imprestáveis o eslruxalo despacho, que «A Reforma» publicou em uma de suas edições de Setembro, e só agora manifestaram o seu autor (pois elle por si nada delibera) vir dizer pela imprensa que o archi-pedantesco producto do seu inimitavel engenho não foi copiado fialmente. Eis aqui o que se chama fuma contestação ás direitas, embora sem razão de ser.

o merito scientifico do picaresco juiz está gravado em tão solidos monumentos que bem dispensava asseverar não ser de sua lavra o bestiallogico lido no recinto da Assembléa sob descargas de gargalhadas e que nos circulos de seus admiradores provocou os mais chistuos commentarios.

Confiançam-se os zoilos ante a certeza de que não foi fiel a copia do despacho modello; o seu prolator assim disse e as suas palavras tem o inapreciavel valor de suas opiniões.

Graves erros commetteram os dres. Evangelino e Guarani. Estes sim, não comprehenderam a subtilidade da obra da qual se extrahio para correr mundo com o artiguete da Gazeta o grande parvoice de que o marido em concubinato não commette adulterio, estando separado da legitima mulher. E como ninguem quer ficar só em seus dislates vem o portentoso jurista com o desembaraço congenito ao seu caracter affirmar que o dr. Guarani sustentou no seu despacho ser mais grave o adulterio commettido pelo marido, do que o commettido pela esposa.

Fosse isto verdade e não competeria com a menor das muitas heresias do juiz para quem a justiça até hoje ainda não passou de um puro ideal.

E' certo que o dr. Guarani teve de combater muita theoria extravagante, muito paradoxo detestavel, e nesse improbo trabalho esforçou se por mostrar o erro dos que doutrinaem que o adulterio não deve ser passavel ou saneção penal dos coligos. E porque no caso dado figurava o marido como agente criminoso, elle disse—que o adulterio era sempre um crime, quer commettido pelo marido, quer pela mulher, acrescentando que signio uo celebre jurisconsulto belga, muitas legislações antigas consideravam mais grave este crime quando commettido pelo marido.

Ora, a proposição attribuida com a requintada má fé ao dr. Guarani seria de facto insustentavel, si elle a quizesse apoiar nas disposições do código criminal, mas nunca impurtaria uma sandice, cujo privilegio pertence somente aos idiotas atacados da monomania do saber.

Estes credulos enfermas, sim, é que podem assnar impunemente, porque quem os explora, alimenta-lhes a vaidade, preenchiendo o descommunalta lento; e elles accetam ingenuamente a ironia como se fosse a expressão da verdade.

E por isso nada é para admirar que um destes pobres de espirito, convencido philospho da escola epicarista, ande por sua vez blasonando no meio do seu poviléo, que em breve será nome do juiz de direito e em seguida chefe de policia do Rio Grande do Norte. Em verdade o seraphico ministro da justiça não praticaria na admistracão de sua pasta um acto que mais o recommendasse a posteridade.

A elle pois, e felizes os povos a quem vai ser conferida tão alta mercê.

ANNUNCIOS

Vende-se uma casa edificada de novo, em fins de construcção, em terrenos proprios, sita á rua do Socorro desta cidade, bem edificada, com lagado na frente, propria para moradia de familia, para tratar na rua da Aurora, com Ararutes.

Aracajú 22 de Setembro de 88

LIVROS EM BRANCO

Vende-se por barato preço dois livros, sendo um de formato grande, papel mapá, com 100 folhas, e outro de formato commum e papel de primeira qualidade com 200. Quem os pretender dirija-se á loja de João Martins Junior & Irmãos, á rua de Larangeiras.

MEDICO

O Dr. Daniel Campos—pode ser procurado para os misteres de sua profissão, em casa de sua residencia á qualquer hora do dia e da noite á

RUA DE JAPARATUBA

PREVENÇÃO

Jacundo do Rosário Montalvão previne a todas as pessoas desta capital e desta provincia, que não comprehendem em transacção alguma um religio de ouro, remountar, marcado na tampa que cobre o mostrador com as iniciais de seu nome—J. R. M., cujas letras são entrelaçadas, e cujo religio perdur no dia 30 do corrente mez, na estrada que fica em frente á fabrica de tecidos de Cruz & C.

Gratifica generosamente a pessoa que o vier entregar.

Aracajú, 23 de Novembro de 1888.

Na Pharmacia Central de Simeão Motta encontra-se sempre grande quantidade de medicamentos dos melhores fabricantes inglezes, francezes e americanos, verla-leiras especiais, muitos d'elles pouco conhecidos nesta cidade e para os quaes chama a attenção dos srts. medicos.

Na mesma pharmacia aviam se receitas com todo acuo, cuidado e por preços modicos.

Não se substituem medicamentos.

POUCO AGRADO

E

Muita sinceridade

Agua mineral de Pullna, de Pougues, de Vidago e de Vichy (natural).
Elixir chalydro-pepsico de Grey.
Elixir estético de Tey.
Elixir cabeça de negro.
Elixir poly-bromurado de Baudry (bromureto de potassio, sodio e de amonhoio).
Capsula de Mothes, Bretonneau, Midy, Rasuin, Apioi e outros.

Pilulas tonicopurgativas de taurina.
Vinho de coca de Chevrier.
Vinho Arand.
Vinho de lacto-phosphato de cal de Defresne.
Vinho anti-gottoso e anti-rheumatico do dr. Anduran.
Vinho do Mollier.
Xarope pectoral de Lamoroux.
Xarope de Cambará.
Xarope de Router u.º 2.
Cajurubeba.
Sulfato de quinoio (inglez e francez).
Injecção Cadet.
Arseniato de quinoio.
Salyciato de quinoio.
Citrato de cafeina.
Chlorhydrato de cocaina.
Eserina.
Granulos dosimetricos de aconitina, arseniato de quinoio, piperina, citrato de cafeina, digitalina, calomelanos, chlorhydrato de morfina, camphora monobromada, sulfureto de calcium arseniato de strichuina etc.
Tem muitas outras especialidades que seria fastidioso enumerar.

RUA DE JAPARATUBA

PHARMACIA

DE

Simeão Motta

CASA A VENDA

Basilcio P. d'Cliveira vende uma casa na rua de Maroim, desta cidade, em terreno proprio, a tracta exacta ao sr. José Alves da Costa, sera' por este bem gratificada.

Aracajú, 1.º de Agosto de 1888.

SERGIPE INDUSTRIAL

FABRICA DE TECIDOS E FIACAO

No Aracajú

DE

CRUZ & COMP.ª

Preços de saccos para assucar na corrente safra

De 1 metro e 90 centimetros	420 rs.
» 1 » 80 »	400
» 1 » 70 »	380
» 1 » 60 »	370

CONDIÇÕES

Ac commercio é concedida uma commissão de 5 % pro labore sob coadição absoluta do pagamento dentro do prazo de 60 dias. Pelo pagamento no acto da compra 3 % de desconto.

PREÇOS DAS FAZENDAS

Trançado marca—Preferido e Phantazia—de 25 polegadas 360 rs. o metro.
Liso de 1.º, marca Camponez, 300 rs. o metro.
Liso de 2.º, 260 rs. o metro.
Riscados 560 rs. o metro.
Fazenda mais larga 10 rs. por cada polegada que exceda a 25.

CONDIÇÕES

Desconto de 25 % na fazenda branca e 35 % nos riscados.
Pagamento no acto da compra 2 % mais.

Typographia do «Echo Liberal»—Rua da Japaratuba

JOSÉ R. BASTOS COELHO
ACABA DE RECEBER DE RECTAMENTE
DE LIVERPOOL
Os seguintes generos

Biscuitos finos em latas de fantasia proprias para presentes.
Ginger em 1/2 garrafas.
Cognac Heumesey.
Lagostas.
Salmao.
Ovas de bacalháo.
Canela muida em latas de 1 e 2 libras.
Ervilhas.
Sardinhas de 1.ª qualidade.
Mortadella.
Presuntos.
Manteiga de 1.ª qualidade.
Chá perla preto e verde.
Cavalinha.
Farinha de milho em pacotes de 1 libra.
Conservas em frascos e meios frascos.
Molho inglez e pimentas da India.
Estes generos assim como todos os mais pertencentes ao negocio de molhos, sendo por atacado e a retalho sem competencia em preços.
Novembro—24—1888.

RUA DE LARANGEIRAS N.º 16

Um hospede do Hotel Brazil, residente na Côte, perdeu no mesmo Hotel ou d'este a loja de cabelleireiro do sr. José Pedro Maia um rico annol de brilhantes, seguro em quatro garas. Quem tiver achado, ou d'elle der noticia exacta ao sr. José Alves da Costa, sera' por este bem gratificada.

Fonte:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=813044&pesq=%22felismino%20da%20costa%20fontes%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=346>

ANEXO I – DOM ROMUALDO ANTÔNIO DE SEIXAS

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Romualdo_Ant%C3%B4nio_de_Seixas

ANEXO J - CARTA DE 20 DE JULHO DE 1890

em não ser acreditado pelos Padres e o Summo Pontífice da Igreja judaica ou da Sinagoga, e que nenhum crime teve o mesmo Profeta em todas as horribéis consequências da descrença dos Sacerdotes e do povo. João Baptista, como Precursor cumpriu o seu ministerio no meio de contradicções, e foi fiel e perseverante até o fim, e é porisso que elle tem sido venerado como o grande Profeta do Antepino, e o glorioso Martyr pela causa da justiça e da Verdade. Se isto for immutavel, eu terei contra mim o braço vingador da justiça Divina, que nunca poupa aos intusos e imbueteiros; porem se eu sou escolhido por Deus para cumprir um ministerio extraordinario obriço foz do Todopoderoso ha de abater a todos os soberbos descrentes, que se oppuserem. Tudo se ha de cumprir na contradicção e na guerra, e tudo vai marchando conforme eu tenha conjecturado e avisado aos meus ouvintes. Não ha mais remedio para o grande mal social: Só Deus pela sua segunda vinda pode regenerar sem salvar os peccados e as nações.

S. Paulo 25 de julho de 1890.

Adendo

o dia em que escrevi este officio não tinha bem comprehendido a profecia de Daniel; mas ao depois notei que não só o Santo Sacrificio da Missa tinha sido abolido por Deus, como ainda tinha sido posto em seu lugar pelo Antichristo a abominação para a desolação, como se vê claramente nas palavras da dita profecia: Muitos serão recolhidos, e serão branqueados, e serão provados como pelo fogo; e os impios obrarão como impios, e nenhum impio terá intelligencia; mas terão os doutos. E desde o tempo em que o sacrificio perpetuo for abolido, e a abominação para a desolação for posta, se passarão mil trezentos e noventa dias. Bemaventurado aquelle que espera e chega até mil trezentos e trinta e cinco dias. Livro de Daniel. Cap. 12. v. 12, 13, 14.

Se me perguntarem sobre o tempo destes successos, eu lhes responderei que segundo a veneravel profecia de S. Bernardo a Missa foi abolido desta o anno de 84, em que se acabou o vinho e o trigo, isto é, em que

ANEXO K – DOM ANTÔNIO DE MACEDO COSTA (1830 - 1891)

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_de_Macedo_Costa

ANEXO L – CARTA DE 20 DE FEVEREIRO DE 1892

germinar a corrupção devem ser justamente perseguidos pela
 sociedade. No fim do mundo os falsos christos e falsos profetas
 capitaneados pelo Antichristo por sua grande influencia na so-
 ciedade, motivada pelos seus embustes diabolicos, e pelos seus
 falsos prodigios e maravilhosos fazem segundo a Historia
 Santa, do poder ecclesiastico e civil um verdadeiro flagello para
 affligir e atormentar o unico pregador da verdade com seus
 fiéis discipulos. De vossa vóz e por escripto o pregador do fim
 do mundo tem apontado e desmascarado a soberba satânica
 e hypochiria infernal do Antichristo, que nestes ultimos annos
 a força de signais e prodigios mentirosos tem sido adorado, e
 tem assentado no templo de Deus se estendendo como se fosse
 de Deus! Eis por que sem privia de cuspão, e sem ser comen-
 cto de doutrina erranea, o pregador, que bariado nas Sagra-
 das Escripturas e na tradição dos Santos Padres, annunciava
 os extraordinarios successos phisicos e morais que tem affli-
 ctado e afflicto aos povos são perseguidos do quizo Eni-
 sal e do Ruinado de mil annos, e inclusive pelo braço eccle-
 siastico e civil no Orlyto dos doudos, e os seus fiéis discipulos
 manifestados e espancados são lançados nos carcerees pu-
 blicos! Na verdade no tempo do Antichristo não pode
 resparar quem não o considera como sua divindade! Oh!
 gratuitos e maliciosos adversarios ja vós esquestes de
 queis segundo o orylo do apontado Deus em seus atos so-
 brios e maravilhosos costumava escolher o que no mundo é consi-
 derado loucura para confundir os sabios, e empregar o
 que ha de mais fraco no mundo para o abater o que ha
 de mais forte?! Vós esquestes da revelação do Todo poder-
 roso = *Gloriam meam alteri non dabo* = Eu não dari
 a minha gloria a ne nhum outro?! Vós esquestes de toda
 a historia do genero humano, em que Deus letora da sua
 gloria e soberania absoluta revela a sua complacencia em aba-
 ter os orgulhosos e exaltar os humildes?! Oh Antichristo, engaste

ANEXO M – CARTA DE 15 DE NOVEMBRO DE 1891

4-1
 graça omnipotente, conforme nos foi revelado pelo nosso eterno Salvador, quando Elle disse para Maria Magdalena: Muitos peccados lhe serão perdoados, porque me amou muito. Nosso Senhor Jesus Christo é o camião personificado e vivo da nossa Religião Divina; assim como o Sol material é o centro da luz e do calor para o universo visivel, do mesmo modo Jesus é o verdadeiro Sol Espiritual, que illumina as intelligencias, e a quece os corações dos homens de boa vontade. Tudo o queillo que nos aparta da fé e do amor de Jesus, Verdadeiro Deus, e verdadeiro homem, deve ser inteiramente rejeitado: considerado debaixo deste ponto de vista é celeste a minha missão de pregador do fim do mundo; porquanto nestes dias terriveis, que atravesamos, todos aquelles que rejeitaram a minha verdadeira pregação do fim do mundo, actualmente nada creem, duvidam de tudo, tem o coração devedido, e as palavras e no comportamento revelam que um resto de religião, que elles affectam, não passa de uma conveniencia social, e aquelles, que mais fervoros se mostram em odiar e perseguir o pregador do fim do mundo e os seus discipulos, são os mais esasperados, e esasperações, que de repaõ ver o mundo inteiro prostrado diante de Satanás na pessoa e principiaes agentes do Antichristo, o mais horrivel e perversissimo (digo) perversissimo inimigo da Divindade de Jesus, e de sua revelação escripta e tradicional, e de seus fieis servos: Diriamos, o adversarios, como se poderá crer em Deus descrendo de sua Infinita Perfeição, e de suas obras? Como se poderá crer em Jesus Christo, Deus e homem verdadeiro, descrendo de sua palavra escripta e tradicional? Minha pregação é fundada nas Sagradas Escripturas, guardadas e conservadas no Seio da S. Igreja, como a verdadeira palavra de Deus, logo a descrença na minha pregação é a descrença na palavra de Deus. Dirão os adversarios: As Escripturas Sagradas não podem ser interpretadas por qualquer, Deus constituiu uma authoridade infallivel para determinar de um modo obrigatorio o sentido verdadeiro de sua Santa palavra. Respondamos que não nos resta duvida de que Deus nunca abandonará a sua causa ás volubilidades das opiniões individuaes, e que sobre a questão do fim do mundo o que mais convem reflectir-se é sobre as antigas profecias dos Santos Padres, que jamais foram condemnadas pela S. Igreja, as quaes nos avizão que no ultimos annos proximos á Vinda gloriosa de Nosso Senhor Jesus Christo a S. Igreja batida pela mais violenta satânica e infernal perseguição do Antichristo não desapareceria, porque seria sustentada pelas pregações e exemplos de penitencia de Elias e Henoch: Combinai esta tradição com uma antiga profecia (que se supõe apostolica)

ANEXO O - JORNAL CIDADE DO SALVADOR (BA) - 1897

CIDADE DO SALVADOR

ENTRE PRINCIPES

PADRE ANTONIO VIEIRA
Hontem, as 8 horas e meia da noite, realizou-se a 1.ª conferencia...

NO RESULTADO GIMICO

Na Academia de sciencias de Paris, sr. Masson fez uma communicacao da mais alta importancia...

BIBLIOTECA

Recebemos agradecidos a Relatorio da direccao do Instituto de Medicina e Hygiene...

TELEGRAMMA DO PAIS

Dr. sr. Luiz José Marques teve hoje a gentileza de mandar-nos o nosso escripto...

DEBASTAR

No sabado ultimo, as 12 horas da noite, quando se achava a presidente Antonio de Aguiar...

SENADO

Ante-hontem, ao meio dia, presentou-se ao senado o projecto de lei de 24 de Maio...

UN FANTASIO E EXTRAVAGANCIAS

Notamos ha alguns dias a horrivel descompostura que se fez na rua de São Antonio...

INSPECTORIA GERAL DE HYGIENE

Foi registrada nesta data a carta do pharmaceutico do Maranhão Sr. Manoel Cardoso...

A VILLA DE JEQUIE

Foi já sancionada a lei, que elevou a villa de Jequié a categoria de Municipio...

BANDO PRECATORIO

Os funcionarios municipaes, reunidos em assembléa no dia 2.º de Fevereiro...

AGRADEÇA O GOVERNADOR

Agreda o sr. governador e seus conselheiros, a paz e o tranquillo publico...

EXTRAORDINARIAMENTE

Extraordinariamente se apresenta a seguinte noticia: o sr. governador a prova de confiança...

DELEGAÇÃO FISCAL

O thesouro da Caixa Economica recollida a delegacia fiscal a quantia de 748\$907...

ELEIÇÃO MUNICIPAL

Damos em seguida o resultado da eleição precedida honra, por preenchimento das vagas...

LABORATORIO MUNICIPAL

Ha dias tornamos o acto alligante de nos darmos a conhecer ao Laboratorio Municipal...

CREMIO LITTERARIO

Em semana finda foi frequentada a biblioteca desse cremio, por 690 leitores...

GAZ ACEITEIRO

Sobretudo tivemos occasião de apreciar a experiencia do sr. Wm. Ribeiro...

VARIEADES

O rãgo acabado Ha o sol decambava no occaso e as nuvens da vida vesperina...

BANDO PRECATORIO

Dr. Manuel de Assis Souza, dr. Luiz José de Oliveira, Joaquim Ribeiro de Oliveira...

AGRADEÇA O GOVERNADOR

Agreda o sr. governador e seus conselheiros, a paz e o tranquillo publico...

EXTRAORDINARIAMENTE

Extraordinariamente se apresenta a seguinte noticia: o sr. governador a prova de confiança...

DELEGAÇÃO FISCAL

O thesouro da Caixa Economica recollida a delegacia fiscal a quantia de 748\$907...

ELEIÇÃO MUNICIPAL

Damos em seguida o resultado da eleição precedida honra, por preenchimento das vagas...

LABORATORIO MUNICIPAL

Ha dias tornamos o acto alligante de nos darmos a conhecer ao Laboratorio Municipal...

CREMIO LITTERARIO

Em semana finda foi frequentada a biblioteca desse cremio, por 690 leitores...

GAZ ACEITEIRO

Sobretudo tivemos occasião de apreciar a experiencia do sr. Wm. Ribeiro...

VARIEADES

O rãgo acabado Ha o sol decambava no occaso e as nuvens da vida vesperina...

BANDO PRECATORIO

Dr. Manuel de Assis Souza, dr. Luiz José de Oliveira, Joaquim Ribeiro de Oliveira...

AGRADEÇA O GOVERNADOR

Agreda o sr. governador e seus conselheiros, a paz e o tranquillo publico...

EXTRAORDINARIAMENTE

Extraordinariamente se apresenta a seguinte noticia: o sr. governador a prova de confiança...

DELEGAÇÃO FISCAL

O thesouro da Caixa Economica recollida a delegacia fiscal a quantia de 748\$907...

ELEIÇÃO MUNICIPAL

Damos em seguida o resultado da eleição precedida honra, por preenchimento das vagas...

LABORATORIO MUNICIPAL

Ha dias tornamos o acto alligante de nos darmos a conhecer ao Laboratorio Municipal...

CREMIO LITTERARIO

Em semana finda foi frequentada a biblioteca desse cremio, por 690 leitores...

GAZ ACEITEIRO

Sobretudo tivemos occasião de apreciar a experiencia do sr. Wm. Ribeiro...

VARIEADES

O rãgo acabado Ha o sol decambava no occaso e as nuvens da vida vesperina...

BANDO PRECATORIO

Dr. Manuel de Assis Souza, dr. Luiz José de Oliveira, Joaquim Ribeiro de Oliveira...

AGRADEÇA O GOVERNADOR

Agreda o sr. governador e seus conselheiros, a paz e o tranquillo publico...

EXTRAORDINARIAMENTE

Extraordinariamente se apresenta a seguinte noticia: o sr. governador a prova de confiança...

DELEGAÇÃO FISCAL

O thesouro da Caixa Economica recollida a delegacia fiscal a quantia de 748\$907...

ELEIÇÃO MUNICIPAL

Damos em seguida o resultado da eleição precedida honra, por preenchimento das vagas...

LABORATORIO MUNICIPAL

Ha dias tornamos o acto alligante de nos darmos a conhecer ao Laboratorio Municipal...

CREMIO LITTERARIO

Em semana finda foi frequentada a biblioteca desse cremio, por 690 leitores...

GAZ ACEITEIRO

Sobretudo tivemos occasião de apreciar a experiencia do sr. Wm. Ribeiro...

VARIEADES

O rãgo acabado Ha o sol decambava no occaso e as nuvens da vida vesperina...

BANDO PRECATORIO

Dr. Manuel de Assis Souza, dr. Luiz José de Oliveira, Joaquim Ribeiro de Oliveira...

AGRADEÇA O GOVERNADOR

Agreda o sr. governador e seus conselheiros, a paz e o tranquillo publico...

EXTRAORDINARIAMENTE

Extraordinariamente se apresenta a seguinte noticia: o sr. governador a prova de confiança...

DELEGAÇÃO FISCAL

O thesouro da Caixa Economica recollida a delegacia fiscal a quantia de 748\$907...

ELEIÇÃO MUNICIPAL

Damos em seguida o resultado da eleição precedida honra, por preenchimento das vagas...

LABORATORIO MUNICIPAL

Ha dias tornamos o acto alligante de nos darmos a conhecer ao Laboratorio Municipal...

CREMIO LITTERARIO

Em semana finda foi frequentada a biblioteca desse cremio, por 690 leitores...

GAZ ACEITEIRO

Sobretudo tivemos occasião de apreciar a experiencia do sr. Wm. Ribeiro...

VARIEADES

O rãgo acabado Ha o sol decambava no occaso e as nuvens da vida vesperina...

BANDO PRECATORIO

Dr. Manuel de Assis Souza, dr. Luiz José de Oliveira, Joaquim Ribeiro de Oliveira...

AGRADEÇA O GOVERNADOR

Agreda o sr. governador e seus conselheiros, a paz e o tranquillo publico...

EXTRAORDINARIAMENTE

Extraordinariamente se apresenta a seguinte noticia: o sr. governador a prova de confiança...

DELEGAÇÃO FISCAL

O thesouro da Caixa Economica recollida a delegacia fiscal a quantia de 748\$907...

ELEIÇÃO MUNICIPAL

Damos em seguida o resultado da eleição precedida honra, por preenchimento das vagas...

LABORATORIO MUNICIPAL

Ha dias tornamos o acto alligante de nos darmos a conhecer ao Laboratorio Municipal...

CREMIO LITTERARIO

Em semana finda foi frequentada a biblioteca desse cremio, por 690 leitores...

GAZ ACEITEIRO

Sobretudo tivemos occasião de apreciar a experiencia do sr. Wm. Ribeiro...

VARIEADES

O rãgo acabado Ha o sol decambava no occaso e as nuvens da vida vesperina...

ANEXO P – ALMANAK LAEMMERT : ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1891

22

ESTADO DE SERGIPE

Manoel Dias.
Pedro Dantas.
Horacio Monteiro.
Joaquim Costeira.
Antonio Quarenta.
José Torquato.
Urias Felizardo.
Antonio Correia.
Manoel Argollo.
Juvencio Pappis.
José Fernandes Barbosa.
Angelo José de Sousa.
Olympio Benicio.
Domingos Martins.
Maximo dos Santos.
Angelo Martins de Sousa.
Victal dos Santos.
João Vianna.
Silvio Anacleto.
Coronel Arthur.
José Gonçalves.
Agostinho dos Passos.
Antonio Barroso.
Antonio Correia.
Antonio Octacilio.
Aristides Barroso Liberato.
Armando Cardoso.
Arthur Mattos.
D. Aurea Portella.
Bento José dos Santos.
Carlos da Fonseca.
Elias José Romão.
Fausto dos Santos.
Firmiano Rodrigues.
Fontes Antonio dos Santos.
Gustavo Mattos.
Jeronymo Maia.
João Ales Pitanga.
João Baptista.
José Bispo.
José Corrêa de Oliveira.
José Delfino de Mendonça.
José Domingues.
José Fontes.
José Martins.
José Martins Fontes.
José Menezes.
José dos Santos.
Julio da Silveira.
Luiz Asperino.
Luiz dos Santos.
Manoel Barroso de Oliveira.
Manoel Motta.
Maximiano Bispo.
Messias Prado.
Sabino Marques.
Seraphim Ferreira do Amparo.
Silvio Anacleto.
Terencio Moreira de Moraes.
Vilarino Telles.

Profissões

Alfayates:

Aristides Menezes.
Epaminondas Freitas.
Fausto dos Santos.
Galdino Chagas.
Manoel do Bomfim.

Ouvires:

Antonio Dantas.
David Freitas.
Justiniano Carmello.

Ferreiros:

Claro dos Santos.
Francisco Pedro.

Pedreiros:

Avelino Bispo.
Etelvino José de Almeida.
José Barbosa.
Luiz José dos Santos.
Volusiano Vanich.

Carpinteiros:

Clarimundo dos Santos.
Francisco Rufino.
José Albino de Andrade.
José Sylvestre Eleodoro.

Manoel Felix.
Paulo dos Santos.
Vicente Rodrigues.

Pintores:

José Erundino de Jesus.
João Chrysostomo de Freitas.
Antonio dos Santos.
Tintureiro: Pedro Vieira Dantas.

Sapateiros:

Manoel Paulo de Lima.
José Marques.
Dionysio de Lima.
Felisberto Paffus.
João Amorim.
Francisco Casimiro.

Marceneiros:

Antonio Pitanga.
Aristides Franklin.
Ernesto Florença.
Ernesto Franklin.
Eugenio Fontes.
Firmino Pitanga.
José Claro.
Satyro Daniel.
Tito dos Reis.
Tito Amorim.

Agricultores

Antonio Miguel do Prado.
Joré Torquato.

S. Paulo

Município pertencente á comarca de Itai-bana. População 11:000 habitantes com 274 eleitores.

Pelos annos de 1835, mais ou menos, o capuchinho Frei Paulo de Casas Novas, andando em missões n'este Estado, então Provincia, dirigiu-se de Itabaiana e deparando com o planalto onde está esta villa, tratou de edificar uma capelinha, tendo como auxiliares os capitães Braz Vieira de Mattos e Antonio Telles de Góes. Edificada a capella, esteve ella por alguns tempos isolada, mas depois começaram os moradores de zona a construir edificações, até que constituia-se um arraial. Já existindo ao pé de 150 casas, foi elevada á categoria de Freguezia, desmembrada de Itabaiana, por Resolução provincial, firmado pelo então presidente da Provincia dr. Manoel de Araujo Góes, em 19 de Abril de 1886. Assim permaneceu, tendo como parcho o padre Felismino da Costa Fontes, até que proclamada a Republica foi elevada a Villa por decreto n.º 11 de 25 de janeiro de 1890, firmado pelo então presidente dr. Felisbello F. de O. Freire. Então foi creado municipio e fóro, separados de Itabaiana a cujo municipio pertencia. Actualmente conta cerca de trezentas casas. Dista 25 kilometros da cidade de Itabaiana. Cultiva-se algodão e milho em grande quantidade e cria-se gado solto nos terrenos de lavar e nas fazendas. Tem quatro povoados; Mucambo, Alagadão, Carira e Gameleiro.

Administração Municipal:

Intendente: Alcino Soares.
Presidente: Manoel Hypolito Rabello Moraes.

Vereadores:

Francisco Rabello de Moraes.
Manoel José Telles.
Domingos José Ferreira.
Elpidio Rabello de Moraes.
João Antonio de Rezende.
Manoel Joaquim Fiopó.
Secretario: José Rodrigues Lima.

Thesoureiro: Mauricio Rabello Moraes
Procurador: Melchiades Francisco de Lima.

Porteiro: Rozendo José dos Santos.
Fiscal: Eleutherio José de Sant'Anna.

Administração Judiciaria:

Juiz municipal, supplentes:
1.º José Fernandes da Silveira.
2.º Elias José de Sousa.
Juiz de paz: José Rodrigues Lima.
Juizes de paz, supplentes:
1.º José Fernandes Silveira.
2.º Cesario Rodrigues.
3.º Antonio da Silva Nunes.
4.º Antonio Mathias de Andrade.

Escrivão: João Ferreira do Espirito Santo.

Escrivão de paz: José Telles de Menezes.

Supplentes do juiz seccional:
2.º Andrelino Francisco dos Santos.
3.º Elpidio Rabello de Moraes.

Ajudante do procurador seccional: João Rozendo de Serqueira.

Distrito do Campo de Brito:

Juizes de paz:
1.º José Antonio Rabello.
2.º José Rodrigues Lima.
3.º Melchiades Francisco de Lima.
4.º Bernardino Soares de Lima.

Promotor adjunto: Francolino Rodrigues Lima.

Escrivão delegado: José Telles de Menezes.

Juiz seccional: Andrelino Francisco dos Santos.

Tabellião: Manoel da Silva Carreirosa.

Distrito de Pedra Molle (povoado).— Não informou.

Administração Policial:

Chefe e delegado: Manoel Hippolito Rabello Moraes.

Supplentes:
1.º Francisco Nunes do Rozendo.
2.º Domingos José Ferreira.
3.º Antonio Tavares da Motta.

Sub-delegados:

Antonio da Silva Nunes.
Valentim Pereira Conceição.

Inspectores:

Antonio Correia.
Antonio Manoel da Silva Motta.
Eufrazino Alves Santos.
José Sabino dos Santos.
Manoel dos Anjos.
Manoel Corrêa.

Instrução Publica:

Professoras publicas:
D. Erminia Araujo Aração.
D. Rubina Francisca de Salles.
D. Josepha Honorata.

Professora particular: D. Leonida Dias Ferreira.

Professor particular: Manoel Joaquim Fiopó.

Em Mucambo:

Professora publica: D. Josepha Honorata.

Collectorias:

Collector federal: Alexandre José Barreto.

Escrivão federal: Hylario Roiz Mendonça.

Collector estadual: João Rozado de Cerqueira.

Escrivão estadual: José Joaquim Jesus.

Correio:

Agente: D. Anna Passos.

Religião:

Parochia de S. Paulo.
Vigario: Francisco Freire.
Sacristião: Manoel Joaquim Fiopó.
Irmundades:
SS. Coração de Jesus.
N. S. do Carmo.

ANEXO Q – DOM LINO DEODATO RODRIGUES DE CARVALHO (1826-1894)



Fonte: site da Arquidiocese de São Paulo

ANNO IX

SERGIPE, QUARTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 1878

N. 926

Journal do Aracaju

Table with subscription rates: Assinatura, Para um anno, Por semestre, Por trimestre, Pagamentos adiantados.

PROPRIEDADE DO COMENDADOR CANDIDO DO PRADO PIETO.

Table with subscription rates: Assinatura, PARA FOHA DA CAPITAL, Para um anno, Por semestre, Por trimestre, Pagamentos adiantados.

PARTE OFFICIAL.

Ministerio do Imperio. 1.ª directoria. - N. 335. - Ministerio dos negocios do imperio, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1878.

GOVERNO DA PROVINCIA

Expediente do dia 12 de fevereiro de 1878.

1.ª secção. - Ao inspector da thesouraria provincial, comunicando que o professor publico do ensino primario de Camphos, José Felício Tota Junior, reassumiu o exercicio de seus funçoes no dia 20 de meo passado.

FOLHETIM

A LOBA

POUR

PAUL FEVAL

TRADUÇÃO DE

J. B. DE MATOS MOREIRA

TERCEIRA PARTE

(VOLUNTAD)

Os Lobos

VII

Transformação á vista

Os Lobos tinham feito mais alguma coisa que beber, comer e dançar. A prisão da Petite-Notte fôra fugada.

da villa do Aracaju, pedindo para renovar seus vencimentos pela mesma servico á causa publica. A falta de força que se dá actualmente occasiona a não satisfação de quanto a. mc. propoz no final do ultimo officio, sendo possível que mais logo possa ser tomada a sua alvite na mercetia mansuetada.

Requerimentos despachados no dia 12 de fevereiro de 1878

Antonio Telles de Gjes, contratado dos comotors da policia de Madre Deus, pedindo a entrega da importância da 1.ª prestação do seu contracto. - Informe o sr. inspector da thesouraria provincial.

Francisco Antonio da Carralho Lima Junior. - Item, idem. Lourenço José de Barros. - Seja revelado o selo do documento. Maximino d'Araujo Maciel. - A vista da informação, deliro a 1.ª parte do requerimento, não tendo lugar a 2.ª.

VIII

A Fosso-aux-Loups

Quando ia a desembocar na Praça d'Armas, sentia tremor-lhe no corpo. A condessa estava, occultando o rosto sob a máscara, estava ao lado delle.

Jose Domingues da Souza Brantão, pedindo o pagamento da quantia de 1012, do augmento do ordenado de aposentado que lhe foi concedido em vista do art. 56 da resolução n. 1081 do anno passado, cujo pagamento colhia em exercicio findo. - Idem, idem.

VIII

A Fosso-aux-Loups

Quando ia a desembocar na Praça d'Armas, sentia tremor-lhe no corpo. A condessa estava, occultando o rosto sob a máscara, estava ao lado delle.

pedagogia e arithmetica, materia que estudou nos annos de 1875 a 76. - Idem, idem. Nello Francisco da Mondonga Aquino e outros, matriculados no Instituto do porto desta capital, representando contra o secretario da capitania do porto, por cobrar emolumentos superiores aos autorizados em lei. - Informa o sr. capitão do porto.

VIII

A Fosso-aux-Loups

Quando ia a desembocar na Praça d'Armas, sentia tremor-lhe no corpo. A condessa estava, occultando o rosto sob a máscara, estava ao lado delle.